

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE ARQUITETURA E *DESIGN*
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO URBANA

LETÍCIA BARRETO MACIEL NOGUEIRA

PAISAGEM SOCIALIZADA:
RELAÇÕES ANALÍTICAS ENTRE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS E CONSUMO
DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS EM CURITIBA, PARANÁ

CURITIBA
2016

LETÍCIA BARRETO MACIEL NOGUEIRA

**PAISAGEM SOCIALIZADA:
RELAÇÕES ANALÍTICAS ENTRE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS E CONSUMO
DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS EM CURITIBA, PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Escola de Arquitetura e *Design* e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Linha de pesquisa:
Planejamento e Projeto Urbano e Regional

Orientadora:
Profa. Dra. Letícia Peret Antunes Hardt

**CURITIBA
2016**

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

N778p
2016 Nogueira, Letícia Barreto Maciel
Paisagem socializada: relações analíticas entre espaços livres públicos e consumo de substâncias psicoativas em Curitiba, Paraná / Letícia Barreto Maciel Nogueira; orientadora, Letícia Peret Antunes Hardt. -- 2016
227 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2016.
Bibliografia: f. 215-227

1. Planejamento urbano - Paisagem. 2. Espaços públicos. 3. Administração pública. 4. Vulnerabilidade social. 5. Segurança Pública. I. Hardt, Letícia Peret Antunes. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana. III. Título.

CDD 20. ed. – 711.4

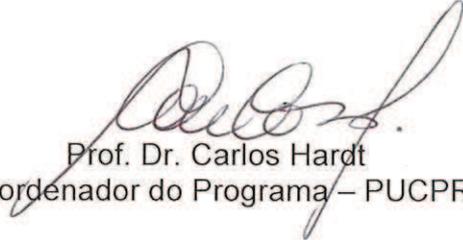
TERMO DE APROVAÇÃO

**“PAISAGEM SOCIALIZADA: RELAÇÕES ANALÍTICAS ENTRE ESPAÇOS LIVRES
PÚBLICOS E CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS EM CURITIBA,
PARANÁ”**

Por

LETICIA BARRETO MACIEL NOGUEIRA

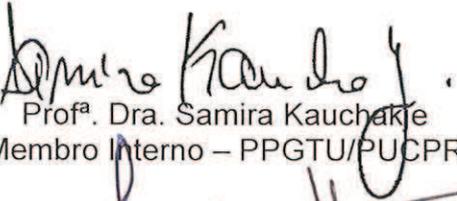
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, área de concentração em Gestão Urbana, da Escola de Arquitetura e Design, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.



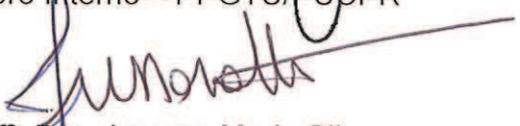
Prof. Dr. Carlos Hardt
Coordenador do Programa – PUCPR



Profª. Dra. Leticia Peret Antunes Hardt
Orientadora – PPGTU/PUCPR



Profª. Dra. Samira Kauchakje
Membro Interno – PPGTU/PUCPR



Profª. Dra. Jussara Maria Silva
Membro Externo – UP



Profª. Dra. Saide Kahtouni
Membro Externo – NUTAU/USP

Curitiba, 29 de fevereiro de 2016.

Aos meus pais, **Robson e Maria Filipina**,
pelo incentivo e apoio.

Ao meu amado, **Alvaro**,
pelo carinho e compreensão.

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente a Deus, meu refúgio nos momentos difíceis.

À minha orientadora, Professora Doutora Leticia Peret Antunes Hardt, fonte de conhecimento, que, com sua dedicação e sabedoria, guiou-me para a conclusão desta pesquisa.

Às professoras Jussara Maria Silva, Saide Kahtouni e Samira Kauchakje, pelas atenciosas colaborações para o aperfeiçoamento da dissertação.

Ao Alvaro Nogueira, que esteve ao meu lado em todas as etapas deste trabalho e, com paciência, soube me acalmar nos momentos cruciais.

Aos meus pais, Robson Luiz da Silva Maciel e Maria Felipina Barreto Maciel, incentivadores ao retorno à vida acadêmica, à minha tia Maria de Fátima Barreto, à minha irmã Larissa Barreto Maciel e à minha querida sobrinha Amanda Maciel de Oliveira, pessoas que compreenderam minhas ausências e me apoiaram para que esse momento fosse possível.

Aos demais familiares, pela compreensão e palavras de estímulo.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU), pelas trocas de conhecimento, em especial ao Willian Carlos Siqueira Lima e à Dyala Assef Sehli, pois ambos contribuíram com seus dados, essenciais para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao Gessé Ferreira Lima, pela colaboração em diversas etapas deste estudo.

Aos meus queridos amigos, por compreenderem o meu distanciamento para alcançar esse objetivo e pela torcida nessa caminhada.

Às pessoas que, direta ou indiretamente, fizeram parte desse processo, o meu profundo e eterno agradecimento.

Eu amo tudo o que foi,
Tudo o que já não é,
A dor que já me não dói,
A antiga e errônea fé,
O ontem que dor deixou,
O que deixou alegria
Só porque foi, e voou
E hoje é já outro dia.

Fernando Pessoa

RESUMO

As atividades exercidas em áreas urbanas coletivas foram progressivamente alteradas em função da evolução da própria sociedade, tornando constante a percepção de riscos socioespaciais. Frente a esses problemas e à necessidade de processos de planejamento pautados em informações consistentes, norteadoras da tomada de decisões, o objetivo geral da pesquisa é relacionar analiticamente fatores internos e externos de espaços livres públicos com critérios de escolha de locais para consumo de substâncias psicoativas. Partindo da hipótese aventada de que aspectos morfológicos estruturais intrínsecos desses ambientes e condições de permeabilidade visual interna e do seu entorno imediato constituem vetores de atração para o uso dessas drogas, a pesquisa foi estruturada, sob abordagem multimétodos e técnicas exploratórias, descritivas e analíticas, em duas fases principais. A primeira, de fundamentação teórica, teve o intuito de aprofundamento dos assuntos relacionados ao tema central – cidade e espaços livres; paisagem e percepção espacial; e vulnerabilidade e riscos sociais – visando à discussão dos resultados encontrados. A segunda, de desenvolvimento de estudo de caso, compreendeu três etapas básicas, com a inicial, de contextualização da área estudada, envolvendo a descrição do município de Curitiba, Paraná, do seu bairro Cidade Industrial e da rede selecionada de sete praças inserida neste setor urbanístico. A intermediária, de análise específica desses sítios, abrangeu, principalmente a partir de informações primárias, seus aspectos morfológicos estruturais – gerais e internos –, bem como seus relacionamentos com comportamentos de riscos e destes com a permeabilidade visual. A terceira etapa, de avaliação integrada, tratou do conjunto de objetos de estudo em relação posicionamento espacial de locais de consumo de substâncias psicoativas e à intervisibilidade social, inclusive com apontamento de diretrizes urbanísticas para a gestão urbana. Pelos resultados alcançados, diagnostica-se que praças com reduzida frequência não são as mais atrativas para consumidores de substâncias psicoativas, demonstrando a sua preferência por recintos menos antropizados, como aqueles com presença de areia e vegetação rasteira. Ao mesmo tempo, a permeabilidade visual interna e a visibilidade de aberturas externas representam vetores de influência para a ocupação espacial por esses usuários, para consumo de drogas tanto lícitas quanto ilícitas. Dentre as bases sistematizadas para o planejamento e gestão de cidades, cabe destaque ao incentivo à intervisibilidade dos espaços públicos e privados, viabilizando paisagens socializadas.

Palavras-chave: Paisagem urbana. Morfologia espacial. Permeabilidade visual. Riscos sociais. Praças públicas. Planejamento e gestão de cidades.

ABSTRACT

The activities performed in collective urban areas have been progressively altered as a response to the evolution of society itself, steadying the perception of socio-spatial risks. Addressing those issues and the need for planning processes led by consistent information which guide decision-making, this research seeks to relate internal and external factors in free public spaces to choice criteria regarding locations for the consumption of psychoactive substances. Building on the hypothesis which suggests that structural, morphological aspects intrinsic to these environments and the visual permeability, both internal and external, of their surroundings constitute factors of attraction for the use of those drugs, this research has been structured under a multi-method approach and descriptive and analytical exploratory techniques, in two main stages. The first, of theoretical ground, seeks a deeper understanding of the subjects related to the central issue – the city and free spaces; landscape and spatial perceptions; and vulnerability and social risks – aiming to discuss the results found. The second, of development of a case study, comprises three basic steps, the initial one contextualizing the area of study, including a description of the municipality of Curitiba – Paraná, its Cidade Industrial district and the selected network of seven public squares inserted in this urbanistic sector. The intermediate step, of specific analysis of these sites, involved, based mainly on primary information, its sociological and morphological aspects – both general and internal – , as well as characteristics of its relation to risk behavior and between that and visual permeability. The third stage, of integrated assessment, deals with the set of objects under study in relation to the social positioning of sites where psychoactive substances are consumed and to social intervisibility, also advancing possible urbanistic guidelines to urban management. From the results, it is diagnosed that desert public squares are not the most attractive sites to users of psychoactive substances, showing their preference to less anthropized sites, such as those with sand and shrublands. Simultaneously, the internal visual permeability and the visibility of external openings represent influential factors to the spatial occupation of those users, both for licit and illicit drugs. Among the systematized principles of city planning and management, it is worth mentioning the incentives to the intervisibility of public and private spaces, enabling socialized landscapes.

Keywords: *Urban landscape. Spatial morphology. Visual permeability. Social risks. Public squares. City planning and management.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Mapas de localização dos espaços livres de estudo.....	31
Figura 2:	Imagens aéreas de exemplificação dos procedimentos desenvolvidos para análise das relações entre comportamentos de risco dos frequentadores com aspectos ambientais internos dos espaços livres selecionados.....	37
Figura 3:	Imagem aérea de exemplificação dos procedimentos desenvolvidos para espacialização da relação de comportamentos de risco com permeabilidade visual dos espaços livres selecionados.....	39
Figura 4:	Vistas de exemplificação da escala adotada para levantamento de permeabilidade visual das vedações dos imóveis limítrofes aos espaços livres selecionados.....	39
Figura 5:	Imagens aéreas e gráfico de exemplificação dos procedimentos desenvolvidos para a integração de dados relacionados a permeabilidade visual interna dos espaços livres selecionados.....	41
Figura 6:	Vistas de exemplificação da escala adotada para levantamento de visibilidade das aberturas externas dos imóveis limítrofes aos espaços livres selecionados.....	42
Figura 7:	Organograma de temas abordados na fundamentação teórica.....	44
Figura 8:	Organograma simplificado do processo de experimentação da paisagem.....	57
Figura 9:	Representação esquemática teórica do processo perceptivo.....	63
Figura 10:	Fluxograma de relações entre padrões de consumo e problemas de saúde e sociais.....	73
Figura 11:	Representação esquemática de deslocamentos necessários para enquadramento de espaço focado em particularidades locais.....	76
Figura 12:	Mapa de localização da área de estudo no estado do Paraná e no município de Curitiba.....	79
Figura 13:	Mapa de áreas verdes públicas de Curitiba – 2010.....	81
Figura 14:	Gráfico de percentual de escolares do 9º ano do ensino fundamental com registro de experimentação de cigarro por capital brasileira – 2012.....	82
Figura 15:	Gráfico de percentual de escolares do 9º ano do ensino fundamental com consumo nos últimos 30 dias de outros produtos derivados do tabaco por capital brasileira – 2012.....	83
Figura 16:	Gráfico de percentual de experimentação eventual por estudantes do 9º ano de bebida alcoólica por capital brasileira – 2012.....	83
Figura 17:	Gráfico de percentual de experimentação eventual por estudantes do 9º ano de drogas ilícitas por capital brasileira – 2012.....	84
Figura 18:	Mapa de conjuntos habitacionais populares de Curitiba com destaque para o bairro Cidade Industrial (CIC) –1967 a 2003.....	86
Figura 19:	Gráfico dos dez bairros com maior número de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos residentes por bairro em Curitiba – 2010.....	87
Figura 20:	Mapa de renda mediana da população economicamente ativa (PEA) de Curitiba com destaque para o bairro Cidade Industrial (CIC) – 2010.....	88
Figura 21:	Mapa de quantidade de vítimas de homicídio doloso em Curitiba com destaque para o bairro Cidade Industrial (CIC) – 2014.....	89
Figura 22:	Mapa de zoneamento de uso e ocupação do solo da região da rede de espaços livres públicos selecionados na Cidade Industrial de Curitiba.....	91

Figura 23:	Imagens aéreas de espacialização de características internas e de usos no entorno do espaço livre 1 – Praça Vale Verde	94
Figura 24:	Imagens aéreas de características internas e de usos no entorno do espaço livre 2 – Praça Gregório Piatkowski	95
Figura 25:	Imagens aéreas de espacialização de características internas e de usos no entorno do espaço livre 3 – Praça Jocelina Dias de Melo.....	96
Figura 26:	Imagens aéreas de espacialização dos usos no entorno do espaço livre 4 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos.....	98
Figura 27:	Imagens aéreas de espacialização de características internas e de usos no entorno do espaço livre 5 – Praça da Rua Darci Vargas	99
Figura 28:	Imagens aéreas de espacialização de características internas e de usos no entorno do espaço livre 6 – Praça São Rafael	100
Figura 29:	Imagens aéreas de espacialização de características internas e de usos no entorno do espaço livre 7 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira.....	101
Figura 30:	Imagem aérea do espaço livre 1 – Praça Vale Verde	105
Figura 31:	Vistas de aspectos gerais do espaço livre 1 – Praça Vale Verde	107
Figura 32:	Perfis esquemáticos do entorno do espaço livre 1 – Praça Vale Verde	108
Figura 33:	Vistas de aspectos internos do espaço livre 1 – Praça Vale Verde	108
Figura 34:	Imagem aérea do espaço Livre 2 – Praça Gregório Piatkowski	109
Figura 35:	Vistas de aspectos gerais do espaço livre 2 – Praça Gregório Piatkowski.....	111
Figura 36:	Perfis esquemáticos do entorno do espaço livre 2 – Praça Gregório Piatkowski	112
Figura 37:	Vistas de aspectos internos do espaço livre 2 – Praça Gregório Piatkowski.....	113
Figura 38:	Imagem aérea do espaço Livre 3 – Praça Jocelina Dias de Melo	114
Figura 39:	Vistas de aspectos gerais do espaço livre 3 – Praça Jocelina Dias de Melo.....	116
Figura 40:	Perfis esquemáticos do entorno do espaço livre 3 – Praça Jocelina Dias de Melo	117
Figura 41:	Vistas de aspectos internos do espaço livre 3 – Praça Jocelina Dias de Melo.....	117
Figura 42:	Imagem aérea do espaço Livre 4 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos	118
Figura 43:	Vistas de aspectos gerais do espaço livre 4 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos	120
Figura 44:	Perfis esquemáticos do entorno do espaço livre 4 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos	121
Figura 45:	Vistas de aspectos internos do espaço livre 4 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos	122
Figura 46:	Imagem aérea do espaço Livre 5 – Praça da Rua Darci Vargas	123
Figura 47:	Vistas de aspectos gerais do espaço livre 5 – Praça da Rua Darci Vargas	125
Figura 48:	Perfis esquemáticos do entorno do espaço livre 5 – Praça da Rua Darci Vargas.....	126
Figura 49:	Vistas de aspectos internos do espaço livre 5 – Praça da Rua Darci Vargas	126
Figura 50:	Imagem aérea do espaço Livre 6 – Praça São Rafael.....	127
Figura 51:	Vistas de aspectos gerais do espaço livre 6 – Praça São Rafael	129
Figura 52:	Perfis esquemáticos do entorno do espaço livre 6 – Praça São Rafael	130
Figura 53:	Vistas de aspectos internos do espaço livre 6 – Praça São Rafael	131
Figura 54:	Imagem aérea do espaço Livre 7 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira	132
Figura 55:	Vistas de aspectos gerais do espaço livre 7 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira.....	134

Figura 56:	Perfis esquemáticos do entorno do espaço livre 7 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira	134
Figura 57:	Vistas de aspectos internos do espaço livre 7 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira....	135
Figura 58:	Gráficos de proporcionalidade de aspectos ambientais internos dos espaços livres estudados	137
Figura 59:	Gráfico de proporcionalidade de usuários do espaço livre 1 – Praça Vale Verde – segundo classes etárias e riscos.....	138
Figura 60:	Gráficos de proporcionalidade de preferências – companhia e distância – e de fatores – inibidores e interferentes – do uso do espaço livre 1 – Praça Vale Verde – segundo moradores do seu entorno	139
Figura 61:	Imagem aérea de espacialização de usuários do espaço livre 1 – Praça Vale Verde – segundo classes etárias e riscos	140
Figura 62:	Gráfico de proporcionalidade de consumidores de substâncias psicoativas no espaço livre 1 – Praça Vale Verde – segundo classes etárias, riscos e locais de consumo	141
Figura 63:	Gráfico de proporcionalidade de usuários do espaço livre 2 – Praça Gregório Piatkowski – segundo classes etárias e riscos.....	142
Figura 64:	Gráficos de proporcionalidade de preferências – companhia e distância – e de fatores – inibidores e interferentes – do uso do espaço livre 2 – Praça Gregório Piatkowski – segundo moradores do seu entorno.....	143
Figura 65:	Imagem aérea de espacialização de usuários do espaço livre 2 – Praça Gregório Piatkowski – segundo classes etárias e riscos.....	144
Figura 66:	Gráfico de proporcionalidade de consumidores de substâncias psicoativas no espaço livre 2 – Praça Gregório Piatkowski – segundo classes etárias, riscos e locais de consumo	146
Figura 67:	Gráfico de proporcionalidade de usuários do espaço livre 3 – Praça Jocelina Dias de Melo – segundo classes etárias e riscos.....	147
Figura 68:	Gráficos de proporcionalidade de preferências – companhia e distância – e de fatores – inibidores e interferentes – do uso do espaço livre 3 – Praça Jocelina Dias de Melo – segundo moradores do seu entorno.....	148
Figura 69:	Imagem aérea de espacialização de usuários do espaço livre 3 – Praça Jocelina Dias de Melo – segundo classes etárias e riscos.....	149
Figura 70:	Gráfico de proporcionalidade de consumidores de substâncias psicoativas no espaço livre 3 – Praça Jocelina Dias de Melo – segundo classes etárias, riscos e locais de consumo	150
Figura 71:	Gráfico de proporcionalidade de usuários do espaço livre 4 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos – segundo classes etárias e riscos.....	152
Figura 72:	Gráficos de proporcionalidade de preferências – companhia e distância – e de fatores – inibidores e interferentes – do uso do espaço livre 4 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos – segundo moradores do seu entorno.....	153
Figura 73:	Imagem aérea de espacialização de usuários do espaço livre 4 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos – segundo classes etárias e riscos	154
Figura 74:	Gráfico de proporcionalidade de consumidores de substâncias psicoativas no espaço livre 4 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos – segundo classes etárias, riscos e locais de consumo.....	155
Figura 75:	Gráfico de proporcionalidade de usuários do espaço livre 5 – Praça da Rua Darci Vargas – segundo classes etárias e riscos	156
Figura 76:	Gráficos de proporcionalidade de preferências – companhia e distância – e de fatores – inibidores e interferentes – do uso do espaço livre 5 – Praça da Rua Darci Vargas – segundo moradores do seu entorno.....	157

Figura 77:	Imagem aérea de espacialização de usuários do espaço livre 5 – Praça da Rua Darci Vargas – segundo classes etárias e riscos	158
Figura 78:	Gráfico de proporcionalidade de consumidores de substâncias psicoativas no espaço livre 5 – Praça da Rua Darci Vargas – segundo classes etárias, riscos e locais de consumo	159
Figura 79:	Gráfico de proporcionalidade de usuários do espaço livre 6 – Praça São Rafael – segundo classes etárias e riscos	160
Figura 80:	Gráficos de proporcionalidade de preferências – companhia e distância – e de fatores – inibidores e interferentes – do uso do espaço livre 6 – Praça São Rafael – segundo moradores do seu entorno	161
Figura 81:	Imagem aérea de espacialização de usuários do espaço livre 6 – Praça São Rafael – segundo classes etárias e riscos	162
Figura 82:	Gráfico de proporcionalidade de consumidores de substâncias psicoativas no espaço livre 6 – Praça São Rafael – segundo classes etárias, riscos e locais de consumo	163
Figura 83:	Gráfico de proporcionalidade de usuários do espaço livre 7 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira – segundo classes etárias e riscos	164
Figura 84:	Gráficos de proporcionalidade de preferências – companhia e distância – e de fatores – inibidores e interferentes – do uso do espaço livre 7 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira – segundo moradores do seu entorno	165
Figura 85:	Imagem aérea de espacialização de usuários do espaço livre 7 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira – segundo classes etárias e riscos	166
Figura 86:	Gráfico de proporcionalidade de consumidores de substâncias psicoativas no espaço livre 7 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira – segundo classes etárias, riscos e locais de consumo	167
Figura 87:	Gráfico de proporcionalidade de usuários nos espaços analisados segundo classes etárias e riscos	169
Figura 88:	Gráfico de proporcionalidade de consumidores de substâncias psicoativas nos espaços analisados segundo classes etárias, riscos e locais de consumo	170
Figura 89:	Imagem aérea de espacialização de locais de consumo de substâncias psicoativas no espaço livre 1 – Praça Vale Verde – segundo classes etárias e suas respectivas visuais	176
Figura 90:	Gráfico de proporcionalidade de classes de linhas de permeabilidade visual de locais de consumo de substâncias psicoativas no espaço livre 1 – Praça Vale Verde – segundo distâncias e grupos etários	177
Figura 91:	Imagem aérea de espacialização de locais de consumo de substâncias psicoativas no espaço livre 2 – Praça Gregório Piatkowski – segundo classes etárias e suas respectivas visuais	179
Figura 92:	Gráfico de proporcionalidade de classes de linhas de permeabilidade visual de locais de consumo de substâncias psicoativas no espaço livre 2 – Praça Gregório Piatkowski – segundo distâncias e grupos etários	180
Figura 93:	Imagem aérea de espacialização de locais de consumo de substâncias psicoativas no espaço livre 3 – Praça Jocelina Dias de Melo – segundo classes etárias e suas respectivas visuais	182
Figura 94:	Gráfico de proporcionalidade de classes de linhas de permeabilidade visual de locais de consumo de substâncias psicoativas no espaço livre 3 – Praça Jocelina Dias de Melo – segundo distâncias e grupos etários	183
Figura 95:	Imagem aérea de espacialização de locais de consumo de substâncias psicoativas no espaço livre 4 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos – segundo classes etárias e suas respectivas visuais	185

Figura 96:	Gráfico de proporcionalidade de classes de linhas de permeabilidade visual de locais de consumo de substâncias psicoativas no espaço livre 4 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos – segundo distâncias e grupos etários	186
Figura 97:	Imagem aérea de espacialização de locais de consumo de substâncias psicoativas no espaço livre 5 – Praça da Rua Darci Vargas – por adultos e idosos – e suas respectivas visuais	187
Figura 98:	Gráfico de proporcionalidade de classes de linhas de permeabilidade visual de locais de consumo de substâncias psicoativas no espaço livre 5 – Praça da Rua Darci Vargas – segundo distâncias e grupos etários	188
Figura 99:	Imagem aérea de espacialização de locais de consumo de substâncias psicoativas no espaço livre 6 – Praça São Rafael – por adultos e idosos – e suas respectivas visuais	189
Figura 100:	Gráfico de proporcionalidade de classes de linhas de permeabilidade visual de locais de consumo de substâncias psicoativas no espaço livre 6 – Praça São Rafael – segundo distâncias e grupos etários.....	190
Figura 101:	Imagem aérea de espacialização de locais de consumo de substâncias psicoativas no espaço livre 7 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira – por adultos e idosos – e suas respectivas visuais	191
Figura 102:	Gráfico de proporcionalidade de classes de linhas de permeabilidade visual de locais de consumo de substâncias psicoativas no espaço livre 7 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira – segundo distâncias e grupos etários	192
Figura 103:	Gráfico de proporcionalidade de consumidores de substâncias psicoativas nos espaços livres estudados segundo relações entre permeabilidade e distância	195
Figura 104:	Gráfico de proporcionalidade de consumidores de substâncias psicoativas nos espaços livres estudados segundo locais de consumo.....	199
Figura 105:	Gráfico de proporcionalidade média de consumidores de substâncias psicoativas nos espaços livres estudados segundo relação entre permeabilidade e distância	202
Figura 106:	Gráfico de proporcionalidade de consumidores de substâncias psicoativas nos espaços livres estudados segundo classes etárias e grau de visibilidade de aberturas externas	203
Figura 107:	Gráfico de proporcionalidades relacionais entre número de consumidores de substâncias psicoativas (risco) nos espaços livres estudados e a média do número de aberturas nas edificações do entorno pela distância linear	204
Figura 108:	Gráfico de proporcionalidades relacionais entre número de consumidores de substâncias psicoativas (risco) nos espaços livres estudados e a média do número de aberturas com visibilidade total pela distância linear	205
Figura 109:	Organograma de modelo racional do processo de desenho urbano	208

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Características gerais de dimensões, inserção em zonas urbanísticas e usos existentes no entorno dos espaços livres selecionados.....	102
Tabela 2:	Principais aspectos gerais do espaço livre 1 – Praça Vale Verde	106
Tabela 3:	Principais aspectos internos do espaço livre 1 – Praça Vale Verde	106
Tabela 4:	Principais aspectos gerais do espaço livre 2 – Praça Gregório Piatkowski	110
Tabela 5:	Principais aspectos internos do espaço livre 2 – Praça Gregório Piatkowski	110
Tabela 6:	Principais aspectos gerais do espaço livre 3 – Praça Jocelina Dias de Melo.....	115
Tabela 7:	Principais aspectos internos do espaço livre 3 – Praça Jocelina Dias de Melo.....	115
Tabela 8:	Principais aspectos gerais do espaço livre 4 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos	119
Tabela 9:	Principais aspectos internos do espaço livre 4 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos	119
Tabela 10:	Principais aspectos gerais do espaço livre 5 – Praça da Rua Darci Vargas.....	124
Tabela 11:	Principais aspectos internos do espaço livre 5 – Praça da Rua Darci Vargas.....	124
Tabela 12:	Principais aspectos gerais do espaço livre 6 – Praça São Rafael	128
Tabela 13:	Principais aspectos internos do espaço livre 6 – Praça São Rafael	128
Tabela 14:	Principais aspectos gerais do espaço livre 7 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira	133
Tabela 15:	Principais aspectos internos do espaço livre 7 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira	133
Tabela 16:	Número de consumidores de substâncias psicoativas nos espaços livres estudados segundo classes etárias e riscos	198

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Fases estruturantes da pesquisa e respectivas características	29
Quadro 2:	Escala temporal adotada para levantamento de utilização dos espaços livres selecionados	35
Quadro 3:	Descrição das informações sobre riscos e faixas etárias com respectivo tratamento para análise das condições comportamentais nos espaços livres selecionados.....	36
Quadro 4:	Descrição das informações sobre companhia, distância e fatores inibidores e interferentes no uso com respectivo objetivo para análise das condições comportamentais nos espaços livres selecionados	36
Quadro 5:	Descrição das informações sobre forma e aspectos ambientais, barreiras e permeabilidades visuais internos com respectivo objetivo para análise das condições comportamentais nos espaços livres selecionados	38
Quadro 6:	Descrição das informações sobre intervisibilidade a partir de aberturas externas com respectivo objetivo para avaliação integrada dos resultados referentes aos espaços livres selecionados	42
Quadro 7:	Características sistêmicas de limites profissionais da arquitetura e do desenho e do planejamento urbano	59
Quadro 8:	Fatores de risco e de proteção referentes ao consumo de substâncias psicoativas	71
Quadro 9:	Parâmetros de uso e ocupação do solo da Zona Residencial 2 (ZR-2) em Curitiba	92
Quadro 10:	Parâmetros de uso e ocupação do solo da Zona de Uso Misto (ZUM) em Curitiba	92
Quadro 11:	Parâmetros de uso e ocupação do solo da Zona de Serviços 1 (ZS-1) em Curitiba	93

LISTA DE SIGLAS

ACD	Agência Curitiba de Desenvolvimento
CAD	<i>Computer aided design</i> (desenho assistido por computador)
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CIC	Cidade Industrial de Curitiba
CME	Centro Marista de Educação
CMU	Conselho Municipal de Urbanismo
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COHAB-CT	Companhia de Habitação Popular de Curitiba
CONEC-1	Setor Especial Conector 1
CONEC-2	Setor Especial Conector 2
CONEC-3	Setor Especial Conector 3
CONEC-4	Setor Especial Conector 4
CPTED	<i>Crime prevention through enviromental design</i> (prevenção do crime por meio do desenho ambiental)
ECA	Estatuto da criança e do adolescente
GIS	<i>Geographic information system</i> (sistema geográfico de informações)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPPUC	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
LSD	<i>Lysergic acid diethylamide</i> (dietilamida do ácido lisérgico)
MFE	Ministry for the Environment (Ministério do Meio Ambiente)
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCP	<i>Peace pill</i> (pílula da paz – fenilciclídina)
PEA	População economicamente ativa
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBIC-EM	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Ensino Médio
PIBIC-JR	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior
PIBITI	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e em Inovação

PPEUR	Grupo de Pesquisa sobre Planejamento e Projeto em Espaços Urbanos e Regionais
PPGTU	Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RMS	Rede Marista de Solidariedade
SE	Setor Especial
SE-BR-116	Setor Especial da BR-116
SEHIS	Setor Especial da Habitação de Interesse Social
SE-LE	Setor Especial do Linhão do Emprego
SE-NC	Setor Especial da Nova Curitiba
SE-OI	Setor Especial de Ocupação Integrada
SE-PS	Setor Especial do Polo de Software
SESP-PR	Secretaria de Estado de Segurança Pública – Paraná
SNC	Sistema nervoso central
ZCON	Zona de Contenção
ZE-M	Zona Especial Militar
ZES	Zona Especial de Serviços
ZI	Zona Industrial
ZR-1	Zona Residencial 1
ZR-2	Zona Residencial 2
ZR-3	Zona Residencial 3
ZR-4	Zona Residencial 4
ZR-B	Zona Residencial Batel
ZS-1	Zona de Serviços 1
ZS-2	Zona de Serviços 2
ZT-BR-116	Zona de Transição da BR-116
ZT-NC	Zona de Transição da Nova Curitiba
ZUM	Zona de Uso Misto

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	PROBLEMÁTICA	21
1.2	JUSTIFICATIVAS	24
1.3	OBJETIVOS	26
2	ESTRUTURAÇÃO METODOLÓGICA	28
2.1	PRINCÍPIOS DE FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	30
2.2	PROCEDIMENTOS DE CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	30
2.3	TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS ESPAÇOS SELECIONADOS	32
2.3.1	Aspectos morfológicos estruturais	33
2.3.2	Condições comportamentais	34
2.3.3	Comportamentos de risco e permeabilidade visual	38
2.4	PROCESSO DE AVALIAÇÃO INTEGRADA DOS RESULTADOS	41
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	44
3.1	CIDADE E ESPAÇOS LIVRES	45
3.1.1	Contexto global	47
3.1.2	Contexto brasileiro	50
3.2	PAISAGEM E PERCEPÇÃO ESPACIAL	56
3.2.1	Forma urbana	59
3.2.2	Processo perceptual	63
3.2.3	Apropriação ambiental	65
3.3	VULNERABILIDADE E RISCOS SOCIAIS	69
3.3.1	Riscos comportamentais e substâncias psicoativas	70
3.3.2	Riscos espaciais e funções adaptativas	75

4	CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	79
4.1	MUNICÍPIO: CURITIBA.....	80
4.1.1	Espaços livres públicos	81
4.1.2	Consumo de substâncias psicoativas	82
4.2	BAIRRO: CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA	84
4.3	ESPAÇOS SELECIONADOS: REDE DE PRAÇAS	90
5	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	104
5.1	ANÁLISE DOS ESPAÇOS SELECIONADOS	104
5.1.1	Aspectos morfológicos estruturais	105
5.1.2	Condições comportamentais	138
5.1.3	Comportamentos de risco e permeabilidade visual	175
5.2	AVALIAÇÃO INTEGRADA	197
5.2.1	Posicionamento espacial	197
5.2.2	Intervisibilidade social	200
5.2.3	Diretrizes urbanísticas	206
6	CONCLUSÃO	210
	REFERÊNCIAS	215

1 INTRODUÇÃO

A partir do advento da industrialização, as cidades passaram por um processo que Lefebvre (2006, p.10) denomina de “implosão-explosão”, no qual o primeiro termo se refere à atratividade e conseqüente crescimento dos núcleos urbanizados e o segundo ao deslocamento de parte dos cidadãos para a periferia, que, em alguns casos, foi ocupada por uma população mais abastada e, em outros, pelas camadas desfavorecidas, com o fenômeno urbano se estendendo “sobre uma grande parte do território, nos grandes países industriais” (LEFEBVRE, 2006, p.10).

Em momentos diferenciados, vários autores, a exemplo de Jacobs (2011), em meados do século passado, e Gehl (2013), nos tempos atuais, trouxeram à discussão as alterações bruscas ocorridas na cidade, relacionando-as ao uso do automóvel e à sensação de insegurança, gerada, dentre outras causas, por essas mesmas mudanças. Em função desses fatores, a preocupação com a relação interativa do homem com o espaço público se tornou cada vez mais evidente e objeto de muitos estudos, considerando que o “território é o espaço socialmente produzido pelos grupos humanos nas suas práticas associadas à produção e reprodução social” (SALGUEIRO, 1999, p.65)

Salgueiro (1999 p.65) também afirma que “com a mudança dos objetivos, valores, necessidades e técnicas, altera-se a relação da sociedade com o[s] espaço[s] e, naturalmente, as formas materiais assumidas por este[s]”. que ainda são ocupados – mais ou menos intensamente – por pedestres, para o deslocamento de um ponto a outro, ou para práticas ativas ou passivas. O entendimento de que a humanidade está em constante mudança e renovação e de que “o homem, impelido a uma nova forma de ganhar a vida, desenvolve complexas relações com a natureza, consigo mesmo e com os outros homens” (FERRARA, 1996, p.63) se tornou essencial para o planejamento e intervenções espaciais no meio urbano.

Ao longo da história, a tipologia de espaços livres urbanos de interesse desta pesquisa – a praça – teve diferentes funções, relacionadas ao seu uso e ocupação, condicionadas, sobretudo, às mudanças da própria sociedade (HARDT; HARDT, 2007). Hoje, sua atratividade depende essencialmente da compreensão das necessidades do público contemporâneo para sua readequação, garantindo novamente o convívio social.

Nesse contexto, a percepção tem um papel fundamental na construção da efetiva assimilação espacial, associando os sentidos humanos – visão, audição, olfato, tato e, até mesmo paladar (HARDT, 2004) –, interconectados em um único grupo, sendo que cada pessoa os ativa de maneira individual e por intermédio de uma ação com emprego de uma sensação seletiva (CARMONA et al., 2010).

Entretanto, para alterar de forma positiva o espaço, os indivíduos, antes de tudo, precisam perceber o objeto – neste caso, o espaço livre público – e nesse processo, o receptor o observa como efetivamente é representado; nessa realidade, “obriga o indivíduo a retrabalhar todas as informações assimiladas pela história pessoal ou coletiva” (FERRARA, 1996, p.63), com a eficiência na assimilação dessas informações dependendo do seu repertório cultural.

Além de obtido ao longo da experiência individual, esse repertório também é transmitido entre pessoas. Nesse âmbito, as crianças e os adolescentes – parte dos atores estudados neste trabalho –, como seres em formação, constituem elementos chaves para a readequação espacial com vistas a melhores utilizações, revertendo o processo de degradação e de realização de atividades ilícitas em locais públicos. No retorno ao convívio social, não apenas no ambiente escolar ou familiar, os jovens assimilam informações relacionadas a suas competências sociais, definem sua identidade, conversam e aprendem uns com os outros (OLIVEIRA, 2006). Assim, a paisagem se torna topofílica (TUAN, 2012), ou seja, associada a sensações positivas dos seus frequentadores – incluindo adultos e idosos –, reaproximando todas as faixas etárias dos espaços comunitários.

Além dos aspectos internos propriamente ditos as áreas livres públicas, os indivíduos não percebem o espaço de forma isolada, mas como resultante da relação entre o local de interesse e seu entorno (PADILHA, 2008), muitas vezes de forma inconsciente.

Essa percepção também é responsável pela apropriação espacial, atraindo diferentes grupos para desenvolvimento de atividades distintas conforme sensações locais (DEL RIO, 1999; LYNCH, 2007); nessa condição, o cérebro processa diferentes informações, motivando a avaliação do espaço e conduzindo a comportamentos (DEL RIO, 1999; HARDT, 2004).

O conhecimento das reais influências dos espaços no desenvolvimento de atividades é essencial na elaboração de estratégias de políticas públicas visando à sua alteração para torná-los mais atrativos à população, considerando que a vida

social agrega o sentido de pertencimento e propicia a ajuda mútua, atenuando problemas e fortalecendo a comunidade, tornando-a ativa na busca do seu próprio bem-estar.

Essas considerações sustentam a inserção desta dissertação no conjunto de estudos docentes e discentes sob a denominação “**Paisagem Socializada**”¹ (ver subseção 2.2 – Contextualização da área de estudo), cujo objetivo geral, de maneira ampla, consiste em “propor alternativas para espaços livres urbanos visando ao controle ambiental e ao resgate de populações sujeitas a riscos sociais” (HARDT; HARDT, 2015, s.1-p.7).

1.1 PROBLEMÁTICA

Em seu processo histórico, as áreas urbanizadas se depararam com problemas acentuados pelo capitalismo, com o crescimento acelerado das cidades industriais produzindo a alteração do núcleo anterior, que se tornou, segundo Benévolo (2005, p.656), “o centro do novo organismo [... com] a formação, ao redor deste núcleo, de uma nova faixa construída: a periferia”, atravessando décadas sem soluções definitivas para essa problemática.

Para Levy (1999), as cidades, antes densas, compactas e contínuas, tornaram-se difusas, soltas e descontínuas.

Para atenuar a fragmentação, o Estado tem o papel da ordenação espacial, o que é reforçado pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal N°10.257, de 10 de julho de 2001 – BRASIL, 2001), que prevê a garantia de “cidades sustentáveis, entendida como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2001, Artigo 2°, Parágrafo I).

¹ A pesquisa central está em desenvolvimento oficial desde 2012, junto ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), especificamente no Grupo de Pesquisa sobre Planejamento e Projeto em Espaços Urbanos e Regionais (PPEUR), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), compreendendo estudos em nível *stricto* e *lato sensu*, assim como de graduação e de programas institucionais de bolsas de iniciação científica (PIBIC – inclusive em sua vinculação com o ensino médio – PIBIC-EM – e PIBIC-JR – Júnior) e de iniciação tecnológica e em inovação (PIBITI).

Porém, em função da dinamicidade da sociedade, essa tarefa se torna complexa, com tendência a privilegiar os interesses das classes dominantes (CORRÊA, 2002). Em função desse fato, o espaço urbano é organizado para poucos, sendo a população periférica muitas vezes esquecida e marginalizada.

A fragmentação espacial pela formação de enclaves, promovida tanto pelo Estado quanto pela iniciativa privada, também fomenta a sensação de exclusão para a população de baixa renda e a restrição se torna óbvia diante do acesso dificultado a diversos espaços, pois “ricos habitantes dos enclaves sentem-se restritos; seu sentimento de medo os mantém distantes dos espaços que seu mapa mental da cidade cada vez mais identifica como perigosos” (CALDEIRA, 1997, p,176); essa dinâmica socioespacial prejudica todos os grupos sociais e torna a convivência ainda mais difícil e contrastante.

O “esquecimento” de comunidades mais carentes acentua as disparidades sociais e a precariedade da infraestrutura local (HARDT; HARDT, 2015). Nesse cenário, as crianças e os adolescentes, que deveriam estar suficientemente resguardadas segundo princípios do seu estatuto específico (Lei Federal N° 8.069, de 13 de julho de 1990 – BRASIL, 1990), com acesso ao lazer e sem distinção de classes, podem estar cada vez mais desprotegidos, pois alguns ainda trilham rumos da ilegalidade. Esse quadro de contradição entre normas legais e situações reais também é observado para os mais velhos, pois o Estatuto do Idoso (Lei Federal N 10.741, de 01 de outubro de 2003 – BRASIL, 2003) também prevê a obrigatoriedade de assegurar-lhe a convivência comunitária, por exemplo.

O acentuado crescimento das cidades e a falta da efetiva presença da administração pública alterou a dinâmica espacial urbana e as praças, antes integradas em um efeito harmônico do conjunto, principalmente no período medieval, atualmente são, em sua maioria, frutos de vazios entre ruas (SITTE, 1992), tornando-se também “esquecidas”.

Além dessa problemática, a busca pela convivência no domínio privado, ocasionada por diversos fatores, torna os espaços públicos em ambientes hostis, os quais, com o tempo, sofrem com o anonimato e irresponsabilidade da população em relação aos seus cuidados. Assim, esses locais se tornam desconexos no sentido da coletividade (FERRARA, 1996). Esse rompimento gera mudanças na dinâmica espacial, agravando ainda mais os problemas sociais e afastando os cidadãos do convívio comunitário, com a perda da essência do espaço público para o encontro

da sociedade (OLIVEIRA, 2004). Nesse cenário, Del Rio (1999) reforça o sentido de lugar como a sensação de pertencimento e apropriação do local.

Dayrell (2002) afirma que a cultura do consumo também está presente no lazer, mas as camadas de menor poder aquisitivo dificilmente têm acesso ao teatro, cinema e eventos musicais; conseqüentemente, as diferenças entre classes se acentuam ainda mais e que aqueles que não se dedicam a algum tipo de trabalho, muitas vezes para auxiliar na renda da família, passam boa parte do seu tempo ocioso em espaços que não propiciam atividades culturais e sem estímulos próprios a cada faixa etária.

Essas alterações na interação do indivíduo com o espaço público agravam ainda mais situações de risco envolvendo determinados grupos sociais, especialmente os mais vulneráveis (ver subseção 3.3 – Vulnerabilidade e riscos sociais). Vale lembrar que determinado indivíduo, mais fragilizado e com personalidade mais influenciável, em condições de exposição a alguma ameaça, pode ser levado, com mais facilidade, à realização de práticas ilícitas.

A falta de apoio para o enfrentamento dessas fragilidades e a facilidade para o consumo de substâncias psicoativas sem o raciocínio das suas conseqüências e com o foco no prazer momentâneo e no rompimento com limites, é algo típico das faixas etárias mais jovens (SCHENKER; MANAYO, 2004; 2010). Por sua vez, a inexistência de atividades saudáveis, lúdicas e recreativas pode constituir uma justificativa para o preenchimento do tempo com outras formas de “lazer” ilícito.

Além das situações expostas, os espaços urbanos têm fundamental influência na prática de delitos ou no mau uso dos locais, levando Bondaruk (2007) a afirmar que pessoas os ocupando e vigiando, como também coibindo atitudes antissociais – inclusive ilícitas, como o uso de drogas –, são mais efetivas que a presença da viatura policial responsável pela segurança. Esse princípio serve igualmente para o caso de edificações, pois a relação dos elementos da fachada com a área pública – especialmente aqueles que permitem permeabilidade visual – interferem na sensação de segurança e, por decorrência, na forma de ocupação espacial. Sob a mesma vertente, Jacobs (2011) afirma que os “olhos da rua” são essenciais para um espaço ser mais seguro.

Diante desses argumentos, esta pesquisa está direcionada a moradores de áreas consideradas sob riscos socioambientais, visando ao entendimento das influências recíprocas entre determinadas características espaciais e essa

população alvo. Assim, parte-se da **hipótese** de que aspectos morfológicos estruturais intrínsecos de espaços livres públicos e condições de permeabilidade visual interna e do seu entorno imediato constituem vetores de atração para o consumo de substâncias psicoativas.

Defronte dessas conjecturas, pode ser evidenciada a **questão central** de pesquisa, ou seja, se existem relações entre esses fatores. Em caso afirmativo, resta a identificação dos aspectos e condições mais relevantes. Do contrário, subsistem as explicações dessa situação.

1.2 JUSTIFICATIVAS

Lynch (2011, p.9) expõe que a “imagem ambiental pode ser decomposta em três componentes: identidade, estrutura e significado”. A primeira consiste na identificação do objeto, com seu claro reconhecimento; a segunda corresponde à sua relação com outros; a terceira engloba a sensação transmitida, configurando o seu significado para o observador.

Esses componentes também são condicionados pelas mudanças ocorridas na sociedade, cujo entendimento das suas influências das relações dos cidadãos com os espaços se tornou imprescindível, pois é nesses locais que acontecem relevantes trocas de valores entre diferentes faixas etárias (OLIVEIRA, 2004).

As alterações das últimas décadas transformaram “a cidade compacta, de zoneamento social estanque e de limites precisos, cujo centro evidencia uma relativa homogeneidade social, [...] num conjunto de fragmentos distintos onde os efeitos de coesão, de continuidade e de legibilidade urbanística dão lugar a formações territoriais mais complexas, territorialmente descontínuas e socioespacialmente enclavadas” (MENDES, 2011, p.474).

Para garantir a qualidade desses ambientes fragmentados, algumas leis foram criadas com a finalidade de melhorar a qualidade de vida e a tornar um direito universal, sem privilégios para nenhum grupo. Uma delas é o citado Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), com seu indicativo de “cidades sustentáveis, ou seja, com respostas a necessidades básicas com a finalidade de assegurar uma atual vida digna e uma perspectiva de futuro com melhores condições para o desenvolvimento”.

Além da prerrogativa da qualidade do lar e serviços, os mais jovens também têm o resguardo da lei para a garantia do direito ao lazer (DIGIÁCOMO; DIGIÁCOMO, 2011), pois é nesse estágio que seu desenvolvimento se completa. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), “os Municípios, com apoio dos Estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas à infância e juventude” (BRASIL, 1990, Artigo 59). Por sua vez, adultos e idosos, como os demais cidadãos de outros grupos etários, têm direito constitucional ao meio ambiente equilibrado (BRASIL, 1988), sendo os últimos respaldados por estatuto próprio (Estatuto do Idoso – BRASIL, 2003).

Por ser entendido como propriedade do Estado e pela falta de interação e consciência de posse dos cidadãos, o ambiente público é relegado a segundo plano, ficando as decisões a cargo dos próprios gestores estatais, que, muitas vezes, não percebem as necessidades específicas daquele local e seus potenciais frequentadores, para que suas atitudes sejam efetivas para a atratividade da comunidade. Oliveira (2004) comenta que um espaço de boa qualidade e prazeroso propicia a socialização, ampliando os sentimentos de pertencimento e de respeito.

A preocupação com as alterações espaciais se tornou mais evidente no século passado com o movimento modernista, levando Jacobs (2011) a comentar sobre seus impactos no meio social dos anos 1960. Na década seguinte, Newman (1996), ao perceber associações entre mudanças da conformação espacial e diferenciações da dinâmica social, desenvolveu a teoria “*defensible space*” (espaço defensivo – ver subseção 3.3.2 – Riscos espaciais e funções adaptativas), na qual o autor defende o controle natural do espaço com a retomada do sentimento de pertencimento e da apropriação espacial.

Desde então, as correntes de estudos das relações do espaço com seu entorno foram multiplicadas, partindo a justificativa para essa preocupação do questionamento sobre a responsabilidade dos urbanistas e dos gestores urbanos na construção espacial, com aprofundamento do conhecimento acerca das reações do local e dos elementos que intensificam ou reduzem certas atividades. Com essa percepção, os profissionais têm um arcabouço teórico e científico para suas intervenções, conduzindo-as ao bem-estar comum. Gehl (2013) alerta que, mesmo a complexidade da sociedade residindo na sua diversidade, o entendimento de

padrões comportamentais como alicerces para a construção de uma cidade saudável.

O espaço, o tempo e a liberdade permitem a concretização de experiências sociais para que cada indivíduo possa “descobrir sua autonomia e, ao mesmo tempo, aprenda a relacionar-se com o meio para poder assegurar a sua sobrevivência” (OLIVEIRA, 2004, p.55).

Em termos genéricos, um espaço livre público que propicia a integração de crianças, adolescentes, adultos e idosos é importante na formação dessas pessoas, havendo, portanto, necessidade de reconhecimento de locais que possibilitem a integração saudável, inibindo atividades ilícitas.

Além do recorte temático, cabe justificar, também, a delimitação geográfica da pesquisa, tendo sido a seleção da área de estudo estabelecida preliminarmente pelo citado grupo de pesquisa, em conformidade com os seguintes critérios: existência de indicadores de riscos socioambientais, ocorrência de espaços livres "esquecidos" pela perda – parcial ou total – de suas funções essenciais; e demanda de localização próxima ao Centro de Educação Marista (CEM) da Rede Marista de Solidariedade (RMS) do bairro da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), umas das financiadoras do projeto central.

1.3 OBJETIVOS

Com base no exposto, o **objetivo geral** da pesquisa é relacionar analiticamente fatores internos e externos de espaços livres públicos com critérios de escolha de locais para consumo de substâncias psicoativas, sendo adotado o estudo de caso de rede de sete praças localizadas no bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) na capital paranaense.

A partir do estabelecimento de procedimentos metodológicos específicos e da fundamentação teórica sobre cidade e espaços livres; paisagem e percepção espacial; vulnerabilidade e riscos sociais, seus **objetivos específicos** são:

- a) descrever a área de estudo, considerando os contextos do município, do bairro e dos espaços livres públicos selecionados;

- b) analisar a paisagem desses espaços a partir de aspectos morfológicos estruturais e da sua relação com condições comportamentais, bem como destas com características visuais internas e externas dos objetos de estudo;
- c) avaliar, de forma integrada, os resultados da análise dos espaços livres públicos selecionados, subsidiando o processo de gestão urbana.

2 ESTRUTURAÇÃO METODOLÓGICA

A presente pesquisa trata da análise interescalar, ou seja, dentro de diferentes perspectivas (KAIMOTI, 2009). Assim, utiliza o contexto da região de inserção dos espaços de estudo, indo para o nível da rua e do observador, enquanto frequentador desses locais. O público específico desta investigação são os frequentadores de praças e consumidores de substâncias psicoativas em um limite previamente determinado.

Para Kaimoti (2009, p.10), quanto mais estreito é o nível escalar, mais amplas são as práticas espaciais⁵ que podem ser encontradas, pois há a percepção de uma “infinidade de movimentos cotidianos”.

O trabalho também é baseado em estudo de caso, tendo em vista que o tema é abordado visando à compreensão de espaços livres públicos com preocupação voltada a fenômenos atuais, observando-se o contexto da população de interesse e o meio urbano.

O estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinar acontecimentos contemporâneos, mas quando não se pode manipular comportamentos relevantes. [...] conta com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas [...] (YIN, 2001, p.27).

Visando ao alcance dos objetivos propostos, a investigação tem estrutura multimétodos (GIL, 2008), desenvolvendo, em primeira instância, atividades exploratórias, as quais possibilitam maior familiaridade com o problema e a construção de hipóteses (SILVA; MENEZES, 2005). Também adota procedimentos descritivos – voltados à organização das principais informações do fenômeno pesquisado – e analíticos – destinados à avaliação dos resultados e dos seus aspectos mais relevantes (GIL, 2008). As fases principais da pesquisa são sintetizadas no Quadro 1.

⁵ Para Corrêa (2000), as práticas espaciais são ações que, visando à efetividade de diversos projetos, são voltadas à gestão territorial por meio da administração e do controle da existência e reprodução espacial.

Quadro 1: Fases estruturantes da pesquisa e respectivas características

FASES	MÉTODOS	TÉCNICAS	DADOS	FONTES	RESULTADOS
Fundamentação teórica	exploratórios	pesquisa bibliográfica	conceitos, abordagens e discussões sobre assuntos pertinentes aos temas centrais	livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos e similares	SEÇÃO 3 referencial teórico-conceitual, e definição de aspectos metodológicos
Contextualização da área de estudo	exploratórios e descritivos	pesquisa bibliográfica e documental	aspectos gerais	livros, artigos científicos, mapas, fontes institucionais e similares	SEÇÃO 4 caracterização do município de Curitiba, com ênfase nos seus espaços livres públicos e no consumo de substâncias psicoativas
			contexto histórico e atual do bairro	livros, artigos científicos, mapas, fontes institucionais e similares	SEÇÃO 4 caracterização do bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC), com ênfase em aspectos socioeconômicos
			contexto da rede de espaços livres	pesquisas associadas, mapas e informações primárias	SEÇÃO 4 caracterização dos espaços públicos de interesse
Análise dos espaços livres públicos selecionados	exploratórios, descritivos e analíticos	levantamentos de campo e pesquisa documental	características gerais e internas das praças	pesquisas associadas, mapas e informações primárias	SEÇÃO 5 aspectos morfológicos dos espaços
			características locais e de consumo de substâncias psicoativas		SEÇÃO 5 condições comportamentais dos usuários dos espaços
			características de permeabilidade visual associadas ao uso de drogas		SEÇÃO 5 comportamentos de risco e permeabilidade visual
Avaliação integrada dos resultados	analíticos	síntese analítica	informações levantadas ao longo da pesquisa	resultados anteriores	SEÇÃO 5 integração das características do posicionamento espacial para consumo de substâncias psicoativas com a intervisibilidade social
		propositiva	informações levantadas ao longo da pesquisa	resultados anteriores	SEÇÃO 5 estruturação de bases para a gestão urbana sob a forma de diretrizes urbanísticas

Fonte: Elaborado com base nos objetivos específicos da pesquisa.

2.1 PRINCÍPIOS DE FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Baseada em métodos exploratórios e em técnicas de pesquisa bibliográfica, esta fase, consolidada na seção 3, visou à apresentação de conceitos, abordagens e discussões sobre assuntos pertinentes aos temas centrais, relacionados aos contextos da cidade e espaços livres; da paisagem e percepção espacial; e da vulnerabilidade e riscos sociais.

Adotando livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos e documentos similares como fontes principais, seus produtos compreendem a estruturação do referencial teórico-conceitual e a definição de aspectos metodológicos da investigação, especialmente do estudo de caso, apoiando a discussão dos resultados alcançados.

2.2 PROCEDIMENTOS DE CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Esta fase foi fundamentada em métodos exploratórios e descritivos e em técnicas de pesquisa bibliográfica e documental em livros, artigos científicos, mapas, fontes institucionais e similares, além de consulta a produtos cartográficos, e de levantamentos específicos de campo para reconhecimento dos espaços livres estudados.

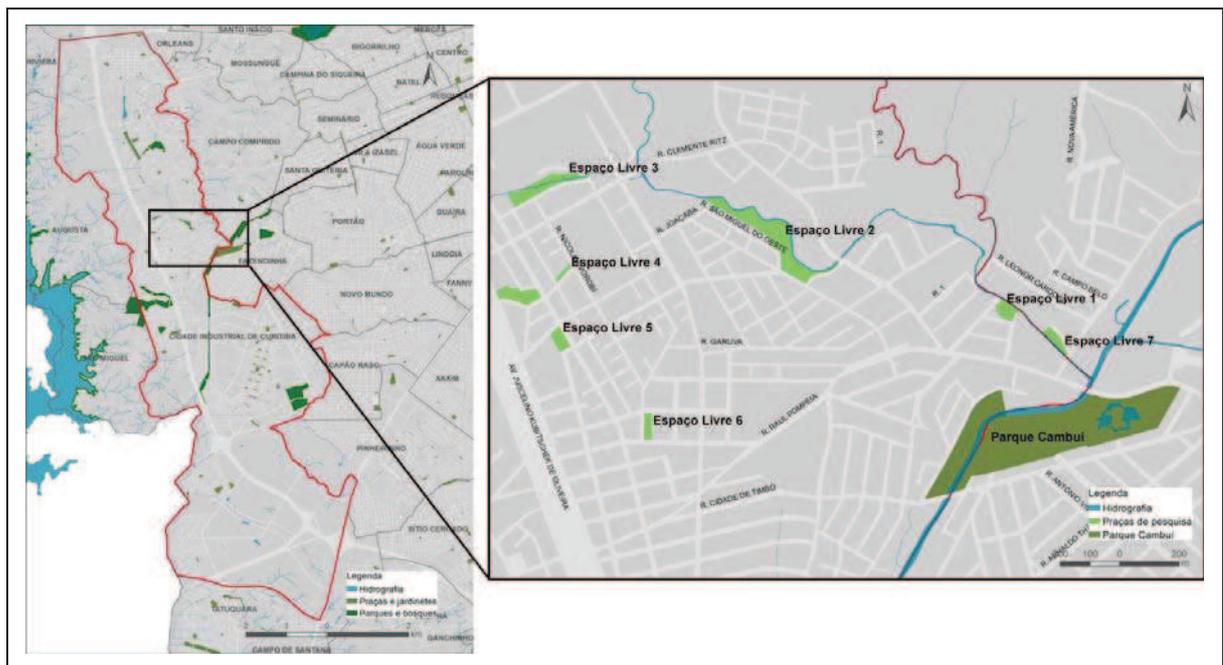
No cenário macro espacial, a definição da área de estudo – **município de Curitiba** – foi realizada em função dos relevantes dados a respeito da iniciação do consumo de substâncias psicoativas por adolescentes (ver subseção 4.1.2). Neste quadro, foram sistematizados aspectos gerais da capital paranaense – objeto principal da pesquisa central sobre Paisagem Socializada (HARDT; HARDT, 2015), aos quais foram associadas características de espaços livres públicos (especialmente áreas verdes e, mais especificamente, praças) na capital paranaense.

Na sequência, em meso escala, a contextualização do **bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC)** foi organizada a partir de informações históricas, desde a sua criação, e urbanísticas. Conveniente salientar que essa área foi selecionada em função de parâmetros socioeconômicos relevantes (ver subseção 4.2) e por

solicitação da Rede Marista de Solidariedade (RMS)⁶, uma das apoiadoras da pesquisa.

Para a seleção da microrregião – e conseqüentemente dos **espaços livres públicos** de interesse –, foram estudadas as áreas críticas na Grande Curitiba, com critérios da existência de indicadores de riscos socioambientais; do registro de índices elevados de violência; e da presença de praças, parques, bosques ou locais similares, supostamente subutilizados (HARDT; HARDT, 2015; SEHLI, 2015). Com a finalidade de delimitar ainda mais a área de estudo, foram consideradas barreiras naturais ou antrópicas, tendo como referência a proximidade com a sede do Centro Marista de Educação (CME) no bairro CIC, sendo, ao término desses procedimentos, selecionada uma rede de sete praças (Figura 1).

Figura 1: Mapas de localização dos espaços livres de estudo



Fonte: Elaborada com base em IPPUC (2012).

Notas:

- Espaço livre 1 = Praça Vale Verde
- Espaço livre 2 = Praça Gregório Piatkowski
- Espaço livre 3 = Praça Jocelina Dias de Melo
- Espaço livre 4 = Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos
- Espaço livre 5 = Praça da Rua Darci Vargas
- Espaço livre 6 = Praça São Rafael
- Espaço livre 7 = Praça da Rua Joana Maria Ferreira

⁶ A RMS "atua na promoção e defesa dos direitos das infâncias e juventudes nas quatro áreas do Grupo Marista: educação, saúde, comunicação e solidariedade" (RMS, 2015, s.p.).

Ainda com relação às sete praças, foram levantados dados relacionados a dimensões (área e perímetro), obtidos por intermédio de bases cartográficas do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC, 2012) e processados por meio do *software* ArcGIS 10.1. Visando à verificação de dependência entre essas variáveis morfológicas frente aos portes diferenciados dos espaços livres analisados, foi calculada, pelo método de Pearson, a sua correlação, com base na seguinte fórmula (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009):

$$r = \frac{\sum (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{(\sum (x_i - \bar{x})^2)(\sum (y_i - \bar{y})^2)}}$$

Onde:
 x_1 = valores da variável x
 y_2 = valores da variável y
 \bar{x} = médias dos valores x_1
 \bar{y} = médias dos valores y_2

Também foi realizada a inserção de cada uma delas na respectiva zona urbanística prevista na Lei Municipal N° 9.800, de 03 de janeiro de 2000 (CURITIBA, 2000), que dispõe sobre o zoneamento de uso e ocupação do solo municipal. Por fim, foram levantados os usos do solo do entorno imediato desses logradouros, preliminarmente por intermédio do Google Earth (2014), sendo na sequência conferidos em levantamentos de campo.

Além do mapeamento e descrição individual de cada espaço, os dados foram tabulados em conjunto, permitindo a análise integrada da rede de praças.

2.3 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS ESPAÇOS SELECIONADOS

Esta fase foi desenvolvida por meio de métodos exploratórios, descritivos e analíticos, apoiados em técnicas de levantamentos de campo e de pesquisa documental e em fontes de pesquisas associadas, mapas e informações primárias, visando às análises dos espaços de interesse segundo seus aspectos morfológicos, condições comportamentais e características visuais.

2.3.1 Aspectos morfológicos estruturais

Essa etapa visou à análise formal de cada uma das sete praças consideradas, sendo estudados os aspectos gerais, internos e externos, estes últimos correspondentes ao entorno imediato dos espaços livres públicos de interesse.

Para os **aspectos gerais**, foram interpretadas, a partir de informações do IPPUC (2012), conferidas em campo, as características da gleba de interesse (área total praça em hectares e seu perímetro em metros), suas dimensões (longitudinal e transversal – em metros) e larguras (em metros) das suas ruas limítrofes (vias de acesso).

Visando à compreensão da dinâmica de apropriação dos espaços pelos seus frequentadores, os **aspectos internos** de cada praça (e rua confrontante, quando cabível) foram avaliados segundo os seguintes elementos:

- a) topográficos – relevo plano e desníveis – negativos e positivos em relação às ruas do entorno, pois, segundo Cullen (2008), diferenças altimétricas podem influenciar nos usos espaciais, podendo gerar barreiras entre atividades e promover determinadas utilizações. Portanto, o desnível negativo pode ser atrativo para alguns usuários, como forma de apropriação de visuais ou de situação de esconderijo;
- b) ambientais – naturais – vegetação rasteira, vegetação arbórea esparsa, mata ciliar, solo exposto, areia e corpos d'água – e antrópicos – edificação no interior da praça e pisos pavimentados -, dentre outros componentes condicionantes de usos espaciais;
- c) visuais internas – visibilidade sem bloqueios ou parcial, as quais podem impedir a visualização de determinados elementos, com alteração da percepção do espaço como um todo.

Apoiadas em levantamentos de campo, essas atividades foram executadas com base em Google Earth (2014), com uso de ferramentas de *geographic information system* (GIS – sistema geográfico de informações), o qual é, na opinião de Pinho e Oliveira (2009), muito utilizado para estudos da forma, visando ao entendimento dos agentes responsáveis pela sua transformação e das relações

entre o planejamento – ou, mesmo, tipologia arquitetônica – e a morfologia das cidades. Nesse cenário, ressaltam-se as pesquisas baseadas na teoria da sintaxe espacial, na qual Hillier e Hanson (1997), também adotam as ferramentas de cartografia de forma ativa, para registro e análise da forma urbana. Tendo em vista a confiabilidade e a versatilidade da ferramenta para o estudo de proporções, espacialização, cálculos e aferições, o *software* ArcGIS 10.1, com auxílio da imagem do Google Earth (2014), contribuíram no levantamento de informações referentes a aspectos gerais e internos, com vetorização das áreas correspondentes e aferição dos percentuais em relação ao total de cada praça.

Ao final desta etapa, houve a integração de dados de todos os espaços com vistas à análise conjunta dos aspectos morfológicos.

2.3.2 Condições comportamentais

Para essa interpretação analítica, tornou-se necessária a assimilação prévia das correntes que explicam os relacionamentos da sociedade com o espaço urbano. Oliven (2010, p.13) explica que a cidade pode ser interpretada como variável dependente, resultante de diversas forças praticadas pelos atores sociais. Em outra perspectiva, o autor a trata como variável contextual, “[...] interessada em estudar que influência cidades específicas podem ter na vida social de seus habitantes”, havendo também a possibilidade de ser uma variável independente, “[...] vista como uma potência social capaz de gerar com sua influência os mais variados efeitos na vida social”.

Na presente pesquisa, foram avaliados os espaços livres públicos e seus entornos como variáveis independentes, no sentido de que o uso de substâncias psicoativas em determinados locais é influenciado pelas suas características espaciais. A abordagem metodológica utilizada para a sua verificação foi adaptada do estudo de Vivan (2012), que analisou a intervisibilidade como fator determinante para a prática de crimes, sendo, no caso em questão, interpretada a relação com o consumo de drogas (lícitas e ilícitas), a qual, conseqüentemente, foi considerada variável dependente.

Apesar da pesquisa central Paisagem Socializada (HARDT; HARDT, 2015), como comentado na seção 1 – Introdução, abarcar desde investigações de

doutoramento até estudos vinculados ao ensino médio⁷, um grupo de pesquisadores em nível de mestrado visou ao compartilhamento de informações para aprofundamento das suas respectivas análises e para a sinergia de diferentes abordagens. Assim, três dissertações, apesar dos seus focos diferenciados, integraram alguns dados; nesse contexto, além do presente estudo, destacam-se as de Lima (2015) e de Sehli (2015).

A primeira atividade para a avaliação de condições comportamentais nos objetos de estudo foi baseada no agrupamento dos dados já levantados pela pesquisa de Lima (2015), na qual foram realizados levantamentos quantitativos e georreferenciados dos usuários das mesmas praças em diferentes turnos e dias da semana, sistematizados no Quadro 2.

Quadro 2: Escala temporal adotada para levantamento de utilização dos espaços livres selecionados

DIAS DA SEMANA	HORÁRIOS	OBSERVAÇÕES
Segunda-feira Quarta-feira Sexta-feira Sábado Domingo	07h00-08h00	Uso matinal antes de estudo ou trabalho
	09h00-10h00	Uso matinal por pessoas que trabalham ou estudam em outro turno
	12h00-13h00	Intervalo de almoço do estudo ou trabalho
	15h00-16h00	Uso vespertino por pessoas que trabalham ou estudam em outro turno
	18h00-19h00	Uso após estudo ou trabalho
	20h00-21h00	Uso noturno

Fonte: Elaborado por Lima (2015) com base em McKenzie e Cohen (2006).

Para o desenvolvimento desta etapa, preliminarmente foram levantados os locais de permanência de crianças e adolescentes, bem como de adultos e idosos, sendo esses dados apropriados da pesquisa do Lima (2015), que adaptou a metodologia denominada “System for Observing Play and Recreation in Communities”, baseada em levantamentos momentâneos, sistemáticos e periódicos, voltados para indivíduos, dias⁸ e locais específicos de determinado espaço público (McKENZIE; COHEN, 2006). O inventário das informações, realizado em campo entre setembro e outubro de 2014 nas mesmas praças, foi organizado de acordo com o disposto no Quadro 3.

⁷ Especificamente, as pesquisas de Abade (2015); Barros (2014); Botelho (2015); Cabral (2015); Lapchensk (2014); Lima (2014; 2015; 2016); Mestres (2014); Oliveira (2014; 2015); Rabelo (2015); Ramos (2014); Santos (2014); Sehli (2014; 2015) e Silva (2015).

⁸ A pesquisa de McKenzie e Cohen (2006) adotou quatro horários diferentes em três dias da semana, mas, diante da utilização espacial diagnosticada preliminarmente, Lima (2005) optou por seis momentos diários, em cinco dias semanais, incluindo, obrigatoriamente, o sábado e o domingo.

Quadro 3: Descrição das informações sobre riscos e faixas etárias com respectivo tratamento para análise das condições comportamentais nos espaços livres selecionados

DADOS	DESCRIÇÃO	TRATAMENTO
Riscos	Substância consumida, classificadas em: álcool, tabaco, outras drogas.	Agrupamento, em alguns casos, em lícitas (álcool e tabaco) e ilícitas (outras drogas)
Faixas etárias	Crianças (total de 5 indivíduos com idade aproximada de 5 a 11 anos), adolescentes (total de 53 indivíduos com idade aproximada de 12 a 17 anos), adultos (total de 81 indivíduos com idade aproximada de 18 a 59 anos) e idosos (total de 3 indivíduos com mais de 60 anos)	Agrupamento para duas classes: crianças e adolescentes (total de 58 indivíduos com idade aproximada de 5 a 17 anos) e adultos e idosos (total de 84 indivíduos com idade aproximada de 18 a mais de 60 anos)

Fonte: Elaborado com base em Lima (2015)

Com vistas à contextualização da realidade local, foram elaboradas planilhas, com o *software* Microsoft Excel, contendo o número de usuários por espaço (LIMA, 2015), sendo nelas tabulados os percentuais de usuários que não faziam consumo de substâncias psicoativas e dos que consumiam álcool, tabaco, outras drogas ou o uso combinado de mais de uma substância. Esses dados também foram separados por grupos etários.

A segunda fonte de dados foi oriunda da pesquisa de Sehli (2015), cujo levantamento foi realizado no período entre a segunda semana de março e a última de setembro de 2014, por meio da aplicação de 144 questionários visando à interpretação da percepção dos moradores do entorno das praças. Pelo interesse específico da presente pesquisa, as informações foram selecionadas para aspectos relacionados ao consumo de drogas e à segurança, conforme consta no Quadro 4.

Quadro 4: Descrição das informações sobre companhia, distância e fatores inibidores e interferentes no uso com respectivo objetivo para análise das condições comportamentais nos espaços livres selecionados

DADOS	DESCRIÇÃO	OBJETIVO
Companhia	com quem esse entrevistado tinha o hábito de frequentar o espaço livre público em questão – classificada em: sozinho, amigos, família e outras	entender o grupo prevalente no uso do espaço
Distância	quantas quadras essa pessoa morava do espaço livre público – classificada em mais de 4, 3, 2 e 1 quadra	compreender a relação de vizinhança com o espaço livre público
Fatores inibidores do uso	o que inibe o uso – classificados em manutenção, drogas, barulho, insegurança	identificar os fatores interferentes no uso
Interferência dos fatores no uso	quanto os fatores interferiam na utilização ou não do espaço - classificados em totalmente, muito, pouco e nada	interpretar como esses fatores interferiam no uso

Fonte: Elaborado com base em Sehli (2015).

Os dados de Sehli (2015) foram incluídos na pesquisa com a finalidade de entender a percepção do público do entorno com referência aos espaços estudados.

Com o intuito de compreender as relações das características de uso de substâncias psicoativas pelos usuários com os aspectos ambientais internos das praças, foram desenvolvidos os seguintes passos (Figura 2):

- inserção dos dados do levantamento de campo (frequentadores das praças consumidores ou não de drogas), oriundos da pesquisa de Lima (2015), no *software* ArcGIS 10.1;
- vetorização dos elementos ambientais (antrópicos ou naturais) dos espaços livres públicos no mesmo programa computacional com referência na imagem de satélite do Google Earth (2014);
- cruzamento dos pontos georreferenciados do levantamento de campo (LIMA, 2015) com a base vetorizada.

Figura 2: Imagens aéreas de exemplificação dos procedimentos desenvolvidos para análise das relações entre comportamentos de risco dos frequentadores com aspectos ambientais internos dos espaços livres selecionados



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014); IPPUC (2012) e Lima (2015).

Os resultados desses procedimentos foram tabulados no *software* Microsoft Excel para obtenção de dados numéricos com vistas à sua avaliação quali-quantitativa, considerando, inclusive, a classificação entre substâncias lícitas e ilícitas.

Como finalização desta etapa, foram integrados os dados de todos os espaços visando à análise conjunta das condições comportamentais.

2.3.3 Comportamentos de risco e permeabilidade visual

Esta terceira etapa da análise individual dos espaços selecionados compreendeu levantamentos de campo com a finalidade de agregar dados referentes às barreiras e permeabilidades visuais internas, conforme o disposto no Quadro 5.

Quadro 5: Descrição das informações sobre forma e aspectos ambientais, barreiras e permeabilidades visuais internas com respectivo objetivo para análise das condições comportamentais nos espaços livres selecionados

DADOS	DESCRIÇÃO	OBJETIVO
Forma (resultados das etapas anteriores)	Análise espacial da morfologia	Verificar a interferência dessa variável na ocupação dos espaços
Aspectos ambientais internos (resultados das etapas anteriores)	Elementos contidos nos espaços livres públicos de interesse	Relacionar os locais de permanência dos usuários com aspectos ambientais internos das praças
Barreiras e permeabilidades visuais internas	Elementos contidos nos lotes (a exemplo de muros) e seu respectivo percentual de permeabilidade visual	Relacionar o percentual de permeabilidade visual com o consumo de substâncias psicoativas

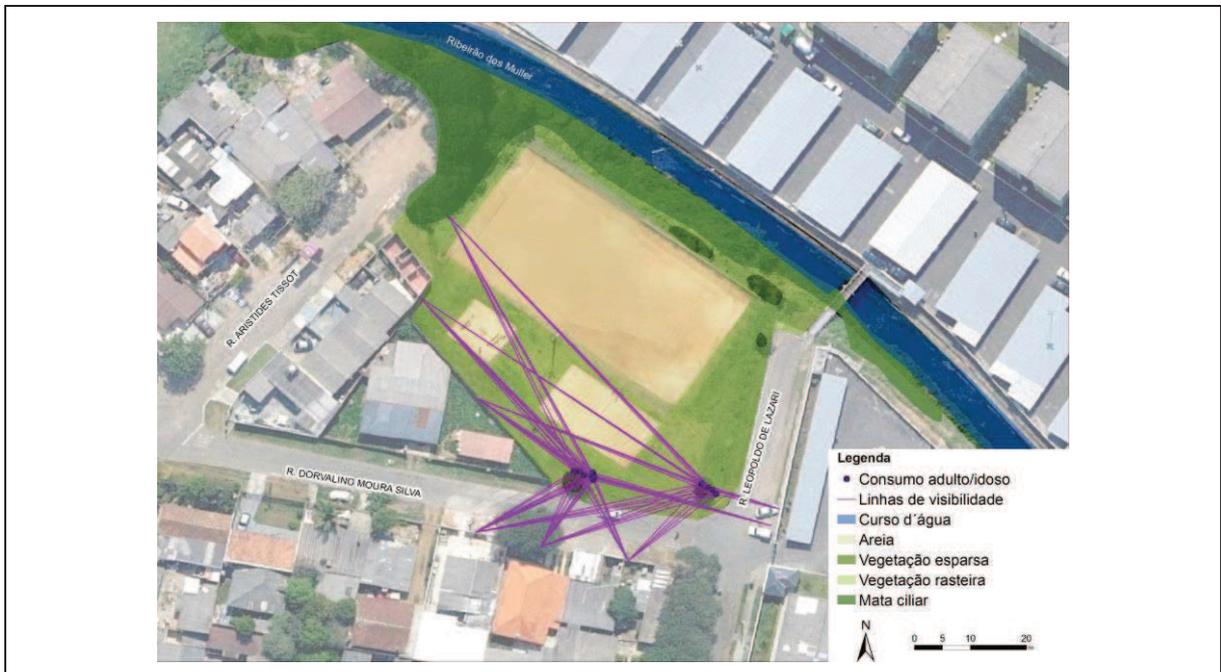
Fonte: Elaborado a partir de levantamentos de campo (2015) em associação com resultados anteriores.

Assim, para a identificação de relações entre forma e apropriação do espaço pelos grupos de crianças e adolescentes, e de adultos e idosos, principalmente referentes ao uso de substâncias psicoativas, foram analisados diversos aspectos dos espaços em questão.

Esta etapa compreende a adaptação da metodologia aplicada por Vivan (2012), que, referenciada em Bondaruk (2007), Hillier e Hanson (1997), Jacobs (2011) e Newman (1996), estudou os relacionamentos entre ocorrência de crimes em determinados espaços e a ausência de permeabilidade visual, além da relação do espaço privado com o público, sendo de relevante importância para o estudo da forma. Para a presente pesquisa, com o objetivo de entender a inter-relação entre permeabilidade visual e riscos sociais, foi necessária a integração dessas duas variáveis com as distâncias.

A variável “comportamentos de risco” compreendeu, nos momentos do levantamento de campo de Lima (2015), a situação de cada indivíduo em relação ao uso ou não de substâncias psicoativas e sua localização georreferenciada no espaço de interesse, conforme o que pode ser visualizado na Figura 3. Para barreiras e permeabilidades visuais internas, foram analisadas as vedações (como, por exemplo, muros) dos lotes do entorno imediato dos espaços de interesse. Nessa situação, foram coletados dados sobre percentual de vistas permeáveis nesses bloqueios (Figura 4), referentes às divisas confrontantes de cada praça.

Figura 3: Imagem aérea de exemplificação dos procedimentos desenvolvidos para espacialização da relação de comportamentos de risco com permeabilidade visual dos espaços livres selecionados



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), em IPPUC (2012), EM Lima (2015) e em levantamentos de campo (2015).

Nota: Exemplo relativo ao grupo de adultos e idosos.

Figura 4: Vistas de exemplificação da escala adotada para levantamento de permeabilidade visual das vedações dos imóveis limítrofes aos espaços livres selecionados

			
0,0 a 24,9%	25,0 a 49,9%	50,0 a 74,9%	75,0 a 100,0%

Fonte: NOGUEIRA (2015)

Para o cálculo das distâncias, foram exportados os dados do *software* ArcGIS para o ambiente AutoCAD, ferramenta de maior precisão e própria para desenhos técnicos, sendo mais apropriada para a aferição dessas medidas. Também foram enviados para o *computer aided design* (CAD – desenho assistido por computador) os usuários em risco e o vetor dos lotes, sendo as linhas de visuais traçadas com origem em cada indivíduo localizado no espaço e final no primeiro elemento de bloqueio externo (por exemplo: edificação, maciço arbóreo ou outro componente espacial que efetivamente representavam barreira visual).

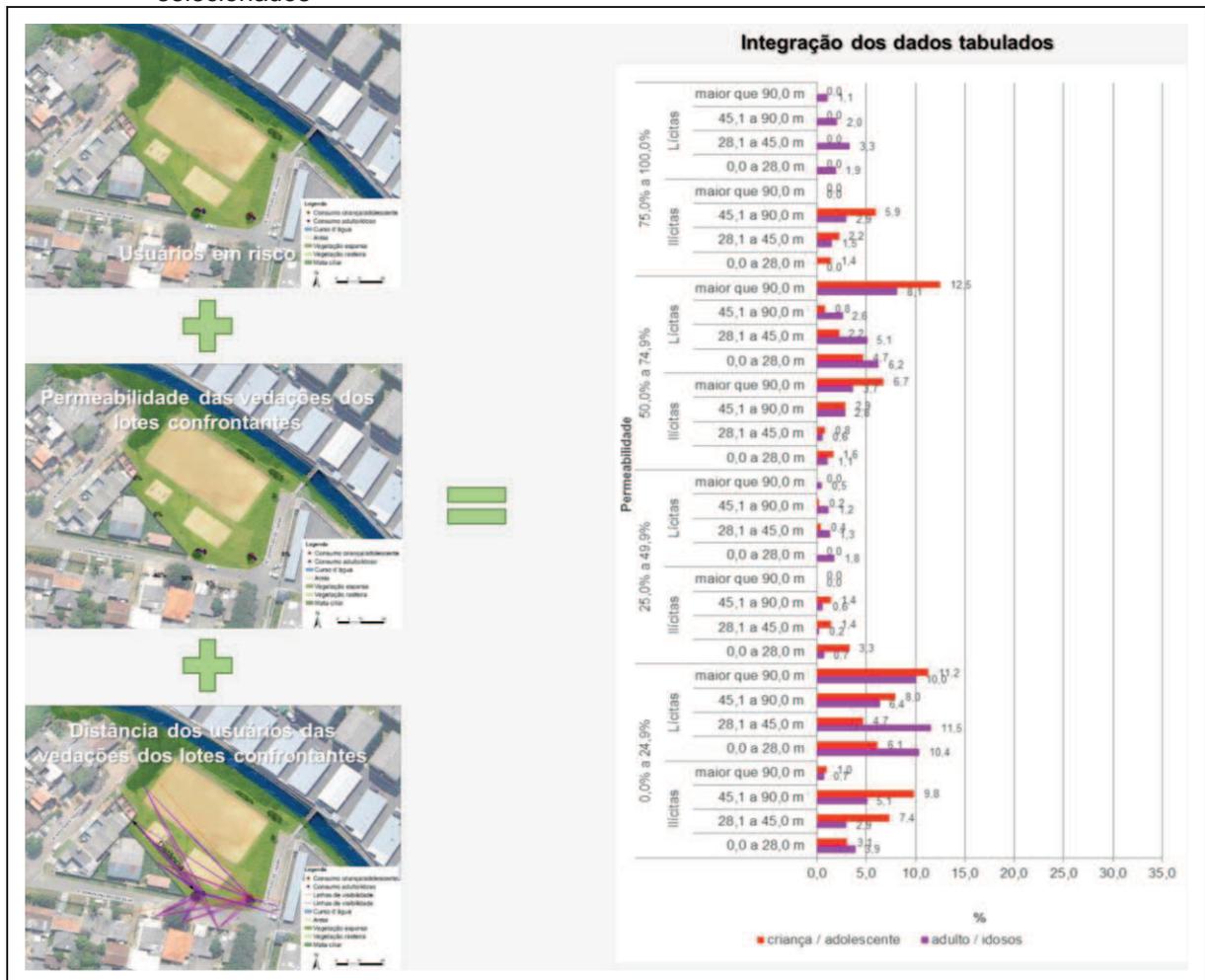
Com todas as linhas traçadas, os dados foram transferidos novamente para a ferramenta de geoprocessamento, para cálculo de distância do usuário ao elemento de bloqueio visual, sendo identificados os percentuais de permeabilidade visual da vedação, bem como seu material e altura. Um exemplo dos resultados desse processo pode ser visualizado na Figura 5.

As informações foram tabuladas no programa Microsoft Excel e transformadas em gráficos, sendo o número de linhas representado no eixo x em percentual para cada praça, com o eixo y abrindo as distâncias, divididas em quartis⁹ de 0 a 26,0 m, de 26,1 a 45,0 m, de 45,1 a 90,0 m e maior que 90,0 m. Para efeitos de comparação, os dados foram tabulados tanto para crianças e adolescentes quanto para adultos e idosos. Outro dado inserido no eixo y foi o percentual da permeabilidade visual das vedações de lotes, correspondendo o valor de totalmente transparente a completamente opaca, ou seja, com a sem relação visual da edificação inserida no lote com a rua e a praça; esses percentuais também foram divididos em quartis (de 0,0% a 24,9%, de 25,0% a 49,9%, de 50,0% a 74,9%, e de 75,0% a 100%).

Ao final, para todos os espaços livres selecionados, foram interpretadas as proporcionalidades de consumidores de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas segundo relações entre permeabilidade visual e distância.

⁹ Segundo Fernandes e Pinto (2013, p.1), “quartis são os valores que dividem um conjunto de dados em quatro partes iguais”.

Figura 5: Imagens aéreas e gráfico de exemplificação dos procedimentos desenvolvidos para a integração de dados relacionados a permeabilidade visual interna dos espaços livres selecionados



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), em IPPUC (2012), em Lima (2015) e em levantamentos de campo (2015).

2.4 PROCESSO DE AVALIAÇÃO INTEGRADA DOS RESULTADOS

Apoiada em métodos analíticos e em técnicas de síntese, as informações levantadas ao longo da pesquisa e os resultados anteriores foram agrupados com referência ao posicionamento espacial (locais de consumo de substâncias psicoativas) e à intervisibilidade social, considerando três situações: crianças e adolescentes; adultos e idosos; e os dois grupos.

A primeira integração visou ao reconhecimento de padrões de consumo dos usuários e ao seu relacionamento com características espaciais, ou seja, da conexão do número de usuários de substâncias psicoativas em cada local e da proporcionalidade de consumidores dessas substâncias (lícitas e ilícitas), ambas as

informações já explicitadas nas subseções anteriores, formando, nesta etapa, um único gráfico para todos os espaços.

A outra variável analisada nessa seção foi a visibilidade de aberturas do entorno imediato, compreendendo os **aspectos externos** (Quadro 6), a partir do levantamento desses elementos nos imóveis limítrofes aos espaços selecionados e enquadramento dos seus respectivos graus de permeabilidade visual (Figura 6), procedimento este baseado no trabalho de Vivan (2012).

Quadro 6: Descrição das informações sobre intervisibilidade a partir de aberturas externas com respectivo objetivo para avaliação integrada dos resultados referentes aos espaços livres selecionados

DADO	DESCRIÇÃO	OBJETIVO
Número de aberturas externas	Quantidade de portas e janelas por edificação de lote limítrofe e suas respectivas visuais – classificadas em total, parcial e nula	Verificar a influência das aberturas no consumo de substâncias psicoativas

Fonte: Elaborado a partir de levantamentos de campo (2015) em associação com resultados anteriores.

A classificação dessa variável foi efetivada da seguinte maneira:

- a) nula – quando a abertura apresenta opacidade ou há elementos que não permitem a ampla visibilidade dos espaços livres públicos;
- b) parcial – quanto a visibilidade para a praça tem alguma obstrução que permite apenas a visualização limitada;
- c) total – quando a abertura não apresenta opacidade e não há nenhum outro elemento obstruindo a visibilidade dos locais estudados.

Figura 6: Vistas de exemplificação da escala adotada para levantamento de visibilidade das aberturas externas dos imóveis limítrofes aos espaços livres selecionados



Fonte: NOGUEIRA (2015)

A última análise relacionou os dados obtidos na etapa anterior com os usuários de substâncias psicoativas (lícitas e ilícitas), em três passos:

- a) levantamento de portas e janelas das edificações circunvizinhas com suas visibilidades (explicitado na etapa anterior);
- b) dimensionamento da largura de todas as quadras confrontantes aos espaços livres públicos;
- c) média da distância linear com o número de aberturas.

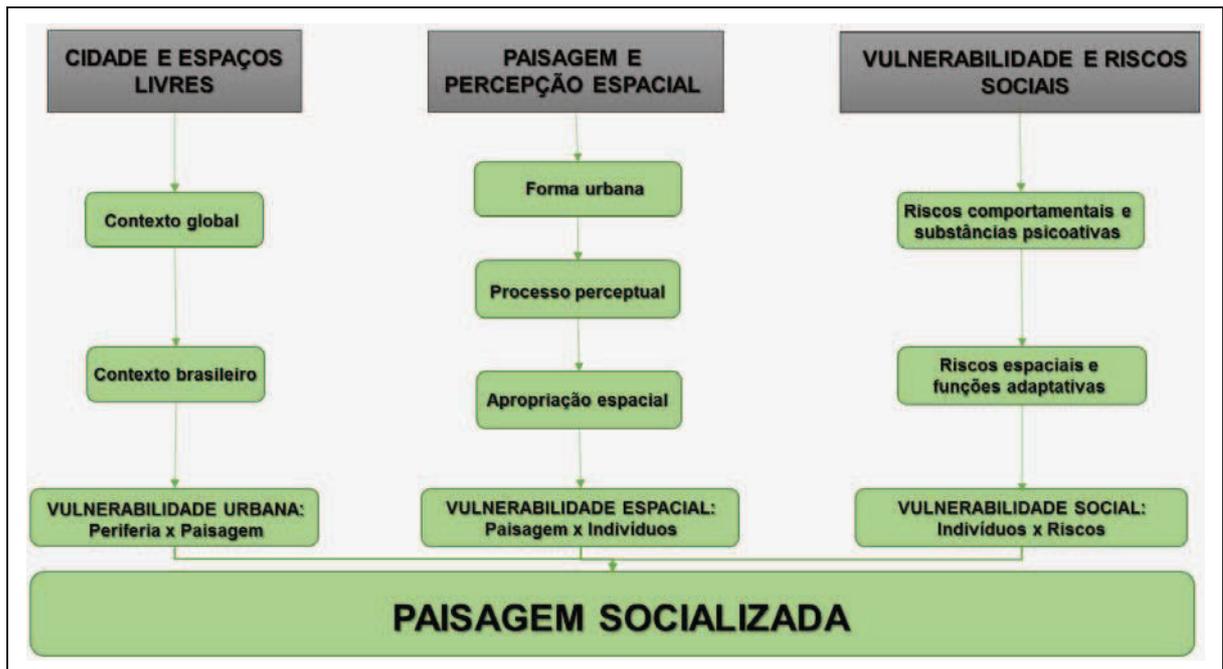
Parte desses dados foram obtida em campo – aberturas – e outra por meio de medições no *software* ArcGIS. Na sequência, os dados foram para o programa Microsoft Excel e confeccionados gráficos agregando riscos e médias obtidas anteriormente, com a finalidade de interpretar as relações entre as citadas aberturas e a atratividade local para consumo de substâncias psicoativas.

As fases anteriores foram desenvolvidas com a finalidade precípua de fornecimento de bases para gestão urbana, sob a forma de diretrizes urbanísticas, considerando diversas vertentes de premissas arroladas a partir dos resultados alcançados para a área de estudo e discutidos à luz da fundamentação teórica a seguir apresentada.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O objetivo desta seção é subsidiar a discussão dos resultados da pesquisa a partir do tratamento dos temas contidos na Figura 7, considerados essenciais para o entendimento da cidade e seus espaços livres públicos, da paisagem e sua percepção e apropriação, e da vulnerabilidade e riscos associados a usuários desses locais, constituídos por dois grupos etários básicos – o primeiro formado por crianças e adolescentes, e o segundo por adultos e idosos –, com destaque para as suas interações com substâncias psicoativas. Conforme citado na parte introdutória deste documento, essa abordagem se relaciona com a pesquisa central – Paisagem Socializada –, apresentada na seção anterior.

Figura 7: Organograma de temas abordados na fundamentação teórica



Fonte: Elaborada com base nas referências consultadas.

3.1 CIDADE E ESPAÇOS LIVRES

Esta subseção é especialmente focada em abordagens relacionadas a espaços livres urbanos, tratando desde aportes conceituais até a sua contextualização histórica e contemporânea, no mundo e no país, com especial enfoque, neste último caso, à segregação socioespacial.

Lamas (2007) define território como um espaço no qual um grupo humano se estabelece, alterando fisicamente o local e ordenando suas funções e usos. O autor ainda comenta que se opõe ao natural, à medida que há interferência do homem nesse contexto.

Para Tuan (2013, p.49), “o espaço é um termo abstrato para um conjunto de ideias” e “[...] os princípios fundamentais da organização espacial encontram-se em dois tipos de fato: a postura e a estrutura do corpo humano e as relações (quer próximas ou distantes) entre pessoas”, sendo organizado conforme as necessidades biológicas do homem e suas relações sociais.

Considerando o conceito anterior, as cidades são consequências da formação desse território. Segundo Ascher (2010, p.19), são agrupamentos que não produzem seus próprios meios de subsistência alimentar, onde são distribuídas atividades técnicas, sociais e espaciais da produção, implicando em uma interdependência de seus habitantes, sendo seu crescimento marcado pela “história das técnicas de transporte e estocagem de bens, de informações e de pessoas” (ASCHER, 2010, p.20).

Em seu plano específico, a cidade pode se apoderar das significações existentes, políticas, religiosas, filosóficas. Apoderar-se delas para dizer, para expô-las pela via – ou pela voz – dos edifícios, dos monumentos, e também pelas ruas e praças, pelos vazios, pela teatralização espontânea dos encontros que nela se desenrolam (LEFEBVRE, 2006, p.62).

Assim, o espaço urbano compreende diferentes usos de terra justapostos, estabelecendo, ao mesmo tempo, relações entre si, mas em graus diferentes, que se manifestam pelos deslocamentos, como reflexos da sociedade (CORRÊA, 2002).

Nesse contexto, há organização em três diferentes escalas. A primeira – da rua – é integrada pela menor porção espacial, ilustrada pela via propriamente dita e pela praça; esse espaço pode ser compreendido com um olhar atento do observador dirigido ao seu entorno. A segunda – do bairro – é composta por um

conjunto estrutural de ruas, praças ou formas de escalas inferiores. A terceira – da cidade – é a junção de vários bairros entre si (LAMAS, 2007); nessa esfera, o espaço pode ser subdividido em livre e construído.

Queiroga (2006) classifica os espaços livres em públicos ou privados, onde diferentes formas de vida da sociedade podem ser caracterizadas com ações de esfera social.

O que as diferencia uma das outras é que no meio privado, essas ações dizem respeito a um conjunto mais específico e selecionado de pessoas, voltando-se, em alguns casos, à segregação socioespacial de determinados grupos. Já o espaço de uso público deve ser visto de maneiras distintas, não possuindo necessariamente uma vida comunitária (QUEIROGA, 2006)

Para um espaço público ser efetivamente ocupado por grupos sociais heterogêneos ou até mesmo por um conjunto específico de cidadãos, faz-se necessária a tomada de “decisões urbanísticas arquitetônicas diante das demandas contemporâneas de novas espacialidades públicas” (QUEIROGA, 2006, p.135).

Lynch (2011) categoriza os espaços livres públicos em: parque regional; parque urbano; praça; parque linear; parque infantil e campo de jogos; terreno baldio e parque de aventuras.

No âmbito da presente pesquisa, cabe destaque ao parque urbano e, em especial, à praça. O primeiro está contido na área urbanizada e faz parte do contexto visual da cidade, sendo seu tamanho inferior ao do regional. Sua função é relacionada com o lazer do dia a dia, das pessoas que estão nos arredores, e tem caráter informal. Para aquele autor, precisa de manutenção constante e pode comportar problemas de segurança no período noturno.

Já a praça é normalmente limitada por ruas circundantes e suas características se voltam à atração de grupos de pessoas e à facilitação de encontros, podendo ou não conter vegetação. Constituindo um elemento urbano que compõe a cidade, é essencialmente ligada a questões sociais, formais e estéticas de determinado assentamento (ROBBA; MACEDO, 2002).

Como o valor espacial histórico “deriva da conjunção entre as características da materialidade territorial e as características das ações” (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p.248), foram atribuídos, ao longo dos séculos, diversos usos aos espaços livres públicos, conforme as necessidades da sociedade; nesse sentido, as próximas subseções tratam da contextualização dessas transformações – desde

uma perspectiva global até um cenário nacional – até o processo de segregação socioespacial.

3.1.1 Contexto global

As cidades tiveram o seu início no período pré-histórico e, segundo Mumford (2001), o homem paleolítico tinha a conveniência de culto aos mortos e a necessidade constante de manter um local fixo para essa finalidade, acreditando-se que, de tempos em tempos, retornava a esses locais (HARDT; HARDT, 2007); dessa forma, a cidade dos mortos precedeu a dos vivos. Entretanto, o desenvolvimento da agricultura e a domesticação dos animais, no período mesolítico, iniciaram o processo de fixação do homem em um único local, gerando o surgimento de aldeias, normalmente estruturadas em torno de um espaço aberto central destinado a funções comunitárias (MUMFORD, 2001).

Na Idade Antiga, iniciada por volta de 3000 a.C., a sociedade grega era formada por “pequenos principados independentes” (BENÉVOLO, 2005, p.75), com a origem das chamadas “*polis*” (cidades estado) em colinas e a extensão dos seus povoados se estendendo pelas planícies, formando a cidade alta (acrópole) e a baixa, onde eram desenvolvidos o comércio e as relações civis em três zonas: privadas, em geral ocupadas por casas e moradias; sagradas, principalmente relacionadas com templos e instalações similares, e públicas, destinadas em especial às reuniões políticas (com destaque para a praça denominada “*ágora*”), ao comércio, ao teatro e aos jogos (BENÉVOLO, 2005; MUMFORD, 2001). Nessa conjuntura, à cidade correspondeu a formação efetiva de um organismo artificial dentro de um ambiente natural.

As cidades romanas, por sua vez, tiveram características semelhantes às gregas, porém com traçados mais regulares e ortogonais, em função da topografia mais favorável, inclusive com orientação pelos pontos cardeais; a largura das ruas era normatizada, assim como os recuos das casas e muros (RIBEIRO, 1993). No cruzamento das vias principais, localizavam-se o predatório, “[...] centro administrativo civil ou militar, que evoluiria para o *fórum*, [compreendendo, ainda,] templos, teatro, termas e outros elementos da composição e decoração urbana” (RIBEIRO, 1993, p.311), a exemplo de espaços livres com escalas e funções diversificadas.

Com o declínio do Império Romano do Ocidente, seus territórios norte-ocidentais, já ocupados pelos reinos bárbaros após o século V, sofreram diversas tentativas de invasão pelos árabes e, mesmo resistindo a esses problemas, a vida nas cidades foi reduzida e, em diversas situações, interrompida (BENÉVOLO, 2005). Nessa época – Idade Média –, o núcleo urbano perdeu importância e surgiu o modelo econômico rural com feudos. Nesse cenário, o remanescente urbano atuava como um “[...] refúgio; os grandes edifícios da Antiguidade – termas, teatros, anfiteatros – se [...] transformaram] em fortalezas” (BENÉVOLO, 2005, p.253).

As cidades retomaram a sua ascensão de forma rápida e contínua a partir do século XI, em pleno período medieval, sendo esses núcleos urbanos caracterizados pela falta de planejamento, com consequências no traçado irregular. As ruas não eram “todas iguais, mas [...] existia] uma gradação contínua de artérias principais e secundárias; as praças [principalmente com funções comerciais] não [...] eram] recintos independentes das ruas, mas largos ligados estreitamente às ruas que para elas [...] convergiam]” (BENEVOLO, 2005, p.269). Com o aumento gradativo da população, por volta do século XIV, as muralhas principais das cidades não mais comportavam os moradores nos seus interiores, com Benévolo (2005) chamando as residências localizadas fora desses anéis como “subúrbios”.

As cidades renascentistas, obras marcantes da Idade Moderna, surgiram no início do século XV, com os artistas florentinos. Então, arquitetos, escultores e pintores foram responsáveis por descobrir uma “nova maneira de projetar os edifícios, de pintar e de esculpir” (BENÉVOLO, 2005, p.401). Essas construções foram planejadas com proporcionalidades, métricas e matérias (BENÉVOLO, 2005), desenvolvendo-se inicialmente na Itália e se disseminando por toda a Europa. Os mesmos princípios compositivos foram extrapolados para as áreas livres públicas, densamente adornadas com elementos construídos (HARDT; HARDT, 2007).

O traçado da cidade barroca era semelhante, com o espaço urbano mais movimentado pelas composições “com forte índole passional (‘cidade cenário’); a simetria era relativa (em composição, mas não em detalhes)” (HARDT; HARDT, 2007, p.105). Nessa conjuntura, os espaços livres foram valorizados por meio de extensos ajardinamentos e por cenários de larga escala.

Com a Revolução Francesa, em 1789, ocorreu o surgimento da Idade Contemporânea, cujos primórdios foram marcados pela Revolução Industrial, iniciada em Londres, no século XVIII, e rapidamente dispersa pelo mundo. As indústrias atraíram grande contingente de pessoas para as cidades e a rapidez do crescimento urbanístico, aliada à queda da mortalidade infantil e ao aumento da expectativa de vida, promoveram diversos problemas estruturais e sociais de difícil solução.

Nesse momento, as pessoas precisavam ser reordenadas espacialmente em função do aumento da população residente e da falta de oportunidades, surgindo o fenômeno da periferização (BENÉVOLO, 2005). Com essa explosão demográfica, os centros das cidades se tornaram caóticos, com ruas estreitas e excesso de pessoas morando em uma mesma residência. Os mais abastados começaram a abandonar as suas antigas casas na busca por maior conforto e esses espaços ociosos foram divididos em pequenas moradias improvisadas. Os jardins dessas casas também foram ocupados por novas construções e barracões industriais (BENÉVOLO, 2005)

Jardins que eram antes destinados à paz e contemplação, e normalmente confinados em palácios, mosteiros e conventos, começaram a ser substituídos, no final do século XVIII e no começo do XIX, pelos primeiros espaços efetivamente ajardinados para serem destinados ao uso coletivo (ROBBA; MACEDO, 2002).

As diferenças sociais começaram, então, a transparecer, com os ricos habitando residências mais afastadas (vilas) e os pobres com habitações menos isoladas, em moradias em fileiras ou em edifícios de vários andares. As habitações dos menos favorecidos surgiram próximas às indústrias e em locais desprovidos de espaços públicos, momento esse denominado por Benévolo (2005) como “Liberal”.

O período Pós-Liberal foi marcado pela atuação de administrações governamentais que determinavam o que seria coletivo e o que constituiria a propriedade imobiliária, o respeito à propriedade e os limites entre o espaço público e o privado. Apesar dessas mudanças, a periferia carente não foi alterada em função do custo das moradias e o déficit habitacional continuou aumentando (BENÉVOLO, 2005).

A cidade modernista, fruto de movimentos específicos da Idade Contemporânea, já teve a contribuição de “artistas” ou “técnicos” desde os anos 1850, sob a ideia de uma urbe única, cujas suas funções – habitar, trabalhar, cultivar

o corpo e o espírito, e circular – pudessem ser sobrepostas, como proposto por Le Corbusier (1993) e referendado pela Carta de Atenas¹, em 1933.

Hardt e Hardt (2007, p.104) explicam que as grandes crises políticas mundiais também induziram a transformação dos núcleos urbanos, “notadamente em razão do seu acelerado crescimento populacional, gerando periferias com precárias condições sociais e ambientais, especialmente em países menos desenvolvidos”. Os autores ainda mencionam que, atualmente, os traçados urbanísticos são diversificados, inclusive no Brasil, com diferenciadas soluções de espaços livres públicos, em termos tanto quantitativos quanto qualitativos.

3.1.2 Contexto brasileiro

No período colonial, quando prevalecia o sistema de concessão de terra para exploração (sesmaria), o sesmeiro concedia à igreja o direito a uma parte da gleba, cujo centro recebia o próprio espaço edificado destinado às orações; em seu entorno, eram feitas divisões de lotes menores para os que tinham interesse de se estabelecer nesses locais, os quais podem ser considerados os “embriões” das cidades brasileiras. Neles, “foram construídos paulatinamente o casario e as edificações que compunham uma freguesia, arraial ou vila” e as primeiras áreas livres públicas surgiram como adros das igrejas, ou seja, “em frente aos templos” (ROBBA; MACEDO, 2002, p.18-19), formando as praças das matrizes. Sua importância cresceu à medida que esses povoados se expandiram, atraindo para a proximidade desses espaços abertos, as casas mais imponentes, os prédios públicos mais importantes e o comércio mais ativo.

Nesse sentido, os assentamentos coloniais tinham semelhanças com as tradições urbanísticas da Europa medieval, com núcleos se desenvolvendo a partir de estruturas religiosas ou de entrepostos comerciais, com sua similaridade atrelada à sua estrutura morfológica (MARX, 1980; ROBBA; MACEDO, 2002).

¹ A Carta de Atenas é o documento oficial de manifesto urbanístico originado da assembleia do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado na cidade homônima, em 1933 (GALBIERI, 2008).

Ruas, largos e praças iam se configurando a partir da construção do casario, resultando em ruas estreitas e tortuosas, que convergiam para a edificação central do assentamento. Diferiam, porém, quanto à função, ao uso e à apropriação do espaço livre público (ROBBA; MACEDO, 2002, p.21).

Nesse momento, a praça significava uma forma de interação de elementos da sociedade, com estratos que variavam entre a demonstração de fé e o poder dos ricos, mas também com lugar para os pobres, tornando-a polivalente, como “palco de muitas manifestações dos costumes e hábitos da população, lugar de articulação entre os diversos estratos da sociedade colonial” (ROBBA; MACEDO, 2002, p.22).

No final do século XVIII e início do XIX, foi construído o primeiro jardim público brasileiro, especificamente no Rio de Janeiro, motivado pelas novas ideias que surgiam nas cidades europeias, onde a burguesia necessitava de locais para demonstração da sua riqueza; já no Brasil, essa perspectiva não vingou pela inexistência de significativo número de representantes da classe burguesa que demandasse o local, transformando-o em um “espaço ermo, vazio, inseguro e, conseqüentemente, pouco atraente para a aplicação de recursos públicos” (ROBBA; MACEDO, 2002, p.24).

Apenas em 1862, essa área foi restaurada e reaberta para a população; nesse momento, já surgia uma elite urbana que podia frequentá-la, tornando realidade o hábito europeu. Progressivamente, esse exemplo ficou mais comum nas cidades brasileiras, inclusive em Curitiba, sendo, em 1886, inaugurado o seu primeiro passeio público. As edificações também começaram a ser alteradas, com adesão ao ajardinamento, como forma de embelezamento, e com afastamento das divisas dos lotes, sendo construídos palacetes, com entorno de jardins românticos e clássicos, grande parte em função do enriquecimento pela exportação de produtos como café e borracha (ROBBA; MACEDO, 2002, p.25).

No contexto urbanístico, o Rio de Janeiro, ainda reconhecido como Distrito Federal, experimentou uma grande alteração urbana durante o século XIX, agravada pela produção fabril, que desestruturou o seu modelo anterior. A necessidade de regulamentação se tornou evidente diante do aumento exponencial da população e do conseqüente caos urbano, sendo, em 1832, estabelecido um código de posturas, dividido em duas seções principais: saúde pública e política da cidade. Todavia, Pechman e Fritsch (1985) explicam que essas medidas foram

insuficientes para solucionar os problemas causados pela falta de planejamento e déficit habitacional.

Novas ideias oriundas da Europa influenciaram a disposição das casas nos lotes, antes erguidas ao longo da testada do imóvel e coladas às edificações vizinhas. Inicialmente, foram afastadas em “um dos lados do lote, permitindo uma entrada mais condigna, [...]. Depois, [...] de ambas as construções laterais, realçando linhas neoclássicas ou ecléticas” (MARX, 1980 p.60), até se desprenderem totalmente dos limites do terreno.

Apenas ao final do século XIX e no começo do XX, quando as ruas também começaram a receber tratamento com ajardinamento, houve, paralelamente, o surgimento de “campanhas de modernização, salubridade e embelezamento das cidades” (ROBBA; MACEDO, 2002, p.27).

Nesse contexto, as intervenções urbanas visaram principalmente criar uma nova imagem da cidade, em conformidade com os modelos estéticos europeus, permitindo às elites dar materialidade aos símbolos de distinção relativos à sua nova condição. Essa modernização terá, todavia, como sua principal característica a não-universalidade. De fato, as novas elites buscam desesperadamente afastar de suas vistas – e das vistas do estrangeiro – o populacho inculto, desprovido de maneiras civilizadas, mestiço (RIBEIRO; CARDOSO, 1996, p.59).

Um dos exemplos de intervenção mais enérgica foi o Rio de Janeiro, onde, pela falta de regulamentação nos períodos anteriores e pelo aumento populacional, já se instaurava uma crise urbanística. No início do século XX, foram regulados diversos setores, como trabalho, propriedade, usos, concessionárias, segurança, silêncio, moral pública, saúde pública e usos da cidade pela União; também houve regulamentação de aspectos ambientais, sendo contemplada a conservação de recursos naturais e a defesa da estética, por intermédio do embelezamento dos jardins públicos e da implementação de praças e arborização viária. Além dessas preocupações, também foi definida a obrigatoriedade de pintura, caiação, consertos e limpeza dos imóveis em faces visíveis à via pública (PECHMAN; FRITSCH, 1985).

Essas políticas sanitaristas foram igualmente usadas para a expulsão das classes mais empobrecidas que, por algum motivo, ocupavam as áreas centrais. Segundo Villaça (2001, p.226), “um dos traços mais marcantes do processo de urbanização que se manifestou no Brasil a partir do final do século XIX foi o rápido crescimento das camadas populares urbanas”.

Os fazendeiros e senhores de engenho não se engajaram em atividades urbanas e se transferiram para as cidades maiores ou se ruralizavam totalmente, ou nutriam a classe média urbana, inclusive em estagnadas e decadentes cidades do interior. A migração da elite rural para as cidades engrossou não somente as fileiras da classe média da burguesia, mas também as das camadas populares, já que elas vinham como seus “agregados”; embora as senzalas já estivessem diminuindo continuamente, ainda era grande a criadagem “livre” nas casas da aristocracia urbana e até mesmo na classe média. (VILLAÇA, 2001, p.226).

À medida que esses “funcionários” do senhor foram abandonando a casa dos patrões ou foram demitidos, essa população foi se transferindo para as grandes cidades; nessa situação, se conseguiam algo, era por meio do subemprego, sendo que, nesse período, os postos de operários eram reservados aos estrangeiros (que, nas regiões do Rio de Janeiro e de São Paulo, eram predominantemente portugueses e espanhóis). Nesse contexto, ocorreu a produção de dois tipos de bairros residenciais populares: aqueles localizados em regiões centrais, comuns na segunda metade do século XIX, e os periféricos, que tiveram o seu início dos anos 1900, em função da expulsão dessas classes sociais do centro (VILLAÇA, 2001).

Para Villaça (2001, p.142), a segregação espacial “é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole”. Para o autor, uma das características mais marcantes da metrópole brasileira consiste na segregação espacial de bairros residenciais específicos de determinadas classes sociais. Nesse cenário, “a homogeneidade das áreas sociais traduzia o novo papel que o espaço assumiu na identificação das pessoas quando o industrialismo acelerou a mobilidade social” (SALGUEIRO, 1998, p.40), com o bairro e a casa passando a constituir bens que ofereciam reconhecimento.

Oliveira (2004, p.83) expõe que a segregação é o resultado de “barreiras criadas pelos diversos grupos sociais que determinam a exclusão e a tensão segundo suas diferenças e desigualdades. Ela é tanto social como espacial, e indica como os grupos inter-relacionam-se na cidade”.

Segundo Villaça (2001), o padrão de segregação mais conhecido é o estabelecido entre centro e periferia, o qual, até um determinado período, era usual na maior parte das metrópoles brasileiras; nesse caso, as classes de maior poder aquisitivo estariam localizadas nas áreas centrais, enquanto as que não teriam condições financeiras de arcar com o valor da terra se estabeleceriam nas porções mais distantes. Porém, esse movimento já não é mais uniforme, pois essa unidade

geográfica foi alterada ao longo das décadas e hoje comporta uma série de condomínios, com moradores de alta renda em regiões distantes do centro.

A formação desses espaços é relacionada com duas condições de segregação: voluntária e involuntária (GIST; FAVA, 1968² apud VILLAÇA, 2001). A primeira compreende setores onde há opção de escolha pelo local no qual se quer estabelecer, podendo ocorrer a seleção de moradia com pessoas de mesma classe. A segunda envolve indivíduos que, por falta de alternativa para localização da sua habitação, são obrigadas a morar em um local ou a sair de outro por vários motivos. Considerando essas premissas, os segregados são aqueles que, por alguma razão, não têm acesso às mesmas condições que os demais.

No Brasil, nos finais dos anos 1960, o processo foi atenuado, inicialmente pela migração do campo para a cidade, com conseqüente valorização do mercado da habitação, com essas mudanças provocando a ampliação da fragmentação espacial, com a acentuação de enclaves, e o aumento da complexidade social (MENDES, 2011).

Assim, a marginalização se torna uma desvantagem, pois o fato da não possibilidade de escolha pode, por diversos fatores, dificultar a sustentabilidade desses atores, ou seja, pode, por vezes, levá-los para longe do local de trabalho, gerando um deslocamento longo e caro. Dessa forma, “a segregação é um processo dialético, em que a [...] de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a [...] de outros” (VILLAÇA, 2001, p.148).

Como eram muito penosos para as camadas de baixa renda, os deslocamentos foram cuidadosamente priorizados, e o mais importante deles era o deslocamento para o trabalho. Assim, a disputa por localizações próximas aos locais de trabalho determinou diferentes tipos de regiões residenciais de baixa renda (VILLAÇA, 2001, p.233).

Nesse âmbito, as regiões mais disputadas para reduzir a distância do trabalho em relação à moradia foram as zonas mais próximas as indústrias, pois havia maior concentração de empregos (VILLAÇA, 2001).

²

Ver argumentação dos autores em:
GIST, Noel; FAVA, Sylvia. **La sociedad urbana**. Barcelona, Omega, 1968.

Nesses locais, as condições gerais de vida também não estavam a contento para atender as necessidades desses indivíduos, pois, normalmente, as áreas com melhor investimento já estavam habitadas por setores mais abastados, sendo que os de menor renda, além de já estarem em regiões menos favoráveis ao seu desenvolvimento, também careciam de serviços básicos para a melhoria da sua qualidade de vida, formando um círculo vicioso, com a vulnerabilidade se transformando em realidade (GIDDENS, 2005).

A exclusão social é configurada por um nível de discriminação ou privação de bens, vulnerabilidade e separação dos demais membros mais abastados da sociedade. O indivíduo nessa condição, por vezes, nasceu nesse meio e não teve oportunidades para a sua ascensão social. Além da segregação econômica, também existem outras formas: a cultural, a territorial e a étnica. À primeira corresponde a privação à escola e às informações, enquanto a segunda é relacionada com o fenômeno da marginalização e do afastamento do restante da sociedade e equipamentos (FEIJÓ; ASSIS, 2004).

Assim, moradores de regiões segregadas se tornam mais vulneráveis em diversas vertentes da cidade, tanto no que se refere à paisagem quanto à dinâmica dos seus elementos, os quais são, por vezes, de pior qualidade e, em várias ocasiões, menos atrativos. Essa condição agrava ainda mais as diferenças sociais e propicia a marginalidade e a violência, entre outros problemas gerados pela falta de assistência de diversos setores da sociedade.

Peponis (1989³ apud Holanda, 2002, p.92) comentando a respeito do papel do espaço urbano, destaca que:

[...] se a morfologia espacial não cria por si própria um campo global de encontro não programados e previsíveis, ela proporciona à sociedade urbana o meio comum para negociar estrutura e diferença. Se a sociedade classifica as pessoas em diferentes classes, papéis ou posições, o espaço urbano pode ser um dos meios de reintegração.

Considerando a paisagem urbana como a expressão visual do espaço da cidade (HARDT; HARDT, 2015), as formas da sua percepção, tratadas na próxima subseção, tornam-se essenciais para o aprofundamento dos fenômenos antes abordados.

³ Ver argumentação do autor em: PEPONIS, John. Space, culture and urban design in late modernism and after. **Ekistics**, Atenas: Athens Center of Ekistics, v.56, n.334-335, p.93-108, 1989.

3.2 PAISAGEM E PERCEPÇÃO ESPACIAL

Nesta subseção, o referencial sobre paisagem e sua percepção serve de embasamento à compreensão, em primeira instância, da forma urbana, especialmente de aspectos morfológicos estruturais que correspondem a variáveis de análise dos espaços livres públicos selecionados. Nesse mesmo sentido, na sequência, são tratadas dimensões do processo perceptual e da apropriação espacial, inclusive visual, para o adequado entendimento de comportamentos sociais nesses locais.

“A paisagem é cenário de experiências cotidianas e de manifestações topofílicas⁴” (KAIMOTI, 2009, p.15), sendo, segundo Hardt (2000, p.15),

[a] combinação dinâmica de elementos naturais (físico-químicos e biológicos) e antrópicos, inter-relacionados e interdependentes, que em determinado tempo, espaço e momento social, formam um conjunto único e indissociável, em equilíbrio ou não, e em permanente evolução, produzindo percepções mentais e sensações estéticas como um “ecossistema visto”.

Macedo (1999) a interpreta sob duas óticas, como:

- a) produto, resultante da ocupação social do território;
- b) sistema, derivado de alterações morfológicas parciais ou totais, oriundas de ações sobre ela impostas, às quais são relacionadas as respectivas reações.

Nesse quadro, a paisagem urbana reflete “as interferências geradas por seus ocupantes e, ao mesmo tempo, também os impacta por meio de sua nova condição, em um ato contínuo de modificações mútuas” (LIMA, 2015, p.45).

Hardt (2000) a tipifica como a visualização do ecossistema urbano, mencionando a sua estruturação a partir da inter-relação de elementos naturais e antrópicos, à qual é somada a experiência humana.

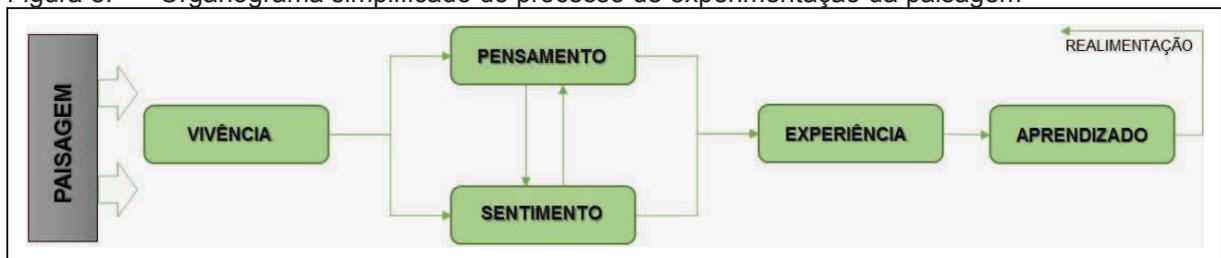
A experimentação pode ser considerada como a construção contínua do aprendizado a partir da própria vivência e a realidade pode ser interpretada como o constructo da experiência, sendo “constituída de sentimento e pensamento” (TUAN, 2013, p.19).

⁴ Segundo Tuan (2012), topofilia é o elo afetivo estabelecido entre a pessoa e o lugar, enquanto topofobia corresponde à sensação de insegurança do indivíduo em relação ao ambiente.

O sentimento humano não é uma sucessão de sensações distintas; mais precisamente, a memória e a intuição são capazes de produzir impactos sensoriais no cambiante fluxo da experiência, de modo que [... se poderia] falar de uma vida do sentimento como [... se fala] de uma vida do pensamento. É uma tendência comum referir-se ao sentimento e pensamento como opostos, um registrando estados subjetivos, o outro reportando-se à realidade objetiva. De fato, estão próximos às duas extremidades de um *continuum* experiencial, e ambos são maneiras de conhecer (TUAN, 2013, p.19).

A Figura 8 ilustra, de forma simplificada, o processo de experimentação da paisagem.

Figura 8: Organograma simplificado do processo de experimentação da paisagem



Fonte: Elaborada com base em Tuan (2013).

Para Lynch (2011), uma boa imagem ambiental, que compreende o resultado da interação do observador com o ambiente, oferece o sentimento de segurança emocional, com sua legibilidade fornecendo insumos para símbolos e as recordações coletivas. Mesmo com todas as características necessárias para que uma cidade tenha vida e interação entre seus moradores, se houver sensação de insegurança, esses espaços não serão aproveitados conforme o planejado.

Gehl (2013) ressalta o aumento do tráfego de veículos e o grau de criminalidade como fatores que inibem a utilização do espaço público para lazer e socialização, por exemplo.

A percepção da paisagem é diferente de um indivíduo para outro, pois cada um tem a capacidade de selecionar, organizar e dar significado ao que está vendo, podendo a imagem de dada realidade variar de forma significativa para observadores diversos (LYNCH, 2011).

As diferenças percebidas na morfologia urbana do período anterior ao automóvel e após a sua disseminação estão pautadas na sua ocorrência conforme a sua necessidade, ou seja, baseadas nas atividades cotidianas e em técnicas passadas por gerações. No momento em que o carro começou a ter o seu espaço específico e ocorreu o desenvolvimento das tecnologias construtivas, as escalas das edificações passaram a ser baseadas nos sentidos dos seres humanos. Assim, com

as expressivas mudanças de uma conformação para outra – com as edificações, antes baixas, ganhando altura e as ruas, outrora estreitas, sendo alargadas – o contato entre moradores e pedestres foi sendo perdido (GEHL, 2013).

Complementando, Gehl (2013) afirma que os desenvolvimentos técnico e tecnológico aceleraram o crescimento das cidades e proporcionaram construções com características alongadas, altas e largas. Nessa conjuntura, as edificações passaram a ser idealizadas de maneira mais racional e individualizada, desconsiderando o seu contexto e a sua inserção no meio urbano. Em síntese, o pedestre, como ator principal da cidade, cedeu espaço a vias largas e com prioridade ao automóvel. O processo de hierarquização das vias, de inserção de estacionamentos, de redução da largura das calçadas pela adição de sinalização viária e de iluminação para veículos automotores, com sua preferência de circulação, provocou diversos impactos no sistema de tráfego e aumentou a insegurança relacionada a acidentes.

No âmbito desta pesquisa, cabe destaque, ainda, ao conceito de “paisagem socializada”, interpretada por Hardt e Hardt (2015) como aquela que permite ampla socialização, tanto pelo seu uso por diversos grupos como pela prevenção de riscos, muitas vezes, no caso de espaços livres públicos, associados à criminalidade nas cidades. Esta é associada por Gehl (2013) à insegurança, sendo provocada principalmente pelo aumento da desigualdade social e econômica, reforçada pelo crescimento urbano brusco ocasionado pelo aumento dos movimentos migratórios e pela falta de estrutura para atendimento dessa demanda. Esses fatores contribuíram para que fossem adicionados, em especial em áreas privadas, os aparatos de segurança, os quais são cada vez mais utilizados em ambientes públicos, dos quais os cidadãos foram progressivamente afastados.

No decorrer desse processo, houve alterações nas formas de percepção da paisagem e de interação dos indivíduos com o espaço, tornando imprescindível o estudo dos seus anseios e dos fatores de atratividade e de inibição de certas atividades para a proposição de melhorias na morfologia dos espaços das cidades.

3.2.1 Forma urbana

Carmona et al. (2010) afirmam que, durante a segunda metade do século XX, a estrutura morfológica do espaço urbano foi alterada drasticamente, com edifícios que antes definiam ruas e áreas livres com sua conformação rente aos limites dos lotes sendo desconectados dessas fronteiras, constituindo novos elementos de importância nas cidades; simultaneamente, pequenas quadras interconectadas passaram a formar grandes quarteirões em uma rede viária de maior escala. Essa complexidade motivou a necessidade de entendimento da dinâmica espacial. Curthbert (2007) cita a existência de relações funcionais entre arquitetura, desenho e planejamento urbano para a construção do lugar, alertando para o fato de poderem ser vistos de maneira distinta, não obstante as suas estreitas dependências. Com a compreensão de que a primeira está contida no segundo, sendo este a junção de diversos elementos morfológicos, resultantes ou não de um processo prévio do terceiro, o Quadro 7 aborda cada um desses temas de forma individual e detalhada.

Quadro 7: Características sistêmicas de limites profissionais da arquitetura e do desenho e do planejamento urbano

CARACTERÍSTICAS	ARQUITETURA	DESENHO URBANO	PLANEJAMENTO URBANO
Definição	Projeto de prédios individuais, com a preocupação inicial de desenho e com ambientes artificialmente controlado	Sistema aberto, composto basicamente por elementos arquitetônicos individuais e o ambiente do entorno, também voltado à interação social e à comunicação na esfera pública	Composto por agente de Estado no controle da produção espacial, sendo também responsável por alocação de locais para uso coletivo e bens sociais, bem como por provimento de espaços para produção, circulação e consumo de eventuais mercadorias
Estrutura	Estática + atividade humana	Morfologia do espaço e forma (história + atividade humana)	Burocracia governamental
Ambiente	Três dimensões (sistema fechado)	Quatro dimensões (sistema aberto)	Política econômica do Estado
Recursos	Materiais + energia + design + teoria	Arquitetura + ambiente + espacial + teoria social	Sistemas de legitimação + comunicação
Metas	Fechamento social e proteção física	Comunicação social e interação	Implementação e manutenção da ideologia do poder
Comportamentos	Parâmetro de projeto: controle artificial do ambiente	Dinâmica do mercado da terra urbana	Dinâmica das sociedades capitalistas avançadas

Fonte: Adaptado de Carmona et al. (2010) e de Curthbert (2007).

O cerne desta dissertação está focado em questões de desenho urbano, sendo a abordagem da pesquisa – e conseqüentemente desta subseção – voltada a conceitos morfológicos referenciais para a discussão dos resultados.

Para Lamas (2007, p.37), a morfologia urbana trata do estudo da configuração do espaço, considerando aspectos exteriores do meio urbanizado e sua relação recíproca, “[...] definindo e explicando a paisagem [...] da cidade] e a sua estrutura”.

Segundo Kohlsdorf (1996, p.22), a configuração espacial permite “[...] desempenhos diferenciados relativos a expectativas sociais de diversas naturezas”, provocando sensações e permitindo certos usos. Todavia, a autora esclarece que nem sempre esse processo é explícito, mas o planejamento do espaço possibilita a concretização dessas atividades; ou seja, o papel da forma física é fundamental para a vivência urbana.

Para Lamas (2007, p.41), o conceito de forma urbana “[...] refere-se à sua aparência ou configuração exterior”, sendo, no contexto da cidade, uma resposta composta por uma ação a fim de solucionar um problema, sendo definida como:

aspecto da realidade, ou modo como se organizam os elementos morfológicos que constituem e definem o espaço urbano, relativamente à materialização dos aspectos de organização funcional e quantitativa e dos aspectos qualitativos e figurativos (LAMAS, 2007, p.44).

Os aspectos quantitativos se referem aos elementos quantificáveis e que podem ser utilizados para controlar as características físicas da cidade, enquanto a organização funcional está relacionada com as atividades humanas exercidas no local e seu respectivo uso (destinado e efetivamente realizado). Os aspectos qualitativos são relativos ao tratamento dos espaços, de acordo com a sua adequabilidade ao local, estado de conservação etc., à medida que os figurativos são restritos à questão estética (LAMAS, 2007).

Lamas (2007, p.48) também explica como o contexto influencia a forma, demonstrando que as cidades têm elementos morfológicos semelhantes – ruas, praças edifícios, monumentos etc. –, porém “[...] as diferenças resultam do modo como esses elementos se posicionam, se organizam e se articulam entre si para constituir o espaço urbano”. Essas distinções também sofrem influência dos padrões culturais, constituindo respostas ao controle e ao planejamento urbanístico.

Apesar do reconhecimento da importância da forma, a função também exerce papel determinante no espaço, sendo que a primeira deve se relacionar com

a segunda, “de modo a permitir o desenvolvimento eficaz das atividades” (LAMAS, 2007, p.48).

Adicionalmente, Lynch (2011) afirma que a organização visível e a identificação nítida do espaço permitem a impregnação dos próprios significados dos cidadãos, com essa relação o transformando em um lugar com características peculiares.

Lamas (2007) lembra que, durante o movimento moderno, a importância da forma foi sendo gradativamente reduzida, cedendo espaço ao excessivo funcionalismo racionalista e impondo, aos seus moradores, a aceitação desse sistema, ao mesmo tempo em que, aos empresários, a preocupação quase exclusivamente funcionalista.

Kohlsdorf (1996, p.23) explica que, a partir da Segunda Guerra Mundial, em razão da destruição ocorrida na Europa, a arquitetura urbana foi ignorada e reconstruída por organizações que, por alguns momentos, não estavam centradas na população local, mas no modo de produção internacional. Esse modelo se estendeu e se tornou um produto de exportação, sendo seu resultado refletido quase que exclusivamente em questões econômicas, com o espaço constituindo apenas uma consequência, como produto. Os conhecimentos adquiridos ao longo de séculos eram esquecidos e desenvolvidos no lugar “[...] planos que desconheciam ou se desinteressavam de atributos morfológicos decisivos” (KOHLSDORF, 1996, p.24), reduzindo a arquitetura ao aspecto estritamente funcional, e relegando:

[...] a antiga aliança entre forma e desenvolvimento de práticas sociais que estabelecia a localização de atividades configurando, juntamente com seus demais elementos construtivos, a imagem das cidades, impregnada de caráter e singularidade, compondo a história das sociedades urbanas (KOHLSDORF, 1996, p.24).

A forma também é composta pelos aspectos figurativos, pois “toda a ação que humaniza a paisagem pode conter objetivos e valores estéticos que se comunicam através dos sentidos e da percepção” (LAMAS, 2007, p.58).

Lynch (2011) pontua as seguintes qualidades da forma que podem auxiliar no projeto e na percepção do espaço: singularidade, simplicidade, continuidade, domínio, clareza de junção, diferenciação direcional, alcance visual, consciência do movimento, séries temporais, nomes e significados, as quais podem estar inter-relacionadas, tornando o espaço único e com identificação das pessoas.

Carmona et al. (2010) citam os seguintes componentes do espaço:

- a) usos do solo – comparados com os demais, são os que mais sofrem alterações, sendo considerados temporário, compreendendo determinadas utilizações se deslocando de determinado local enquanto outros chegam a este lugar;
- b) estruturas dos edifícios – são reconhecidas como um ciclo do desenvolvimento e comportamento das edificações em cada lote;
- c) conformações dos lotes – são características estruturantes, como uma ou mais frentes com acesso as vias de circulação;
- d) padrões das ruas - são condições que as tipificam em principais e em secundárias, por exemplo.

Desses componentes, especialmente os de caráter morfológico, são considerados aspectos estruturais de espaços abertos urbanos (ver seção 5 – Discussão dos resultados), os quais podem ser classificados em:

- a) gerais – envolvendo métricas da gleba (área total, perímetro, dimensões etc.) e suas relações viárias de acesso;
- b) internos – compreendendo condições topográficas (inclusive desníveis) e ambientais (elementos naturais e construídos – HARDT, 2008), dentre outros.

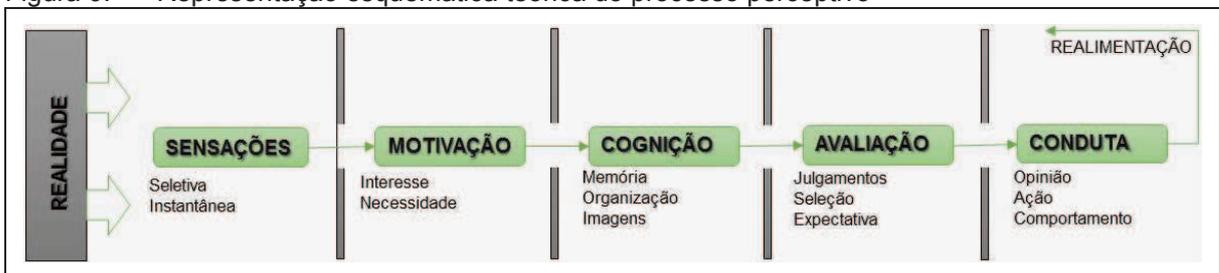
A esses aspectos, podem ser relacionadas questões de visibilidade interna e de permeabilidade visual, tratadas na subseção 3.2.3 – Apropriação espacial.

Depreende-se, assim, que a percepção da forma não se resume aos aspectos sensoriais, mesmo esses sendo determinantes para a sua compreensão.

3.2.2 Processo perceptual

Para Lynch (2011), o local deve ser visto como um conjunto social, biológico e físico para a sua plena compreensão. Por sua vez, Del Rio (1999, p.3) afirma que a percepção é um “processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e, principalmente, cognitivos”, conforme ilustra a Figura 9.

Figura 9: Representação esquemática teórica do processo perceptivo



Fonte: Adaptada de Del Rio (1999).

Hardt (2004) destaca que a realidade apreendida tem caráter individual, sendo vinculada à agregação de valores socioculturais com base nos seguintes filtros:

- a) cognitivo, compreendendo reações sensitivas e condições culturais, sociais e econômicas, bem como sensações psicológicas, especialmente de ordem emocional e afetiva;
- b) biofísico, incluindo a percepção visual e condições de visibilidade do observador.

Okamoto (2014) e Carmona et al. (2010) consideram que os filtros selecionam o que é percebido pelo espectador, com reconhecimento apenas dos atributos de seu interesse em relação ao contexto observado. Os últimos autores ainda comentam a redução da realidade para uma quantidade menor de impressões produtoras da imagem do espaço, a qual consiste na combinação da identidade do local e da sua percepção pelo indivíduo.

Como comentado na seção 1 – Introdução – a identidade da imagem ambiental é interpretada por Lynch (2011) como o reconhecimento do objeto com sentido único, ao qual são associados dois outros componentes: a estrutura – relação do objeto com o observador e com outros elementos – e o significado – sua representatividade prática ou emocional para o usuário.

Lamas (2007, p.58-59) afirma que, apesar da forma não se resumir aos aspectos sensoriais, há quatro sistemas que podem ser determinantes na compreensão do espaço:

- a) orientador, que permite que o homem se oriente na cidade, podendo conter referências, como monumentos, zonas, bairros, traçados, nós etc.;
- b) visual, que permite a construção da “imagem da cidade” (LYNCH, 2011), devendo conter o movimento e a apreensão do espaço em sequência de visualidades;
- c) tátil, que inclui as sensações térmicas e de fricção e contato;
- d) olfativo, que apreende odores como parte da experiência da cidade, apesar de menos controlados (LAMAS, 2007).

Para Hardt (2000; 2004), as sensações acústicas (sons atrativos e ruídos desagradáveis, por exemplo) também podem interferir no processo perceptual.

Portanto, a apreensão do espaço é processada pela transmissão de “mensagens” – interpretadas e percebidas –, expressando características captadas pelos sentidos humanos; assim, os comportamentos são resultantes dessa avaliação, seja de aspectos funcionais, estéticos, térmicos, acústicos ou luminosos, seja de apropriação social e de orientação, dentre outros. Dessa maneira, a composição plástica do local e seu conjunto dos lugares são determinantes do seu desempenho (KOHLSDORF, 1996)

Gehl (2013) considera que, em uma cidade, a percepção de vida e movimentação está relacionada às sensações que o espaço transmite para as pessoas que estão passando ou moram próximas ao local. Os fatores que podem influenciar esse processo dependem de diversas variáveis como: condições climáticas, tráfego de veículos, características projetuais e de dimensionamento, atratividade do ambiente para maior permanência etc.

Apesar de a percepção ser um fator subjetivo, devido à bagagem histórica de cada indivíduo (CARMONA et al., 2010; HARDT, 2004; OLIVEIRA, 2004), “[...] admite-se que existam recorrências comuns, seja em relação às percepções e imagens, seja em relação às condutas possíveis” (DEL RIO, 1999, p.4). Dessa forma, deve existir preocupação dos planejadores e políticos para atender as expectativas dos usuários em potencial, para a sua efetiva apropriação espacial e para que essa ação tenha resultado efetivamente positivo para o desenvolvimento econômico e sociocultural.

3.2.3 Apropriação espacial

Partindo do princípio de que os espaços públicos são aqueles que estão à disposição da sociedade para possível convívio, podem ser ocupados por determinados grupos, que, por ventura, o tornam de uso próprio, “por isso, nem todo o espaço livre, por mais que seja público, está aberto a todos de modo irrestrito e igualitário” (GOMES; CHIESA, 2006, p.150).

Segundo Gomes e Chiesa (2006, p.150), o espaço livre:

[...] opera sobre as relações sociais e interpessoais, acolhendo o encontro, as possibilidades de trocas e o convívio social e a negociação entre os sujeitos que invariavelmente marcam os espaços com suas presenças, seus valores, suas ordens e desordens. Ou seja, ele possui dimensão social, cultural e educativa importante agregada ao seu papel estrutural de abrigar ou viabilizar muitas atividades necessárias para a sociedade.

Holanda (2002, p.73-74) afirma que a arquitetura provoca implicações sociais, tanto em relação ao processo artificial de produção espacial quanto com referência ao “uso do espaço, seja ele artificialmente produzido ou apropriado como se encontra na natureza”.

No contexto das crianças e adolescentes, Jacobs (2011) afirma que, para que um espaço público seja percebido como seguro para as primeiras, necessita de movimento e de forte espírito de vida civilizada, em que cada uma tem uma responsabilidade real sobre as outras.

As crianças da cidade precisam de uma boa qualidade de locais onde possam brincar e aprender. Precisam, entre outras coisas, de oportunidades para praticar todo tipo de esporte e exercitar a destreza física – e oportunidades mais acessíveis do que aquelas que desfrutam na maior parte dos casos. Ao mesmo tempo, no entanto, precisam de um local perto de casa, ao ar livre, sem um fim específico, onde possam brincar, movimentar-se e adquirir noções do mundo (JACOBS, 2011, p.88).

Durante os primeiros anos de vida, ocorrem mudanças na percepção da criança em seu campo visual, saindo da posição deitada, indo para a sentada e, finalmente, para a ereta; à medida que cresce, o seu processo perceptual se torna mais abrangente e descentralizado, percebendo maiores detalhes. Quanto mais amplos forem os estímulos e suas respostas sensoriais, mais apurada será sua percepção, aguçando a sua criatividade.

O meio ambiente é decisivo para o comportamento da criança; ela necessita conviver com outras crianças e adultos para aprender a compreender, comparar, decidir, descobrir a distância social, observar comportamentos, conversar, brincar, compartilhar e intercambiar suas experiências no espaço, modificando o seu mundo e sua percepção (OLIVEIRA, 2004, p.55).

Segundo Castonguay e Jutras (2009), as crianças preferem lugares que lhes ofereçam atividades diversas para brincar, o que impacta diretamente no desenho dos espaços livres. Conforme os mesmos autores, após a segurança, a principal preocupação nesse sentido deve ser a variedade de alternativas para brincadeiras no mesmo local, ao invés da implantação de equipamentos específicos. O entendimento das necessidades e anseios desse público é essencial para o sucesso de um espaço livre público.

Para os adolescentes, a relação com o espaço também é específica, sendo diferenciada das necessidades das crianças, adultos e idosos (OLIVEIRA, 2006). Sua percepção também é individualizada e a área pública deve responder às necessidades de todos os envolvidos na apropriação desse local. Nas atividades praticadas nesses locais, os jovens têm a oportunidade de desenvolver a convivência social, de aprender com os pares, de experimentar papéis e de discutir e trocar experiências (OLIVEIRA, 2006).

Ao mesmo tempo, as atividades desenvolvidas pelos adolescentes no espaço público devem estar alinhadas com o uso adulto, dos pais e família, sem segregação, visando ao maior grau de equilíbrio de interação possível; entretanto, também deve haver locais restritos aos jovens (OLIVEIRA, 2006). Conseqüentemente, a apropriação espacial poderá ocorrer de forma natural, ou seja, ao se perceber as necessidades da população alvo, as atividades programadas podem atraí-la para funções próprias para a idade.

A cidade fornece estímulos para essa bagagem, contribuindo para que se tenha melhores condições de percepção e orientação, em termos tanto espaciais quanto temporais, pois no processo perceptual, são utilizadas “informações

anteriores para poder modificá-las totalmente, ou apenas acrescentar novos dados. O comportamento de uma pessoa é influenciado pela sua maneira de perceber o mundo” (OLIVEIRA, 2004, p.59), interferindo na sua forma de apropriação espacial.

Um fator que tem influenciado a paisagem, e conseqüentemente a dinâmica espacial e a apropriação do espaço nas últimas décadas, é o crescimento da cidade em associação à valorização econômica dos imóveis; nesse caminho, a insegurança percebida intensifica a segregação. Além desses fatores, também há o aumento indiscriminado do uso do automóvel, com os cidadãos sendo limitados à utilização de determinadas áreas particulares, sem integração com outros indivíduos (OLIVEIRA, 2004).

Outro condicionante para a apropriação espacial é relacionado à visibilidade interna dos espaços e à sua permeabilidade visual (ver seção 5 – Discussão dos resultados).

Vale a pena enfatizar que, como usuários, não é possível negar a ligação afetiva, evidenciando relações topofílicas com o local. Ainda que esse aspecto seja preterido ou ocultado em muitas investigações acadêmicas, nenhum recorte espacial é possível sem essa conexão sensível, determinando distintos olhares sobre a intervisibilidade da paisagem e dos processos imagéticos decorrentes (FORTUNATO et al., 2011).

Para Ferrara (1999; 2002), a cidade constitui o lugar do texto não verbal, sendo a velocidade determinante do ritmo da sua leitura, o que influencia a sua percepção e utilização. No meio urbanizado,

a maneira como as edificações estão posicionadas e a forma como configuram seus sistemas de barreiras e permeabilidades em relação às ruas podem influenciar diretamente na quantidade de pessoas que utilizam o espaço público e as atividades que ali se desenvolvem (SABOYA, 2013a, s.p.).

Holanda (2002) propõe o paradigma da urbanidade em contraposição ao da formalidade, discorrendo sobre a maior densidade de aberturas e a menor proporção de barreiras cegas, conformadas por características morfológicas, e maior intensidade de uso dos espaços públicos, determinado por arranjos sociais. Nessa perspectiva, Gehl (2013, p.121), comentando sobre a importância dos relacionamentos entre acontecimentos no ambiente público e no seu entorno, ressalta a importância das “possibilidades de experiências em ambas as direções”.

Saboya (2013b, s.p.) expõe três opções de promoção da apropriação dos espaços públicos pela permeabilidade visual:

- a) segurança – proporcionada por “fachadas visualmente permeáveis próximas à rua e com moradores que se preocupam com o que acontece na sua vizinhança”, garantindo o chamado “olhar coletivo”, mesmo sem a observação espacial direta pelas pessoas; “alta proporção de muros e fachadas cegas gera uma intensa sensação de insegurança, fragilidade e desconfiança”;
- b) interação espacial – estabelecida entre áreas edificadas e abertas, mesmo que à distância, sendo esta aceitável não apenas como a física real, mas também como a percebida; o contato visual direto sobre o espaço público possibilita a comunicação passiva – por intermédio de sons e odores, por exemplo – ou ativa – por meio de conversas e outras maneiras de relacionamento interpessoal;
- c) vivência social – condicionada pela lembrança constante da existência do espaço livre e dos seus atrativos, reais ou potenciais, pois é “bem aceito nas ciências cognitivas que aquilo que está ao alcance da experiência e dos sentidos afeta profundamente os julgamentos e inferências [...] sobre o mundo”.

“O mesmo princípio pode ser estendido ao papel que a visibilidade tem sobre a consciência acerca dos espaços públicos” (SABOYA, 2013b, s.p.), bem como às decisões sobre a frequência de sua apropriação, sendo os estímulos visuais essenciais nesse sentido.

Um espaço pode atrair diversos públicos para o seu uso, ou ser considerado inapropriado para a sua ocupação em função de elementos externos que prejudicam a sua legibilidade. Essa leitura conturbada, em associação com a percepção de risco à integridade física, principalmente de crianças e adolescentes – grupo considerado mais vulnerável pelas suas idades e por estar relacionado com momentos de formação física, cognitiva e social –, pode ocasionar longos períodos de abandono dos espaços, podendo atrair segmentos que não têm a finalidade do uso recreativo, mas para atividades ilícitas, como aquelas relacionadas ao consumo de determinadas substâncias psicoativas, podendo agravar ainda mais a situação de “esquecimento” dos espaços por outras parcelas populacionais.

3.3 VULNERABILIDADE E RISCOS SOCIAIS

Esta subseção se volta a uma breve conceituação de vulnerabilidade e riscos conduzindo a questão social dos dois temas, para, então, contextualizar o espaço como ferramenta para a redução ou ampliação de ameaças.

Em relação à sociedade, a vulnerabilidade, entendida como a suscetibilidade à exposição a danos frente a fragilidades intrínsecas, constitui o “resultado de um processo social que remete à condição de vida e aos suportes sociais” (MORAIS; RAFFAELLI; KOLLER, 2012, p.119).

A vulnerabilidade não está restrita a grupos sociais excluídos ou expostos a fatores externos, como epidemias e desastres, sendo sua abrangência mais ampliada. Mas, em função do nível de precariedade da condição social e da falta de assistência, parte da população está mais exposta a riscos e, por conseguinte, torna-se mais vulnerável (MOSER, 1998).

Por sua vez, ao termo “risco” cabem diversas interpretações.

Se, por um lado, cientistas sociais têm avançado significativamente no seu entendimento como uma característica importante da sociedade contemporânea, por outro lado, estudiosos o têm utilizado como argumento no desenvolvimento de políticas públicas. A problemática reside na profusão de traduções e de entendimentos acerca dos termos “risco, perigo, acidente, desastre, crise e catástrofe”, entre outros, sem que haja consenso acerca de suas definições (SEHLI, 2015, p.76).

Veyret (2013) defende que risco social pode ser um processo potencialmente perigoso quando é previsível, enquanto acontecimentos excepcionais devem ser considerados como crises. Para a autora, ele existe somente:

[...] em relação a um indivíduo e a um grupo social ou profissional, uma comunidade, uma sociedade que o apreende por meio de representações mentais e com ele convive por meio de práticas específicas. Não há risco sem uma população que o perceba e que poderia sofrer seus efeitos. Correm-se riscos, que são assumidos, recusados, estimados, avaliados, calculados. O risco é a tradução de uma ameaça, de um perigo para aquele que está sujeito a ele e o percebe como tal (VEYRET, 2013, p.11).

O desenvolvimento humano pode ter interferências de origem interna, como a física – a exemplo de doença congênita ou adquirida –, ou externa, podendo ser social, pela exposição em espaços com violência, drogas; e psicológica, devido a abusos, negligência etc. (HUTZ; KOLLER, 1997), os quais podem ser considerados riscos.

A partir dessas ameaças, o indivíduo pode se tornar mais ou menos vulnerável em termos sociais. Figueira (2001, p.9) interpreta a vulnerabilidade como a resultante negativa entre a macro interseção das estruturas de oportunidades e a micro escala dos atores, ou seja, a primeira depende do ambiente e a segunda dos indivíduos; esta última tem aderência com o contexto da presente pesquisa, face à vulnerabilidade dos atores envolvidos, pelas suas condições de baixa renda e de exclusão social. Em relação à primeira, vale lembrar – como citado na seção introdutória deste estudo, que o Estatuto da Cidade (Lei Federal N°10.257, de 10 de julho de 2001 – BRASIL, 2001) prescreve o atendimento da garantia de “cidades sustentáveis”.

Além da prerrogativa da qualidade do lar e serviços, esses jovens também têm o resguardo da lei para a garantia do direito ao lazer (DIGIÁCOMO; DIGIÁCOMO, 2011), pois é nesse momento que seu desenvolvimento ocorre por completo. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei Federal N° 8.069, de 13 de julho de 1990), “os Municípios, com apoio dos Estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas à infância e juventude” (BRASIL, Artigo 59).

Apesar dessas normas legais, muitas vezes direitos dos cidadãos não são atendidos; um dos principais fatores para essa situação consiste na falta de opções ao lazer em espaços públicos, principalmente em bairros de baixa renda; outro está relacionado com a percepção de insegurança em setores urbanísticos com altos índices de criminalidade e de uso de drogas.

As situações de vulnerabilidade também aumentam os riscos de envolvimento com substâncias psicoativas, determinando comportamentos sociais específicos.

3.3.1 Riscos comportamentais e substâncias psicoativas

Historicamente, o consumo de substâncias psicoativas sempre esteve presente na sociedade. As diferenças de períodos anteriores para a atualidade residem na quantidade disponível no mercado; na facilidade de aquisição e no aumento do número de usuários, em especial dentre jovens (ALVES; KOSSOBUDZKY, 2002). A globalização foi uma das principais causas desse

fenômeno, com o combate ao tráfico se tornando cada vez mais complexo à medida em que as fronteiras entre países foram sendo rompidas com a facilidade de acesso (GIDDENS, 2005).

Segundo dados divulgados pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2004, p.12), os fatores que levam os indivíduos a utilizarem essas substâncias são diversos (Quadro 8), mas “na maioria dos casos, [...] esperam tirar benefício [...], seja por prazer ou para evitar dores, incluindo o consumo social”.

Quadro 8: Fatores de risco e de proteção referentes ao consumo de substâncias psicoativas

FATORES DE RISCO		FATORES DE PROTEÇÃO	
Ambientais	disponibilidade de drogas	Ambientais	condição econômica adequada
	pobreza		controle de situações
	mudanças sociais		apoio social
	cultura do círculo de amigos		integração social
	profissão		acontecimentos positivos na vida
	normas e atitudes culturais		capacidade de resolução de dificuldades
	falta de políticas sobre drogas lícitas e ilícitas		Eficácia comportamental
Individuais	predisposição genética	Individuais	percepção dos riscos
	vítima de maus tratos quando criança		otimismo
	transtornos de personalidade		comportamento favorável à saúde
	problemas de ruptura familiar e dependência		capacidade de resistência à pressão social
	fracos resultados escolares		comportamento geral saudável
	exclusão social		
	depressão e comportamento suicida		

Fonte: Adaptado de OMS (2004).

O desenvolvimento humano pode ser dividido em três domínios: físico, cognitivo e psicossocial. O primeiro está relacionado ao corpo e pode influenciar os demais aspectos. O segundo se refere a “[...] habilidades mentais, como aprendizagem, atenção, memória, linguagem, pensamento, raciocínio, moral e criatividade”, estando intimamente vinculado ao crescimento físico, social e emocional. O terceiro é pertinente à estabilidade ou mudança de personalidade, e às emoções e relações sociais, podendo afetar as duas condições anteriores” (PAPALIA; OLDS; FILDMAN, 2010, p.9). Cada um desses acontecimentos pode, de alguma maneira, induzir um indivíduo a ser mais propenso à exposição às drogas.

Em associação com condições de vulnerabilidade socioambiental, as características anteriores potencializam problemas de dependentes. O substantivo “adição” corresponde à “inclinação ou apego de alguém por alguma coisa” e o adjetivo “adito” pode ser definido como “pessoa francamente propensa à prática de alguma coisa” (KALINA, 1999, p.24); etimologicamente, este termo significa “escravo”.

Biologicamente, as substâncias psicoativas interferem inicialmente no sistema nervoso central (SNC), “onde ocorre o processamento da informação, interpretação, elaboração, memorização, associações, entre outros” (CARLINI et al., 2001, p.9), e o consumo de drogas psicotrópicas alteram as comunicações entre neurônios, com reação adversa para o neurotransmissor envolvido. Por esse motivo, produtos distintos produzem diferentes reações no corpo (CARLINI et al., 2001; OMS, 2004).

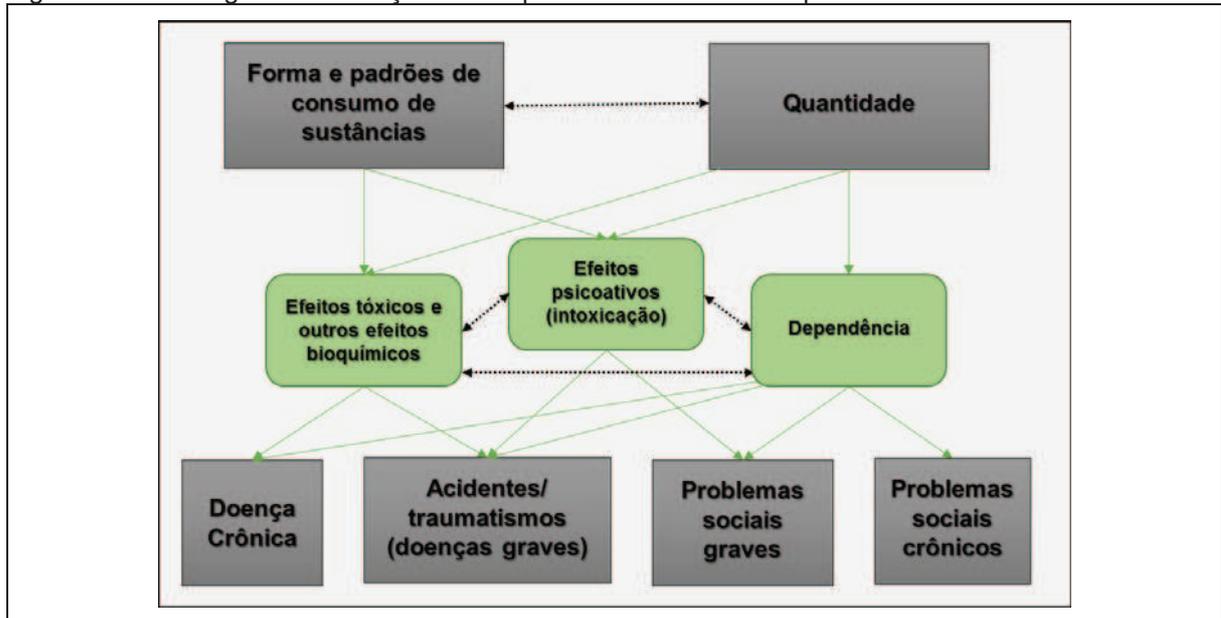
As substâncias mais comuns podem ser divididas em: depressoras – como álcool, sedativos, hipnóticos e solventes voláteis; estimulantes – como nicotina, cocaína, anfetaminas e *ecstasy*; opióides – como morfina e heroína; e alucinógenas – como fenilciclidina (*peace pill* – PCP – pílula da paz), dietilamida do ácido lisérgico (*lysergic acid diethylamide* – LSD) e cânabis (OMS, 2004).

Dantas (2015, s.p.) explica que as drogas são “substâncias naturais ou sintéticas que possuem a capacidade de alterar o funcionamento do organismo, sendo divididas em dois grandes grupos, segundo o critério de legalidade perante a lei: drogas lícitas e ilícitas”.

As drogas lícitas são aquelas legalizadas, produzidas e comercializadas livremente e que são aceitas pela sociedade. Os dois principais exemplos de drogas lícitas [...] são o cigarro e o álcool. Outros exemplos de drogas lícitas: anorexígenos (moderadores de apetite), benzodiazepínicos (remédios utilizados para reduzir a ansiedade) etc. [...] Já a cocaína, a maconha, o crack, a heroína etc., são drogas ilícitas, ou seja, [...] cuja comercialização é proibida pela legislação. Além disso, as mesmas não são socialmente aceitas.

A dependência pode agravar ainda mais os problemas sociais em determinado local, tornando-os crônicos e com abrangência pública, pois não se trata apenas do indivíduo adito, mas de toda uma rede social de saúde e segurança pública demandada para a minimização dos impactos. A Figura 10 ilustra as relações de padrões de consumo com problemas de saúde e sociais provocados.

Figura 10: Fluxograma de relações entre padrões de consumo e problemas de saúde e sociais



Fonte: Adaptada de OMS (2004).

Nota: Com acréscimos de fluxos em relação à fonte original.

O adito sofre com a marginalização social, pela necessidade de ocultar suas contradições da sociedade, privilegiando a ideia de que só é possível transformar a percepção e dificilmente a própria realidade. Por essas causas, dentre suas características se destaca a sua intolerância a frustrações (KALINA, 1999).

Moura et al. (2012) comentam que diversos estudos apontam o aumento do número de adolescentes consumidores frequentes de entorpecentes. Em entrevistas realizadas em 2003 com dependentes, concluíram que a chamada “cultura de rua” é o que mais os atrai para o consumo. Por outro lado, o comprometimento com a escola também foi apresentado como redutor da procura, com a condição de maior interferência no uso relacionada ao tempo de permanência desse jovem nas ruas. Segundo esses autores, quanto menor esse período, menor a influência daquela “cultura”.

Pratta e Santos (2006, p.14) apontam três fatores para a experimentação de substâncias psicoativas. O primeiro é a curiosidade, “uma característica comportamental muito presente nessa etapa do desenvolvimento” (adolescência), associada à crença de que seus comportamentos não geram consequências. O segundo está relacionado à ingerência da família e, mais especificamente, ao consumo praticado por parentes ou pessoas próximas. O terceiro é referente a amigos, pela pressão e influência dos pares.

Entre os aspectos facilitadores, considera-se mais propensa ao uso de drogas a pessoa desinformada, com acesso facilitado à substância, com insatisfação com sua qualidade de vida e com saúde deficiente. Diversas causas desencadeantes – estruturais, ambientais ou de personalidade – caracterizam a multifatorialidade do problema.

Quanto aos sujeitos de estudo (crianças, adolescentes, adultos e idosos), os riscos a que os dois primeiros estão constantemente expostos, tanto em suas casas quanto nos espaços públicos, aliados à falta de assistência dos pais, à condição econômica precária e à sua imaturidade para analisar consequências, os tornam mais vulneráveis socialmente que outros (VIGNOLI, 2001, p.18).

A situação de vulnerabilidade de crianças e adolescentes, principalmente os marginalizados em um centro urbano, é conhecida pela luta por espaço e pela sua permanência na sociedade. Com o advento da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e posterior criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), teve início uma política com foco na infância e na juventude, dando importância ao seu papel como sujeito de direito.

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana⁵, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (BRASIL, 1990, Artigo 3º).

“Desde o nascimento, as funções sensórias, corporais e mentais devem ser trabalhadas no espaço para que sejam adequadamente desenvolvidas e aprimoradas” (OLIVEIRA, 2004, p.19). Para que esse desenvolvimento ocorra de forma mais saudável, a família, como “[...] responsável pela formação de sua personalidade” deve prover “[...] valores éticos, condutas, crenças e modos de ver o mundo, habilidades para o enfrentamento de situações da vida” (ALAVARSE; CARVALHO, 2006, p.414).

⁵ Segundo o Artigo 5º da Constituição Federal (BRASIL, 1988), todos os indivíduos têm condições de igualdade de seus direitos e deveres perante a lei, preceito estendido às crianças e adolescentes.

O desenvolvimento infanto-juvenil pode ter interferências de origem interna, como a física – a exemplo de doença congênita ou adquirida –, ou externa, podendo ser social, pela exposição em espaços com violência e drogas; e psicológica, devido a abusos, negligência etc. (HUTZ; KOLLER, 1997), que podem ser considerados riscos, a partir dos quais pode se tornar mais ou menos vulneráveis em termos sociais.

Porém, nem todas as crianças e adolescentes que apresentam alguma situação de risco e vulnerabilidade podem ser influenciadas para a drogadição. Dependendo das suas características e da percepção dos responsáveis acerca das suas tendências a percorrer caminhos considerados inadequados, há iniciativas para mantê-los no ambiente privativo para evitar o seu desvio induzido por outros que já estejam no rumo da ilegalidade e do consumo de substâncias psicoativas (ROMICH, 2009).

Todavia, não somente a infância e a adolescência são vulneráveis ao consumo de drogas. Para as demais faixas etárias, por diversas razões semelhantes às muitas das já citadas, também há comportamentos de risco. Os indivíduos mais velhos são o objeto central do Estatuto do Idoso (Lei Federal N° 10.741, de 01 de outubro de 2003), “destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos” (BRASIL, 2003, Artigo 1°).

Vale salientar, novamente, que o próprio espaço, inclusive o aberto de uso público, pode propiciar riscos, os quais, por sua vez, podem induzir a adaptação das suas funções.

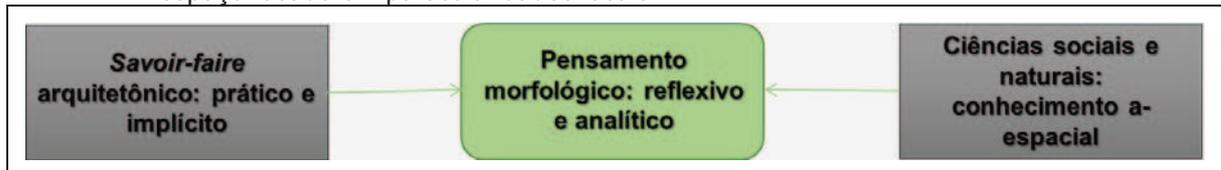
3.3.2 Riscos espaciais e funções adaptativas

No início dos anos 1960, Jacobs (2011) lançou questionamentos sobre alterações urbanísticas ocorrentes à época, demonstrando preocupação com privilégios aos automóveis e com riscos à vida social.

Os fracassos da arquitetura corrente começaram a ser vistos pelos profissionais como um resultado da ignorância do “conhecimento profundo” das disciplinas acadêmicas de longa tradição, que de uma maneira ou de outra estavam relacionadas com as questões arquitetônicas. Quando descartaram prévias teorias “ideológicas”, em vez de tentar construir sobre elas, os teóricos da arquitetura pensaram que a salvação estava noutro lugar. Ao longo da “febre interdisciplinar” dos anos 1960, os arquitetos tentaram tornar-se, ao mesmo tempo, sociólogos, economistas, geógrafos, psicólogos etc. (HOLANDA, 2002, p.68).

Holanda (2002) ainda afirma que esse processo foi importante para o entendimento do cenário global no qual a arquitetura está inserida, comentando, porém, que é necessária a “migração” dessas matérias para um “pensamento morfológico reflexivo e analítico”, conforme ilustrado na Figura 11.

Figura 11: Representação esquemática de deslocamentos necessários para enquadramento de espaço focado em particularidades locais



Fonte: Adaptada de Holanda (2002).

Nota: *savoir-faire* = saber fazer

Com os primeiros estudos desenvolvidos no início da década de 1960 (BONDARUK, 2007), o *crime prevention through enviromental design* (CPTED – prevenção do crime por meio do desenho ambiental) nasceu, inicialmente, como alternativa de intervenção urbana para previsão e redução de delitos; no caso de entorpecentes, essas alterações espaciais têm, prioritariamente, a intenção de afastar os traficantes de drogas, mas também podem inibir o seu uso (GAINES; KREMLING, 2014).

Da teoria do “*defensible space*” (espaço defensivo), idealizada no início dos anos 1970 por Newman (1972), surgiram programas que visam à reestruturação física espacial para garantir aos moradores o controle natural do entorno de suas casas, ajudando as pessoas a preservar aquelas áreas que podem usar em comum para diversas atividades. A própria metodologia do autor foi aplicada para melhoria de um conjunto residencial nos Estados Unidos, construído durante a Segunda Guerra Mundial para habitação dos trabalhadores responsáveis pela produção de munição. Com o passar dos anos, as moradias foram ocupadas por africanos e porto-riquenhos, com as condições de não pertencimento agravando a falta de cuidado, sendo os espaços livres públicos ocupados por gangues e traficantes. Para a redução desses problemas, foi realizado o incentivo ao cuidado do imóvel individual e à reapropriação do espaço público, a partir de pequenas atitudes, porém com diferença significativa na melhoria das condições paisagísticas, na redução da criminalidade e na minimização dos problemas com drogas (NEWMAN, 1996). Assim, ficou comprovada a aplicabilidade da metodologia, a qual pode ser efetiva na

elevação da qualidade de vida e no afastamento de atividades ilícitas, mitigando riscos.

Em meados dos anos 1980, Hiller e Hanson (1997) propuseram uma teoria voltada ao:

[...] estabelecimento de relações entre a estrutura espacial de cidades e de edifícios, [com] a dimensão espacial das estruturas sociais, e variáveis sociais mais amplas, procurando revelar tanto a lógica do espaço arquitetônico em qualquer escala como a lógica espacial das sociedades (HOLANDA, 2002, p.92)

Nessa abordagem teórica, um primeiro nível é dedicado a “estabelecer relações entre espaço e sociedade, a última entendida como um sistema de probabilidades de encontros” (HOLANDA, 2002, p.96). Hiller e Hanson (1997 p.54) estavam “baseados em duas premissas, seja na forma de assentamentos ou edifícios, [seja] em padrões das relações compostas essencialmente em barreiras e permeabilidades”.

Às barreiras e às permeabilidades físicas sobre o chão (sintaxe) se superpõem regras de utilização (semântica) que acrescentam significado simbólico à sintaxe do lugar e contribuem para constituir – produzir e reproduzir – padrões de interação social (HOLANDA, 2003, p.25).

Ao projetar estruturas físicas – e, nesse caso, barreiras e permeabilidades – e estudar as consequências dessas decisões, pode-se perceber como a arquitetura interfere nos fenômenos sociais, havendo “covariação entre padrões físicos (sintáticos) de assentamentos humanos e clivagens de gêneros, classes sociais, dominadores e dominados” (HOLANDA, 2003, p.26).

Em seu estudo sobre o consumo de drogas em ambientes públicos, Malheiro (2013, p.254) identifica que:

os pontos de uso se caracterizam por serem interstícios, lugares marginais ocupados por usuários de drogas. São lugares públicos, mas escondidos de olhares estranhos aos da população local. Por estarem ocupados por dezenas de usuários, não são frequentados por outros atores sociais.

As limitações impostas pela falta de espaços para exercitar a solidariedade em função da falta de segurança conduz os indivíduos, especialmente aqueles em formação, ao excesso de horas observando a televisão e esses fatores são considerados normais (OLIVEIRA, 2004). Em realidade, não há a devida análise das causas do problema e das soluções para a sua minimização.

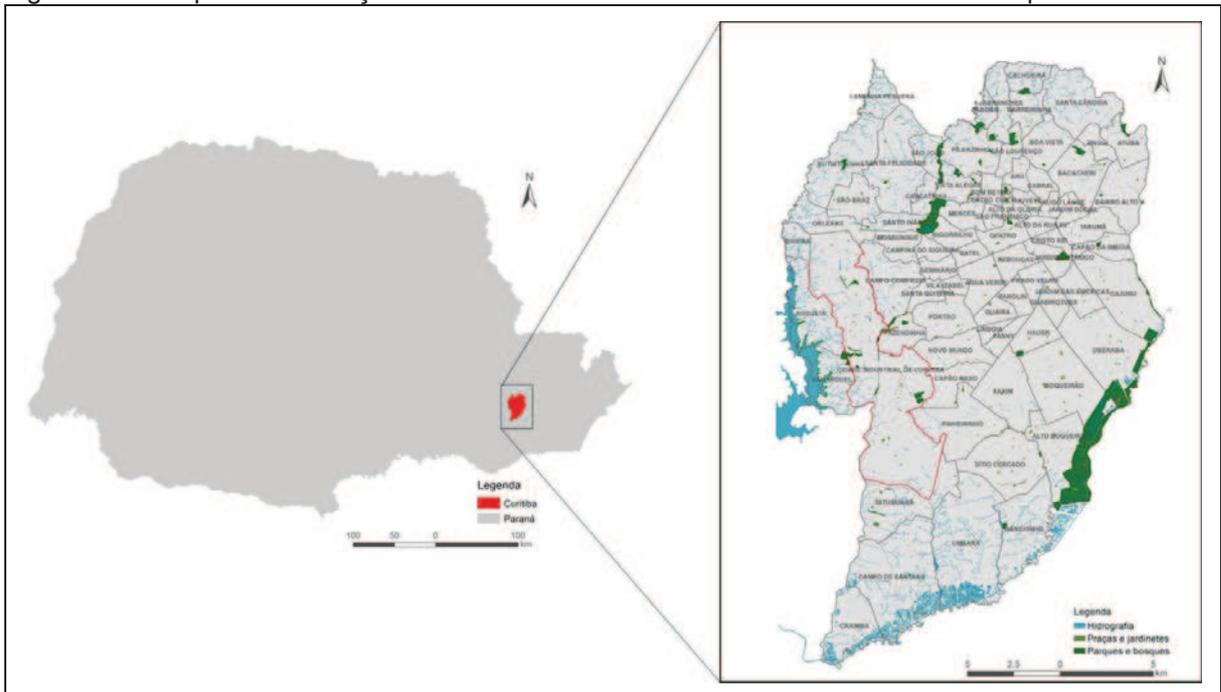
Com o crescimento dos aglomerados urbanos, os cidadãos de hoje não têm o mesmo contato que há décadas atrás tinham com a rua; nela, era constante a convivência entre de diferentes faixas etárias e de distintas origens sociais, culturais, religiosas, étnicas e econômicas, possibilitando o desenvolvimento do respeito às diferenças, da socialização e da formação com autonomia (OLIVEIRA, 2004).

Nesse contexto, a pesquisa sobre “Paisagem Socializada” (ver seção 2 – Estruturação metodológica) atua no sentido de desenvolver subsídios para o “resgate” de grupos sociais de risco, identificando a problemática local em regiões mais vulneráveis do ponto de vista socioespacial, considerando que essa população se encontra “esquecida” pelo poder público (HARDT; HARDT, 2015), carecendo de alternativas para a melhoria da qualidade ambiental de suas áreas livres públicas. No caso da presente investigação, os contextos do município de Curitiba, do seu bairro Cidade Industrial e dos espaços de interesse – rede de sete praças selecionadas – são detalhados na próxima seção.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Situada na Região Sul do Brasil, Curitiba, capital do Estado do Paraná, foi alvo de constante preocupação com a ocupação do solo em função das suas fragilidades ambientais, inclusive com relação às suas áreas verdes e à Cidade Industrial de Curitiba (CIC) (Figura 12).

Figura 12: Mapa de localização da área de estudo no estado do Paraná e no município de Curitiba



Fonte: Elaborada com base em IPPUC (2012).

Desde 1721, com as determinações do Ouvidor Raphael Pires Pardiniho para a vila, foram propostos o controle da retirada de árvores, com a sua realização apenas em pontos específicos, e a limpeza do rio Belém, hoje totalmente inserido na malha urbanizada. Além dessas questões de caráter ambiental, a paisagem urbana também já era fonte de cuidados, havendo determinação de que a uniformidade para a construção das casas deveria ser respeitada (GOMES; CHIESA; 2006). Apesar dessas iniciativas, os planos de maior destaque tiveram início somente no século XIX.

4.1 MUNICÍPIO: CURITIBA

Com extensão de 432,17 km² (IPPUC, 2010), a capital paranaense abrigava, em 2010, 1.751.907 habitantes (IBGE, 2010), distribuídos em 75 bairros (IPPUC, 2010). Desse total, 15,5% (271.126) correspondiam a crianças (0 a 11 anos), 9,2% (160.396) a adolescentes (12 a 17 anos), 64,0% (1.122.296) a adultos (18 a 59 anos) e 11,3% (198.089) a idosos (mais de 60 anos).

No seu processo de planejamento, cabe destaque inicial ao Plano Agache, elaborado em 1943, o qual definia áreas de habitação, serviços e indústrias, com reestruturação viária e medidas de saneamento. Em decorrência desse plano, foi “aprovada a primeira Lei de Zoneamento de Curitiba, em 1953, confirmando a região do Rebouças o distrito industrial da cidade” (ACD, 2015). Em 1964, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) foi criado com o objetivo de acompanhar a execução do plano e na década de 1960, já era discutido um espaço novo para abrigar o distrito industrial, que já se encontrava saturado naquele bairro (ACD, 2015).

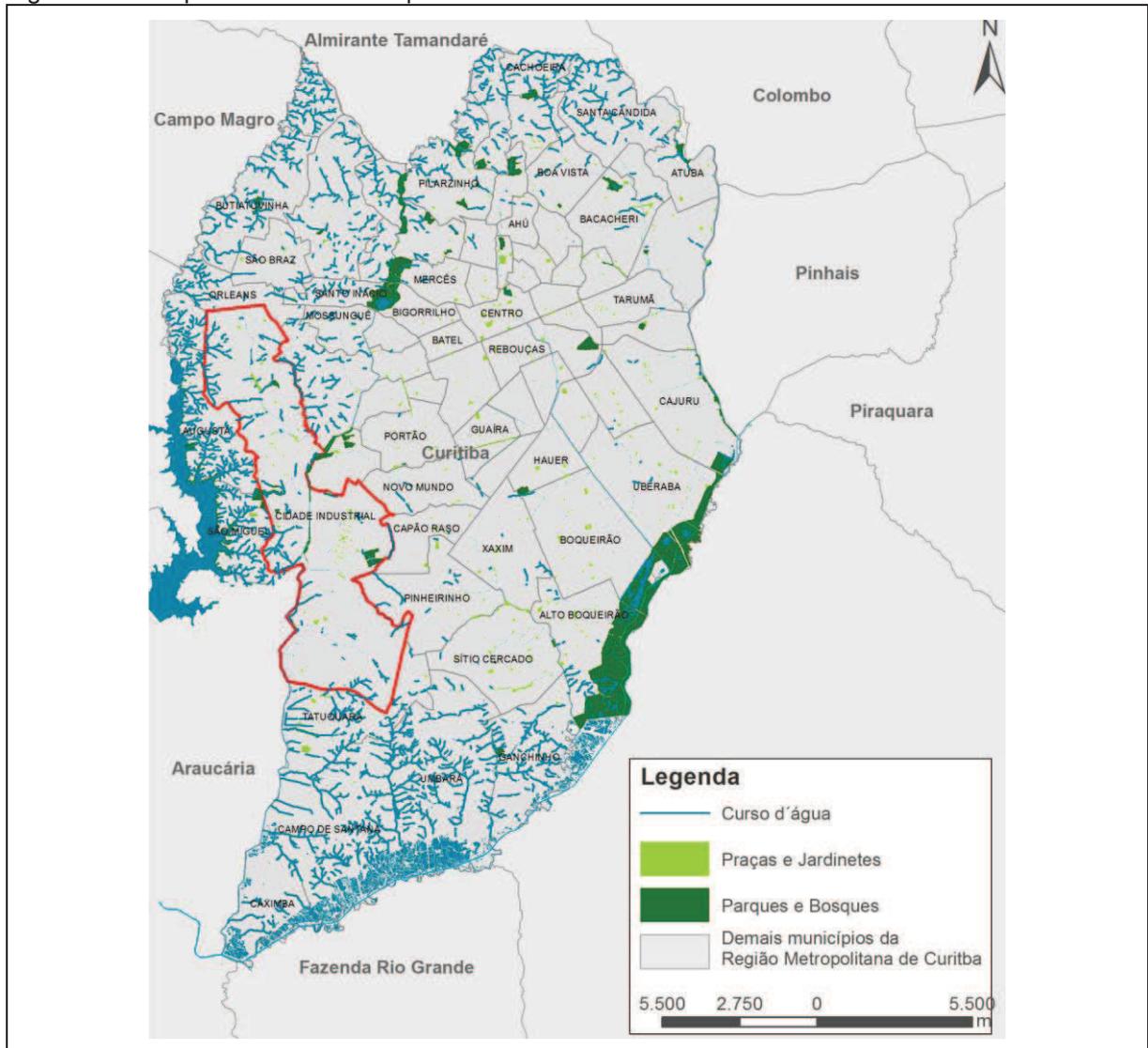
Vale lembrar que a industrialização na cidade teve início no século XIX, em função da produção da erva-mate e de pequenas manufaturas. A estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, inaugurada no fim do mesmo século, e a localização da estação ferroviária, nas proximidades do bairro Rebouças, fomentaram o crescimento industrial na região, não planejado naquela época (ACD, 2015). Villaça (2001, p.136) afirma que as indústrias tendem a se localizar em locais determinados pela inserção da metrópole, sendo direcionadas para áreas de intensos fluxos de transporte regional. Pela sua localização, Curitiba tornou-se estratégica para diversos setores industriais, pois, nas suas proximidades, havia acesso facilitado às regiões brasileiras.

A política nacional de descentralização industrial ajudou na alteração da cadeia produtiva, antes baseada no setor agrícola, impulsionando a criação, em 1973, do projeto do novo distrito – a Cidade Industrial de Curitiba (CIC) –, com 27,6 milhões de metros quadrados desapropriados (63% da área da CIC à época) (ACD, 2015).

4.1.1 Espaços livres públicos

Ao todo, Curitiba continha, em 2010, 101,6 km² de áreas verdes (Figura 13), sendo, em média, 58 m²/hab. O maior percentual correspondia ao bairro Umbará (8,8%), seguido pela Cidade Industrial (8,4%) e pelo Ganchinho (5,0%) (IPPUC, 2010).

Figura 13: Mapa de áreas verdes públicas de Curitiba – 2015



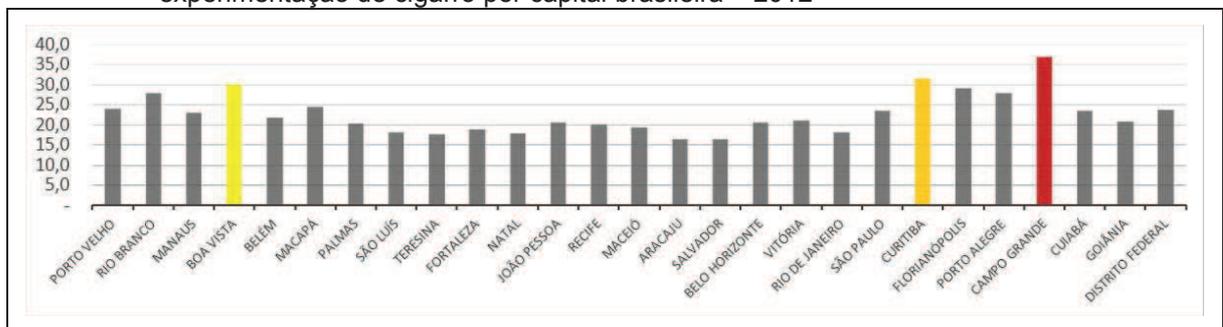
Fonte: Elaborada com base em IPPUC (2015)

Não obstante a existência de outras tipologias de espaços livres públicos em Curitiba, para a presente pesquisa cabe destaque às praças – principais objetos de estudo (ver subseção 2.2 – Contextualização da área de estudo), contabilizadas na cidade, no mesmo ano, em 454 praças, contabilizando a área total de 2,67 km², com 59 desses espaços (13,0%) localizados no bairro Cidade Industrial, seguido pelo Sítio Cercado, com 25 (5,5%) (IPPUC, 2013).

4.1.2 Consumo de substâncias psicoativas

Curitiba é considerada, segundo pesquisa realizada no primeiro semestre de 2012 (IBGE, 2012), uma das três capitais brasileiras com maior número de jovens em idade escolar que já iniciaram a experimentação de algum tipo de substância psicoativa. De acordo com a mesma fonte, 31,7% de escolares das redes pública e privada já haviam experimentado cigarro, sendo a capital a segunda colocada entre as demais (Figura 14). Esse valor pode ser considerado alarmante, por ser a entrada para futuro vício ou o início para a experimentação de outras substâncias.

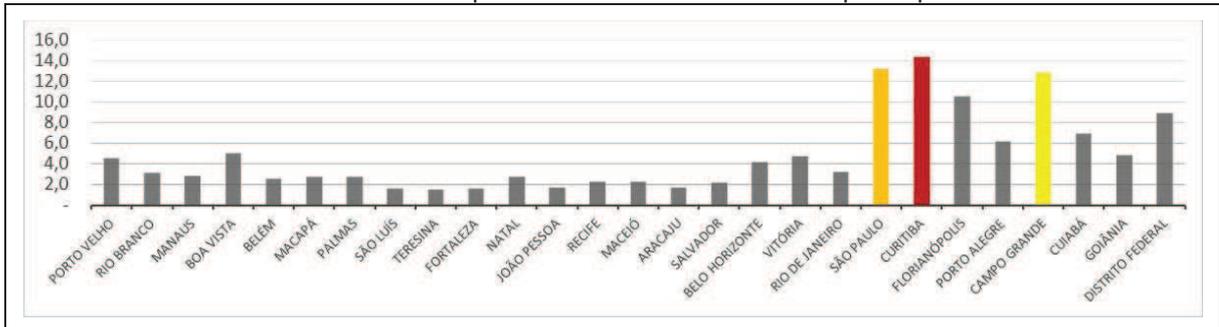
Figura 14: Gráfico de percentual de escolares do 9º ano do ensino fundamental com registro de experimentação de cigarro por capital brasileira – 2012



Fonte: Elaborada com base em IBGE (2012).

Naquela pesquisa, Curitiba apresentou o maior número de jovens (14,4%) que haviam feito o consumo de produtos derivados do tabaco nos últimos 30 dias, sendo que a média do país foi de 4,9% (Figura 15).

Figura 15: Gráfico de percentual de escolares do 9º ano do ensino fundamental com consumo nos últimos 30 dias¹ de outros produtos derivados do tabaco² por capital brasileira – 2012



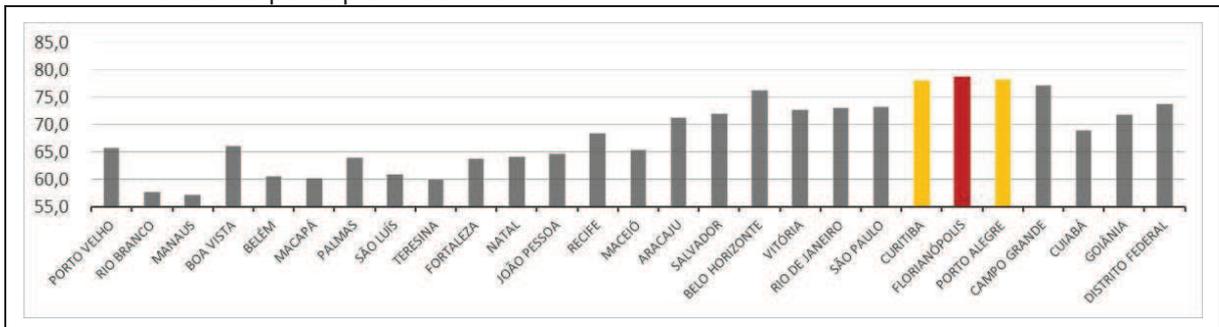
Fonte: Elaborada com base em IBGE (2012).

Notas: 1 = pesquisa realizada no primeiro semestre de 2012

2 = cigarros de palha ou enrolados à mão, charuto, cachimbo, cigarrilha, cigarro indiano ou bali, narguilé, rapé, fumo de mascar etc.

A capital do Paraná figura entre as três primeiras na experimentação de bebida alcoólica, empatada com Porto Alegre, com 78,2% de jovens que já tiveram contato a substância (Figura 16).

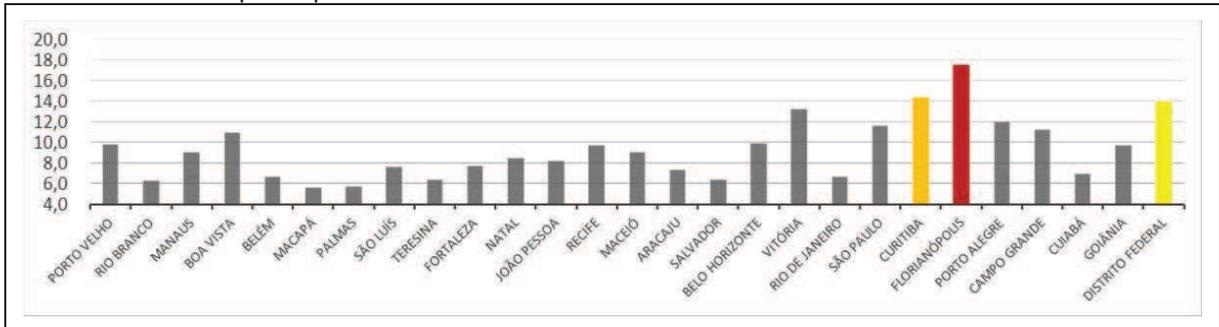
Figura 16: Gráfico de percentual de experimentação eventual por estudantes do 9º ano de bebida alcoólica por capital brasileira – 2012



Fonte: Elaborada com base em IBGE (2012).

Na experimentação de substâncias ilícitas, os jovens curitibanos estão posicionados em terceiro lugar em relação aos das demais capitais brasileiras, com 14,4%, atrás apenas de Florianópolis e do Distrito Federal (Figura 17).

Figura 17: Gráfico de percentual de experimentação eventual por estudantes do 9º ano de drogas ilícitas por capital brasileira – 2012



Fonte: Elaborada com base em IBGE (2012).

Os dados apresentados são apenas indicativos da situação atual do número elevado de jovens em risco na cidade de Curitiba, sendo uma das capitais com maior quantidade desses indivíduos com iniciação ao consumo de drogas, tornando imperativo o tratamento desse tema não apenas em termos de saúde pública, com necessidade de medidas mais enérgicas em vários setores para afastamento dessas ameaças. Vale destacar que, apesar dos dados serem referentes apenas à adolescência, as características de vulnerabilidade também são constatadas para outras faixas etárias na capital paranaense, embora a introdução ao uso de substâncias psicoativas seja processada justamente no interstício de 9 a 19 anos (MARTINS; PILLON, 2008).

4.2 BAIRRO: CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA

As primeiras ocupações da região da CIC iniciaram antes do surgimento do bairro como distrito industrial. Em 1967, foram desapropriados 700 ha de área ao longo da rodovia BR-277 (Contorno Sul), com nome de “Distrito Industrial do Barigui” (CHIAPETTI, 1994, p.32), sendo construído o primeiro conjunto habitacional de Curitiba, a Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais; nesse período, não houve interesse das indústrias em função da falta de estrutura.

Com a conjuntura econômica internacional favorável, o Brasil teve facilidade para recebimento de empréstimos estrangeiros e no período de 1968 a 1973, havendo estímulos relacionados à política industrial, com programas de investimentos em infraestrutura para integração nacional. Nesse momento, um novo plano diretor começou a ser executado a fim de inserir a cidade no contexto nacional. Em 1973, o bairro Cidade Industrial de Curitiba foi criado (CHIAPETTI, 1994).

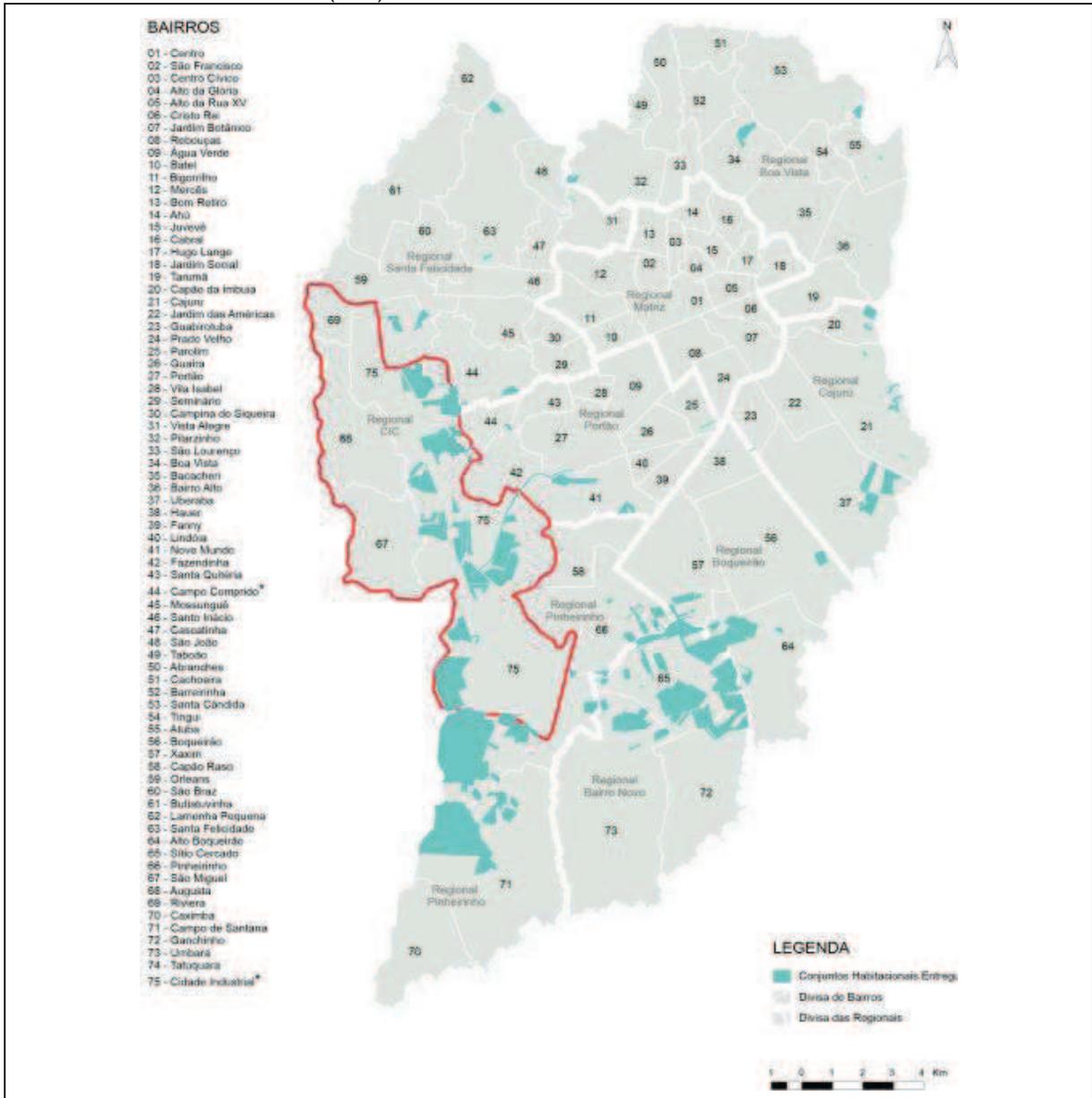
Para sua viabilização, foram realizadas desapropriações emitidas por decreto, prática questionável que originou diversos problemas de ordem jurídica. Mesmo assim, a política teve continuidade e, com apoio dos governos federal e estadual, o Município concedeu incentivos para empresas que pretendiam se instalar na CIC (CHIAPETTI, 1994).

As desapropriações geraram o esvaziamento da região, aliado ao crescente êxodo rural ocorrido na década de 1980, propiciando invasões de terra pela população de baixa renda. Apenas com a mudança na lei de zoneamento de uso e ocupação do solo, foi viabilizada a inserção dessas pessoas, por meio de ações da Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT) (Figura 18).

Em 2010, o bairro abrigava 172.822 habitantes (10,1% da população curitibana), dos quais 18,2% (31.498) eram crianças (0 a 11 anos), 10,7% (18.441) adolescentes (12 a 17 anos), 63,5% (109.763) adultos (18 a 59 anos) e 7,6% (13.120) idosos (mais de 60 anos).

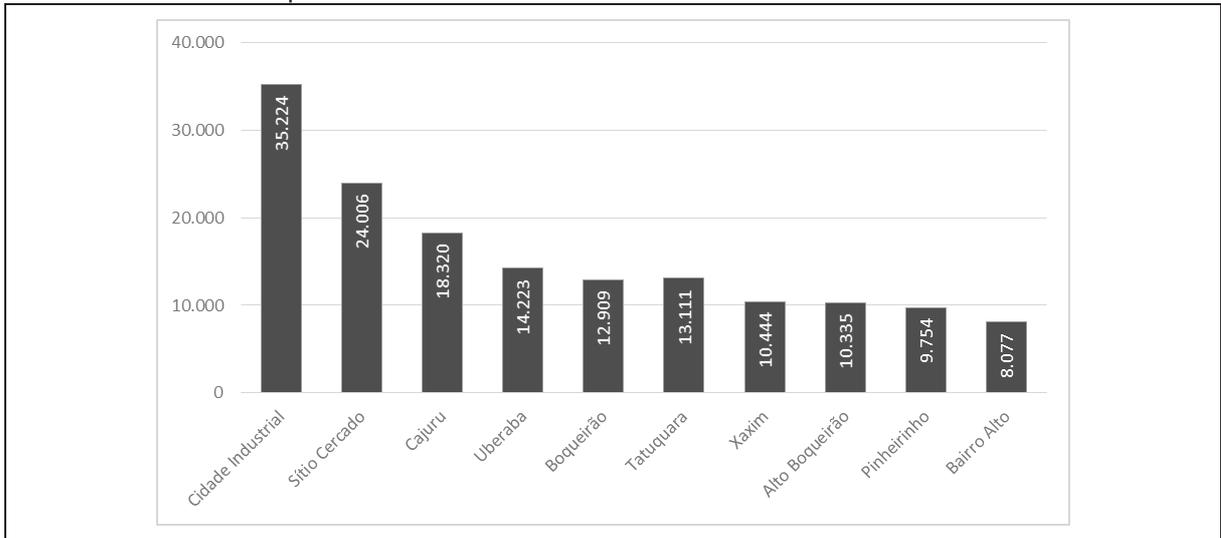
Importante comentar que a CIC contém o maior número de jovens na faixa etária de idade entre 6 a 17 anos, idade considerada de risco em função, como já citado, da iniciação do uso de substâncias psicoativas, que, segundo Martins e Pillon (2008), é feita geralmente entre 12 e 13 anos; porém, a idade mínima registrada pelas autoras é de 6 anos. Assim, à época, continha 35.224 jovens em idade de risco (Figura 19).

Figura 18: Mapa de conjuntos habitacionais populares de Curitiba com destaque para o bairro Cidade Industrial (CIC) –1967 a 2003



Fonte: IPPUC (2003)

Figura 19: Gráfico dos dez bairros com maior número de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos residentes por bairro em Curitiba – 2010

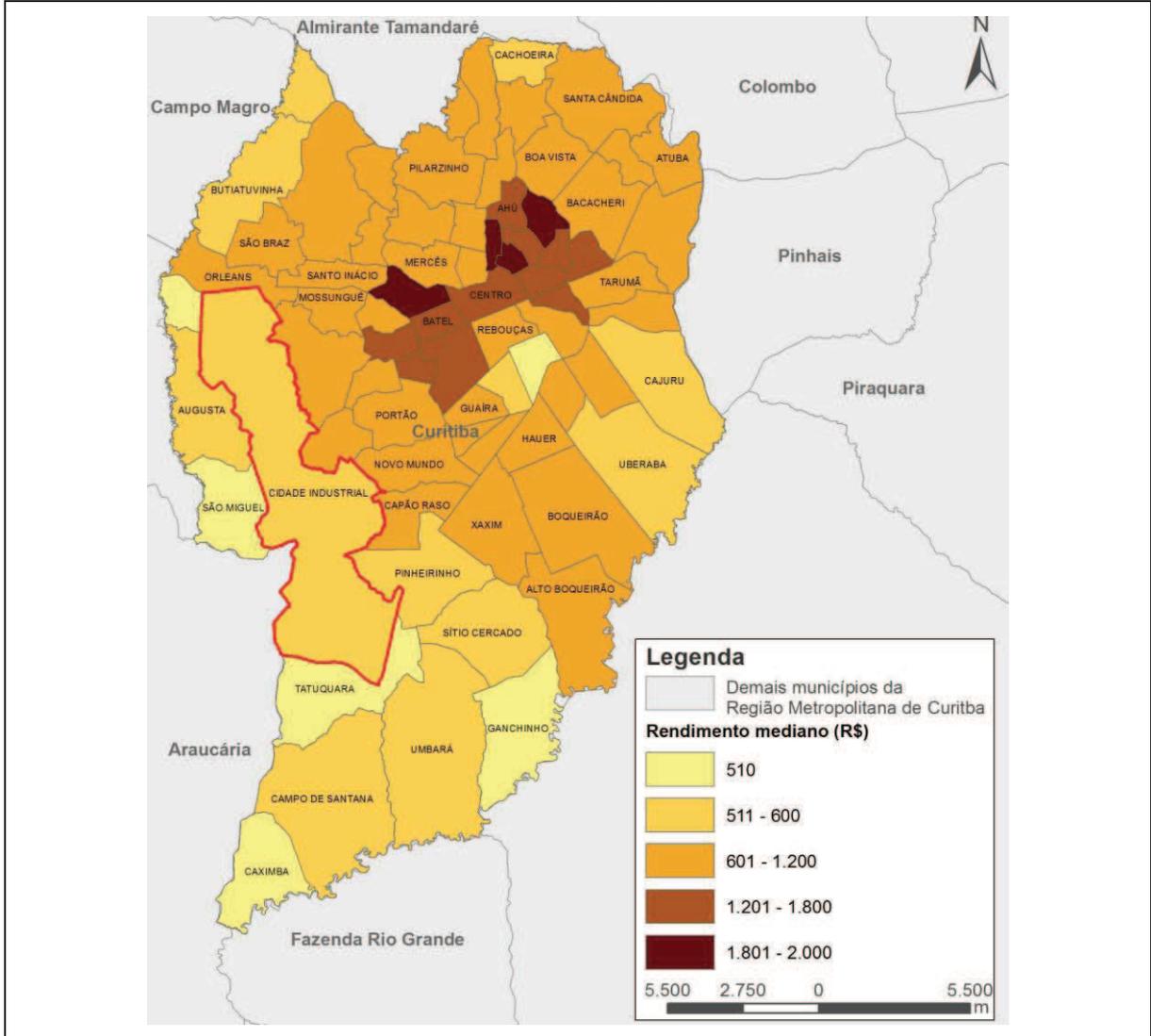


Fonte: Elaborada com base em IBGE (2010).

Associado a esses fatores, o bairro está entre os 15 de menor renda, com mediana da população economicamente ativa (PEA) de 600 reais por mês (Figura 20), sendo que, para Curitiba, esse valor equivale a 700 reais mensais.

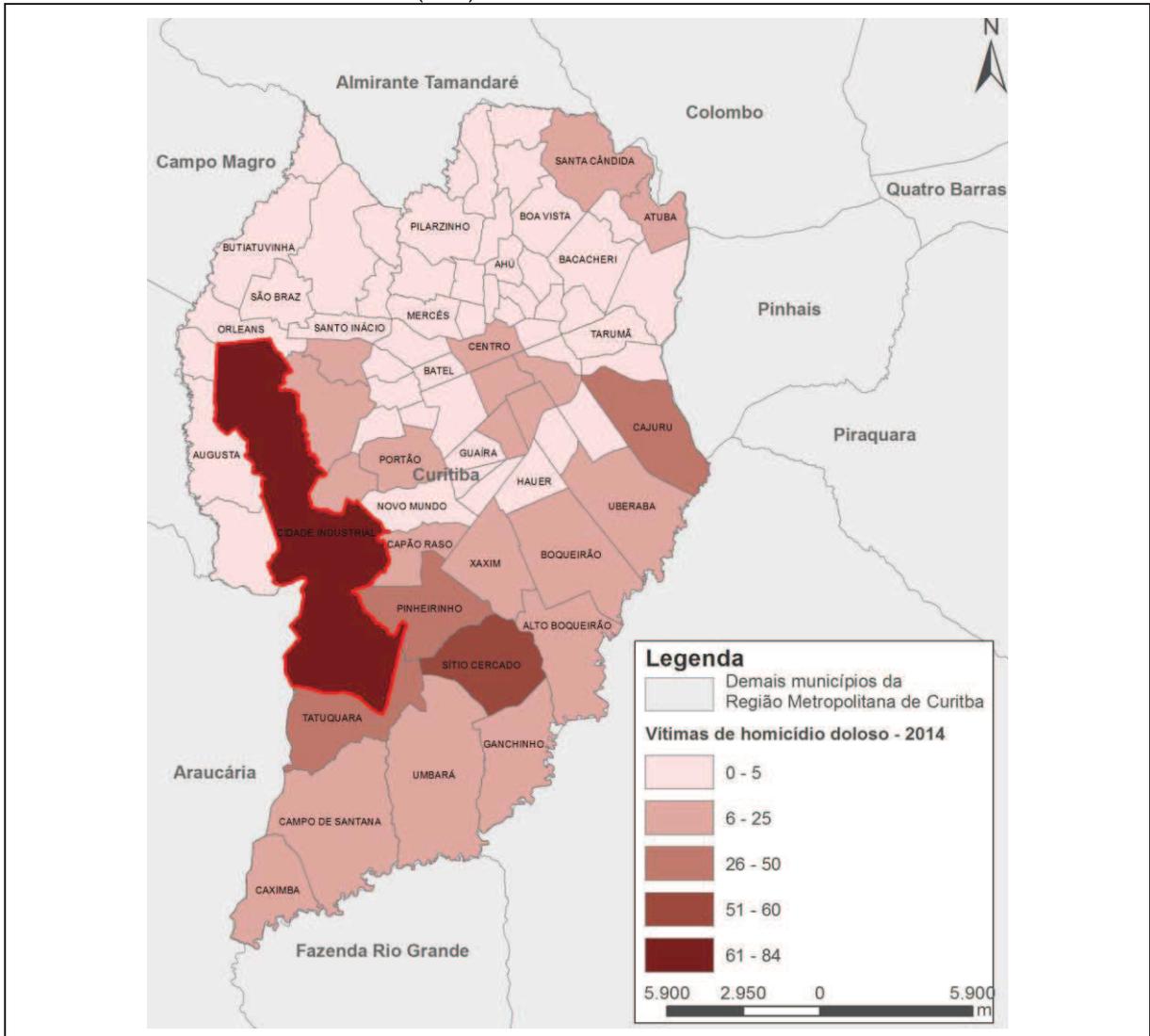
Segundo dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná (SESP-PR, 2014), o bairro é o mais violento da cidade (Figura 21). Em Curitiba, ao todo foram registrados 569 homicídios dolosos em 2014, sendo que 84 deles ocorreram na CIC, representando 14,7% do total, seguido pelo Sítio Cercado com 56 (9,8%), o que enfatiza os riscos a que a população local está exposta.

Figura 20: Mapa de renda mediana da população economicamente ativa (PEA) de Curitiba com destaque para o bairro Cidade Industrial (CIC) – 2010



Fonte: Elaborada com base em IBGE (2010) e em IPPUC (2012).

Figura 21: Mapa de quantidade de vítimas de homicídio doloso em Curitiba com destaque para o bairro Cidade Industrial (CIC) – 2014



Fonte: Adaptada de SESP-PR (2014).

Considerando esses dados e os critérios apresentados na subseção 2.2 – Procedimentos de contextualização da área de estudo, a região escolhida para a realização da pesquisa, localizada na CIC, compreende sete espaços livres públicos, adiante caracterizados.

4.3 ESPAÇOS LIVRES SELECIONADOS

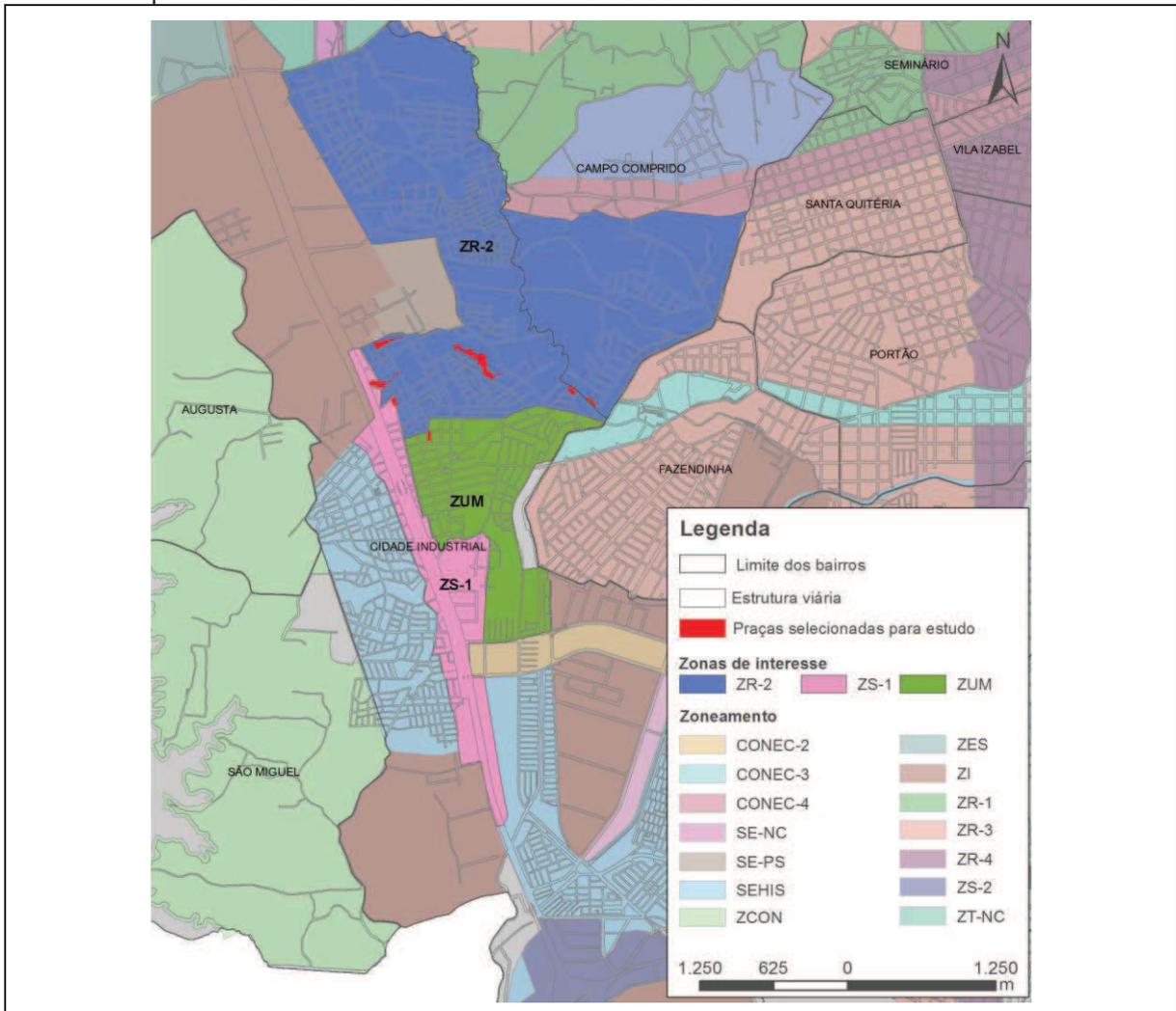
A rede das sete praças selecionadas para a presente investigação está localizada próxima ao Parque Cambuí, com acesso principal pela Rua Raul Pompeia (Figura 22), com configuração de área “esquecida” pela população ou pelo poder público, apresentando fatores de degradação espacial ou de risco socioambiental (especialmente consumo de drogas e influência de cheias), e com caracterização como área urbana periférica.

O zoneamento de uso e ocupação do solo da região de inserção dos espaços livres em estudo compreende as seguintes zonas (CURITIBA, 2000):

- a) Zona Residencial 2 – ZR-2 – destinadas ao uso prevalente de residências, podendo ser unifamiliares ou sob a forma de habitação coletiva;
- b) Zona de Uso Misto – ZUM – como o nome já denota, compreende utilizações diversificadas, podendo conter habitações de média densidade habitacional, com a característica de apoio às zonas industriais e de serviços do bairro;
- c) Zona de Serviços 1 – ZS-1 – compreendem áreas contíguas a rodovias e grandes eixos viários, podendo receber atividades comerciais e de serviços.

Os Quadros 9, 10 e 11 sintetizam os parâmetros de uso e ocupação do solo para essas zonas.

Figura 22: Mapa de zoneamento de uso e ocupação do solo da região da rede de espaços livres públicos selecionados na Cidade Industrial de Curitiba



Fonte: Elaborada com base em Curitiba (2000) e em IPPUC (2012).

Notas:

- CONEC-2 = Setor Especial Conector 2
- CONEC-3 = Setor Especial Conector 3
- CONEC-4 = Setor Especial Conector 4
- SEHIS = Setor Especial da Habitação de Interesse Social
- SE-NC = Setor Especial da Nova Curitiba
- SE-PS = Setor Especial do Polo de Software
- ZCON = Zona de Contenção
- ZES = Zona Especial de Serviços
- ZI = Zona Industrial
- ZR-1 = Zona Residencial 1
- ZR-2 = Zona Residencial 2
- ZR-3 = Zona Residencial 3
- ZR-4 = Zona Residencial 4
- ZS-1 = Zona de Serviços 1
- ZS-2 = Zona de Serviços 2
- ZT-NC = Zona de Transição da Nova Curitiba
- ZUM = Zona de Uso Misto

Quadro 9: Parâmetros de uso e ocupação do solo da Zona Residencial 2 (ZR-2) em Curitiba

USOS			OCUPAÇÃO							
Permitidos	Tolerados	Permissíveis	Porte máximo (m ²)	Coefficiente máximo de aproveitamento	Taxa máxima de ocupação (%)	Altura máxima (pavimentos)	Recuo mínimo do alinhamento predial (m)	Taxa mínima de permeabilidade (%)	Afastamento mínimo das divisas (m)	Lote mínimo: (base) (m x área) (m ²)
Habitações Unifamiliares (1)			-							
Habitações Unifamiliares em Série (1) Habitação Institucional			-	1	50	2	5	25	- (4)	12 X 360
Comércio e Serviço Vicinal 1 e 2 (2)			100							
Indústria Tipo 1 (3)	Comunitário 1 (2) 3)			-	-	-	-	-	-	-

Fonte: CURITIBA (2000)

Notas: (1) = densidade máxima de 80 habitações/ha, sendo admitido três habitações para lotes com 360 m².

(2) = a critério do Conselho Municipal de Urbanismo (CMU), poderão ser concedidos alvarás de localização para comércio e serviço vicinal 1 e 2, e comunitário 1 em edificações existentes com porte superior a 100,00 m², desde que com área de estacionamento no mínimo igual a área construída e porte compatível com a vizinhança residencial e com as características da via.

(3) = somente alvará de localização em edificações existentes ou anexas à moradia.

(4) = para habitação institucional, o afastamento mínimo das divisas deve ser 2,50 m.

Quadro 10: Parâmetros de uso e ocupação do solo da Zona de Uso Misto (ZUM) em Curitiba

USOS			OCUPAÇÃO							
Permitidos	Tolerados	Permissíveis	Porte máximo (m ²)	Coefficiente máximo de aproveitamento	Taxa máxima de ocupação (%)	Altura máxima (pavimentos)	Recuo mínimo do alinhamento predial (m)	Taxa mínima de permeabilidade (%)	Afastamento mínimo das divisas (m)	Lote mínimo: (base) (m x área) (m ²)
Habitação Coletiva Habitação Transitória 1 e 2 Habitação Institucional Comércio e Serviço Vicinal, de Bairro e Setorial Comunitário 1 e 2 Comércio e Serviço Específico 1 (1)	Habitação Unifamiliar		-	1	50	4	5	25%	Até 2 pav. = facultado Acima de 2 pav. = H/6 atendido o mínimo de 2,50	15 x 450
		Indústria Tipo 1 (2) (3)	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: CURITIBA (2000)

Notas: (1) = atendida legislação específica.

(2) = somente alvará de localização em edificações existentes.

(3) = será admitido somente alvará de localização para Indústria Tipo 2, ouvida a Companhia de Desenvolvimento de Curitiba.

Quadro 11: Parâmetros de uso e ocupação do solo da Zona de Serviços 1 (ZS-1) em Curitiba

USOS			OCUPAÇÃO							
Permitidos	Tolerados	Permissíveis	Porte máximo (m ²)	Coefficiente máximo de aproveitamento	Taxa máxima de ocupação (%)	Altura máxima (pavimentos)	Recuo mínimo do alinhamento predial (m)	Taxa mínima de permeabilidade (%)	Afastamento mínimo das divisas (m)	Lote mínimo: (base x área) (m ²)
Habitação Transitória 2 e 3 Comércio e Serviço Vicinal, de Bairro, Setorial e Geral Comunitário 2 – Culto Religioso (1) Comércio e Serviço Específico 1 e 2 (2)	Uma Habitação Unifamiliar por lote Comunitário 2 – Lazer, Cultura e Ensino (1)	Comunitário 3 – Lazer e Ensino (1) Indústria Tipo 1 (3)	-	1	50	2	10	25	-	15 x 450 (4)

Fonte: CURITIBA (2000)

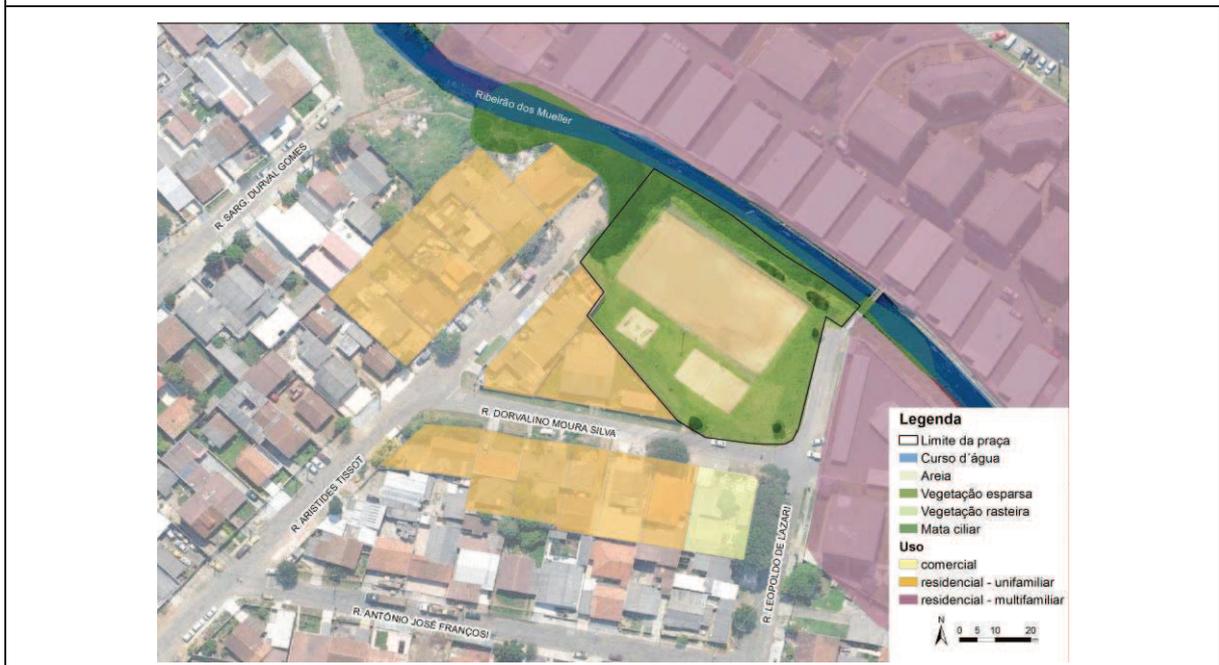
- Notas:
- (1) = ouvida a Companhia de Desenvolvimento de Curitiba na área de abrangência da CIC.
 - (2) = atendida legislação específica.
 - (3) = na área de abrangência da Cidade Industrial de Curitiba, ouvida a Companhia de Desenvolvimento de Curitiba, serão admitidas indústrias tipo 2.
 - (4) = o lote mínimo deverá ser adotado nos novos parcelamentos, unificações e subdivisões.

O **espaço livre 1** – Praça Vale Verde (Figura 23) – ocupa área de 0,35 ha, com perímetro de 246 m. Localizado na ZR-2, o uso das edificações do entorno é predominantemente residencial, com apenas um ponto comercial situado na esquina das ruas Dorvalino Moura Silva e Leopoldo de Lazari. Além de residências unifamiliares, tem-se um condomínio residencial de habitação coletiva com quatro pavimentos – construído anteriormente a legislação vigente – e o citado comércio vicinal. Apesar do curso d'água (ribeirão dos Muller) ser um elemento que divide as ocupações, há uma ponte de madeira que permite a travessia de pedestres.

Figura 23: Imagens aéreas de espacialização de características internas e de usos no entorno do espaço livre 1 – Praça Vale Verde



Vista geral oblíqua



Características internas da praça e usos dos lotes de interesse no entorno

Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), em IPPUC (2012) e em levantamentos de campo (2015).

O **espaço livre 2** – Praça Gregório Piatkowski (Figura 24) – ocupa área de 2,20 ha, com perímetro de 1.299 m, sendo a maior praça da rede selecionada. Localizado na ZR-2, o uso predominante no entorno é residencial, porém há um

diferencial em relação aos demais espaços analisados, correspondente à existência de três edificações institucionais voltadas à educação. Também há um ponto de comércio vicinal e um conjunto habitacional com dois pavimentos. O ribeirão dos Muller abrange toda a extensão longitudinal, representando um elemento de bloqueio na comunicação com a porção localizada na sua margem esquerda; assim mesmo, há uma ponte de pedestres posicionada no extremo noroeste e outra para carros no extremo sudeste.

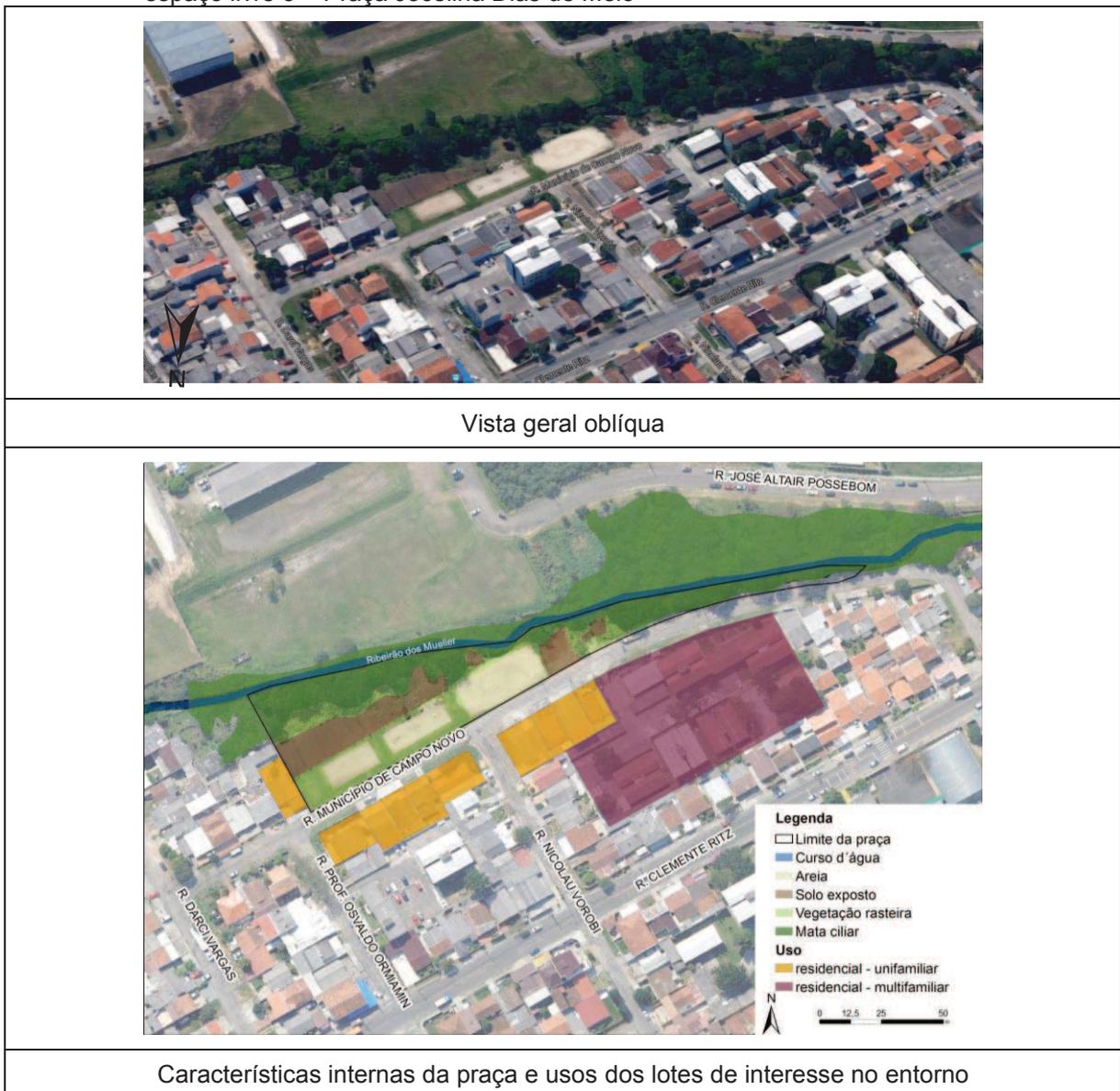
Figura 24: Imagens aéreas de características internas e de usos no entorno do espaço livre 2 – Praça Gregório Piatkowski



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), em IPPUC (2012) e em levantamentos de campo (2015)

O **espaço livre 3** – Praça Jocelina Dias de Melo (Figura 25) – ocupa área de 0,57 ha, com perímetro de 560 m. Localizado na ZR-2, há uma única tipologia de uso para o entorno imediato, que compreende o residencial unifamiliar, além de um condomínio de habitação coletiva, com edifícios de quatro pavimentos, correspondentes a edificações antigas, muito provavelmente construídas antes da legislação vigente. O ribeirão dos Muller, localizado na extremidade norte da praça, pode ser considerado um elemento de bloqueio na comunicação com os lotes dispostos ao longo da sua margem esquerda.

Figura 25: Imagens aéreas de espacialização de características internas e de usos no entorno do espaço livre 3 – Praça Jocelina Dias de Melo



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), em IPPUC (2012) e em levantamentos de campo (2015).

O **espaço livre 4** – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos (Figura 26) – ocupa área de 0,72 ha, com perímetro de 651 m e com compartimentação em três setores. Esse é o único que engloba duas zonas diferentes, a ZR-2 e a ZS-1,

Esta última compreende o segmento entre a Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira e a Rua Douglas Victor Novitzki; esta não atravessa a praça, mas as diretrizes viárias municipais consideram a sua continuidade nessa área. No que se refere aos usos do entorno, há uma variedade de tipologias, compostas por edificações de uso institucional (uma escola, uma igreja evangélica e uma associação de moradores), de uso misto e duas relacionadas exclusivamente ao comércio. Também há um conjunto habitacional de uso coletivo situado na extremidade direita da praça.

O restante do espaço livre está alocado na ZR-2, com esse trecho compreendendo desde a Rua Douglas Victor Novitzki até a Rua Nicolau Vorobi. Nele, é preponderante o uso residencial na vizinhança imediata, sendo a maior parte unifamiliar; também há um condomínio multifamiliar, dois pontos de comércio vicinal. Todas essas construções atendem os parâmetros urbanísticos de altura, não passando dos dois pavimentos.

Figura 26: Imagens aéreas de espacialização dos usos no entorno do espaço livre 4 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos



Vista geral oblíqua



Características internas da praça e usos dos lotes de interesse no entorno

Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), em IPPUC (2012) e em levantamentos de campo (2015).

O **espaço livre 5** – Praça da Rua Darci Vargas (Figura 27) – ocupa área de 0,30 ha, com perímetro de 229 m, estando situado na divisa entre duas zonas: ZS-1, com entorno relacionado a um imóvel industrial, e ZR-2, cujos usos são variados, prevalecendo o residencial, com construções de baixo gabarito, comércio vicinal e uma edificação de uso misto.

Figura 27: Imagens aéreas de espacialização de características internas e de usos no entorno do espaço livre 5 – Praça da Rua Darci Vargas



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), em IPPUC (2012) e em levantamentos de campo (2015).

O **espaço livre 6** – Praça São Rafael (Figura 28) – ocupa área de 0,23 ha, com 234 m de perímetro, sendo inserido na ZUM. No seu entorno, são encontrados dois lotes com edifícios residenciais de uso coletivo, sendo que o situado ao norte tem três pavimentos e o localizado ao sul apenas dois. As edificações de habitação unifamiliar são maioria e há duas de uso comercial.

Figura 28: Imagens aéreas de espacialização de características internas e de usos no entorno do espaço livre 6 – Praça São Rafael



Vista geral oblíqua

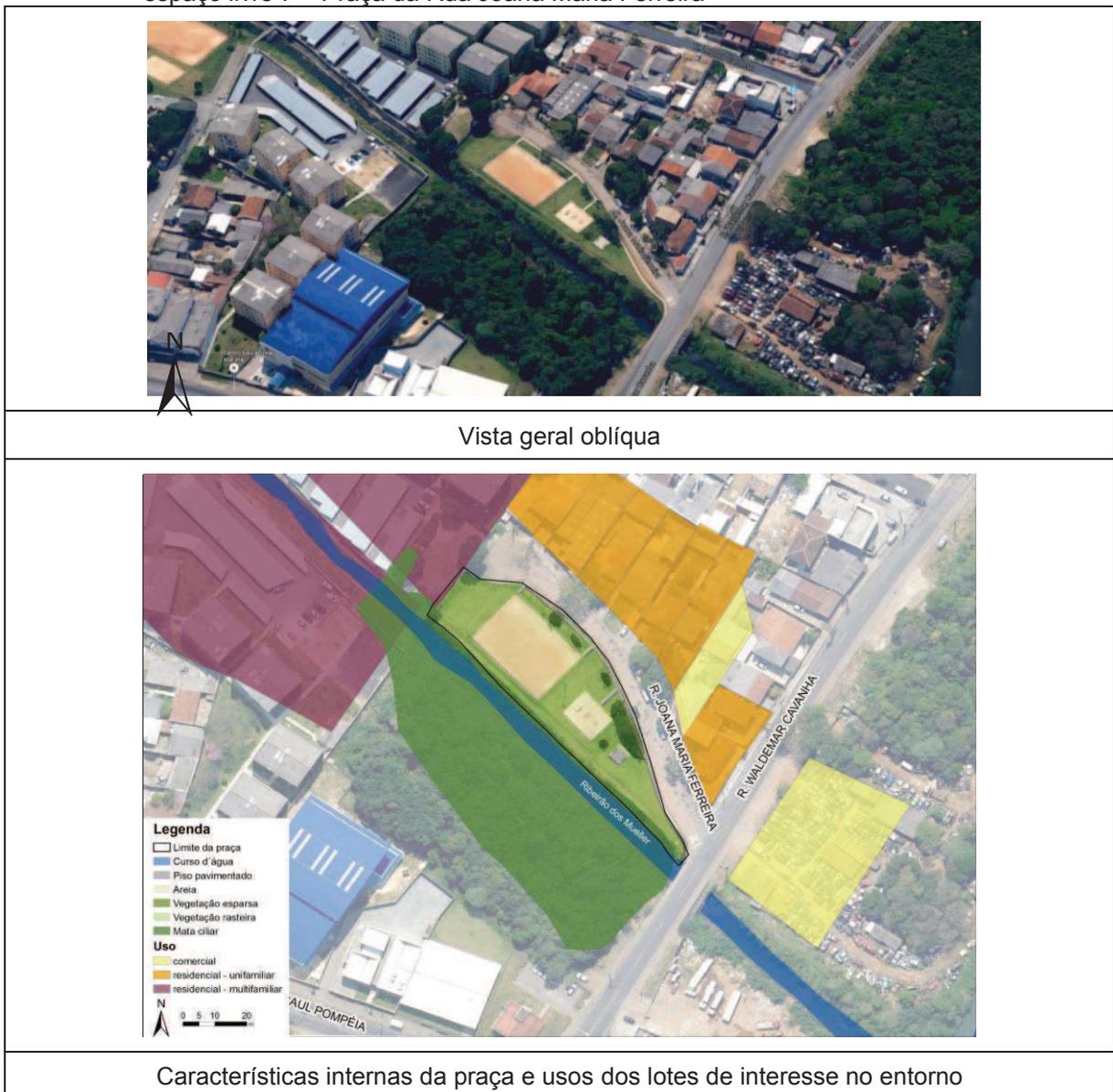


Características internas da praça e usos dos lotes de interesse no entorno

Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), em IPPUC (2012) e em levantamentos de campo (2015).

O **espaço livre 7** – Praça da Rua Joana Maria Ferreira (Figura 29) – ocupa área de 0,26 ha, com perímetro de 263 m, e também está na ZR-2, fazendo divisa com um conjunto habitacional coletivo. As habitações unifamiliares prevalecem no entorno e o comércio é restrito a dois imóveis, sendo que um deles abriga um desmanche de veículos. Localizado no sentido longitudinal da praça, o ribeirão dos Muller também tem a característica de limitar a comunicação com a ocupação da sua margem oposta, tendo uma ponte para travessia de carros como elemento de conexão.

Figura 29: Imagens aéreas de espacialização de características internas e de usos no entorno do espaço livre 7 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), em IPPUC (2012) e em levantamentos de campo (2015)

Em síntese, **todos os espaços livres selecionados** (Tabela 1) estão inseridos na ZR-2, exceto o 6 – Praça São Rafael (único a atingir a ZUM), sendo à ZS-1 correspondentes apenas o 4 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos – e o 5 – Praça da Rua Darci Vargas.

Tabela 1: Características gerais de dimensões, inserção em zonas urbanísticas e usos existentes no entorno dos espaços livres selecionados

ESPAÇOS LIVRES	DIMENSÕES		ZONAS			USOS NO ENTORNO					
	Área (ha)	Perímetro (m)	ZR-2	ZUM	ZS-1	Residencial unifamiliar	Residencial multifamiliar	Comercial	Institucional	Industrial	Misto
1 Praça Vale Verde	0,35	246	■			■	■	■			
2 Praça Gregório Piatkowski	2,20	1.299	■			■	■	■	■		
3 Praça Jocelina Dias de Melo	0,57	560	■			■	■	■			
4 Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos	0,72	651	■		■	■	■	■	■		■
5 Praça da Rua Darci Vargas	0,30	229	■		■	■	■	■		■	■
6 Praça São Rafael	0,23	234		■		■	■	■	■		
7 Praça da Rua Joana Maria Ferreira	0,26	263	■			■	■	■			

Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), em IPPUC (2012) e em levantamentos de campo (2015).

Notas: Cores das zonas e dos usos do entorno similares às das figuras anteriores desta subseção.

Como decorrência do zoneamento de uso e ocupação do solo na região (CURITIBA, 2000), todas as praças possuem edificações residenciais unifamiliares e coletivas em seus entornos imediatos, exceto as primeiras para a 5 – Praça da Rua Darci Vargas, onde aparece o único registro de indústria na vizinhança próxima, não obstante a localização da rede na CIC.

A utilização comercial também é verificada para todos os espaços estudados, embora em menor proporção, cabendo a exceção para a 3 – Praça Jocelina Dias de Melo. As demais utilizações são referentes a condições mais específicas, anteriormente descritas.

Todos os espaços livres têm forte correlação linear positiva (0,98, calculada pelo método de Pearson – DANCEY; REIDY, 2013 – ver subseção 2.2- Procedimentos de contextualização da área de estudo) entre suas áreas e seus perímetros. Assim, apesar das formas e tamanhos diferenciados de alguns deles, é definida a dependência direta entre as dimensões analisadas, garantindo adequada confiabilidade para o estudo.

Outras características morfológicas são detalhadas na próxima seção, correspondente à apresentação e discussão dos resultados alcançados.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para a efetiva interpretação dos resultados da pesquisa acerca dos objetos de estudo, inicialmente é apresentada a **análise dos espaços livres públicos selecionados** (ver seção 4 – Contextualização da área de estudo), na qual são expostos, em primeira instância, os aspectos morfológicos estruturais de cada um deles, com as finalidades de contextualizar:

- a) características gerais de localização, dimensões e entorno viário;
- b) condições internas, relacionadas aos seus atributos topográficos, ambientais e de visibilidade.

Na sequência, são averiguados os comportamentos de risco associados ao consumo de substâncias psicoativas nesses locais, com sua quantidade e espacialização por classes etárias, com associação dessas informações aos aspectos morfológicos observados e à permeabilidade visual das praças, com o intuito de verificar se esse fator é determinante na escolha do local para uso de drogas.

Por fim, é sintetizada a **avaliação integrada** dos resultados, especialmente sob a ótica do posicionamento espacial de grupos de usuários e de intervisibilidade social dos locais, com vistas à estruturação de bases para a gestão urbana, especificamente sob a forma de diretrizes urbanísticas nos âmbitos do território – espaços livres públicos – e da sociedade – riscos referentes ao consumo de substâncias psicoativas.

5.1 ANÁLISE DOS ESPAÇOS SELECIONADOS

Nas próximas subseções, são apresentados os resultados de cada uma das praças estudadas, com a análise das variáveis adotadas e suas possíveis interferências nos usos dos espaços.

5.1.1 Aspectos morfológicos estruturais

O **espaço livre 1** – Praça Vale Verde (0,35 ha – Figura 30) – tem forma regular, estando mais próxima geometricamente do retângulo, sendo seus limites definidos por três ruas (Tabelas 2 e 3), algumas residências alocadas na mesma quadra e o ribeirão dos Muller (Figura 31). Em termos topográficos, há desníveis positivos em relação às vias do entorno, cujas características volumétricas das edificações são representadas na Figura 32. A conformação interna permite a visualização, independentemente do local de permanência, de todas as extremidades na praça, sem obstruções, ou seja, com visibilidade total. A cobertura vegetal (Figura 33) é predominantemente rasteira (grama – 40,0%), com espécimes de maior porte concentrados nas proximidades do curso d'água, representando apenas 14,3% da praça e configurando uma mata ciliar degradada. O restante da área (42,9%) está coberta por locais com areia, com as finalidades de prática esportiva e recreação infantil.

Figura 30: Imagem aérea do espaço livre 1 – Praça Vale Verde



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), IPPUC (2012) e em levantamentos de campo.

Nota: P1 e P2 = ângulos de visão dos perfis esquemáticos da Figura 32

Tabela 2: Principais aspectos gerais do espaço livre 1 – Praça Vale Verde

GLEBA		Unidade
Área total	0,35	ha
Perímetro	246	m
Dimensões		Distância
Longitudinal	70	m
Transversal	55	m
Vias de acesso		Largura
Rua Dorvalino Moura Silva	9	m
Rua Aristides Tissot	10	m
Rua Leopoldo de Lazari	9	m

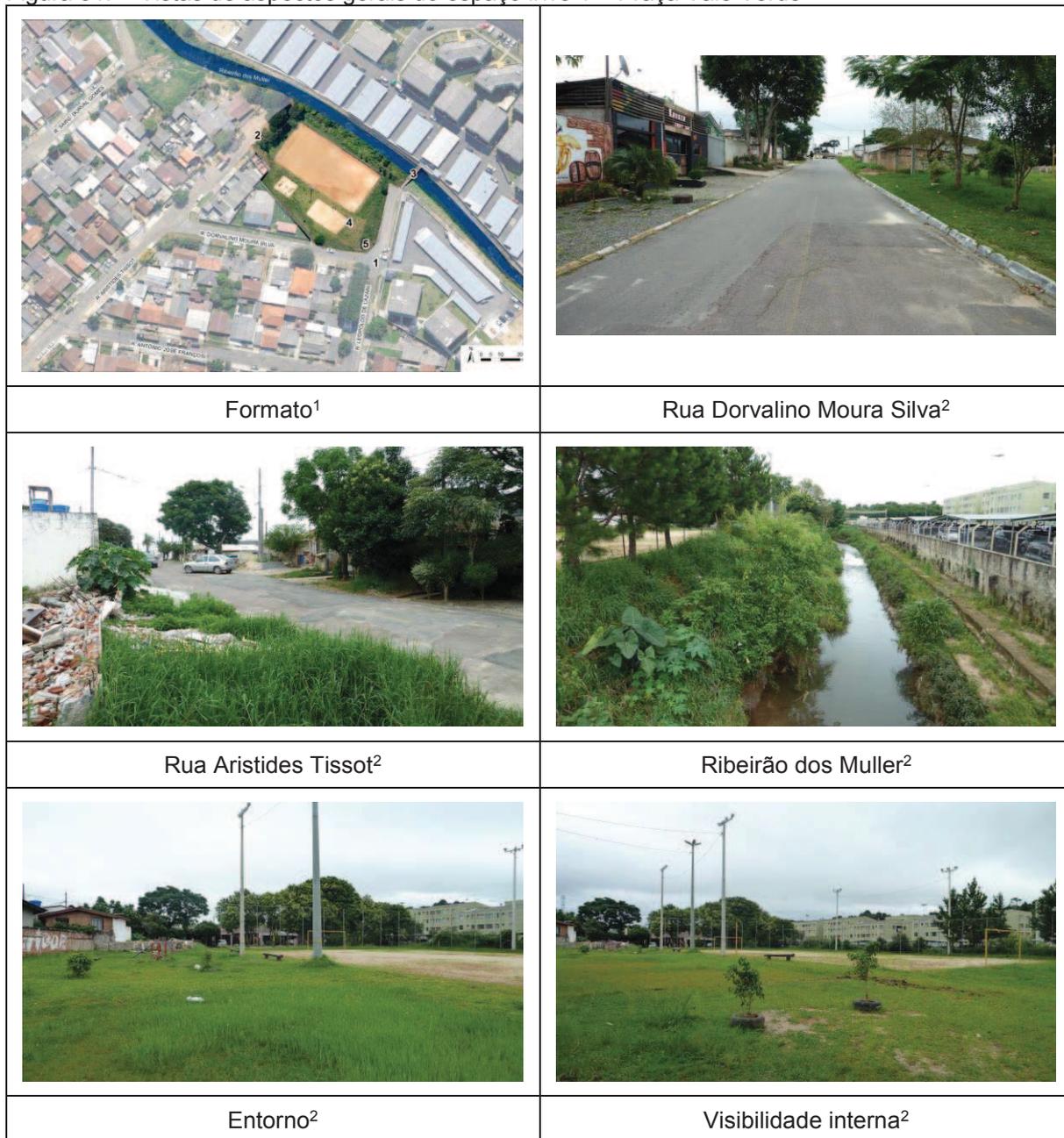
Fonte: Elaborada com base em IPPUC (2012) e em levantamentos de campo (2015).

Tabela 3: Principais aspectos internos do espaço livre 1 – Praça Vale Verde

ASPECTOS		Existência	Localização		
Topografia (rua x praça)	Plano				
	Desnível negativo	x	Rua Dorvalino Moura Silva		
	Desnível positivo	x	Rua Aristides Tissot		
		Existência	Área / Extensão	Unidade	%
Aspectos ambientais	Vegetação rasteira	x	0,14	ha	40,0
	Vegetação arbórea esparsa	x	0,01	ha	2,9
	Mata ciliar	x	0,05	ha	14,3
	Solo exposto				
	Areia	x	0,15	ha	42,9
	Edificação				
	Curso d'água	x	65	m	
Pavimentação					
		Existência	Observações		
Visibilidade interna	Sem bloqueios	x	Com visibilidade interna de todos os espaços		
	Parcial				

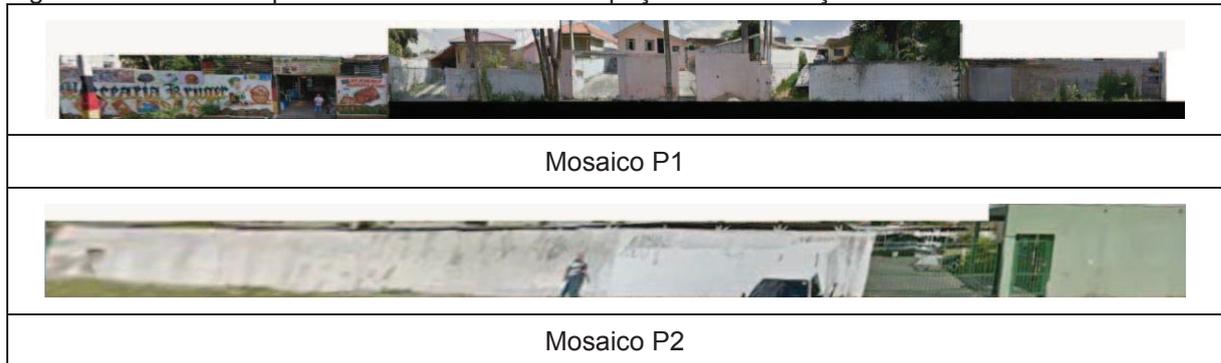
Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e em levantamentos de campo (2015).

Figura 31: Vistas de aspectos gerais do espaço livre 1 – Praça Vale Verde



Fontes: ¹ = GOOGLE EARTH (2014); ² = NOGUEIRA (2015)

Figura 32: Perfis esquemáticos do entorno do espaço livre 1 – Praça Vale Verde



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e em IPPUC (2012).

Nota: Ver ângulos de visão dos perfis na Figura 30

Figura 33: Vistas de aspectos internos do espaço livre 1 – Praça Vale Verde



Fonte: NOGUEIRA (2015)

Em termos gerais, esta é a quarta praça em dimensão territorial e uma das quatro com a presença do ribeirão dos Muller, apesar de que, neste local, este curso d'água tem a menor extensão em relação aos demais. Internamente, oferece mediana diversidade de elementos.

O **espaço livre 2** – Praça Gregório Piatkowski (2,2 ha– Figura 34) – tem forma irregular e alongada, aproximando-se da conformação de parque. Seus limites são definidos por duas ruas (Tabelas 4 e 5), com desnível topográfico positivo, e

pelo ribeirão dos Muller (Figura 35). Algumas residências estão alocadas na mesma quadra e seus fundos de lote coincidem com o perímetro da praça. Com desníveis topográficos negativos para as ruas Cidade Laguna e São Miguel do Oeste e com relativa homogeneidade volumétrica do entorno (Figura 36), esta área, apesar de única, é segregada em duas porções distintas: a sudeste – que contém maior parte das relações sociais e é a mais exposta ao entorno – e a noroeste – pouco integrada com as circunvizinhanças e isolada visualmente; essas características lhe conferem visibilidade interna parcial. A maior parte da cobertura vegetal (Figura 37) é rasteira (grama – 49,9%), sendo as árvores (14,0%) restritas às margens do curso d’água, integrando uma mata ciliar degradada. A área também é composta de vegetação arbórea esparsa (7,5%), além de pavimentação (10,1%), campos de areia (9,9%), solo exposto (5,0%) e uma edificação escolar (3,6%).

Figura 34: Imagem aérea do espaço Livre 2 – Praça Gregório Piatkowski



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), IPPUC (2012) e em levantamentos de campo.

Nota: P1 a P4 = ângulos de visão dos perfis esquemáticos da Figura 36

Tabela 4: Principais aspectos gerais do espaço livre 2 – Praça Gregório Piatkowski

GLEBA		Unidade
Área total	2,2	ha
Perímetro	1.299	m
Dimensões		Distância
Longitudinal	420	m
Transversal	de 20 a 80	m
Vias de acesso		Largura
Rua Cidade Laguna	10	m
Rua São Miguel do Oeste	10	m
Rua Profa. Hilda Hanke Gonçalves	11	m

Fonte: Elaborada com base em IPPUC (2012) e em levantamentos de campo (2015).

Tabela 5: Principais aspectos internos do espaço livre 2 – Praça Gregório Piatkowski

ASPECTOS		Existência	Localização		
Topografia (rua x praça)	Plano				
	Desnível negativo	x	Rua Cidade Laguna Rua São Miguel do Oeste		
	Desnível positivo				
		Existência	Área / Extensão	Unidade	%
Aspectos ambientais	Vegetação rasteira	x	1,10	ha	49,9
	Vegetação arbórea esparsa	x	0,16	ha	7,5
	Mata ciliar	x	0,31	ha	14,0
	Solo exposto	x	0,11	ha	5,0
	Areia	x	0,22	ha	9,9
	Edificação	x	0,08	ha	3,6
	Curso d'água	x	545	m	
Pavimentação	x	0,22	ha	10,1	
		Existência	Observações		
Visibilidade interna	Sem bloqueios				
	Parcial	x	Espaço segregado, apesar de ser único, contendo dois setores distintos: o da quadra de futebol e parque infantil; e região após a creche a noroeste da praça		

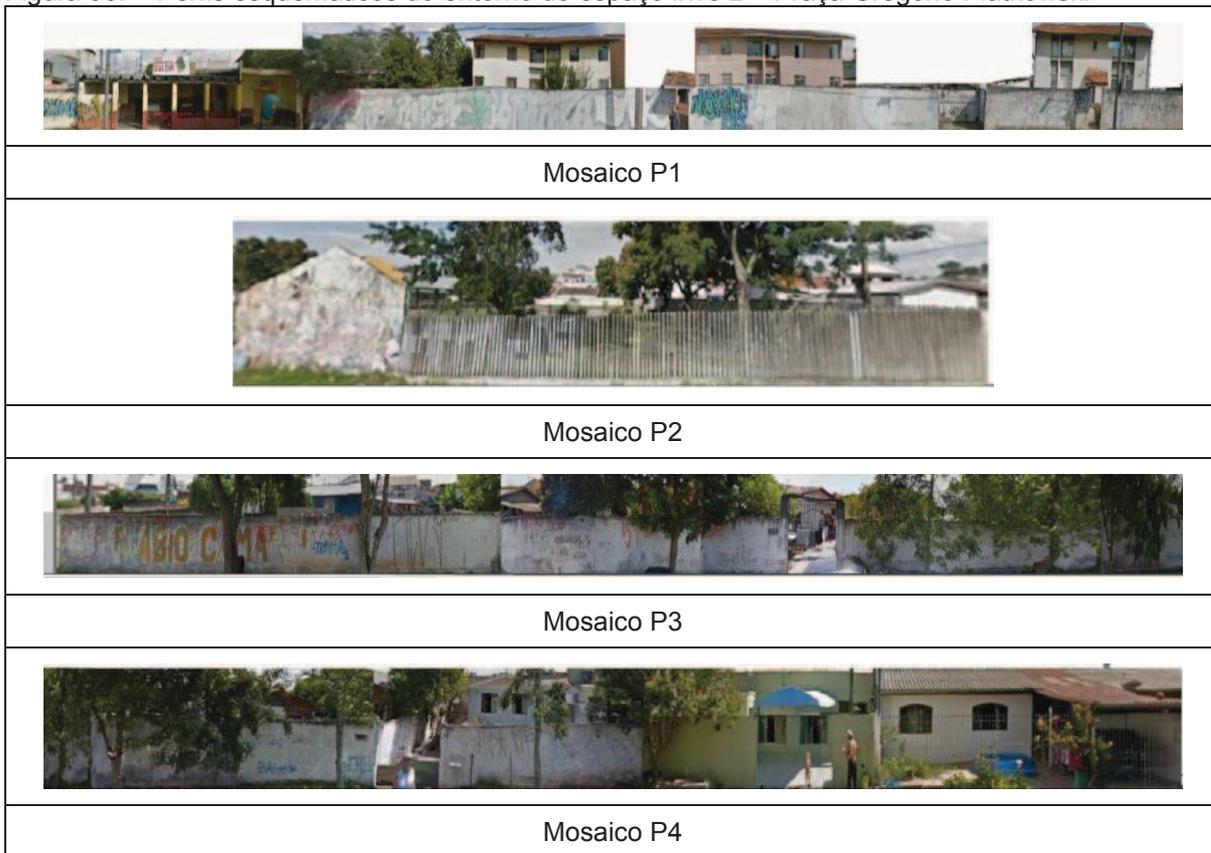
Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e em levantamentos de campo (2015).

Figura 35: Vistas de aspectos gerais do espaço livre 2 – Praça Gregório Piatkowski

	
<p>Formato¹</p>	<p>Rua Cidade Laguna²</p>
	
<p>Rua São Miguel do Oeste²</p>	<p>Ribeirão dos Muller²</p>
	
<p>Rua Profa. Hilda Hanke Gonçalves²</p>	<p>Visibilidade interna²</p>
	
<p>Visibilidade interna²</p>	

Fontes: ¹ = GOOGLE EARTH (2014); ² = NOGUEIRA (2015)

Figura 36: Perfis esquemáticos do entorno do espaço livre 2 – Praça Gregório Piatkowski



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e em IPPUC (2012).

Nota: Ver ângulos de visão dos perfis na Figura 34

Figura 37: Vistas de aspectos internos do espaço livre 2 – Praça Gregório Piatkowski



Fonte: NOGUEIRA (2015)

Comparativamente, esta é a primeira praça em dimensão territorial e também uma das quatro banhadas pelo ribeirão dos Muller, sendo, neste local, percebida a maior extensão do curso d'água em relação aos demais, inclusive pela linearidade da forma espacial. Internamente, apresenta a maior diversidade de elementos dentre todos os espaços livres estudados.

O **espaço livre 3** – Praça Jocelina Dias de Melo (0,57 ha – Figura 38) – tem forma irregular e alongada, aproximada à de retângulo, sendo seus limites definidos tanto por uma rua (Tabelas 6 e 7) quanto pelo ribeirão dos Muller (Figura 39), sem desnível topográfico em relação ao local e entorno homogêneo em termos volumétricos (Figura 40). Há visibilidade interna de todos os espaços com acesso público. A mata ciliar é a cobertura vegetal predominante (31,6%), todavia com trechos de supressão (Figura 41). Cobrindo 26,3% do local, o solo exposto é outro elemento marcante, seguido pela vegetação rasteira (22,8%) e pela areia (19,3%).

Figura 38: Imagem aérea do espaço Livre 3 – Praça Jocelina Dias de Melo



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), IPPUC (2012) e em levantamentos de campo.

Nota: P1 = ângulo de visão dos perfis esquemáticos da Figura 40

Tabela 6: Principais aspectos gerais do espaço livre 3 – Praça Jocelina Dias de Melo

GLEBA		Unidade
Área total	0,57	ha
Perímetro	560	m
Dimensões	Distância	Unidade
Longitudinal	245	m
Transversal	de 7 a 54	m
Vias de acesso	Largura	Unidade
Rua Município de Campo Novo	11	m

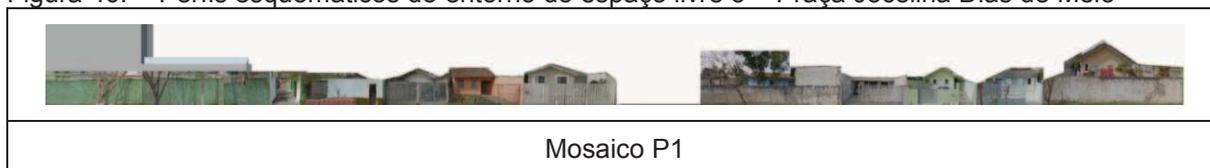
Fonte: Elaborada com base em IPPUC (2012) e em levantamentos de campo (2015).

Tabela 7: Principais aspectos internos do espaço livre 3 – Praça Jocelina Dias de Melo

ASPECTOS		Existência	Localização		
Topografia (rua x praça)	Plano	x			
	Desnível negativo				
	Desnível positivo				
		Existência	Área / Extensão	Unidade	%
Aspectos ambientais	Vegetação rasteira	x	0,13	ha	22,8
	Vegetação arbórea esparsa				
	Mata ciliar	x	0,19	ha	31,6
	Solo exposto	x	0,15	ha	26,3
	Areia	x	0,11	ha	19,3
	Edificação				
	Curso d'água	x	290	m	
Pavimentação					
		Existência	Observações		
Visibilidade interna	Sem bloqueios	x	Com visibilidade interna de todos os espaços com acesso ao público		
	Parcial				

Fonte: Elaborado com base em Google Earth (2014) e em levantamentos de campo (2015).

Figura 40: Perfis esquemáticos do entorno do espaço livre 3 – Praça Jocelina Dias de Melo



Mosaico P1

Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e em IPPUC (2012).

Nota: Ver ângulo de visão dos perfis na Figura 38

Figura 41: Vistas de aspectos internos do espaço livre 3 – Praça Jocelina Dias de Melo



Fonte: NOGUEIRA (2015)

Esta é a terceira praça em dimensão territorial e uma das quatro com a presença do ribeirão dos Muller, sendo sua extensão, neste local, intermediária em relação aos demais, marcada pela própria linearidade da forma espacial e por apenas um acesso viário. Internamente, oferece mediana diversidade de elementos.

O **espaço livre 4** – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos (0,72 ha – Figura 42) – tem forma irregular, com uma peculiaridade em relação aos demais, pois é compartimentado em três diferentes partes por ruas, sendo, então, seus limites definidos por seis vias (Tabelas 8 e 9; Figura 43). Topograficamente, apresenta desnível positivo em relação ao entorno imediato no terceiro compartimento da esquerda para a direita, havendo clara desconexão de visibilidade interna entre este e o primeiro; do intermediário, é possível visualizar os outros dois.

As condições volumétricas das edificações vizinhas são igualmente homogêneas (Figura 44). Há algumas residências alocadas na mesma quadra, com seus fundos de lote ou laterais da edificação nos limites da praça. A cobertura vegetal (Figura 45) é predominantemente rasteira (71,3%), com grama e sem concentração de espécimes de maior porte, somente com a presença de algumas árvores ao longo da praça (2,5% de vegetação arbórea esparsa). A área também é composta por solo exposto (16,1%), areia (9,2%) e pavimentação (1,0%).

Figura 42: Imagem aérea do espaço Livre 4 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), IPPUC (2012) e em levantamentos de campo.

Nota: P1 a P4 = ângulos de visão dos perfis esquemáticos da Figura 44

Tabela 8: Principais aspectos gerais do espaço livre 4 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos

GLEBA		Unidade
Área total	0,72	ha
Perímetro	651	m
Dimensões		Distância
Longitudinal	267	m
Transversal	5 a 70	m
Vias de acesso		Largura
Rua Formosa do Oeste	10	m
Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira	16	m
Rua Darci Vargas	12	m
Rua Douglas Victor Novitzki	10	m
Rua Prof. Osvaldo Ormiamin	10	m
Rua Nicolau Vorobi	11	m

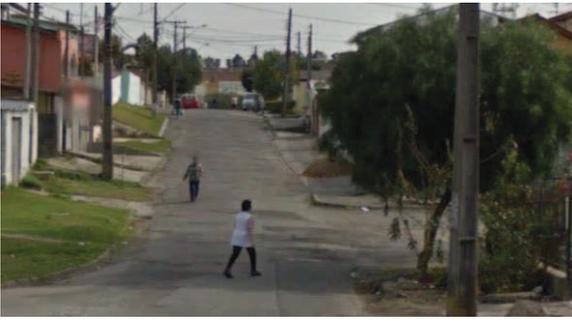
Fonte: Elaborada com base em IPPUC (2012) e em levantamentos de campo (2015).

Tabela 9: Principais aspectos internos do espaço livre 4 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos

ASPECTOS		Existência	Localização		
Topografia (rua x praça)	Plano	x	Pouco desnível		
	Desnível negativo				
	Desnível positivo	x	no terceiro trecho da parte oeste		
		Existência	Área	Unidade	%
Aspectos ambientais	Vegetação rasteira	x	0,51	ha	71,3
	Vegetação arbórea esparsa	x	0,02	ha	2,5
	Mata ciliar				
	Solo exposto	x	0,12	ha	16,1
	Areia	x	0,07	ha	9,2
	Edificação				
	Curso d'água				
	Pavimentação	x	0,01	ha	1,0
		Existência	Observações		
Visibilidade interna	Sem bloqueios				
	Parcial	x	Composto por três setores distintos, separados por ruas, com os extremos sem visibilidade. Em função dessas vias, o espaço não tem continuidade, podendo ser interpretado como três praças diferentes, com características próprias		

Fonte: Elaborado com base em Google Earth (2014) e em levantamentos de campo (2015).

Figura 43: Vistas de aspectos gerais do espaço livre 4 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos

	
Formato ¹	Rua Formosa do Oeste ²
	
Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira ²	Rua Darci Vargas ²
	
Rua Douglas Victor Novitzki ²	Rua Professor Osvaldo Ormiamin ²
	
Rua Nicolau Vorobi ²	Entorno ²

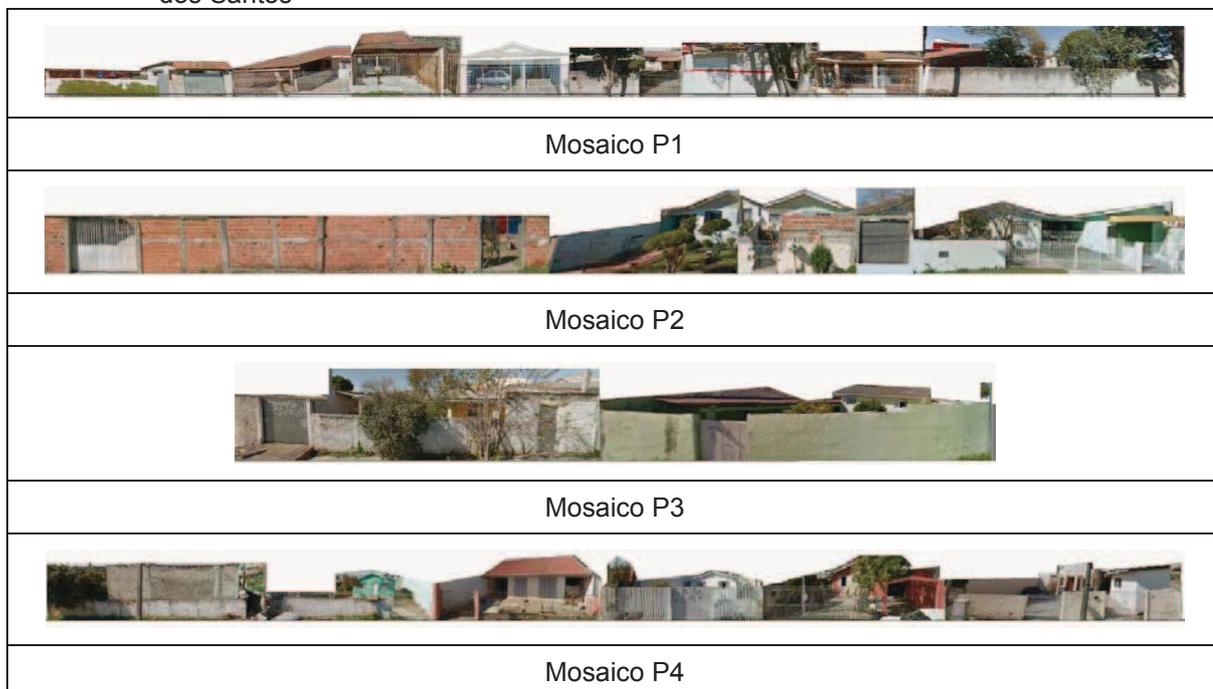
Fontes: ¹ = GOOGLE EARTH (2014); ² = NOGUEIRA (2015)

(Continua)

(Continuação)



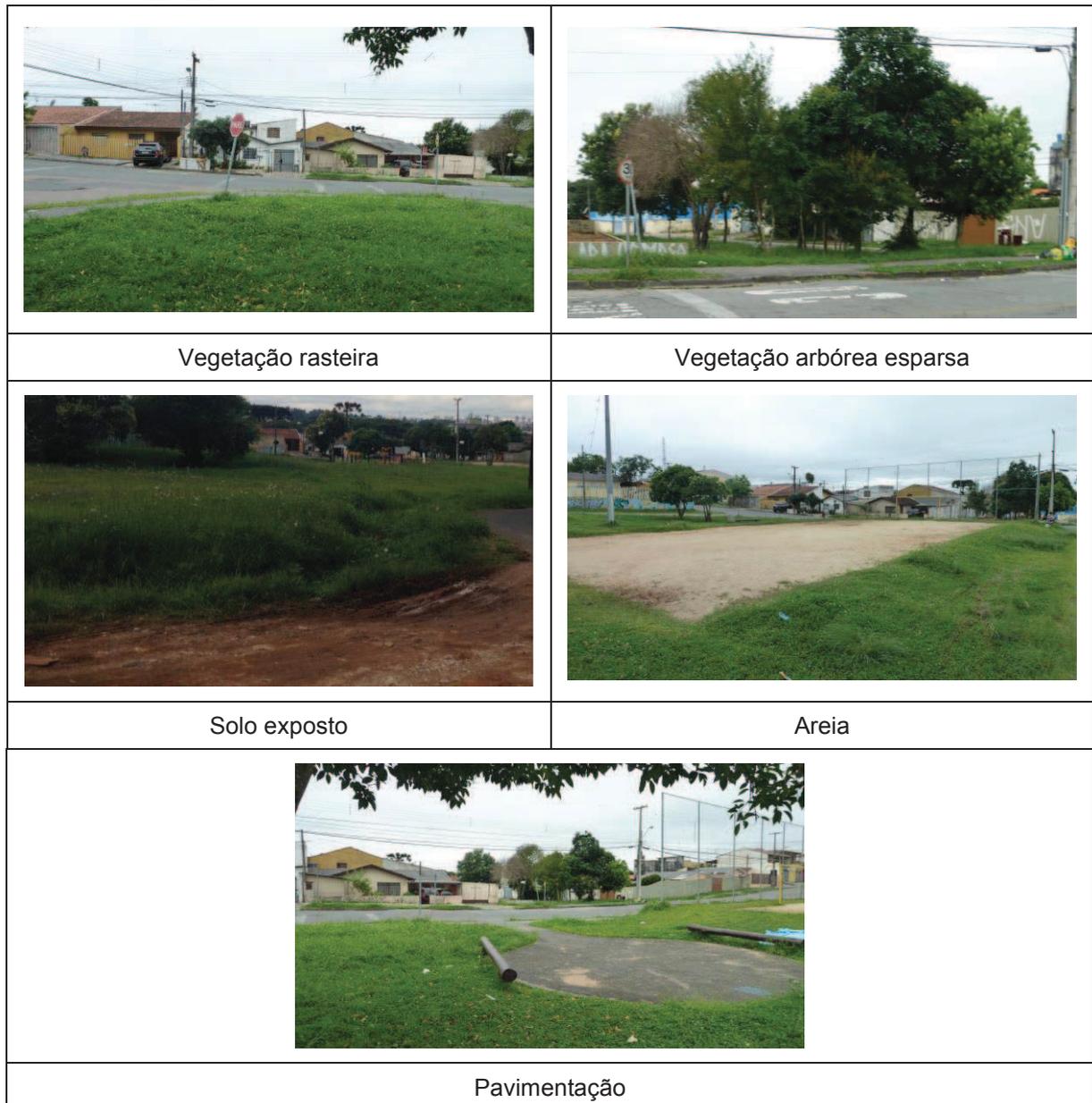
Figura 44: Perfis esquemáticos do entorno do espaço livre 4 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e em IPPUC (2012).

Nota: Ver ângulos de visão dos perfis na Figura 42

Figura 45: Vistas de aspectos internos do espaço livre 4 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos



Fonte: NOGUEIRA (2015)

Entre todas as praças analisadas, esta é a segunda em dimensão territorial e sua característica peculiar reside exatamente no seu fracionamento em três setores, com variados acessos viários. Internamente, revela mediana diversidade de elementos.

O **espaço livre 5** – Praça da Rua Darci Vargas (0,31 ha – Figura 46) – tem forma regular, estando mais similaridade, em termos geométricos, com o retângulo, sendo seus limites definidos por três ruas (Tabelas 10 e 11) e um galpão industrial, alocado na mesma quadra (Figura 47). Topograficamente, o espaço

apresenta desnível positivo variando de 0,5 a 1 m em relação às vias limítrofes, as quais têm condições volumétricas das edificações mais heterogêneas (Figura 48). Sua visibilidade interna é ampla. A areia é predominante (Figura 49), representando 62,3% da área, seguida pela vegetação rasteira (36,1%), com reduzida proporcionalidade de pavimentação (1,6%), não havendo registros de cobertura arbórea esparsa.

Figura 46: Imagem aérea do espaço Livre 5 – Praça da Rua Darci Vargas



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), IPPUC (2012) e em levantamentos de campo.

Nota: P1 e P2 = ângulos de visão dos perfis esquemáticos da Figura 48

Tabela 10: Principais aspectos gerais do espaço livre 5 – Praça da Rua Darci Vargas

GLEBA			Unidade
Área total		0,31	ha
Perímetro		229	m
Dimensões		Distância	Unidade
Longitudinal		75	m
Transversal		40	m
Vias de acesso		Largura	Unidade
Rua Cidade de Campos Novos		10	m
Rua Darci Vargas		12	m
Rua Profa. Hilda Hanke Gonçalves		10	m

Fonte: Elaborado com base em IPPUC (2012) e em levantamentos de campo (2015).

Tabela 11: Principais aspectos internos do espaço livre 5 – Praça da Rua Darci Vargas

ASPECTOS		Existência	Localização		
Topografia (rua x praça)	Plano				
	Desnível negativo				
	Desnível positivo	x	Rua Darci Vargas		
		Existência	Área	Unidade	%
Aspectos ambientais	Vegetação rasteira	x	0,11	ha	36,1
	Vegetação arbórea esparsa				
	Mata ciliar				
	Solo exposto				
	Areia	x	0,19	ha	62,3
	Edificação				
	Curso d'água				
	Pavimentação	x	0,01	ha	1,6
		Existência	Observações		
Visibilidade interna	Sem bloqueios	x			
	Parcial				

Fonte: Elaborado com base em Google Earth (2014) e em levantamentos de campo (2015).

Figura 47: Vistas de aspectos gerais do espaço livre 5 – Praça da Rua Darci Vargas



Fontes: ¹ = GOOGLE EARTH (2014); ² = NOGUEIRA (2015)

Figura 48: Perfis esquemáticos do entorno do espaço livre 5 – Praça da Rua Darci Vargas



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e em IPPUC (2012).

Nota: Ver ângulos de visão dos perfis na Figura 46

Figura 49: Vistas de aspectos internos do espaço livre 5 – Praça da Rua Darci Vargas



Fonte: NOGUEIRA (2015)

Em termos gerais, esta é a quinta praça em dimensão territorial e das poucas com formato mais regular. Internamente, exibe a menor diversidade de elementos dentre todos os espaços livres estudados.

O **espaço livre 6** – Praça São Rafael (0,23 ha – Figura 50) – tem forma regular, mais aproximada à do retângulo, sendo seus limites definidos por três ruas (Tabelas 12 e 13), com casas com uma via de acesso a alguns lotes pelo interior da própria praça (Figura 51). Apesar da heterogeneidade volumétrica das edificações do entorno (Figura 52), não há desníveis topográficos significativos, tampouco bloqueios à visibilidade interna. A vegetação rasteira é predominante (Figura 53), representando 42,8% da área, seguida pela areia (31,0%) e pavimentação (21,8%), sendo pontual (4,4%) a vegetação arbórea esparsa.

Figura 50: Imagem aérea do espaço Livre 6 – Praça São Rafael



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), IPPUC (2012) e em levantamentos de campo.

Nota: P1 a P4 = ângulos de visão dos perfis esquemáticos da Figura 52

Tabela 12: Principais aspectos gerais do espaço livre 6 – Praça São Rafael

GLEBA			Unidade
Área total		0,23	ha
Perímetro		234	m
Dimensões		Distância	Unidade
Longitudinal		90	m
Transversal		26	m
Vias de acesso		Largura	Unidade
Rua Nicolau Vorobi		10	m
Rua Dr. Nelson Luiz Wolski Velloso		9	m
Rua Dr. José Guilherme Loyola		10	m

Fonte: Elaborada com base em IPPUC (2012) e em levantamentos de campo (2015).

Tabela 13: Principais aspectos internos do espaço livre 6 – Praça São Rafael

ASPECTOS		Existência	Localização		
Topografia (rua x praça)	Plano	x			
	Desnível negativo				
	Desnível positivo				
		Existência	Área	Unidade	%
Aspectos ambientais	Vegetação rasteira	x	0,10	ha	42,8
	Vegetação arbórea esparsa	x	0,01	ha	4,4
	Mata ciliar				
	Solo exposto				
	Areia	x	0,07	ha	31,0
	Edificação				
	Curso d'água				
	Pavimentação	x	0,05	ha	21,8
		Existência	Observações		
Visibilidade interna	Sem bloqueios	x			
	Parcial				

Fonte: Elaborado com base em Google Earth (2014) e em levantamentos de campo (2015).

Figura 51: Vistas de aspectos gerais do espaço livre 6 – Praça São Rafael



Fontes: ¹ = GOOGLE EARTH (2014); ² = NOGUEIRA (2015)

Figura 52: Perfis esquemáticos do entorno do espaço livre 6 – Praça São Rafael



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e em IPPUC (2012).

Nota: Ver ângulos de visão dos perfis na Figura 50

Figura 53: Vistas de aspectos internos do espaço livre 6 – Praça São Rafael



Fonte: NOGUEIRA (2015)

Esta é a menor praça em dimensão territorial, sendo marcada pelo seu formato regular, apresentando, internamente, reduzida diversidade de elementos.

O **espaço livre 7** – Praça da Rua Joana Maria Ferreira (0,26 ha – Figura 54) – tem forma alongada, semelhante geometricamente ao retângulo, sendo seus limites definidos por duas ruas (Tabelas 14 e 15), algumas residências alocadas na mesma quadra e o ribeirão dos Muller (Figura 55). Não há significância de desníveis topográficos e a volumetria das edificações do entorno é medianamente homogênea (Figura 56) e de bloqueios visuais internos. A maior parte da cobertura vegetal (Figura 57) é rasteira (51,3%), especialmente grama. A vegetação de maior porte está concentrada próxima ao curso d'água, correspondendo a apenas 6,5% da área, representando mata ciliar em estado de degradação. O restante do local está coberto por areia (26,4%), com a finalidade de prática esportiva e recreação infantil, por pavimentação (11,2%) e por vegetação arbórea esparsa (4,6%).

Figura 54: Imagem aérea do espaço Livre 7 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), IPPUC (2012) e em levantamentos de campo.

Nota: P1 e P2 = ângulos de visão dos perfis esquemáticos da Figura 56

Tabela 14: Principais aspectos gerais do espaço livre 7 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira

GLEBA		Unidade
Área total	0,26	ha
Perímetro	263	m
Dimensões		Distância
Longitudinal	113	m
Transversal	4,5 a 30	m
Vias de acesso		Largura
Rua Joana Maria Ferreira	10	m
Rua Waldemar Cavanha	12	m

Fonte: Elaborada com base em IPPUC (2012) e em levantamentos de campo (2015).

Tabela 15: Principais aspectos internos do espaço livre 7 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira

ASPECTOS		Existência	Localização		
Topografia (rua x praça)	Plano	x			
	Desnível negativo				
	Desnível positivo				
		Existência	Área / Extensão	Unidade	%
Aspectos ambientais	Vegetação rasteira	x	0,13	ha	51,3
	Vegetação arbórea esparsa	x	0,01	ha	4,6
	Mata ciliar	x	0,02	ha	6,5
	Solo exposto				
	Areia	x	0,07	ha	26,4
	Edificação				
	Curso d'água	x	112	m	
Pavimentação	x	0,03	ha	11,2	
		Existência	Observações		
Visibilidade interna	Sem bloqueios	x			
	Parcial				

Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e em levantamentos de campo (2015).

Figura 55: Vistas de aspectos gerais do espaço livre 7 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira

<p>Formato¹</p>	<p>Rua Joana Maria Ferreira²</p>
<p>Rua Waldemar Cavanha²</p>	<p>Ribeirão dos Muller²</p>
<p>Entorno²</p>	<p>Visibilidade interna²</p>

Fontes: ¹ = GOOGLE EARTH (2014); ² = NOGUEIRA (2015)

Figura 56: Perfis esquemáticos do entorno do espaço livre 7 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira

<p>Mosaico P1</p>
<p>Mosaico P2</p>

Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e em IPPUC (2012).
 Nota: Ver ângulos de visão dos perfis na Figura 54

Figura 57: Vistas de aspectos internos do espaço livre 7 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira



Fonte: NOGUEIRA (2015)

Esta praça é a sexta em dimensão territorial, sendo uma das quatro margeadas pelo ribeirão dos Muller, mas, neste local, este curso d'água não tem extensão expressiva em relação aos espaços livres 2 – Praça Gregório Piatkowski – e 3 – Praça Jocelina Dias de Melo. Juntamente com aquele, contém, internamente, ampla diversidade de elementos.

Para **todos os espaços estudados** (Figura 58), algumas características ambientais internas são semelhantes. Na sua maior parte, a vegetação rasteira é predominante (36,1% a 71,3%), exceto no 3 – Praça Jocelina Dias de Melo – onde parte é coberta por mata ciliar (31,6%). Outro fator comum é a presença – em todos os espaços – de parques infantis e quadras de areia – tradicionais nesse padrão de local público, percebendo-se relativo grau de padronização e racionalização. Nesse sentido, Barbosa Filho (2012, p.16) comenta que:

a racionalização do espaço e o silenciamento do espaço periférico são dois sintomas de um mesmo processo: as políticas da quantidade e do movimento se inscrevem no imaginário do planejamento urbano como processo técnico e indistinguem, no movimento da constituição do saber urbano especializado, a relação entre conhecimento e objeto.

A necessidade de produção em massa de espaços livres, em função do crescimento das metrópoles, transforma as soluções espaciais em “uma visão simplista e redutora da complexidade da estrutura e da dinâmica urbana” (DOMINGUES, 1994, p.11), sendo essa condição visível nas praças estudadas. Algumas vezes, há alteração de forma, em razão da disponibilidade de terreno, mas os elementos contidos nesses locais são praticamente os mesmos, com poucas modificações nas suas funções.

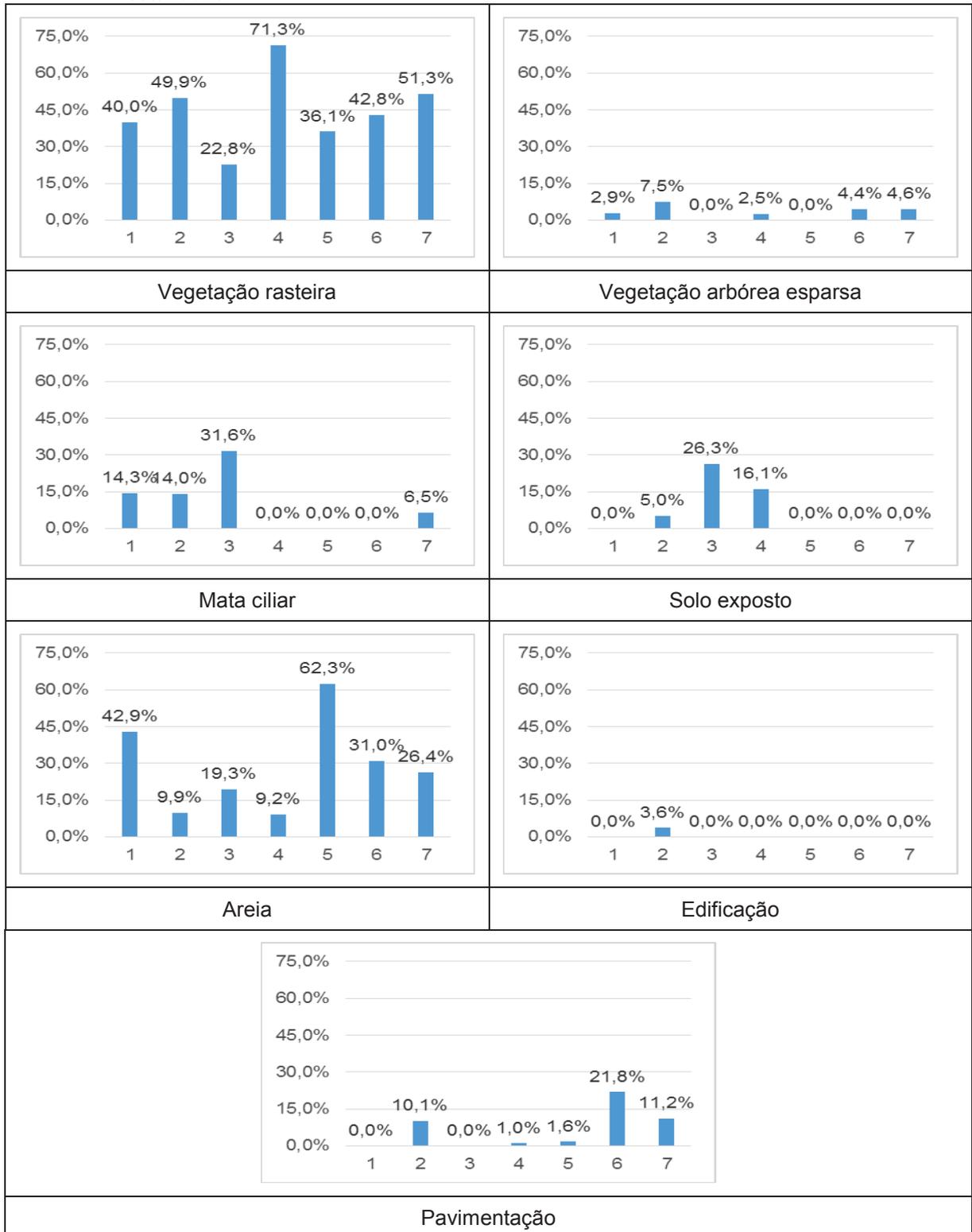
A análise das relações dos desníveis topográficos de cada praça com a ocupação dos espaços pelos consumidores de substâncias psicoativas e apresentada na subseção 5.1.2 – Condições comportamentais –, para posterior diagnóstico das interferências dessas características de topografia na apropriação espacial.

A visibilidade interna é comprometida somente nos espaços livres 2 – Praça Gregório Piatkowski – e 4 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos. Holanda (2002) explica que esse atributo tem a propriedade de determinar características espaciais convexas¹, ou seja, dentro de cada um dos exemplos citados, existem barreiras invisíveis que subdividem diversos subespaços.

¹ Segundo Holanda (2002, p.97):

espaço convexo corresponde ao que entendemos por “lugar” numa pequena escala: um trecho distinto de uma rua, uma praça. Ao caminhar pelo espaço aberto da cidade, sabemos intuitivamente que sempre cruzamos transições (invisíveis) entre dois lugares (entre dois espaços convexas) ao dobrarmos uma esquina, ao adentrarmos numa praça. A técnica de convexialidade permite explicitar essa intuição: as fronteiras invisíveis entre esses lugares transformam-se em segmentos de linha reta no mapa de convexialidade.

Figura 58: Gráficos de proporcionalidade de aspectos ambientais internos dos espaços livres estudados



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e em levantamentos de campo (2015).

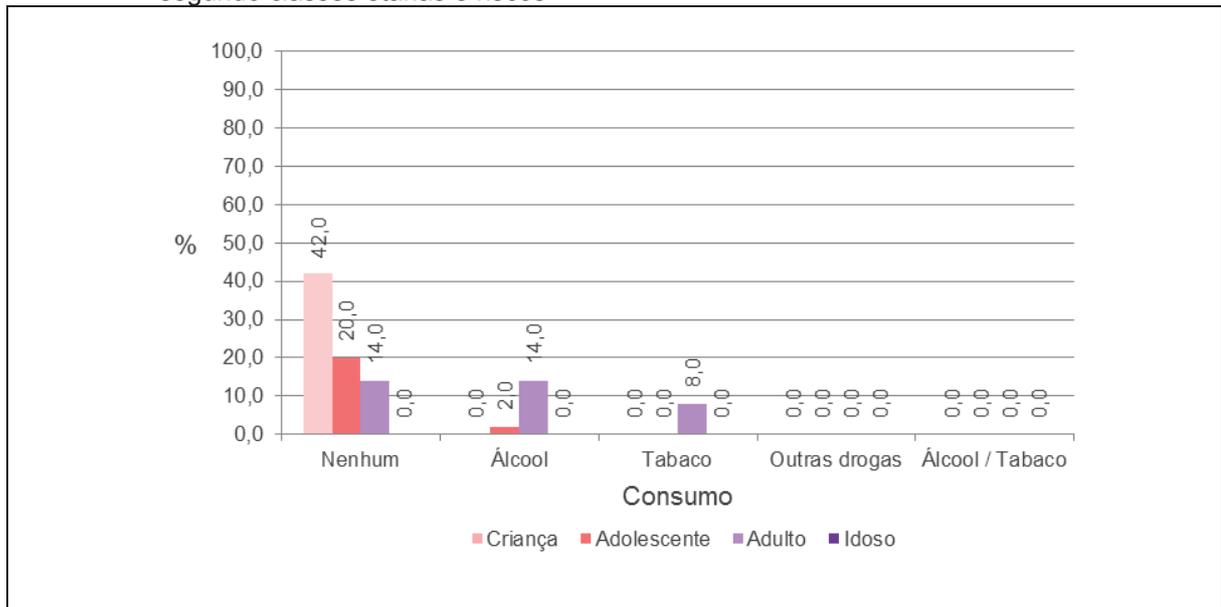
- Notas:
- Espaço livre 1 = Praça Vale Verde
 - Espaço livre 2 = Praça Gregório Piatkowski
 - Espaço livre 3 = Praça Jocelina Dias de Melo
 - Espaço livre 4 = Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos
 - Espaço livre 5 = Praça da Rua Darci Vargas
 - Espaço livre 6 = Praça São Rafael
 - Espaço livre 7 = Praça da Rua Joana Maria Ferreira

Como esses elementos podem interferir na ocupação dos espaços livres públicos propriamente ditos, ressalta-se a importância do entendimento desses aspectos estruturais, relacionando-os com o levantamento realizado por Lima (2015), especialmente sobre comportamentos de risco, com a integração dos dados vetorizados no *software* ArcGIS,

5.1.2 Condições comportamentais

No período dos levantamentos em campo (ver seção 2 – Estruturação metodológica), foram registrados 50 usuários no **espaço livre 1** – Praça Vale Verde, sendo 42,0% crianças (Figura 59), representando o maior público do local. O consumo mais significativo de substâncias psicoativas foi relacionado aos adultos (91,7% do total).

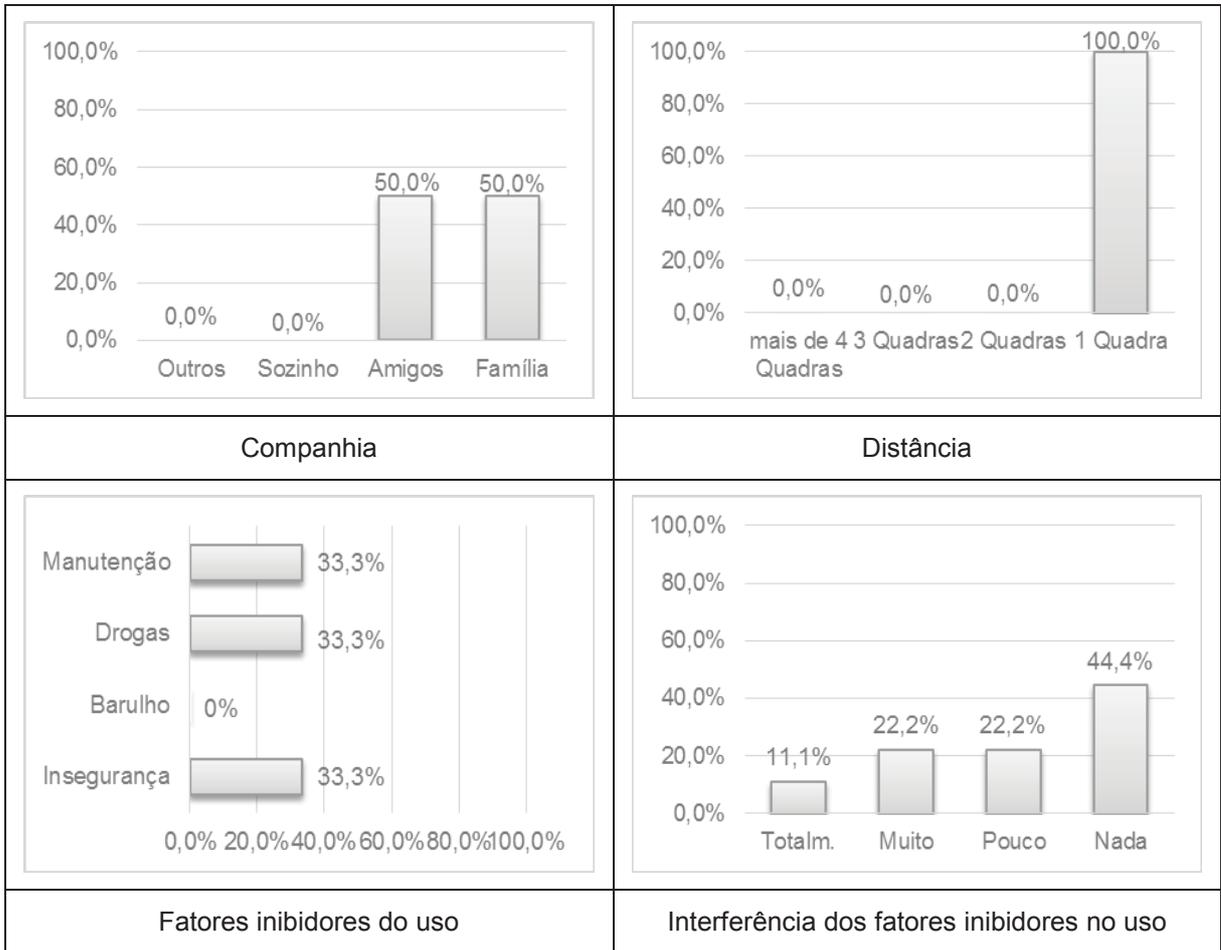
Figura 59: Gráfico de proporcionalidade de usuários do espaço livre 1 – Praça Vale Verde – segundo classes etárias e riscos



Fonte: Elaborada com base em Lima (2015).

Relacionando esses dados com os resultados encontrados por Sehli (2015) em pesquisa com moradores do entorno imediato da praça (Figura 60), evidencia-se o fato de que a presença de consumidores de substâncias psicoativas no local pouco interferiu na apropriação espacial. Não obstante a predominância de crianças e adolescentes, pode-se considerar que a relação de perigo, apesar de ser considerada um fator que inibiria o uso, não é significativamente preocupante. Em geral, o espaço foi ocupado por pessoas que moravam a uma quadra de distância.

Figura 60: Gráficos de proporcionalidade de preferências – companhia e distância – e de fatores – inibidores e interferentes – do uso do espaço livre 1 – Praça Vale Verde – segundo moradores do seu entorno imediato



Fonte: Elaborada com base em Sehlí (2015).

Vale mencionar que a principal substância psicoativa utilizada nesta praça foi o álcool, o qual, atualmente, é aceito pela sociedade e não configura um ato ilícito (PRATTA; SANTOS, 2006b), sendo esse, provavelmente, um dos motivos pelo qual não houve afastamento do uso infantil (Figura 61).

Figura 61: Imagem aérea de espacialização de usuários do espaço livre 1 – Praça Vale Verde – segundo classes etárias e riscos

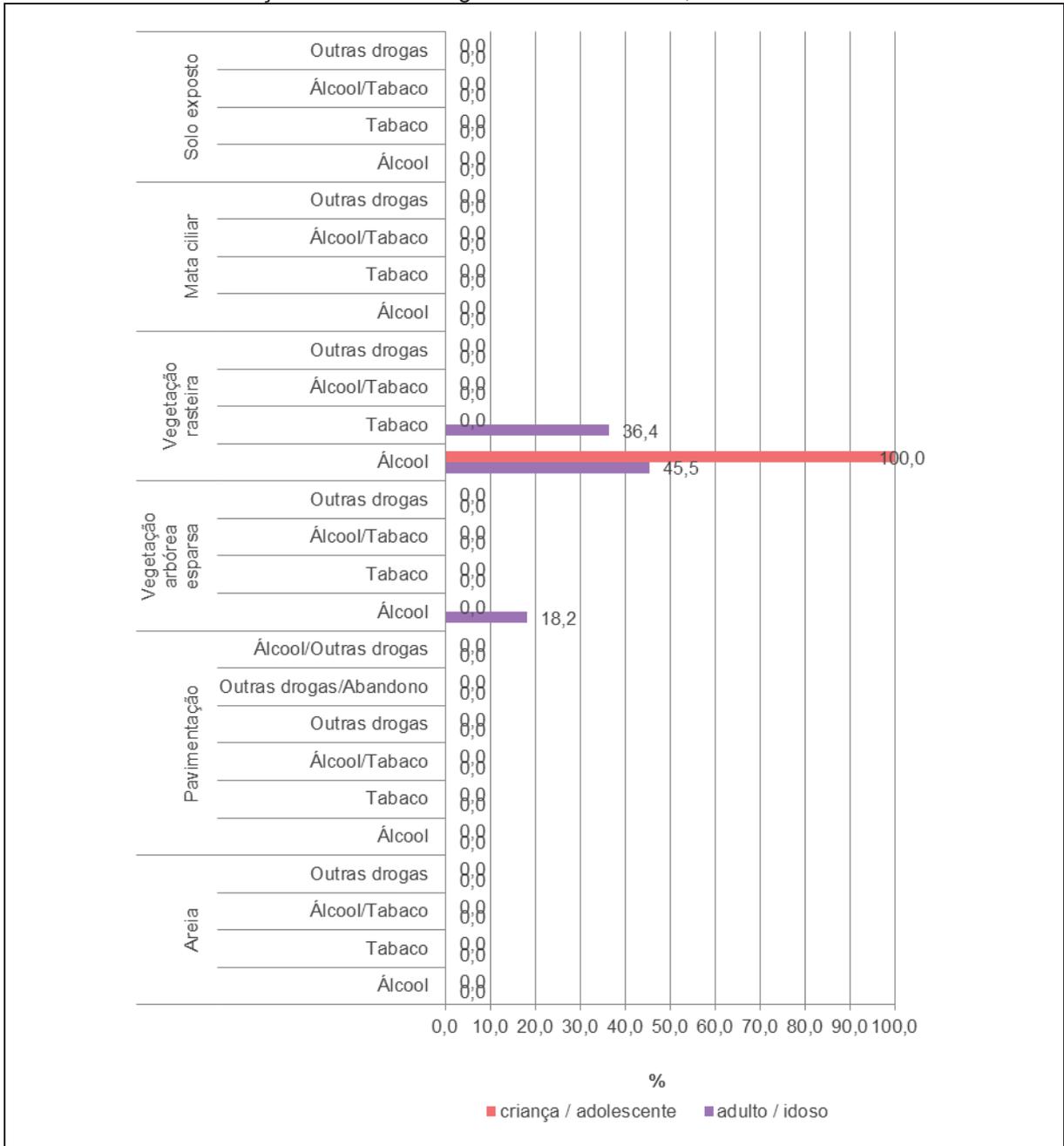


Fonte: Elaborada com base em Lima (2015).

Pela observação da Figura 62, verifica-se que a totalidade dos usuários de drogas do grupo de crianças e adolescentes (sendo registrado apenas um representante dos segundos) estava localizada em áreas de vegetação rasteira e, nos momentos dos levantamentos de campo, o consumo era exclusivamente de álcool. Para o grupo de adultos e idosos, ocorreu pequena variação na preferência do ambiente, sendo que 81,9% desses 11 consumidores (36,4% de tabaco e 45,5% de álcool) ocupavam o mesmo tipo de espaço anterior e 18,2% faziam uso dessa última substância junto à vegetação arbórea esparsa.

Como não há desnível significativo (relação da rua com a praça), a topografia não influenciou a escolha do local de interesse para uso de substâncias psicoativas. Portanto, a localização dos usuários de drogas contradiz o princípio da sua necessidade da sensação de segurança (GEHL, 2013), porém há um aspecto diferente em relação aos demais espaços analisados, pois todos os consumidores adultos estavam próximos à vegetação arbórea esparsa.

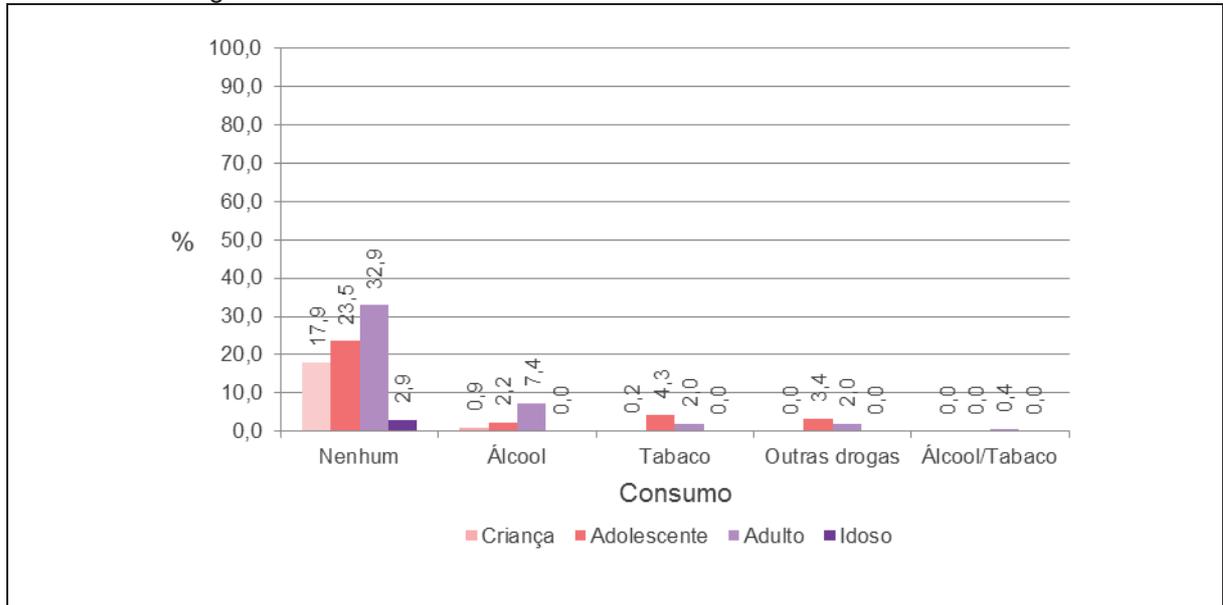
Figura 62: Gráfico de proporcionalidade de consumidores de substâncias psicoativas no espaço livre 1 – Praça Vale Verde – segundo classes etárias, riscos e locais de consumo



Fonte: Elaborada com base em Lima (2015).

Durante os levantamentos de campo no **espaço livre 2**– Praça Gregório Piatkowski (ver seção 2 – Estruturação metodológica), foram anotados 447 usuários; desse total, a maior parte (44,7% – Figura 63) era de adultos, seguidos por adolescentes (33,3%). O uso mais significativo de substâncias psicoativas foi vinculado com o primeiro (52,0% dos consumidores) e com o segundo grupo (43,1%).

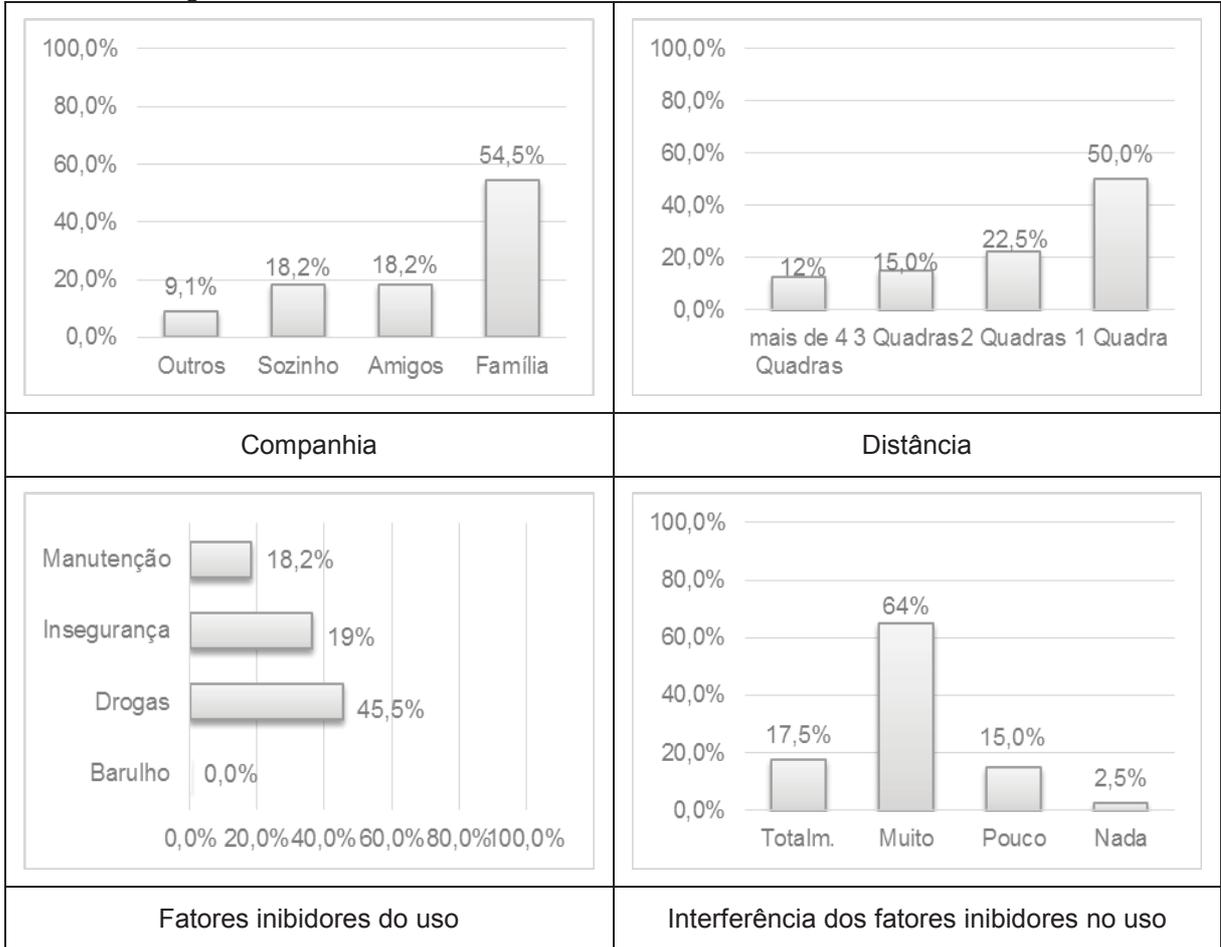
Figura 63: Gráfico de proporcionalidade de usuários do espaço livre 2 – Praça Gregório Piatkowski – segundo classes etárias e riscos



Fonte: Elaborada com base em Lima (2015).

No estudo realizado por Sehli (2015) com moradores do entorno imediato (Figura 64), 45,5% dos respondentes afirmaram que a droga é um fator de importância para o não uso da praça, percepção que condiz com a prática. Houve certo afastamento do público infantil, apesar da existência de um espaço específico para esse grupo, que pode estar atrelado à percepção de insegurança e risco eminente pelo uso de substâncias lícitas e ilícitas. Romich (2009) comenta que essa sensação de ameaça pode provocar o afastamento das crianças, principalmente daquelas que são mais assistidas. Essa vulnerabilidade, percebida especialmente pelos seus responsáveis, vai ao encontro da pesquisa de Moura et al. (2003), na qual é mencionado o fato de que a “cultura de rua” é um dos fatores que influenciam a iniciação do consumo de substâncias psicoativas.

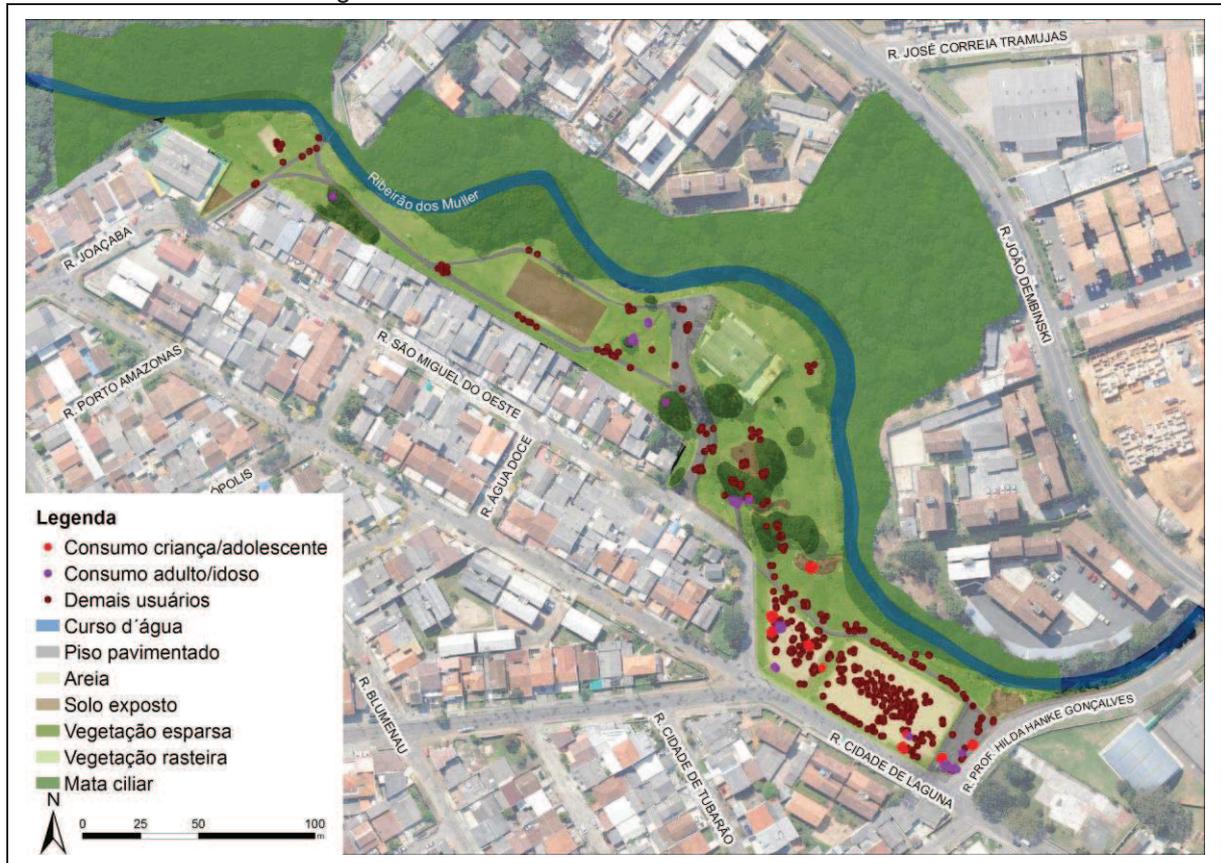
Figura 64: Gráficos de proporcionalidade de preferências – companhia e distância – e de fatores – inibidores e interferentes – do uso do espaço livre 2 – Praça Gregório Piatkowski – segundo moradores do seu entorno imediato



Fonte: Elaborada com base em Sehlí (2015).

Este espaço livre é o de maior porte e o mais utilizado; tecnicamente, suas características de ocupação (Figura 65) não inibiram o fator de risco, considerando que o local também concentrou o maior número de consumidores de substâncias psicoativas (102), apesar dessa ameaça interferir significativamente (64% dos respondentes na pesquisa de Sehlí, 2015) nas possibilidades da sua não utilização; assim mesmo, é o que mais agregou pessoas que moravam a uma quadra de distância (50,0%), demonstrando o seu potencial de atratividade e centralidade.

Figura 65: Imagem aérea de espacialização de usuários do espaço livre 2 – Praça Gregório Piatkowski –segundo classes etárias e riscos



Fonte: Elaborada com base em Lima (2015).

Nesta praça, houve comportamento variado na escolha do local de consumo de drogas, sendo uma das mais complexas para avaliação por ser, como dito anteriormente, a de maior extensão e com maior número de frequentadores. Nela, as relações de uso espacial foram contrastantes, podendo ser dividida em duas porções distintas, sendo a sudeste de maior frequência e a noroeste de menor. A primeira é diretamente relacionada com as ruas do entorno, apesar de os muros das edificações terem pouca comunicação com este espaço, mas, ainda assim, existe certa visibilidade. Além disso, este trecho é muito utilizado para recreação, descanso e passagem, com presença expressiva de consumidores de substâncias psicoativas, com os locais aonde permaneceram revelando desnível topográfico acentuado, configurando proteção de pontos menos visíveis, sendo reduzida a percepção de risco e, ao mesmo tempo, ampliado o controle do seu entorno.

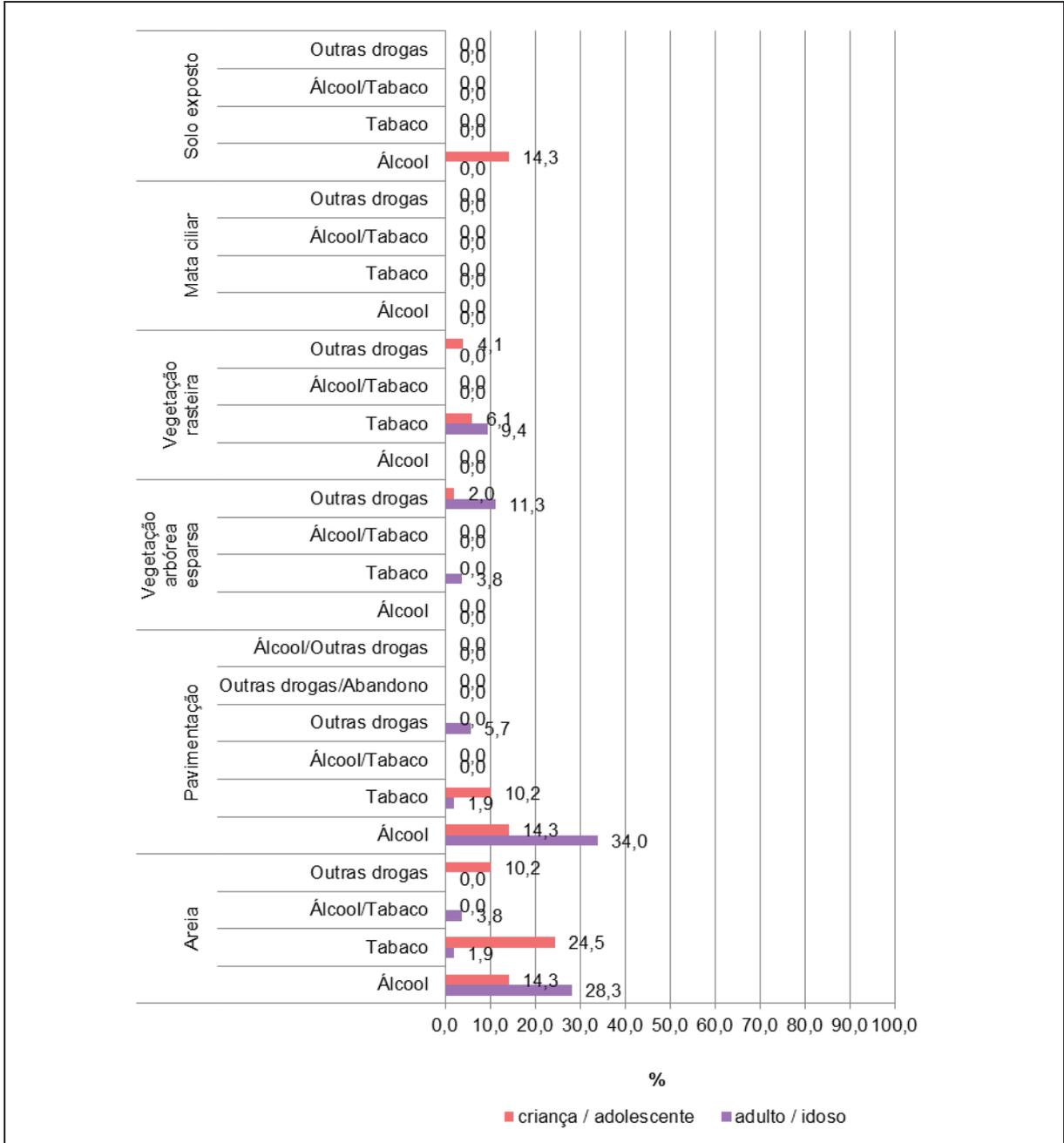
A porção noroeste apresenta a peculiaridade da inexistência de contato visual com o primeiro setor. As únicas edificações que têm alguma relação de visibilidade com o espaço são as duas escolas, uma em cada extremo deste compartimento. Os lotes residenciais não estão relacionados visualmente com a praça, principalmente porque seus muros servem de limitação espacial.

Por essas condições explicitadas, o setor sudeste apresentou movimentação muito maior, com grande diversidade de usos, sejam de cunho recreativo ou não. Já o noroeste revelou características de abandono, tanto para usuários de substâncias psicoativas quanto para outras práticas.

Essas particularidades de centralidade e setorização seriam melhor trabalhadas pela aplicação da teoria de Newman (1996) sobre vigilância natural, a qual, a princípio, afasta as sensações de insegurança e os riscos relacionados ao consumo de drogas e, ao mesmo tempo, induz melhorias na manutenção do espaço físico.

Analisando os dados apresentados na Figura 66, para o grupo de crianças (5 indivíduos) e adolescentes (44) usuárias de drogas, a areia foi o espaço mais utilizado tanto para o consumo de tabaco (24,5%) e álcool (14,3%) quanto de outras drogas (10,2%). Para o grupo de adultos e idosos consumidores, o álcool foi predominante (exclusivamente para os primeiros – 53 pessoas), sendo 34,0% no piso pavimentado e 28,3% na areia. Para substâncias ilícitas, o local mais utilizado foi a vegetação arbórea esparsa (11,3% do total).

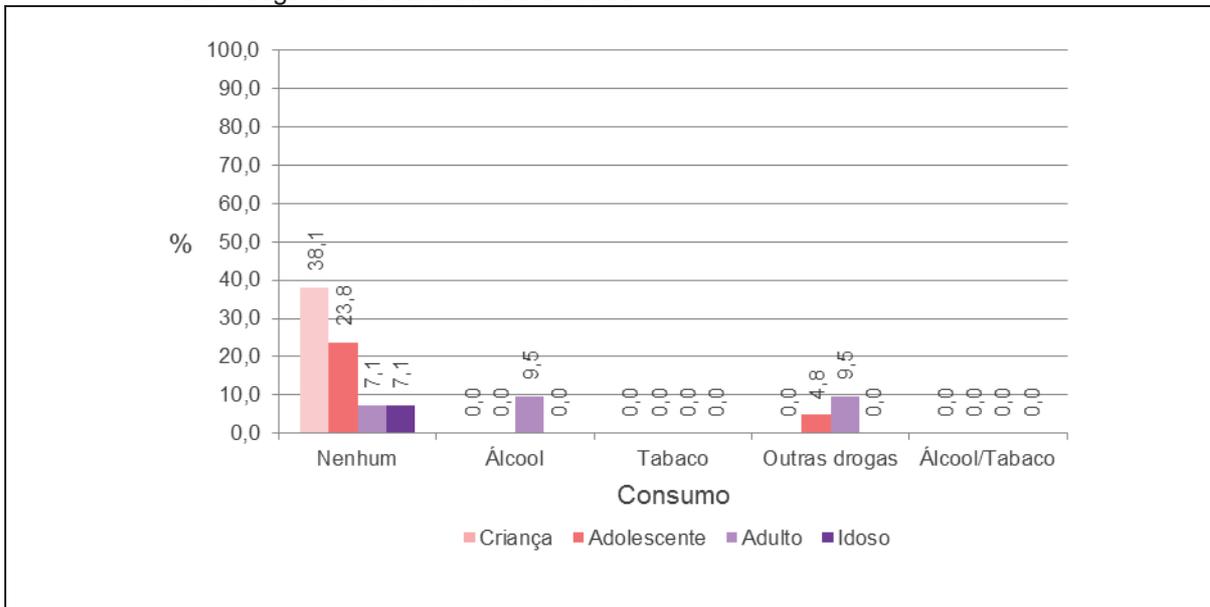
Figura 66: Gráfico de proporcionalidade de consumidores de substâncias psicoativas no espaço livre 2 – Praça Gregório Piatkowski – segundo classes etárias, riscos e locais de consumo



Fonte: Elaborada com base em Lima (2015).

Para o **espaço livre 3** – Praça Jocelina Dias de Melo –, foram verificados 42 usuários no período dos levantamentos de campo (ver seção 2 – Estruturação metodológica); desse total, 38,1% (Figura 67) eram crianças, correspondendo ao público em quantidade mais expressiva neste local, seguido pelos adolescentes 28,6%. Os adultos correspondiam a 80,0% dos consumidores de substâncias psicoativas, acompanhados pelos adolescentes (20,0%).

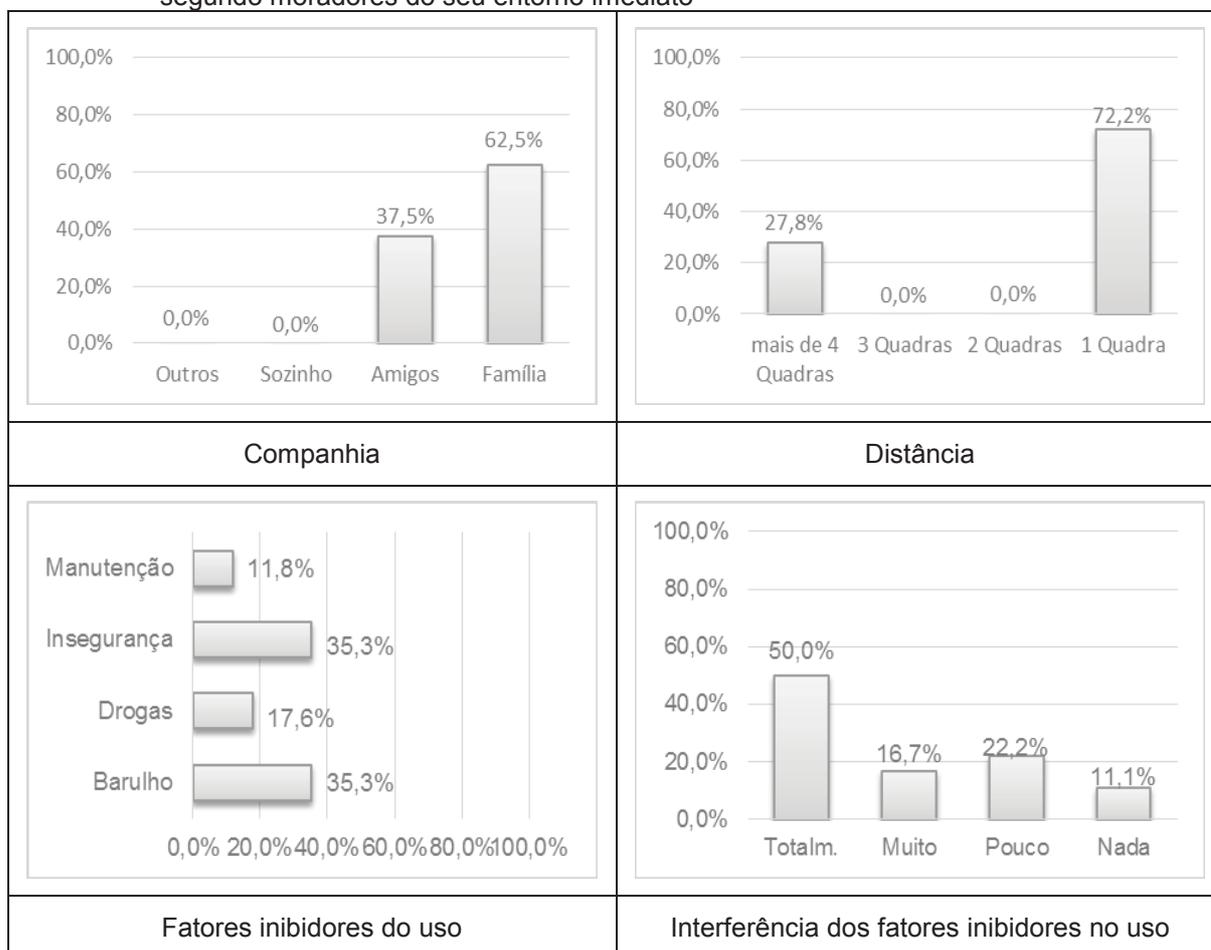
Figura 67: Gráfico de proporcionalidade de usuários do espaço livre 3 – Praça Jocelina Dias de Melo – segundo classes etárias e riscos



Fonte: Elaborada com base em Lima (2015)

Pela relação desses resultados com o levantamento realizado por Sehli (2015) com moradores do entorno imediato (Figura 68), constata-se que o ruído e a insegurança foram considerados de maior relevância como inibidores do uso, sendo determinantes para a não frequência da praça.

Figura 68: Gráficos de proporcionalidade de preferências – companhia e distância – e de fatores – inibidores e interferentes – do uso do espaço livre 3 – Praça Jocelina Dias de Melo – segundo moradores do seu entorno imediato



Fonte: Elaborada com base em Sehlí (2015).

Mesmo com o consumo de substâncias ilícitas no local (Figura 69), houve maior incidência no número de crianças e adolescentes, indicando que, apesar do risco e da proximidade com consumidores de entorpecentes, até o momento, esse fator não foi decisivo para a sua não utilização. Para os entrevistados, a droga não é um agente que prevalece para a inibição do uso, ou seja, pode ser que, nesse sentido, os riscos não sejam perceptíveis. Sob essa ótica, Carmona et al. (2010) expõem que a construção do contexto observado é fruto de seleção pelo indivíduo. A junção dos elementos estruturais e a absorção daquilo que é de interesse são responsáveis pela construção da imagem espacial, ou seja, nessa prática, o barulho e a sensação de perigo foram percebidos com maior relevância que o consumo daquelas substâncias.

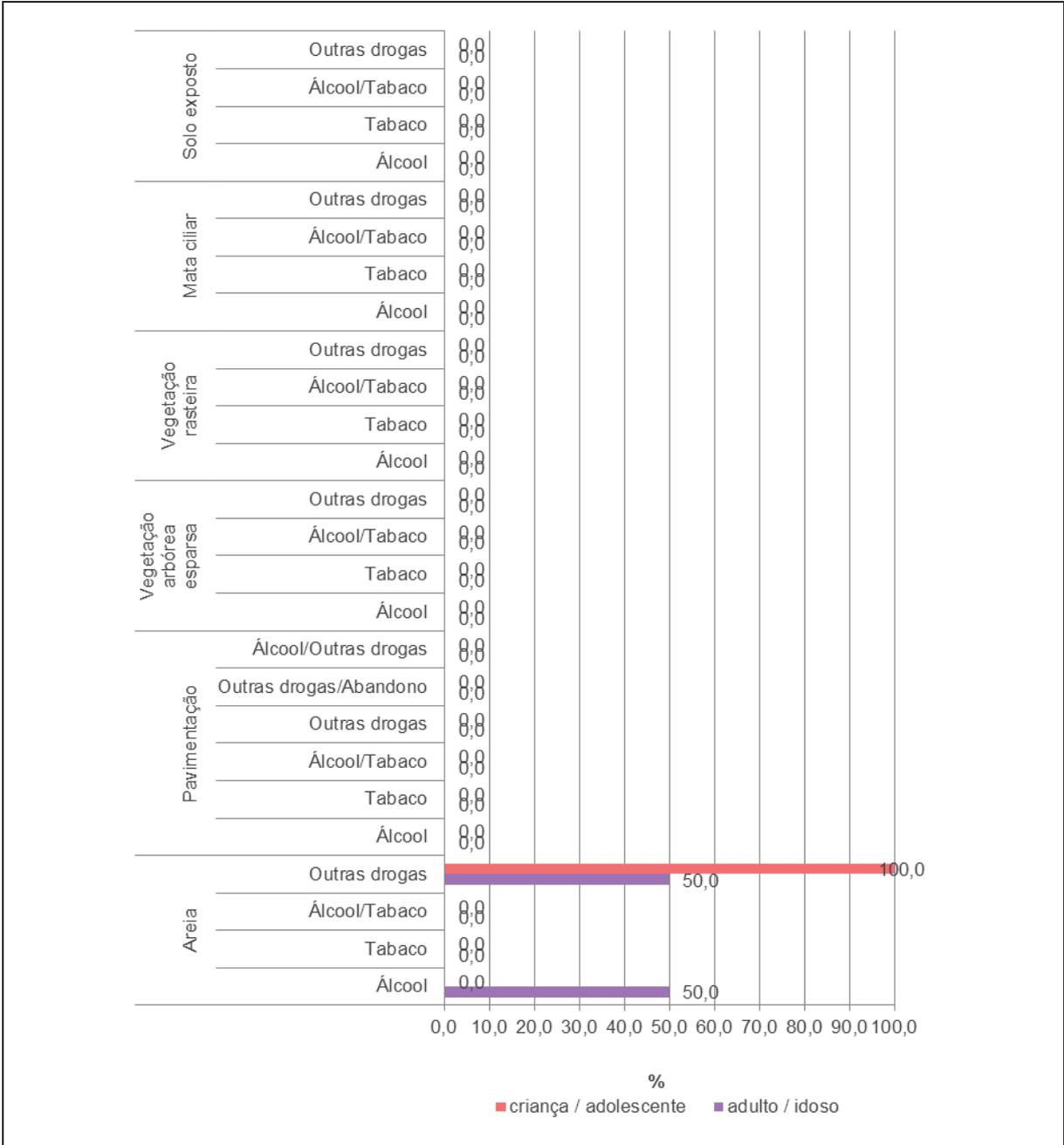
Figura 69: Imagem aérea de espacialização de usuários do espaço livre 3 – Praça Jocelina Dias de Melo – segundo classes etárias e riscos



Fonte: Elaborada com base em Lima (2015).

A areia foi a única escolhida para o consumo de substâncias psicoativas nesta praça (Figura 70), para ambos os grupos etários (10 usuários no total), não sendo, assim, identificada diferença de ambiente para o consumo de substâncias lícitas ou ilícitas. As primeiras foram consumidas exclusivamente por adultos (4 indivíduos relacionados ao álcool – 50,0%), enquanto as segundas por esses mesmos sujeitos (4 – 50,0%) e pela totalidade de adolescentes consumidores (2).

Figura 70: Gráfico de proporcionalidade de consumidores de substâncias psicoativas no espaço livre 3 – Praça Jocelina Dias de Melo – segundo classes etárias, riscos e locais de consumo



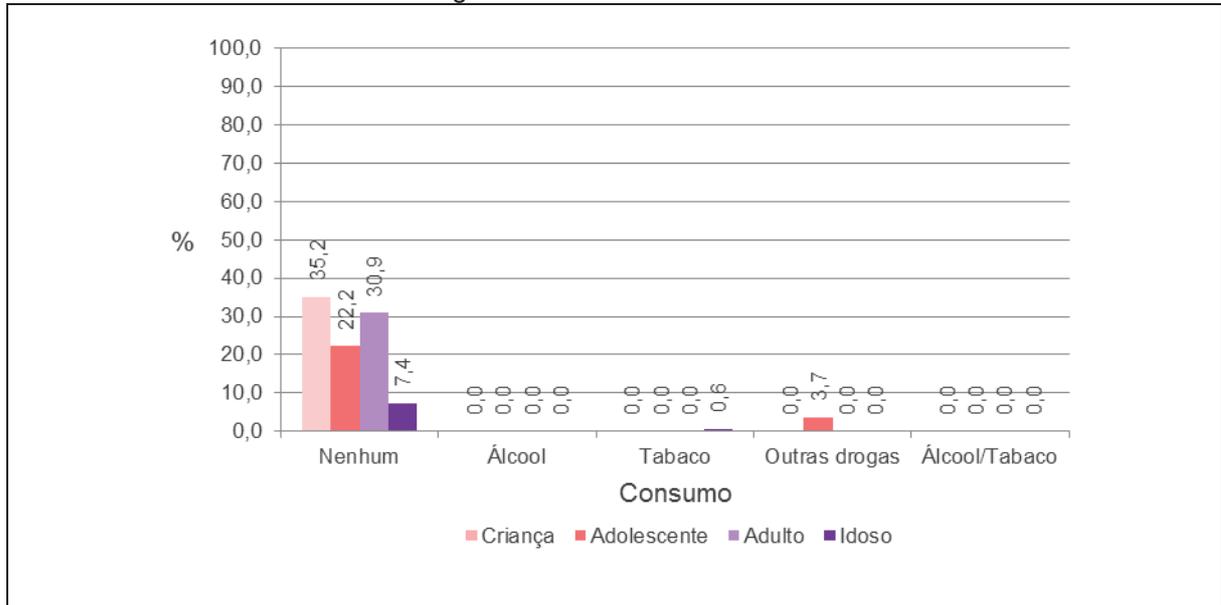
Fonte: Elaborada com base em Lima (2015).

Neste espaço, também não há desnível topográfico com a rua e foram identificadas duas características distintas de ocupação, sendo a primeira referente a um grupo que se estabeleceu na área limítrofe a Rua Município de Campo Novo, região que não comporta barreiras ou elementos que caracterizam anteparo, comportamento esse que representa exceção se comparado com as demais praças estudadas. O segundo grupo se estabeleceu no local mais distante possível da rua e próximo a uma grade de proteção da mata ciliar, que, como já mencionado, para esses usuários amplia a sensação de segurança dos pontos de menor visibilidade.

Assim, apesar de um grupo contrariar o padrão de consumo registrado nos demais espaços, outra parte dos usuários que faziam uso das substâncias psicoativas confirmou o comportamento, com a busca pelas áreas limítrofes visando à visualização do entorno e, concomitantemente, por um elemento de proteção. Como dito anteriormente, são características comportamentais naturais de todo indivíduo. Gehl (2013) demonstra a necessidade desses locais para fomentar o convívio social; porém, em alguns casos das praças estudadas são utilizados de forma indevida.

No **espaço livre 4** – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos –, no decorrer dos levantamentos de campo (ver seção 2 – Estruturação metodológica), foram registrados 162 usuários, com as crianças compreendendo 35,2% do total (Figura 71), ou seja, o maior grupo presente no local, seguido pelos adultos (31,5%). Os adolescentes representaram 85,7% dos consumidores de substâncias psicoativas, acompanhados exclusivamente pelos adultos (apenas 14,3%).

Figura 71: Gráfico de proporcionalidade de usuários do espaço livre 4 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos – segundo classes etárias e riscos



Fonte: Elaborada com base em Lima (2015).

Pelo levantamento executado por Sehli (2015) com moradores do entorno imediato (Figura 72), drogas (37,1%), insegurança (34,1%) e falta de manutenção (28,6%) foram aspectos de maior expressão para inibição do uso da praça, sendo definitivos para a sua não procura. Nesse caso, há certa incoerência entre as respostas desses entrevistados com os dados obtidos no presente trabalho, pois o número de consumidores de substâncias psicoativas foi menor em relação ao de outros espaços estudados, sendo significativo o uso recreativo. Reafirmando o que já foi citado, a percepção é consequência da absorção de sensações, com seus filtros processados individualmente (CARMONA et al., 2010), o que pode explicar os motivos pelos quais a maior parte dos entrevistados citou drogas como o elemento que os afastam da praça, pois, apesar do baixo número de pessoas as consumindo, a percepção dos demais com relação aos riscos ganhou maiores proporções que a própria realidade.

Figura 72: Gráficos de proporcionalidade de preferências – companhia e distância – e de fatores – inibidores e interferentes – do uso do espaço livre 4 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos – segundo moradores do seu entorno imediato



Fonte: Elaborada com base em Sehlí (2015).

A incidência pontual do uso de substâncias ilícitas não foi suficiente para o afastamento de crianças do espaço, percebendo-se que, apesar das ameaças e da percepção dos problemas por parte dos entrevistados, essa condição não inibiu a recreação e a convivência social saudável. Houve a clara preferência pelo primeiro compartimento da esquerda para direita na Figura 73; nele, os locais de maior procura foram aqueles mais adequados em termos estruturais, ficando o setor extremo oeste em segundo plano. O trecho de preferência também é limítrofe a três ruas, apesar da inexistência dos chamados “espaços de transição”, que Gelh (2013) cita como importantes para a gradativa ocupação espacial.

Figura 73: Imagem aérea de espacialização de usuários do espaço livre 4 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos – segundo classes etárias e riscos

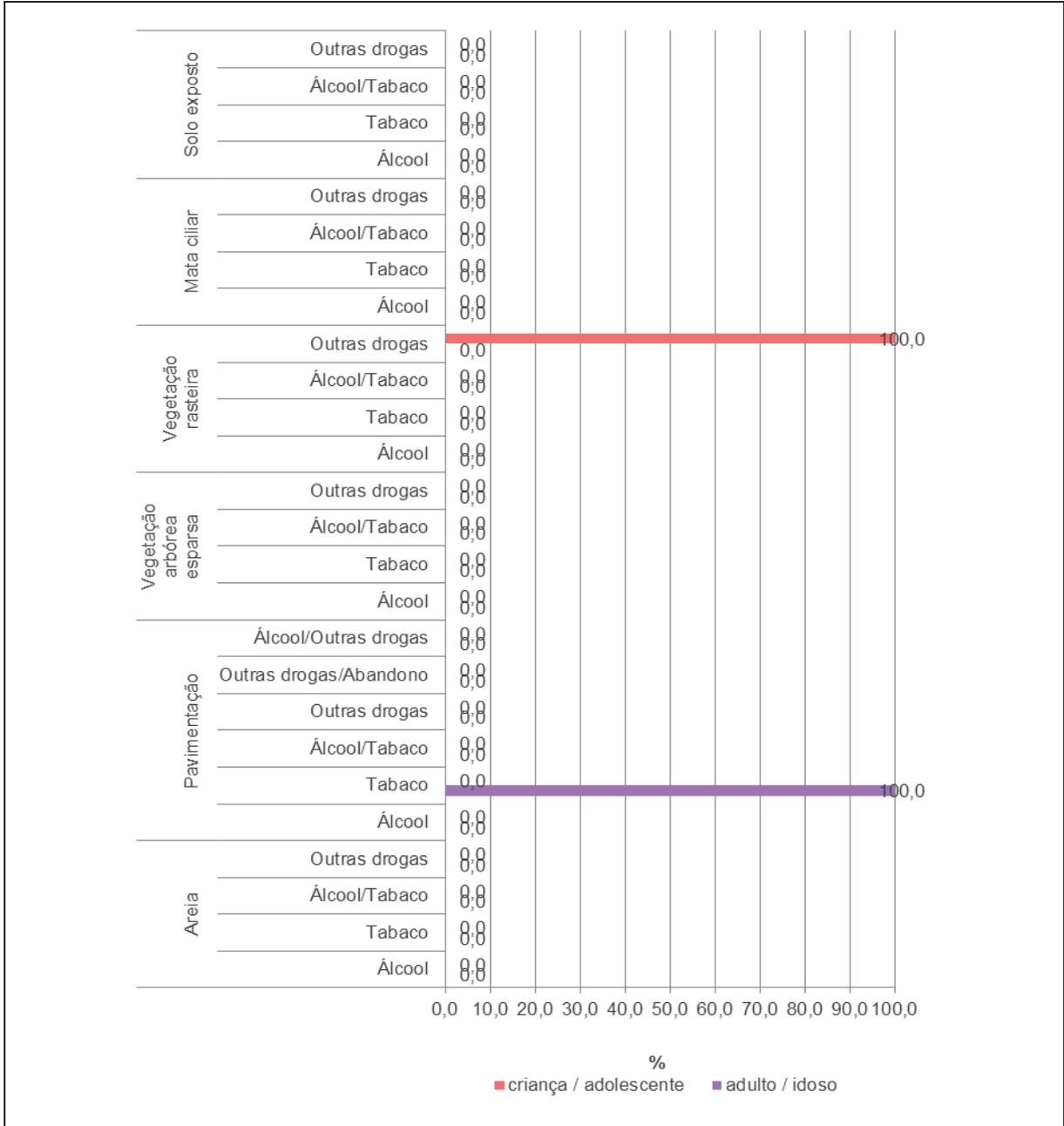


Fonte: Elaborada com base em Lima (2015).

Cada grupo etário apresentou um comportamento distinto na praça (Figura 74), com a totalidade dos adolescentes identificados (6 indivíduos) nos levantamentos de campo consumindo substâncias ilícitas em áreas de vegetação rasteira, enquanto, na mesma proporção, o único representante do segundo grupo (idoso) usava tabaco no piso pavimentado.

Este espaço tem características únicas se comparado com os outros seis, com o seu ponto de maior convívio, localizado no extremo oeste, apresentando um pequeno desnível positivo, junto à quadra esportiva, o que não coibiu a apropriação espacial. No compartimento central, não há diferenças topográficas e também não foi utilizado por usuários de drogas. Já para o terceiro setor, houve registro de consumo de substâncias psicoativas em local próximo a um muro de divisa de terreno, sendo o local pouco acessado pelos demais frequentadores com finalidades recreativas; também tem proximidade com a rua e o consumo se localizou no ponto mais elevado e mais visível da área.

Figura 74: Gráfico de proporcionalidade de consumidores de substâncias psicoativas no espaço livre 4 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos – segundo classes etárias, riscos e locais de consumo

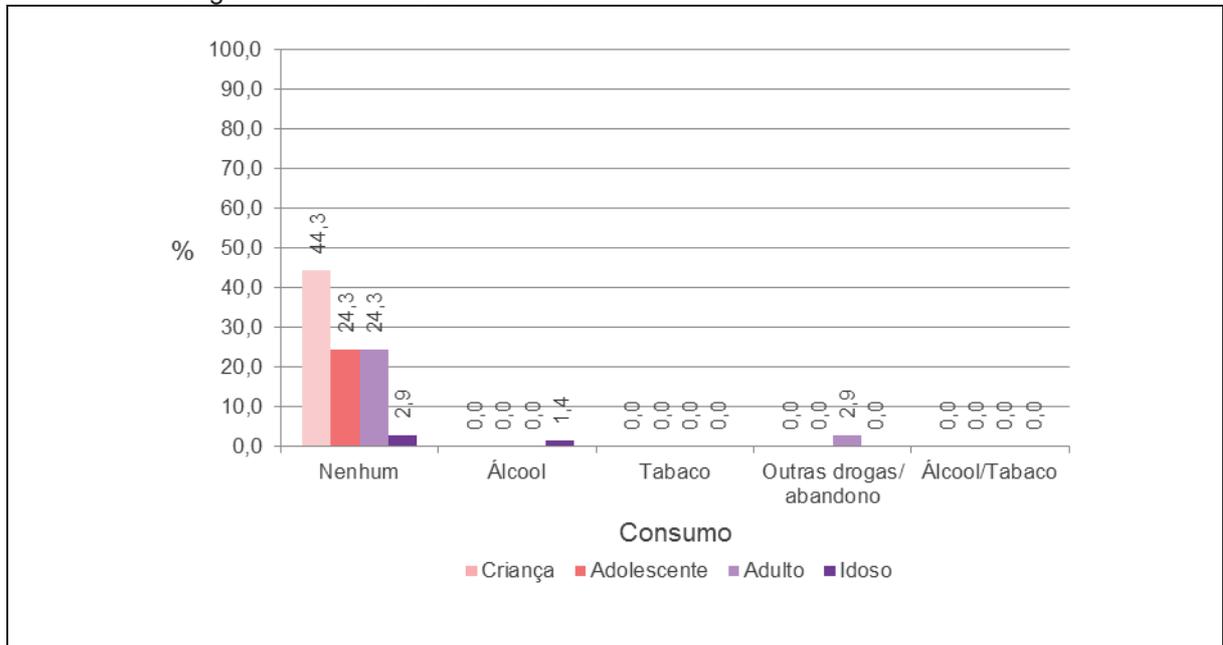


Fonte: Elaborada com base em Lima (2015).

Os dados reafirmam a preferência dos usuários de substâncias psicoativas, sobretudo dos adolescentes, pelos locais com proteção das costas, mas, por outro lado, diverge por estarem localizados em áreas com desnível topográfico positivo, tornando-os, inicialmente, mais vulneráveis, em função da visibilidade a partir do entorno, apesar de também adquirirem maior controle do que ocorre a sua volta, comportamento esse que tem relação com os espaços de transição preconizados por Gehl (2013).

Nos levantamentos de campo (ver seção 2 – Estruturação metodológica) do **espaço livre 5** – Praça da Rua Darci Vargas –, foram constatados 70 usuários, sendo 44,3% (Figura 75) constituídos por crianças, revelando o grupo mais presente do local, seguido por adultos e adolescentes (27,1% e 24,3%, respectivamente). Não foi registrado o uso de substâncias psicoativas pelas crianças e adolescentes. Apesar dos adultos e idosos, conseqüentemente, serem responsáveis pelo seu consumo, suas proporções não foram significativas. O estudo de Lima (2015) também constatou uma condição de abandono, representada pela presença de indivíduos sem teto e registrada apenas para esta praça, com consumo de substâncias psicoativas por esses moradores de rua.

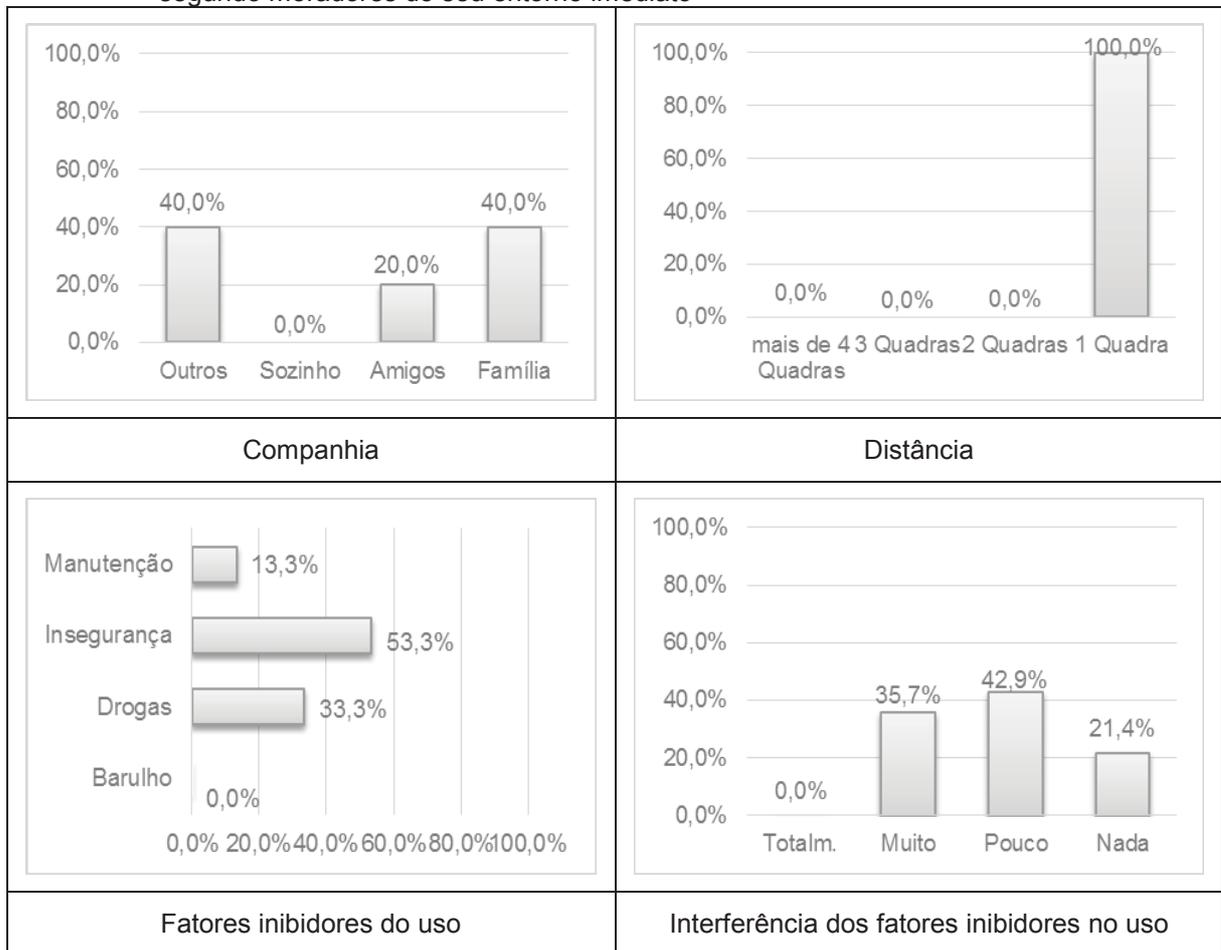
Figura 75: Gráfico de proporcionalidade de usuários do espaço livre 5 – Praça da Rua Darci Vargas – segundo classes etárias e riscos



Fonte: Elaborada com base em Lima (2015)

Em confrontação com os resultados obtidos por Sehli (2015) junto aos moradores do entorno imediato (Figura 76), diagnostica-se que os principais frequentadores do espaço estavam localizados a uma quadra, demonstrando a relação da sua proximidade com o local. Dentre os fatores inibidores do uso, a insegurança (53,3%) foi o mais relevante, seguido pelas drogas (33,3%); todavia, esses aspectos, a princípio, não inibiram o uso desta praça. Esse resultado também condiz com a baixa frequência de consumidores de substâncias psicoativas, com a realidade não apresentando riscos importantes.

Figura 76: Gráficos de proporcionalidade de preferências – companhia e distância – e de fatores – inibidores e interferentes – do uso do espaço livre 5 – Praça da Rua Darci Vargas – segundo moradores do seu entorno imediato



Fonte: Elaborada com base em Sehlí (2015).

À semelhança do espaço anterior, a incidência pontual do consumo de substâncias ilícitas (Figura 77) não foi decisiva para o afastamento de crianças. Apesar do risco e da percepção dos problemas por parte dos entrevistados, essa condição não impediu as atividades recreativas e a convivência social não prejudicial à saúde. Além disso, os raros usuários de drogas registrados se situaram, em sua maioria, nas áreas limítrofes da praça, com menor utilização para outras finalidades. Assim, as condições apresentadas até o momento podem ser indicativas de que há relações de vizinhança com o espaço, as quais são destacadas por Newman (1996), considerando que a totalidade dos entrevistados afirmou morar a uma quadra de distância desta área pública.

Figura 77: Imagem aérea de espacialização de usuários do espaço livre 5 – Praça da Rua Darci Vargas – segundo classes etárias e riscos

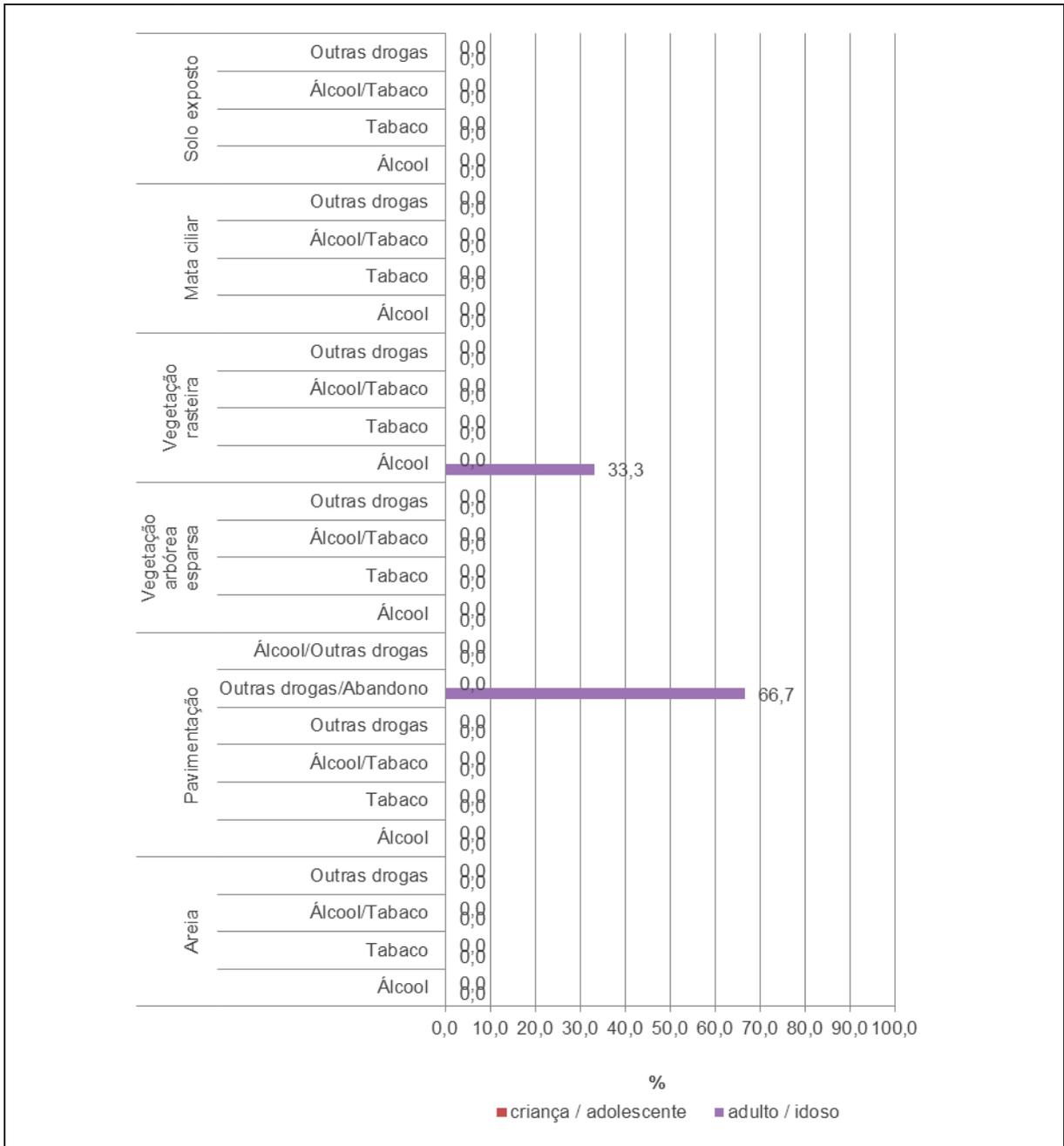


Fonte: Elaborada com base em Lima (2015).

Pela interpretação da Figura 78, constata-se a não existência de consumidores de drogas no grupo de crianças e adolescentes, sendo o seu uso, em parte, vinculado ao álcool por idoso (1 transeunte) em áreas com vegetação rasteira (33,3% dos usuários). Também foi identificada outra condição peculiar, a de abandono, relacionada ao consumo de substância psicoativa ilícita por dois adultos (86,7% do grupo) no piso pavimentado. Vale comentar, porém, que os registros de consumo foram baixos (apenas três usuários – dois adultos e um idoso) e, portanto, não são representativos.

Em relação a rua, a praça tem desnível topográfico positivo na região da quadra esportiva e a apropriação do espaço foi predominantemente central. Dois consumidores de drogas estavam em locais próximos ao muro que faz divisa com um galpão industrial, região que contém uma área de descanso coberta, utilizada por esses indivíduos (os dois adultos) para o consumo de substâncias ilícitas e para abrigo, em função da condição de abandono espacial. O outro usuário (o idoso) consumiu álcool próximo a calçada, em condição de grande visibilidade e exposição.

Figura 78: Gráfico de proporcionalidade de consumidores de substâncias psicoativas no espaço livre 5 – Praça da Rua Darci Vargas – segundo classes etárias, riscos e locais de consumo



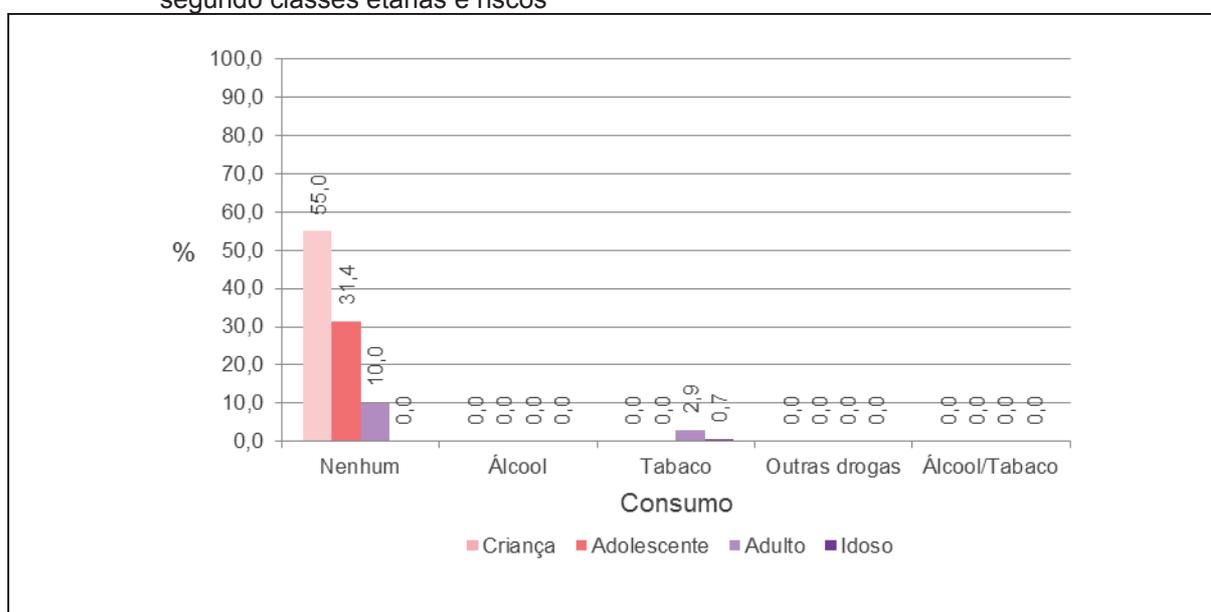
Fonte: Elaborada com base em Lima (2015).

Como já afirmado, a percepção espacial negativa pode não ter influenciado, em grande escala, sua ocupação. Nesse sentido, Kohlsdorf (1996) comenta que o comportamento pode ser resultante da avaliação do lugar e Gehl (2013) complementa que a movimentação e a vitalidade também podem estar relacionadas a sensações transmitidas pelo espaço, as quais, nesse caso, não determinaram o seu uso. A condição de abandono, situação que foi registrada

apenas neste local, pode ser resultante da percepção do indivíduo de que a área era adequada e segura para o seu estabelecimento.

No decurso dos levantamentos de campo (ver seção 2 – Estruturação metodológica), foram registrados 140 usuários no **espaço livre 6** – Praça São Rafael –, dos quais 55,0% eram crianças (Figura 79), seguidas pelos adolescentes e adultos (31,4,% e 12,9%, respectivamente). O uso de substâncias psicoativas não foi observado para os primeiros dois grupos, sendo somente os de adultos e idosos responsáveis por esse consumo, todavia sem expressiva representatividade.

Figura 79: Gráfico de proporcionalidade de usuários do espaço livre 6 – Praça São Rafael – segundo classes etárias e riscos



Fonte: Elaborada com base em Lima (2015).

Sehli (2015), em sua pesquisa com moradores do entorno imediato (Figura 80), aponta que os principais frequentadores estavam localizados a uma quadra da praça, estabelecendo relacionamentos de proximidade com o espaço. A insegurança (47,4%) foi o fator que mais inibiu o uso do local (47,4%), seguido pelas drogas (36,8%). Da mesma forma que nos dois espaços livres anteriores, apesar do risco e da percepção dos problemas por parte dos entrevistados, essas condições não impediram a recreação e a convivência social na Praça São Rafael (Figura 81), que apresentou elevado número de frequentadores. As fortes características de relações de vizinhança nesta área podem coibir determinadas atividades ilícitas; outra razão já citada é o tipo de droga consumida, pois Pratta e Santos (2006b) afirmam que o tabaco e álcool são socialmente aceitos.

Figura 80: Gráficos de proporcionalidade de preferências – companhia e distância – e de fatores – inibidores e interferentes – do uso do espaço livre 6 – Praça São Rafael – segundo moradores do seu entorno imediato



Fonte: Elaborada com base em Sehlí (2015).

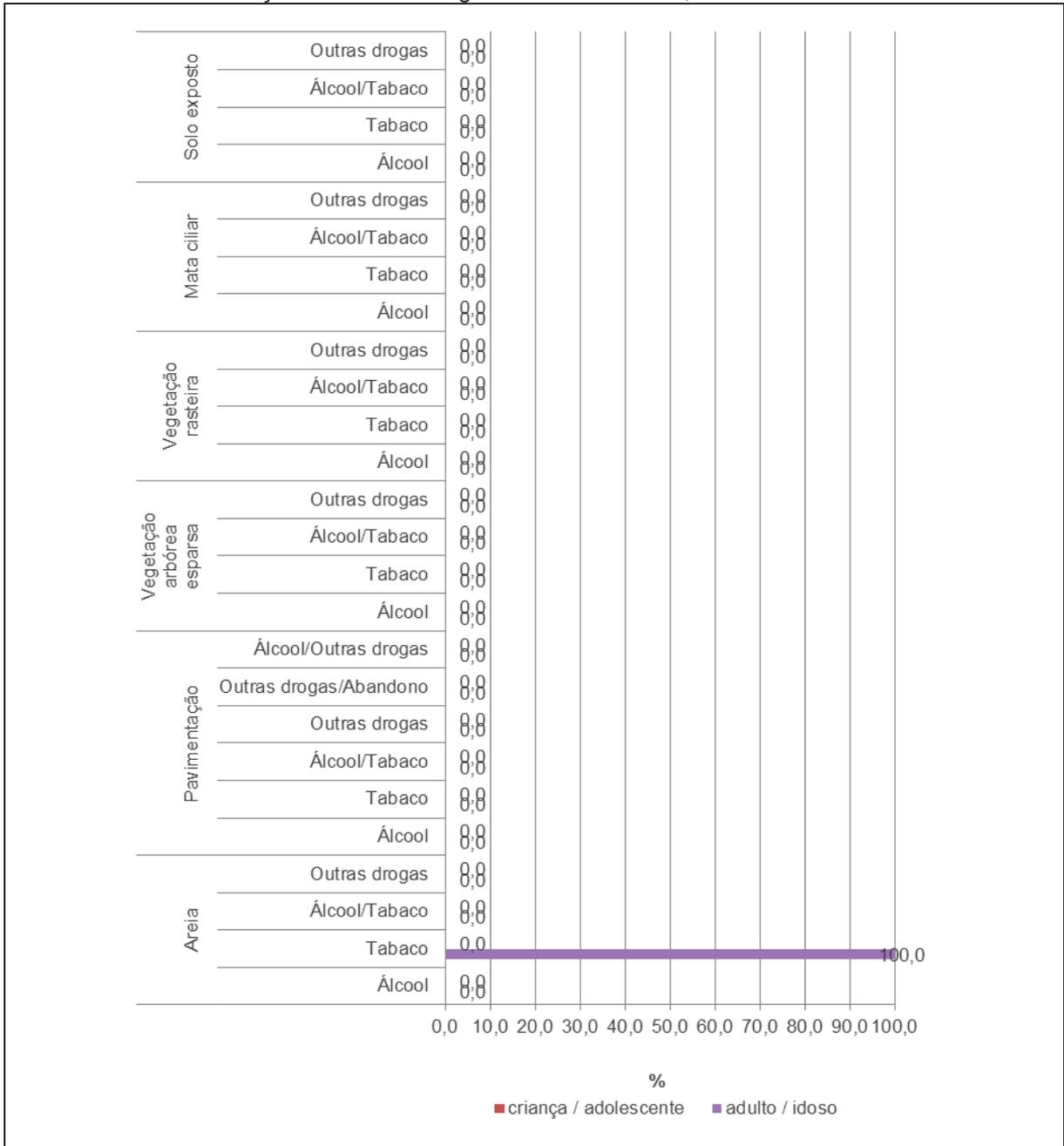
Figura 81: Imagem aérea de espacialização de usuários do espaço livre 6 – Praça São Rafael – segundo classes etárias e riscos



Fonte: Elaborada com base em Lima (2015).

Para os locais de consumo de drogas, foi registrado um único padrão (Figura 82), sendo a totalidade (apenas 5 usuários de substâncias psicoativas) vinculada ao uso de tabaco por 4 adultos e 1 idoso na areia. A topografia da praça é relativamente plana, com os consumidores se localizando na extremidade sul, em local sem características de proteção, muito provavelmente em função do que já foi discutido anteriormente com relação ao tipo da substância e sua aceitação pela sociedade (PRATTA; SANTOS, 2006b).

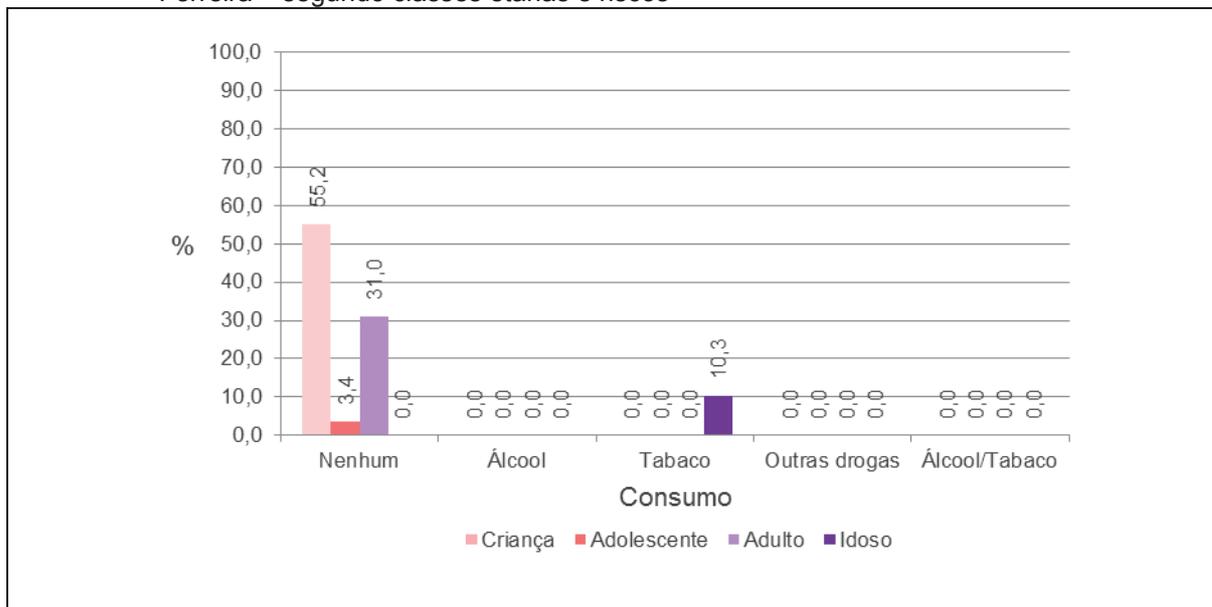
Figura 82: Gráfico de proporcionalidade de consumidores de substâncias psicoativas no espaço livre 6 – Praça São Rafael – segundo classes etárias, riscos e locais de consumo



Fonte: Elaborada com base em Lima (2015).

Para o **espaço livre 7** – Praça da Rua Joana Maria Ferreira –, no período dos levantamentos de campo (ver seção 2 – Estruturação metodológica), foram encontrados 29 usuários, com 55,2% (Figura 83) de crianças, seguidas por adultos (31,0%). O consumo de substâncias psicoativas foi constatado apenas para idosos.

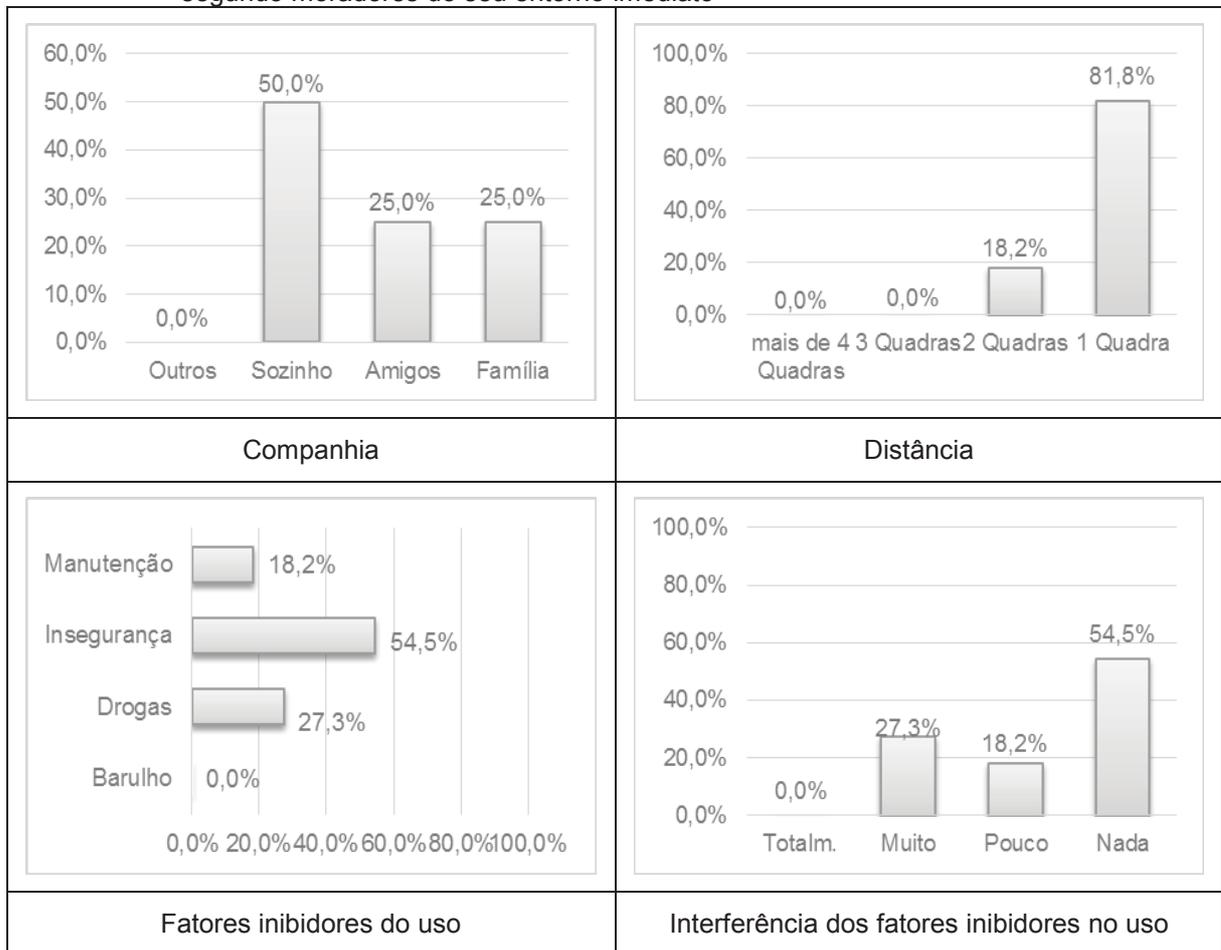
Figura 83: Gráfico de proporcionalidade de usuários do espaço livre 7 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira – segundo classes etárias e riscos



Fonte: Elaborada com base em Lima (2015).

Relacionando os dados encontrados com os levantamentos de Sehlí (2015) com moradores do entorno imediato (Figura 84), identifica-se que os principais frequentadores do espaço estavam localizados a uma (81,8%) ou duas (18,2%) quadras de distância, demonstrando a relação de proximidade dos residentes com o local. Os fatores que mais inibiram o uso foram a insegurança (54,5%) e as drogas (27,3%), porém não interferentes na não frequência a esta praça.

Figura 84: Gráficos de proporcionalidade de preferências – companhia e distância – e de fatores – inibidores e interferentes – do uso do espaço livre 7 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira – segundo moradores do seu entorno imediato



Fonte: Elaborada com base em Sehlí (2015).

De maneira semelhante aos três espaços livres anteriores, o risco e a percepção dos problemas por parte dos entrevistados não influenciou na inibição da recreação e da convivência social no local (Figura 85), não sendo a incidência pontual do consumo de substâncias ilícitas decisiva para o afastamento de crianças. Apesar de possuir as mesmas características dos anteriores, este espaço teve menor grau de frequência que os demais, mas essa característica não representou atratividade para atividades ilícitas, já que, como dito anteriormente, esta tem a mesma condição para recreação e consumo de substâncias psicoativas, por exemplo. Nesse sentido, vale lembrar a afirmação de Kohlsdorf (1996) sobre a independência da interpretação das “mensagens” espaciais em relação às funções locais.

Figura 85: Imagem aérea de espacialização de usuários do espaço livre 7 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira – segundo classes etárias e riscos

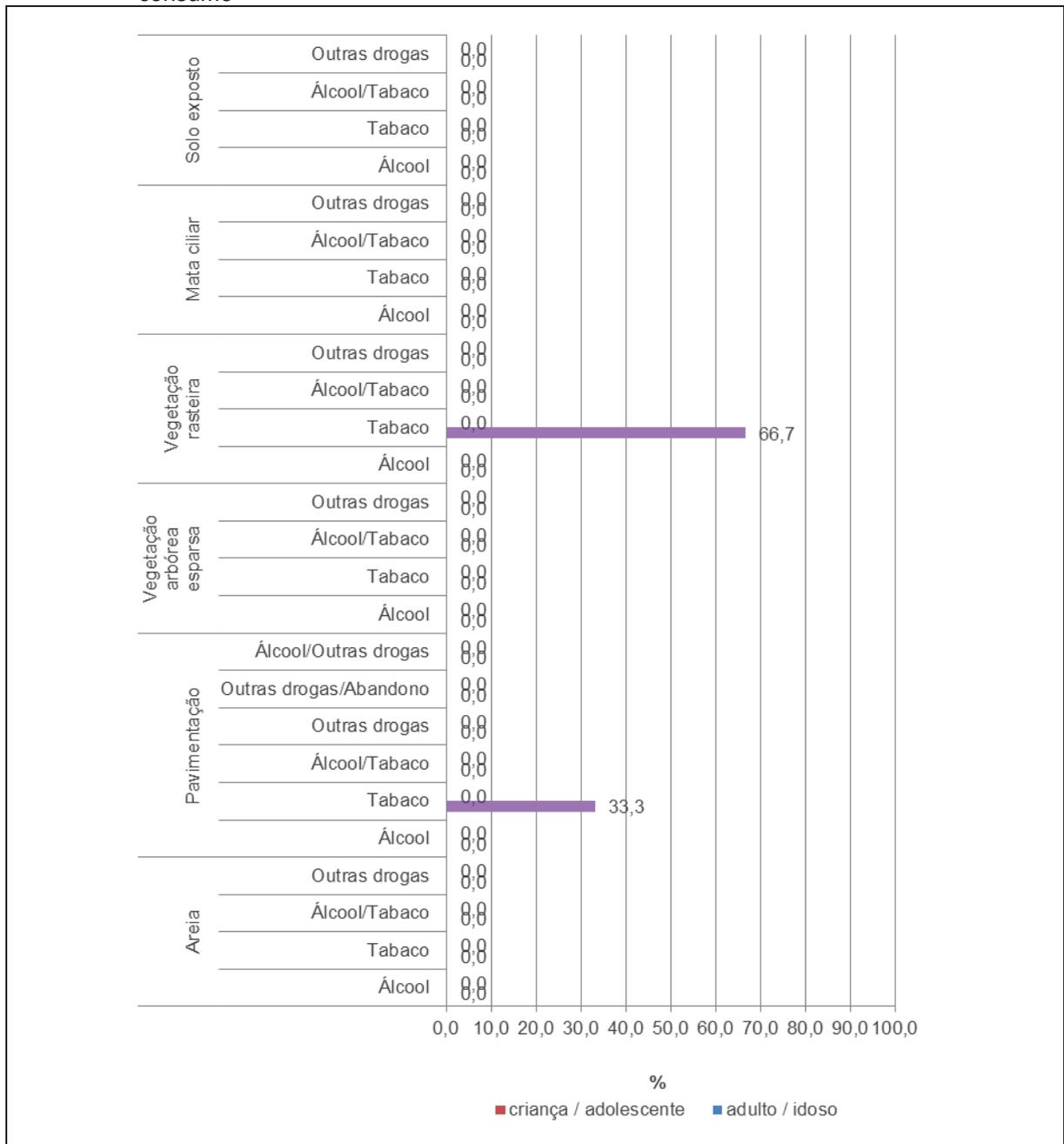


Fonte: Elaborada com base em Lima (2015).

Houve apenas um grupo – o de adultos e idosos (Figura 86) – com registro de consumo de drogas, exclusivamente com os primeiros (3 sujeitos) usando tabaco na vegetação rasteira (66,7%) e no piso pavimentado (33,3%).

Também foi pouco representativo o número de usuários da praça, sendo este local também subutilizado pela sua vizinhança e não havendo atratividade para os grupos usuários de substâncias psicoativas ou não consumidores. Topograficamente, também não há registro de desnível significativo. Esse espaço, além de ter pouca relação com seu entorno, possui outra característica que também dificulta a legibilidade, ou seja, seu acesso é estreito e afeta a visibilidade e a identificação espacial, contexto que, segundo Lynch (2011), não propicia ao cidadão a apropriação desejada.

Figura 86: Gráfico de proporcionalidade de consumidores de substâncias psicoativas no espaço livre 7 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira – segundo classes etárias, riscos e locais de consumo



Fonte: Elaborada com base em Lima (2015).

Para **todos os espaços estudados**, algumas características de comportamento de risco foram comuns. Nessa conjuntura, os usuários de substâncias psicoativas, em sua maior parte, permaneceram nas extremidades das praças, cabendo destaque ao fato de que muitos deles se posicionaram de maneira a proteger as costas, que, como lembra Gehl (2013), é mais vulnerável em função da visibilidade.

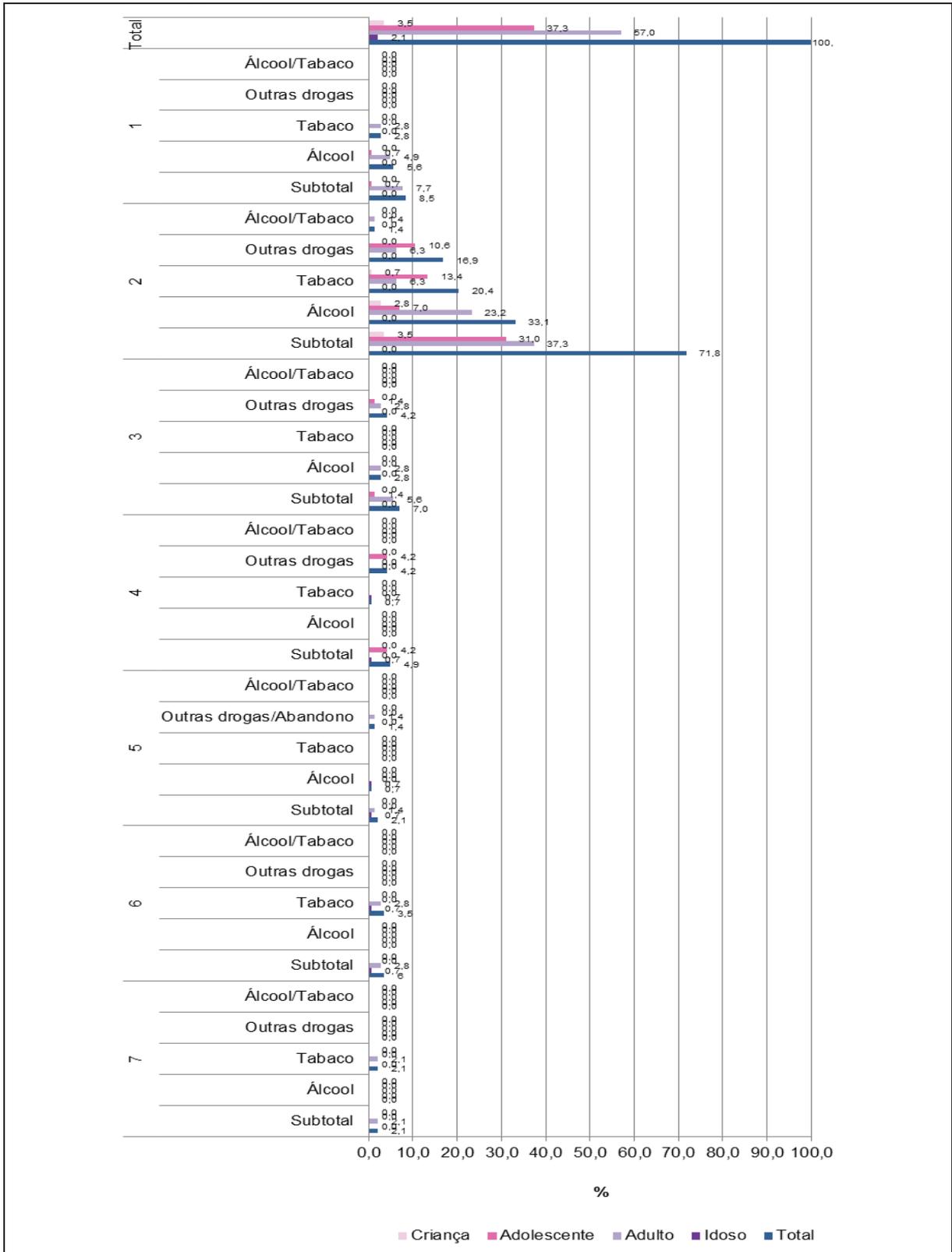
Também se depreende que há relação entre consumo de drogas e a ocupação espacial, principalmente no espaço livre 2 – Praça Gregório Piatkowski – o de maior concentração de consumidores (Figura 87), sendo normalmente participantes passivos dos locais, permanecendo como observadores das atividades nos seus arredores. Assim, esses indivíduos, em sua maioria, não estão inseridos na movimentação geral de frequentadores da área pública.

Vale mencionar que, normalmente, locais com baixa frequência de pessoas sem a finalidade de uso de substâncias psicoativas também não atraíram esses consumidores; nesse caso, essa relação pode ser atribuída à reduzida atratividade do espaço para todos os grupos de usuários, ou seja, essa não ocupação pode ter diversos motivos que os sentidos humanos, em sua avaliação espacial, julgam como pouco interessantes. Por decorrência, o comportamento do indivíduo é condicionado a evitar a sua permanência nessas áreas. Kohlsdorf (1996) expõe essa discussão, afirmando que a composição plástica do local e a harmonia do conjunto de lugares determinam o seu desempenho, otimizando as suas funções.

Entretanto, a relação contrária – maior número de pessoas, maior quantidade de consumidores de substâncias psicoativas – não pode ser estabelecida, restando, portanto, a análise mais aprofundada de outras causas pelas quais esses grupos usuários de drogas não se apropriaram de determinados espaços com a mesma intensidade com que ocuparam outros.

A relação entre riscos e não apropriação espacial pelas crianças ocorreu de maneira discreta, sendo os espaços de maior consumo de substâncias lícitas e ilícitas aqueles que contiveram o menor percentual de pessoas nessa condição etária. Esse resultado confirma o que Romich (2009) atesta como elemento de controle e proteção em função da vulnerabilidade desses indivíduos.

Figura 87: Gráfico de proporcionalidade de usuários nos espaços analisados segundo classes etárias e riscos

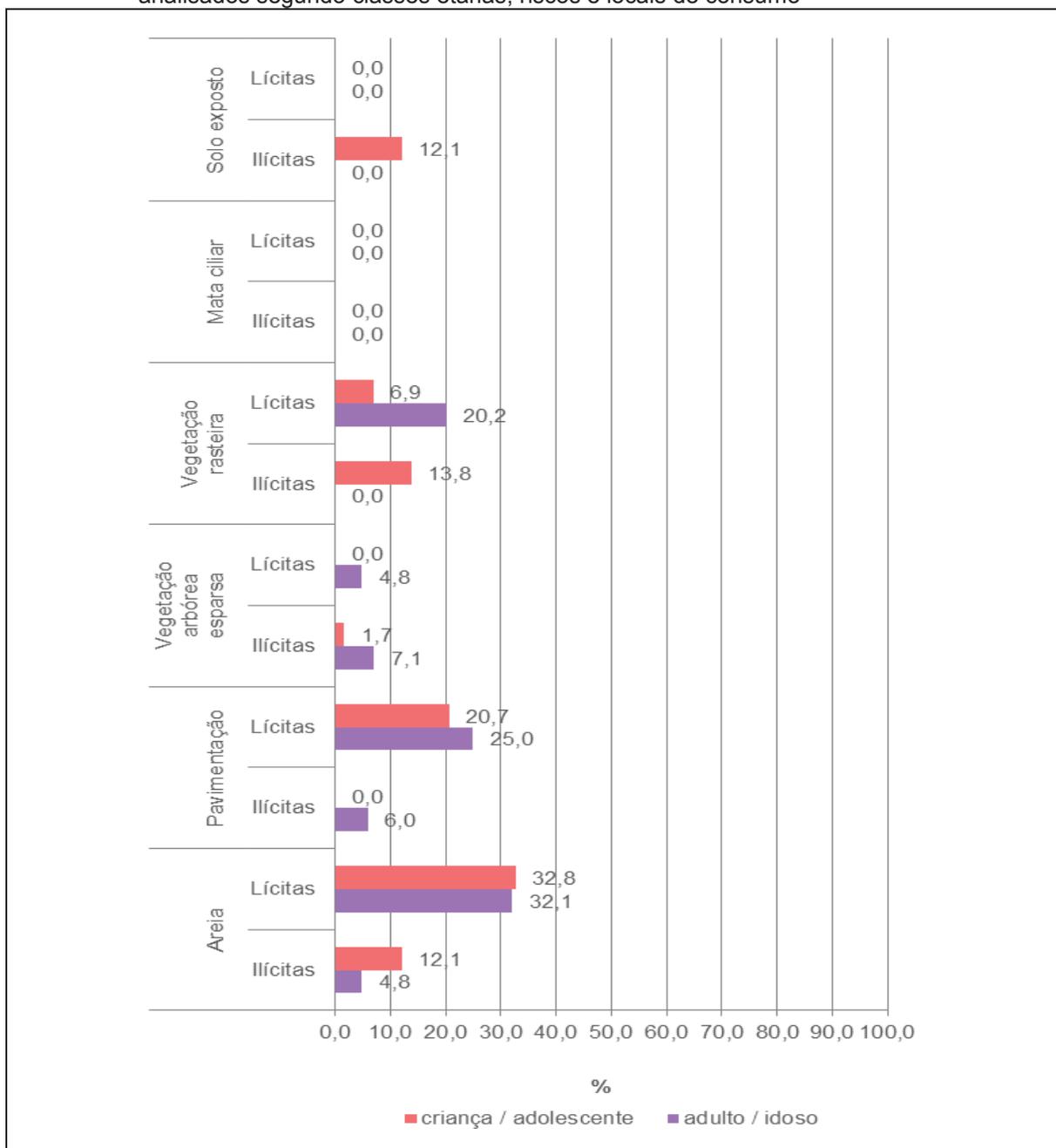


Fonte: Elaborada com base em Lima (2015).

- Notas:
- Espaço livre 1 = Praça Vale Verde
 - Espaço livre 2 = Praça Gregório Piatkowski
 - Espaço livre 3 = Praça Jocelina Dias de Melo
 - Espaço livre 4 = Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos
 - Espaço livre 5 = Praça da Rua Darci Vargas
 - Espaço livre 6 = Praça São Rafael
 - Espaço livre 7 = Praça da Rua Joana Maria Ferreira

Diagnostica-se que, no caso dos grupos de risco, aquele que praticava atividades com substâncias lícitas se caracterizou pela busca de meio antropizado, como areia sob a forma de *playgrounds* ou canchas (32,8% para crianças e adolescentes, e 32,1% para adultos e idosos) e piso pavimentado (20,7% para os primeiros, e 25,0% para os segundos) (Figura 88),

Figura 88: Gráfico de proporcionalidade de consumidores de substâncias psicoativas nos espaços analisados segundo classes etárias, riscos e locais de consumo



Fonte: Elaborada com base em Lima (2015).

Para as substâncias ilícitas, os grupos divergiram na escolha dos espaços, com as crianças e adolescentes ocupando preferencialmente as áreas com vegetação rasteira (13,8%), bem como a areia e o solo exposto (12,1% cada). Os adultos e idosos buscaram a cobertura arbórea esparsa (7,1%), seguida do piso pavimentado (6,0%), configurando a falta de padrão ambiental para essa tipologia de uso.

Mesmo assim, observa-se que a primeira opção de cada um dos grupos etários está relacionada a ambientes menos antropizados, ou seja, a identidade a estrutura e o significado desses locais (LYNCH, 2011) podem despertar maior sentido de pertencimento que aqueles com intervenções espaciais mais intensas. Outra consideração sobre esses ambientes é que os usuários sem a finalidade de consumo de substâncias psicoativas, de modo geral, evitam passar por locais mais naturais, estendendo sua permanência para espaços construídos, sendo esse um dos prováveis motivos pelos quais os consumidores de substâncias ilícitas deem preferência a áreas com menos interferências físicas.

Os usuários que não tinham a finalidade de consumo de substâncias psicoativas ocupavam predominantemente os espaços mais antropizados, como campos de areia e pisos pavimentados (ver subseção 5.1.3 – Comportamentos de risco e permeabilidade visual) porque, geralmente, estão estruturados para diversas atividades. Silva (2009) corrobora com a afirmação e ainda complementa que locais com alternativas para o público infantil tendem a atrair, também, o contingente adulto, tornando o lugar familiar.

Lamas (2007) lembra que o ambiente natural é alterado a partir do momento em que um grupo humano nele se estabelece e que seu território é definido pela sua ocupação, com alterações físicas e ordenação de usos. Em paralelo, Tuan (2013) comenta que a organização espacial depende dos relacionamentos entre pessoas e das suas posturas no espaço. O território estudado apresenta situações de uso intenso em locais destinados à recreação, ao mesmo tempo em que revela outras condições de subutilização, demonstrando a existência de desinteresse ou a insuficiência de equipamentos ou, ainda, a carência de áreas que instiguem a sua ocupação.

Conforme exposto na subseção 5.1.1 – Aspectos morfológicos estruturais, os espaços livres estudados, até mesmo o 2 – Praça Gregório Piatkowski –, que tem área de maiores proporções em relação às dos outros, têm características similares em termos de ambiente interno; porém, essa similaridade não induziu esses locais a serem ocupados de maneira semelhante. Esse fato determina que tais características internas podem interferir apenas parcialmente no padrão ocupacional, havendo necessidade de considerar outras hipóteses, a exemplo da relação da área com o entorno e da sua inserção na malha urbanizada. Nesse sentido, Lamas (2007) expõe a sua preocupação com ambientes abertos excessivamente homogeneizados, sendo essa semelhança a consequência de opções projetuais excessivamente funcionalistas, esquecendo os anseios dos usuários propriamente ditos.

Ao analisar com mais profundidade o espaço livre 2 – Praça Gregório Piatkowski – um dos mais ocupados, seja para uso recreativo, seja para consumo de substâncias psicoativas, talvez consista no que melhor atendeu todos os grupos sociais considerados. A utilização de drogas, no que se refere ao número de frequentadores, não inibiu a ocupação pelos demais. Observando com mais atenção esse caso específico, esses indivíduos também se identificaram com algumas regiões da praça, raramente ocupando locais frequentados pelos não consumidores. Entretanto, não é possível analisar se estes ocuparam antes o espaço e coibiram a apropriação pelos demais, ou se houve o seu desinteresse, possibilitando o uso espacial pelos usuários de substâncias psicoativas. Para a obtenção dessas respostas, seria necessário um estudo complementar sobre outras dinâmicas socioespaciais.

Outro detalhe importante é o contraste de ocupação dentro próprio espaço, com os resultados desta pesquisa apontando que uma parte da Praça Gregório Piatkowski é bem aproveitada por ambos os grupos etários, tanto para atividades recreativas quanto para consumo de substâncias psicoativas; outra parcela permanece subutilizada.

Nesse cenário, há duas considerações para comprovação da existência de dois subespaços convexos¹ (HOLANDA, 2002):

- a) a porção sudeste é vista como um único agrupamento, compreendendo atividades exercidas por todos os grupos, ainda que haja subdivisões decisivas para a ocupação por determinadas classes de usuários;
- b) a parcela nordeste não suscita interesse de ocupação, comportando atividades exercidas de maneira mais limitada, ou seja, a sua não apropriação por grupos voltados à recreação não representa um fator que instiga a frequência para consumo de drogas.

Nessa conjuntura, Jacobs (2011) expõe que “olhos da rua” são importantes na relação das pessoas com os espaços; assim, o reduzido relacionamento do entorno com as praças propriamente ditas pode interferir na sua ocupação, o que também pode ser considerado para os próprios usuários de substâncias psicoativas.

Os locais subutilizados de maior relevância são encontrados nos espaços livres 1 – Praça Vale Verde – e 7 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira, ambos próximos em termos geográficos e com características similares no que se refere à sua localização. O primeiro contém edificações com muros na divisa da área pública, um rio que rompe o contato direto com a vizinhança da sua margem esquerda, havendo, nesse local, uma ponte de madeira para pedestres, que tem o papel dessa conexão, porém é utilizada apenas como passagem. O segundo também é margeado pelo mesmo curso d'água, a jusante do espaço anterior, possuindo características muito semelhantes, com uma ponte para veículos na Rua Waldemar Cavanha, em cuja travessia não são encontradas residências, mas principalmente pontos comerciais e vegetação nativa, ou seja, seu entorno não contempla uma região residencial. A circunvizinhança imediata compreende poucas casas, exclusivamente as da Rua Joana Maria Ferreira.

¹ Segundo Holanda (2002, p.97):

espaço convexo corresponde ao que entendemos por “lugar” numa pequena escala: um trecho distinto de uma rua, uma praça. Ao caminhar pelo espaço aberto da cidade, sabemos intuitivamente que sempre cruzamos transições (invisíveis) entre dois lugares (entre dois espaços convexos) ao dobrarmos uma esquina, ao adentrarmos numa praça. A técnica de convexialidade permite explicitar essa intuição: as fronteiras invisíveis entre esses lugares transformam-se em segmentos de linha reta no mapa de convexialidade.

Por este ser um estudo específico, não se consegue afirmar se os espaços invariavelmente tiveram essas condições ou se ficaram gradativamente obsoletos. Nesse sentido, Carmona et al. (2010) explicam que são áreas ou edifícios que, ao longo do tempo, tornaram-se menos atrativos que outros em relação tanto à sua função quanto à sua localização.

Pela interpretação do conjunto das variáveis analisadas, depreende-se que os aspectos ambientais internos não podem ser considerados como determinantes da ocupação espacial.

Todavia, é lícito afirmar que os elementos neles contidos instigam certos usos, mas essa condição não promove a certeza de sucesso do local, que é fruto de como “esses elementos se posicionam, se organizam e se articulam entre si para constituir um espaço urbano” (LAMAS, 2007, p.48).

No caso de substâncias lícitas, os aspectos ambientais internos prevalentes na escolha do espaço de consumo estão relacionados com áreas mais estruturadas fisicamente, o que favorece a apropriação espacial para essa finalidade; entretanto, a imagem formada para esse tipo de uso também foi percebida de forma positiva para outras funções, como citado acima, pois a busca pelo meio antropizado também é recorrente entre os usuários com fins recreativos, com a apreensão espacial se tornando comum para frequentadores com perfis variados (DEL RIO, 1996).

Visando ao aprofundamento do estudo sobre as interações entre comportamentos de risco e aspectos estruturais, a subseção seguinte foi elaborada com vistas ao entendimento de eventuais relações entre espaços de consumo de drogas, barreiras físicas e permeabilidade visual.

5.1.3 Comportamentos de risco e permeabilidade visual

Como explicado na seção 2 – Estruturação metodológica, esta abordagem foi escolhida pela sua relevância em estudos sobre morfologia urbana, influenciando diretamente a ocupação espacial e as sensações promovidas pelo local, as quais podem ser agradáveis, atraindo maior número de usuários, ou repulsivas, a ponto de torná-lo abandonado (HARDT; HARDT, 2015).

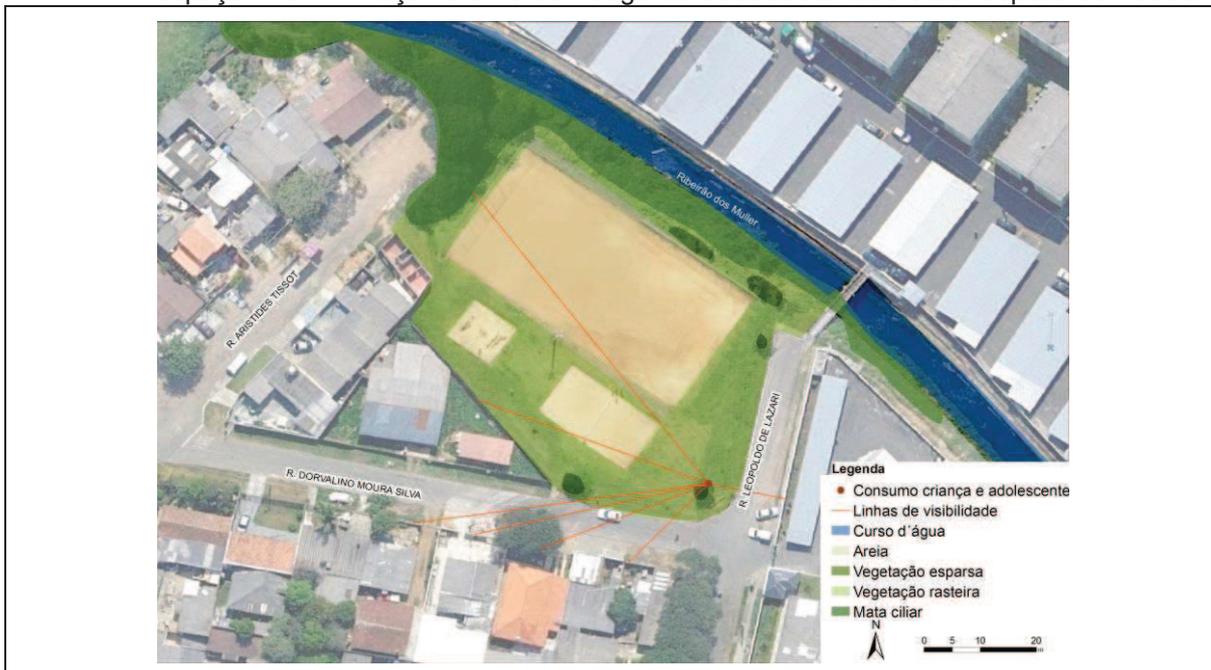
No **espaço livre 1** – Praça Vale Verde –, 50,0% das linhas de visibilidade do público crianças/adolescentes consumidor de drogas (apenas 1 representante dos segundos – Figuras 89 e 90) correspondiam a permeabilidade visual de 0,0 a 24,9%, com 33,3% situados à distância de 0,0 a 28,0 m e 16,7% a 28,1 a 45,0 m. A outra metade estava na classe de 25,0 a 49,9%, sendo 33,3% na distância de 28,1 a 45,0 m e 16,7% de 45,1 a 90,0 m.

As linhas de visibilidade para adultos e idosos (somente 11 dos primeiros) estavam concentradas – 71,1% – na permeabilidade visual de 0,0 a 24,9%, sendo 29,0% para distâncias de 0,0 a 28,0 m, 19,7% para 28,1 a 45,0 m e 22,4% para 45,1 a 90,0 m. Os 28,9% restantes foram registrados nas classes de 25,0 a 49,9%, sendo que 18,4% estavam no máximo a 28 m de distância e 10,5% de 28,1 a 45,0 m.

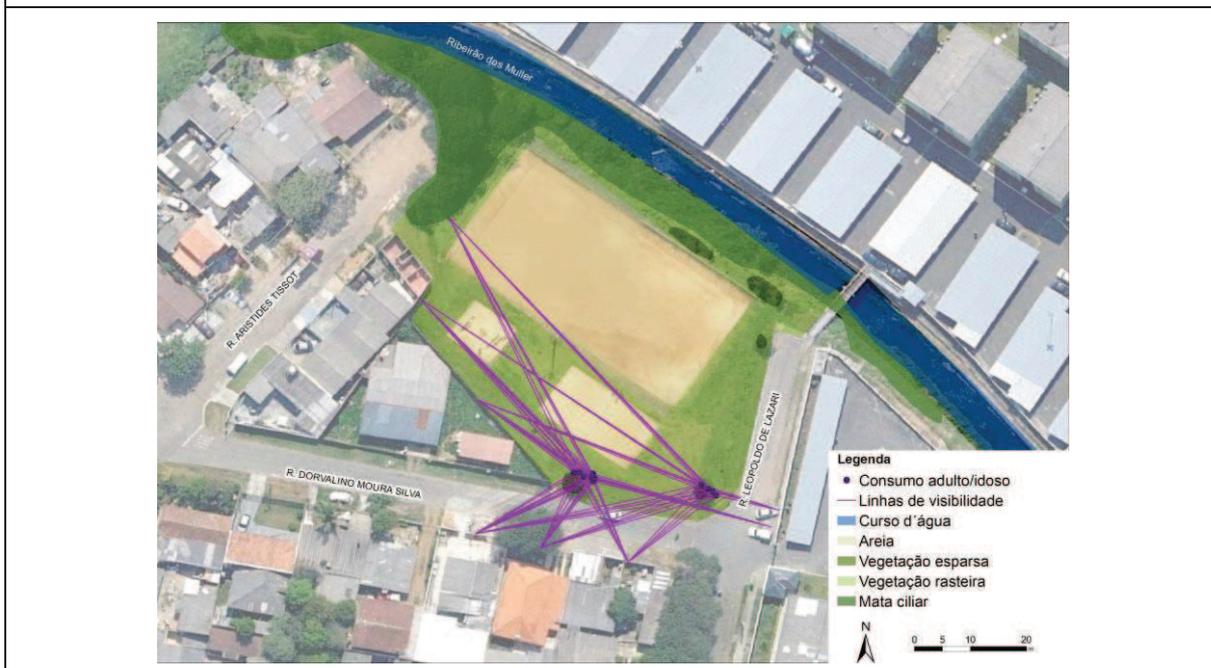
As únicas substâncias usadas pelas diferentes classes etárias são consideradas lícitas (álcool e tabaco).

Esses dados contrariam, em parte, a afirmação de Malheiro (2013) de que esses usuários buscam, tipicamente, interstícios espaciais para o consumo das substâncias. Nesse caso, o uso de drogas ocorre onde há visibilidade considerada reduzida, porém não nos locais de menor permeabilidade visual da praça, podendo-se, assim, afirmar que ocorreu a busca pela baixa condição de visualização, mas, paralelamente, existe a observação do espaço por completo, inclusive dos seus acessos.

Figura 89: Imagem aérea de espacialização de locais de consumo de substâncias psicoativas no espaço livre 1 – Praça Vale Verde – segundo classes etárias e suas respectivas visuais



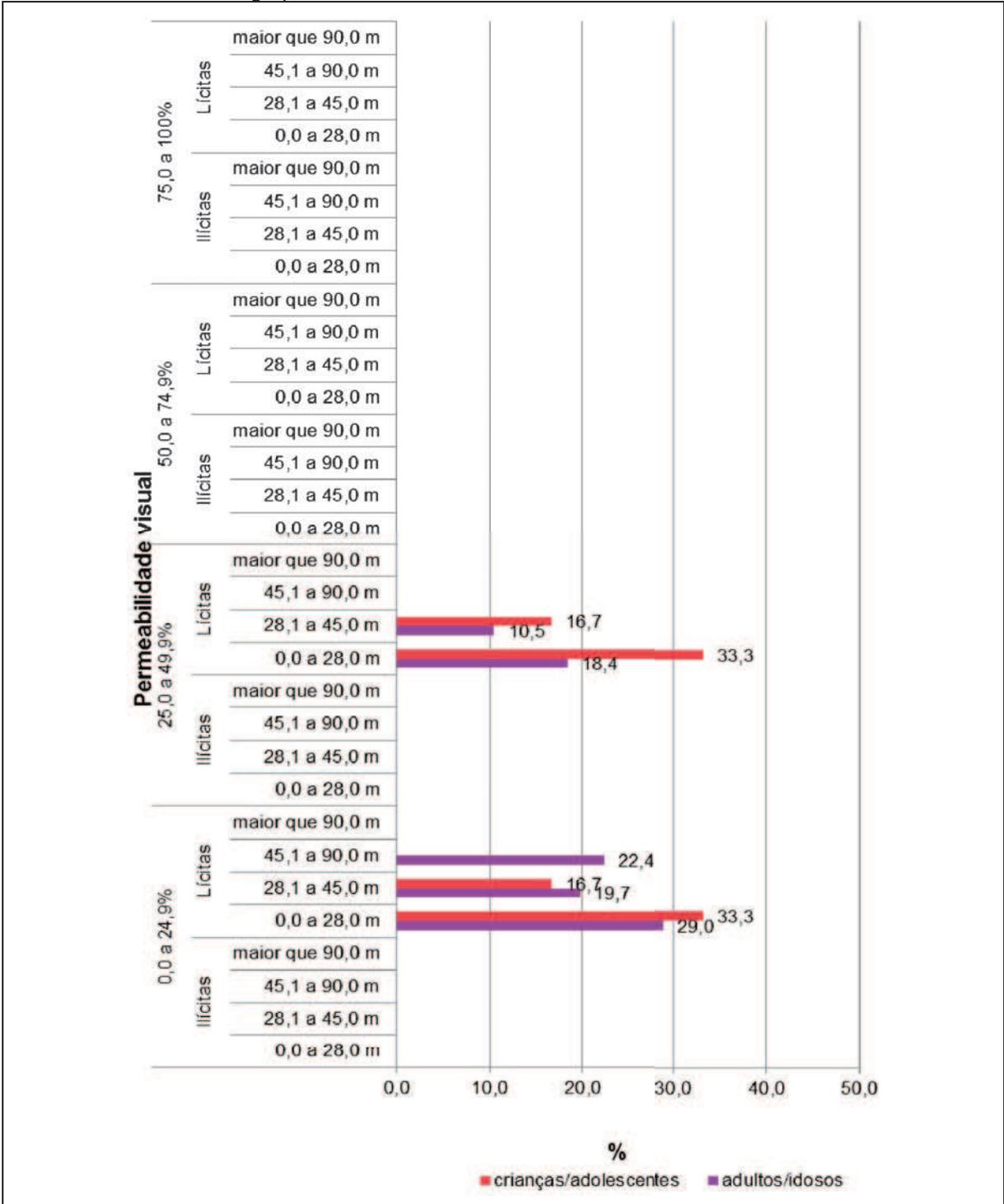
Criança e adolescente



Adulto e idoso

Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), em IPPUC (2012), em Lima (2015) e em levantamentos de campo (2015).

Figura 90: Gráfico de proporcionalidade de classes de linhas de permeabilidade visual de locais de consumo de substâncias psicoativas no espaço livre 1 – Praça Vale Verde – segundo distâncias e grupos etários



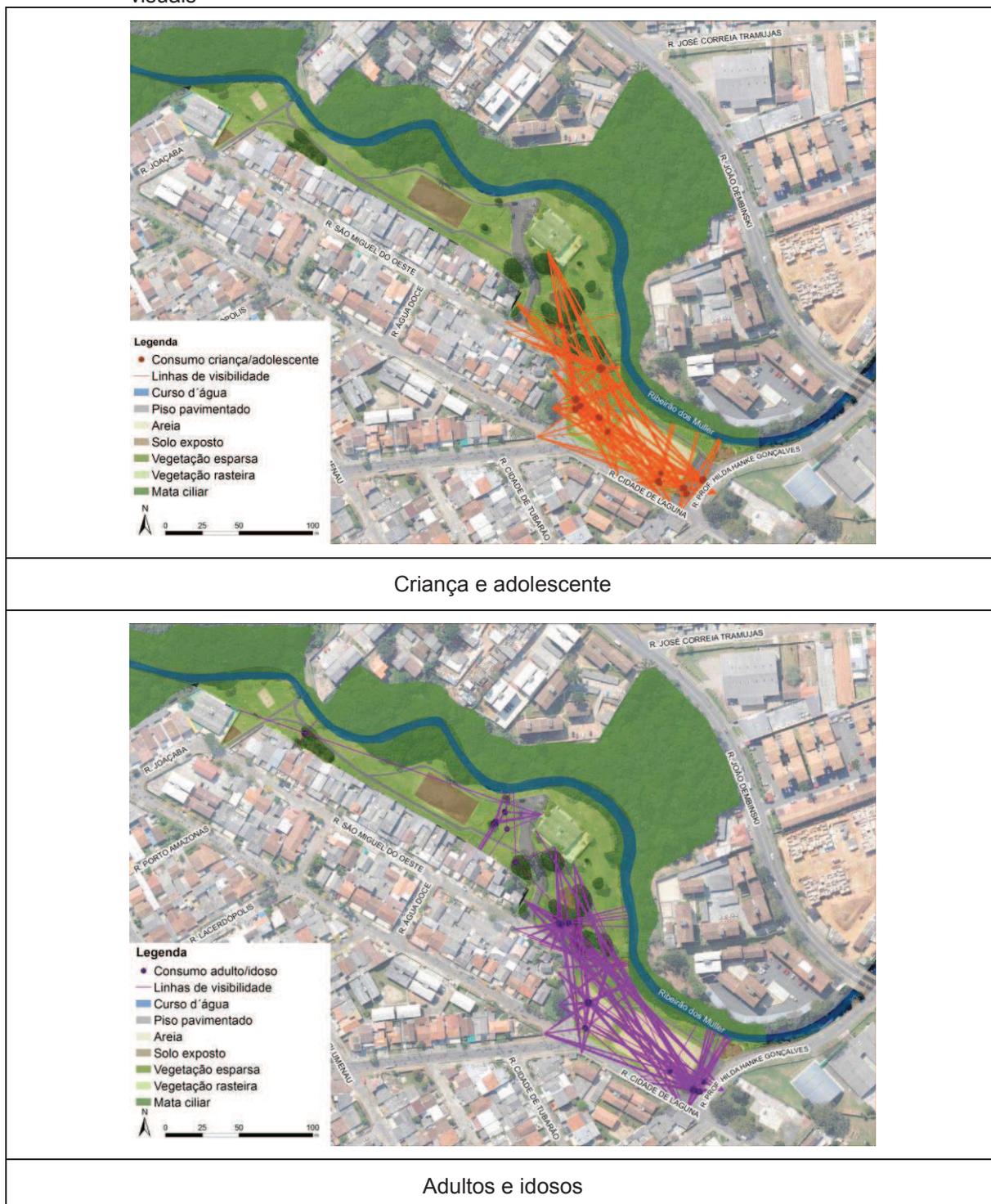
Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), em IPPUC (2012), em Lima (2015) e em levantamentos de campo (2015).

Pela interpretação das Figuras 91 e 92, nota-se que as linhas de visibilidade no **espaço livre 2** – Praça Gregório Piatkowski – para o público de crianças (5 indivíduos) e adolescentes (44), foram similares ao caso anterior, com 57,1% preferindo a permeabilidade visual de 0,0 a 24,9%, com 18,5% desse público consumindo substâncias ilícitas e 38,6% lícitas (6,7% crianças e 31,9% adolescentes). No que se refere à visibilidade de 25,0 a 49,9%, 2,1% dos adolescentes estavam vinculados às primeiras. Para as linhas relacionadas à classe de 50,0 a 74,5%, os consumidores de drogas ilícitas (12,1% adolescentes) procuraram locais afastados mais de 45,1 m das barreiras. Para as lícitas (4,8% crianças e 21,7% adolescentes), 16,4% buscaram distâncias maiores que 90,0 m e 6,2% entre 0,0 e 28,0 m. Acima de 75,0% de permeabilidade visual, 2,2% dos adolescentes faziam consumo de substâncias ilícitas.

Proporção semelhante (57,0%) das linhas de visibilidade dos adultos (únicos representantes do grupo etário de maior idade) estava na permeabilidade visual de 0,0 a 24,9% (47,0% usando drogas lícitas e 9,98% ilícitas); para 25,0 a 49,9%, foram registrados 1,9% do grupo consumindo as últimas substâncias. Com 38,3% na classe de 50,0 a 74,9%; 6,2% dos sujeitos estavam consumindo produtos ilícitos, com distância preferencialmente acima de 45,1 m; entre os usuários de substâncias lícitas (33,0% dos indivíduos), 16,7% buscaram locais mais distantes (acima de 90,0 m). Para a permeabilidade visual acima de 75,0%, apenas a ilícita foi registrada, com 1,9%.

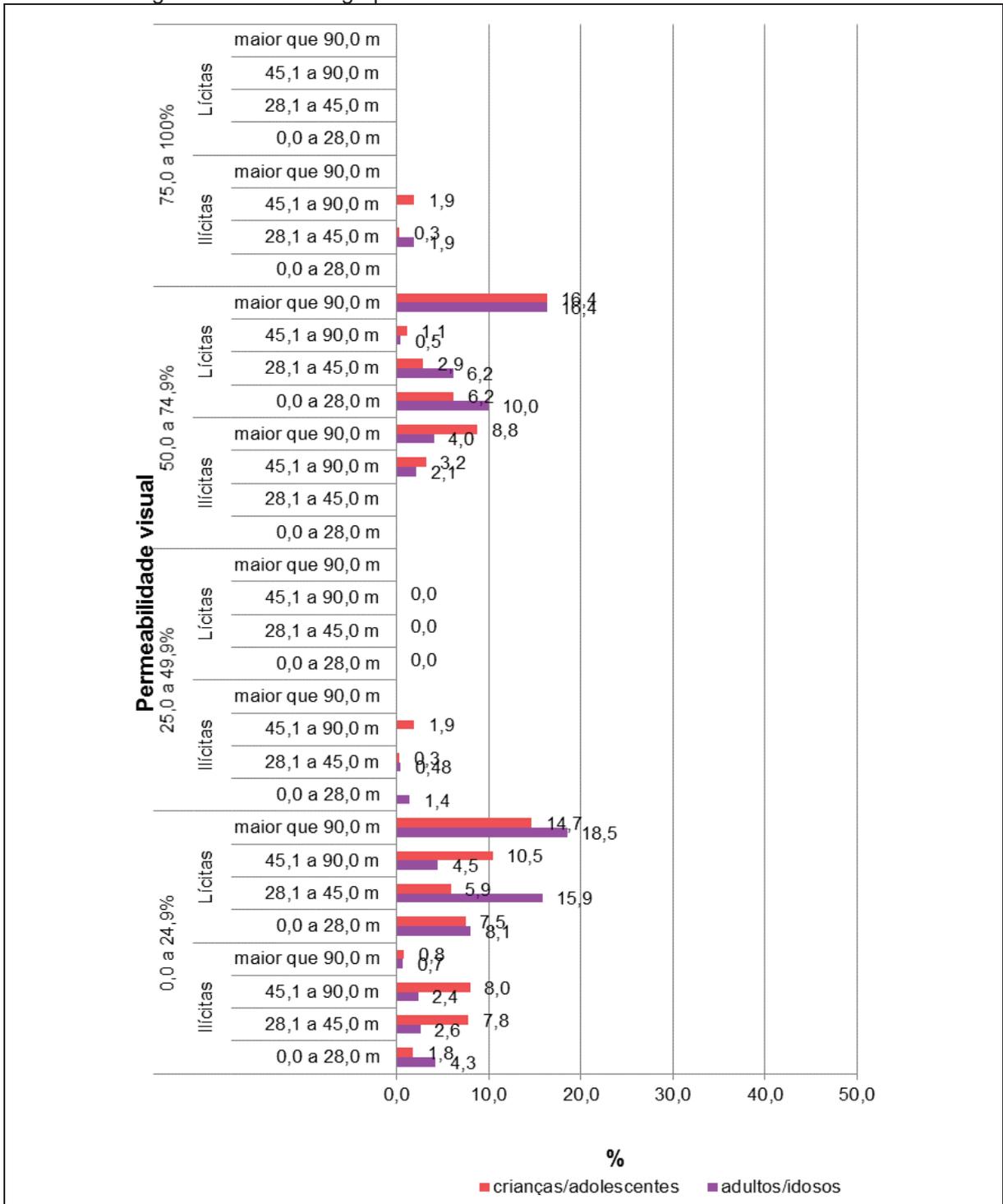
Com as mesmas características espaciais anteriores, esta praça contém comportamentos que demonstram que a permeabilidade visual é um fator de influência na ocupação, sendo a apropriação em locais de menor visualização das edificações do entorno. Concomitantemente, as áreas de menor visibilidade e menos permeáveis em termos visuais não apresentam o maior contingente de usuários (parte noroeste) demonstrando que essa sintaxe não necessariamente induz a utilização das substâncias psicoativas (HOLANDA, 2003) e contrariando a afirmação de Malheiro (2013) a respeito da caracterização do local de preferência de consumo de substâncias psicoativas.

Figura 91: Imagem aérea de espacialização de locais de consumo de substâncias psicoativas no espaço livre 2 – Praça Gregório Piatkowski – segundo classes etárias e suas respectivas visuais



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), em IPPUC (2012), em Lima (2015) e em levantamentos de campo (2015).

Figura 92: Gráfico de proporcionalidade de classes de linhas de permeabilidade visual de locais de consumo de substâncias psicoativas no espaço livre 2 – Praça Gregório Piatkowski – segundo distâncias e grupos etários



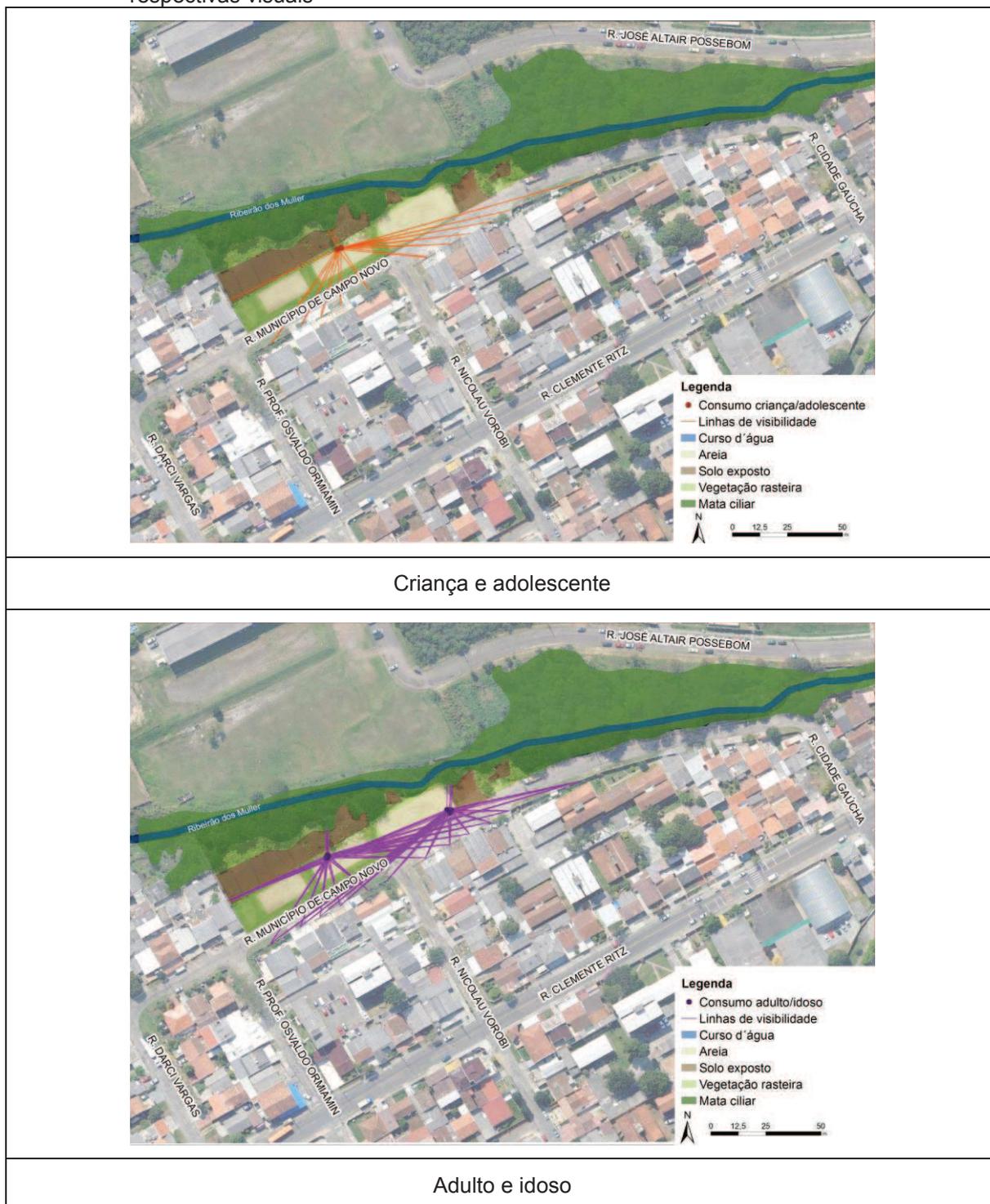
Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), em IPPUC (2012), em Lima (2015) e em levantamentos de campo (2015).

Com referência ao **espaço livre 3** – Praça Jocelina Dias de Melo (Figura 93 e 94), 41,7% das linhas de visibilidade para os dois adolescentes usuários de drogas (únicos elementos desse grupo etário de menor idade) corresponderam à permeabilidade visual de até 24,9%, sendo registrado apenas o consumo de substâncias ilícitas; 33,3% se localizavam a uma distância maior que 45,1 m das edificações. Para a classe de 50,0 a 74,9% (relacionada a 33,3% dos consumidores), 16,8% estavam de 28,1 a 45,0 m. Na de 75,0 a 100% (referente a 25,0%), 16,6% se posicionavam a uma distância mínima de 45,1 m das barreiras.

No caso das linhas de visibilidade do público adulto (8 adultos, únicos representantes do grupo etário de maior idade), 55,6% dos usuários de drogas estavam na permeabilidade visual de até 24,9%, 22,3% faziam uso de substâncias ilícitas e 23,3% de lícitas. Na de 50,0 a 74,9%, foi registrada a ocorrência de 31,0% de consumidores (15,5% para lícitas e 15,5% para ilícitas), enquanto na acima de 75,0%, 23,3%, sendo a metade (11,6%) referente a produtos lícitos.

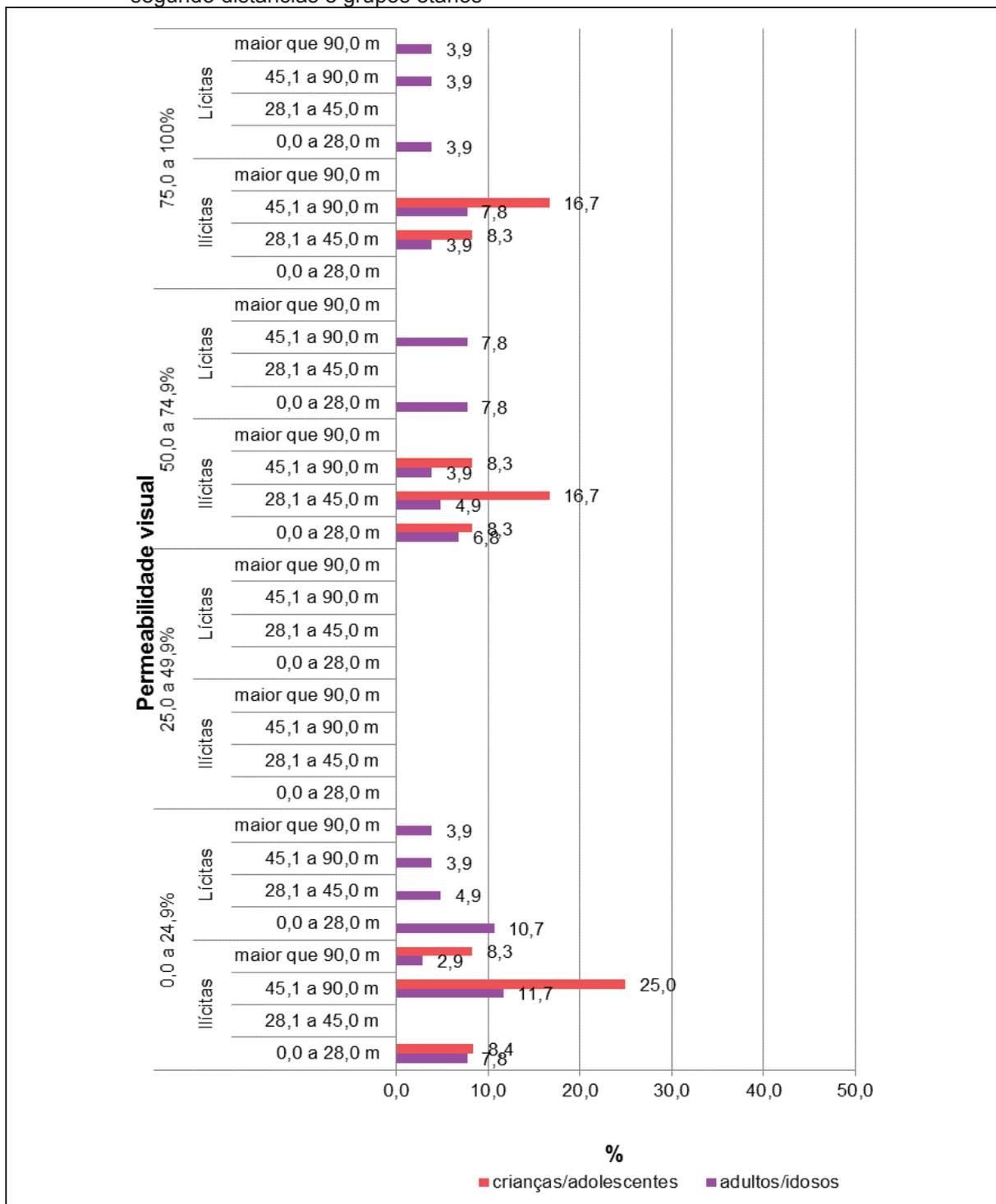
Como esse local não apresenta características de proteção em relação a olhares externos, com exposição maior de seus usuários, o público adolescente e parte do adulto buscaram espaços marginais e mais distantes da rua, o que revela concordância com o pensamento de Malheiro (2013), apesar da busca por interstícios. a outra parcela de adulto, também se estabeleceu em locais marginais, porém mais expostos à rua, com todos os grupos situados em locais visualmente menos permeáveis.

Figura 93: Imagem aérea de espacialização de locais de consumo de substâncias psicoativas no espaço livre 3 – Praça Jocelina Dias de Melo – segundo classes etárias e suas respectivas visuais



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), em IPPUC (2012), em Lima (2015) e em levantamentos de campo (2015).

Figura 94: Gráfico de proporcionalidade de classes de linhas de permeabilidade visual de locais de consumo de substâncias psicoativas no espaço livre 3 – Praça Jocelina Dias de Melo – segundo distâncias e grupos etários



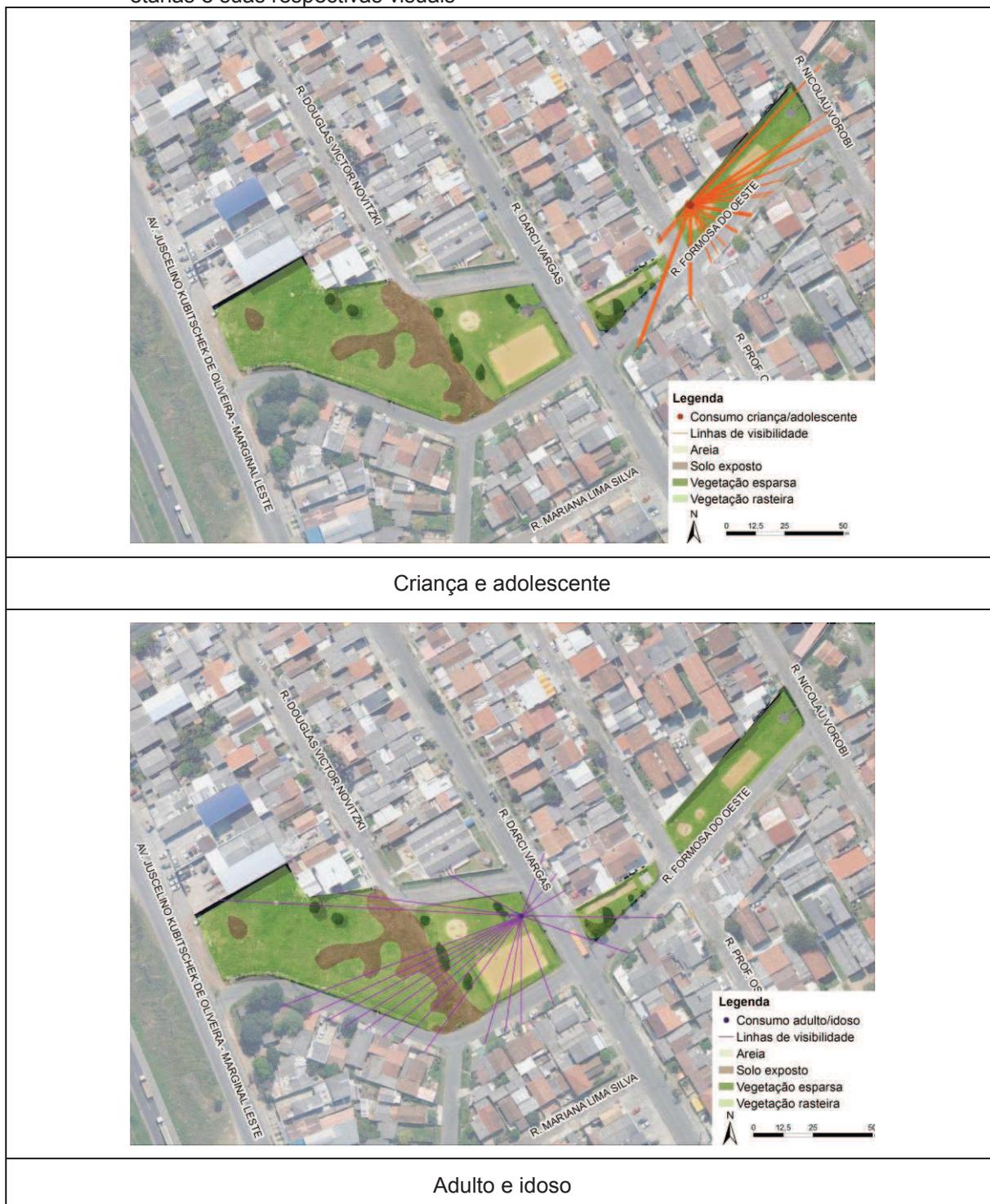
Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), em IPPUC (2012), em Lima (2015) e em levantamentos de campo (2015).

Nas linhas de visibilidade no **espaço livre 4** – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos (Figuras 95 e 96) – para adolescentes (6 representantes exclusivos da faixa etária de menor idade e consumidores de substâncias ilícitas) ocorreu alteração do padrão anterior, sendo que 38,4% preferiram a permeabilidade visual de 75,0 a 100,0%, representando o maior percentual. Todavia, 20,9% optaram por uma distância maior que 45,1 m das edificações. Para a de 0,0 a 24,9%, foram identificados 29,1% usuários, com 14,0% na distância de 45,1 a 90,0 m, 8,1% na de 28,1 a 45,0 m, e 7,0% na de 0,0 a 28,0 m. A classe de 25,0 e 49,9% soma 25,6% das linhas de visibilidade, enquanto que a de 50,0 a 74,9%, apenas 7,0%.

No grupo etário superior, o único componente (idoso) era usuário de substância lícita e 42,9% dos registros estavam na classe de 0,0 a 24,9%, com 38,1% na distância maior que 45,1 m. Na de 75,0 a 100,0%, foram registrados 33,3%, com 28,5% em intervalo superior a 45,1 m.

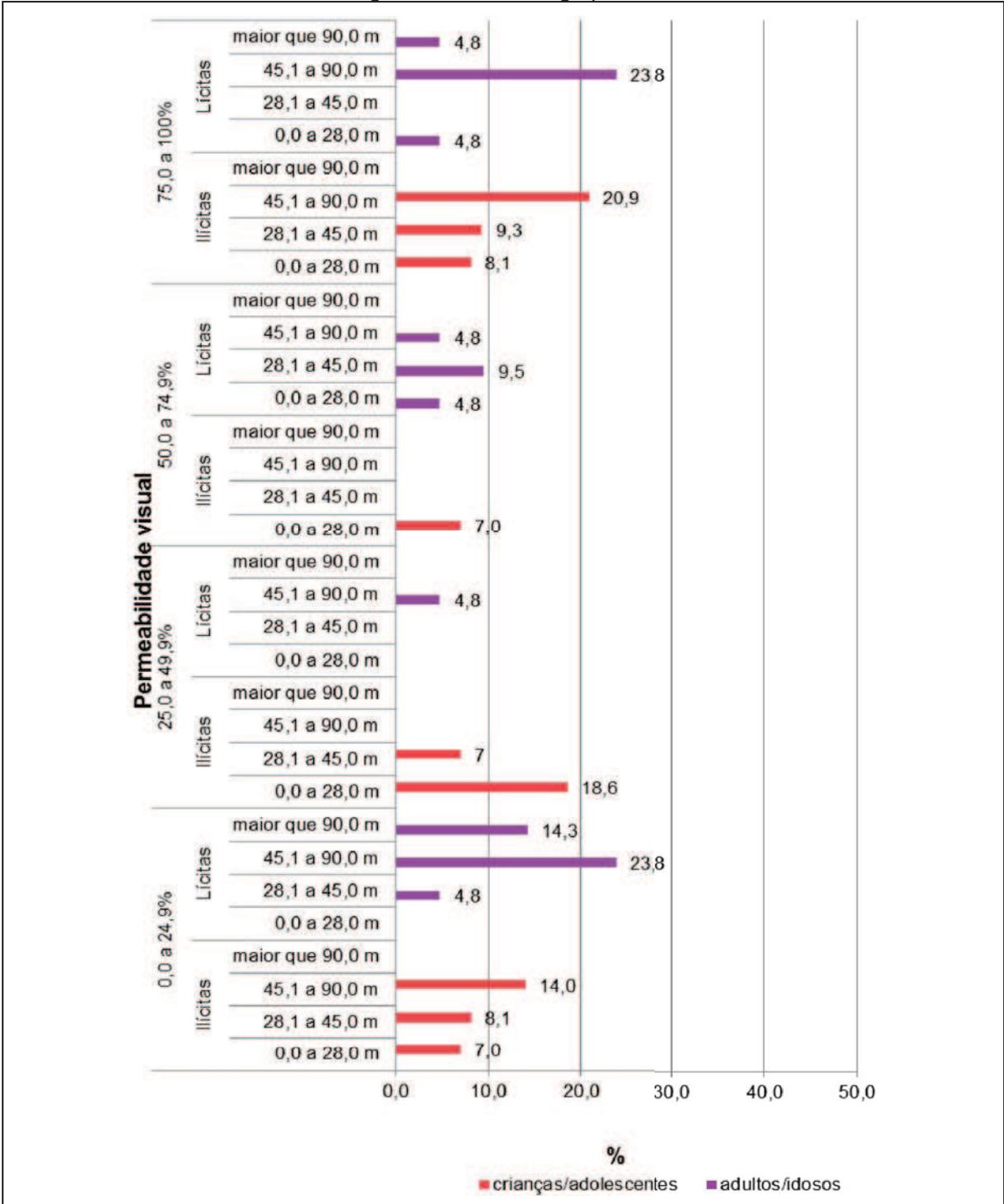
Nesta praça, o idoso apresentou pouca apreensão com referência ao entorno e ao local de consumo. Para o adolescente, as características de ocupação foram semelhantes aos casos anteriores no que se refere à permeabilidade visual das edificações vizinhas; porém, houve preocupação com a proteção das costas, reafirmando o já citado comentário de Gehl (2013). Ademais, apesar de o espaço apresentar lugares de maior privacidade para o consumo de substâncias psicoativas, seus usuários não os buscaram especificamente, contrariando os postulados de Malheiro (2013), mas vale ressaltar que os adolescentes permaneceram à margem do espaço

Figura 95: Imagem aérea de espacialização de locais de consumo de substâncias psicoativas no espaço livre 4 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos – segundo classes etárias e suas respectivas visuais



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), em IPPUC (2012), em Lima (2015) e em levantamentos de campo (2015).

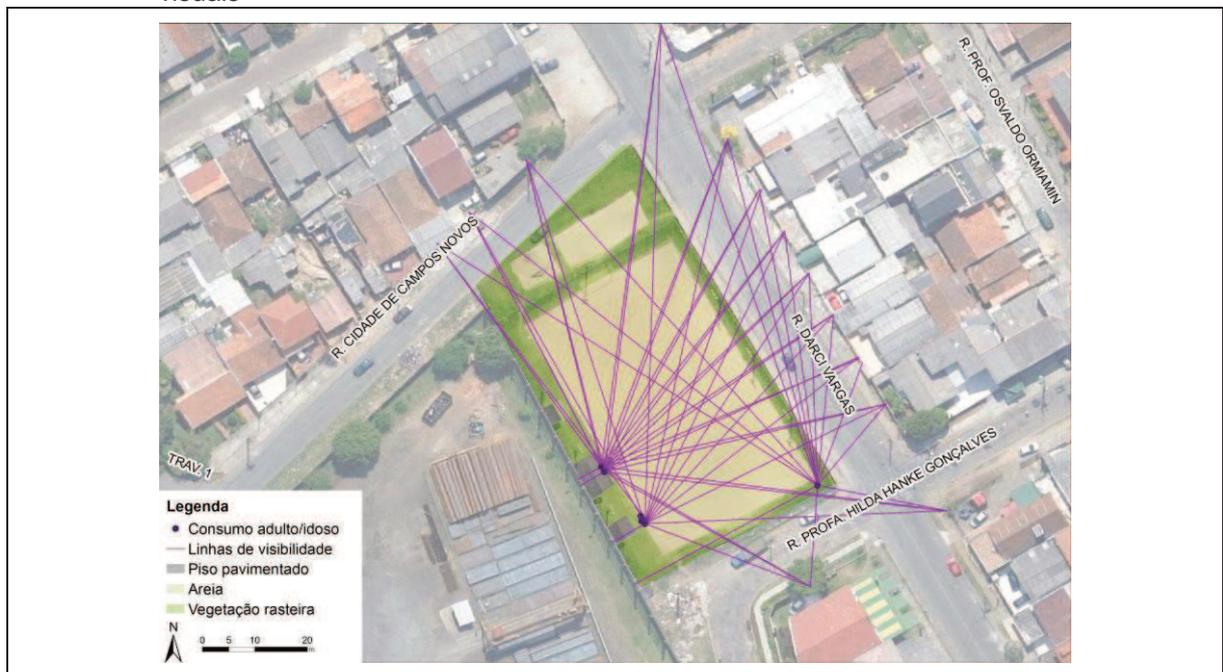
Figura 96: Gráfico de proporcionalidade de classes de linhas de permeabilidade visual de locais de consumo de substâncias psicoativas no espaço livre 4 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos – segundo distâncias e grupos etários



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), em IPPUC (2012), em Lima (2015) e em levantamentos de campo (2015).

No **espaço livre 5** – Praça da Rua Darci Vargas –, as linhas de visibilidade (Figuras 97 e 98) foram elaboradas apenas para dois adultos e um idoso, em função do não registro do consumo de substâncias psicoativas pelos demais usuários do espaço. Para esse grupo, a permeabilidade visual de 75,0 a 100,0% teve o maior percentual, com 36,6% para substâncias ilícitas (consumo pelos dois adultos) e com a maior parte (34,1%) situada de 45,1 a 90,0 m. Para as lícitas (uso pelo idoso), essa mesma distância também teve o maior registro (19,5%), seguida por 4,9% na de 0,0 a 28,0 m. Na sequência, a classe de 50,0 a 74,9% foi a segunda mais encontrada (14,6%), nesse caso para substâncias ilícitas, 9,8% estavam à distância de 45,1 a 90,0 m, seguida por 0,0 a 28,0 m (4,9%). Para as lícitas, 7,3% das linhas estavam na distância entre 28,1 e 90,0 m. O registro de poucos usuários de drogas nesta praça pode estar relacionado à sua elevada permeabilidade visual, com diagnóstico da sua preferência por locais visualmente mais impermeáveis (75,0 a 100,0%). Essa condição corrobora com o prescrito por Saboya (2013a) sobre a influência direta das barreiras e permeabilidades visuais nas atividades desenvolvidas nos espaços livres.

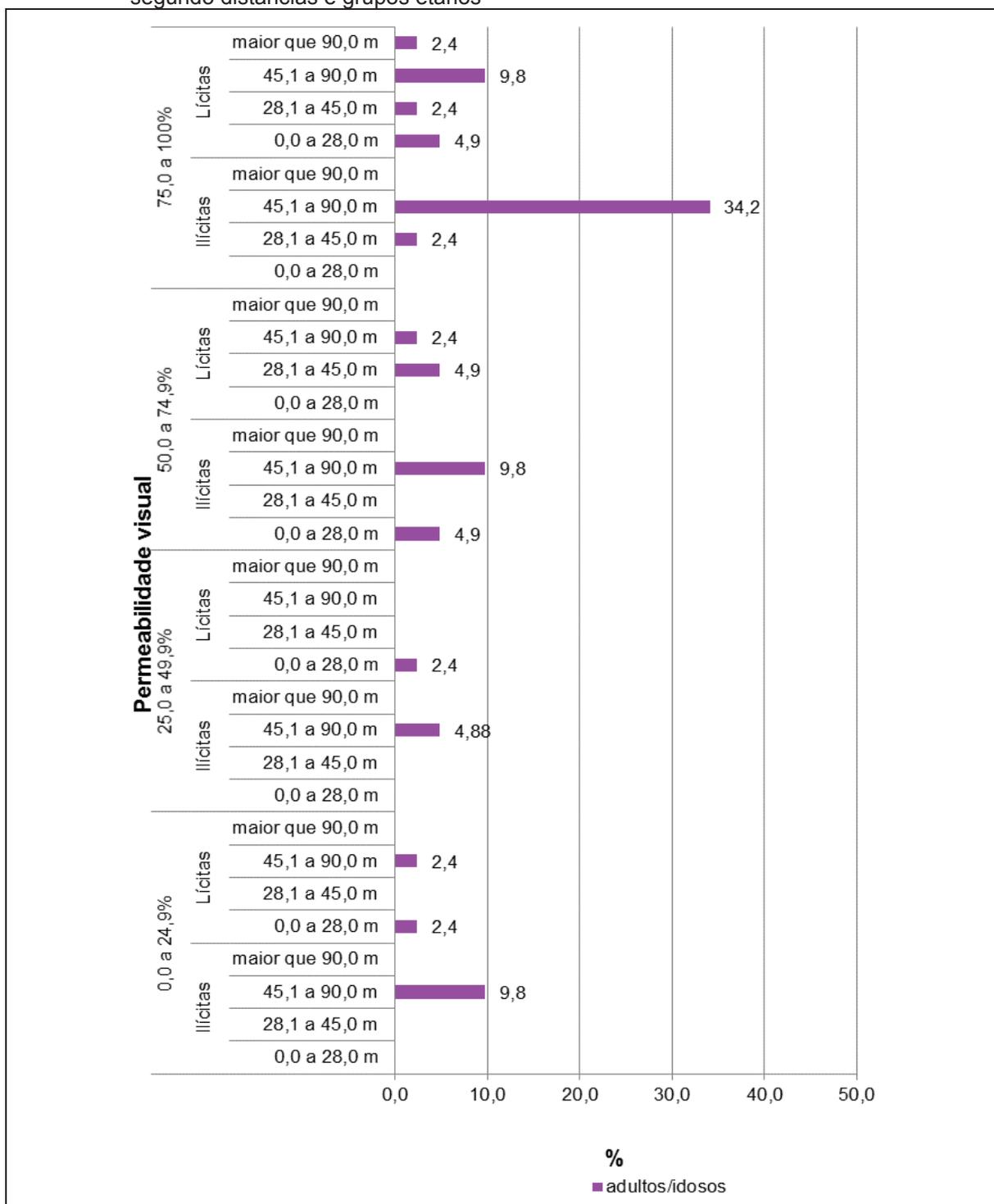
Figura 97: Imagem aérea de espacialização de locais de consumo de substâncias psicoativas no espaço livre 5 – Praça da Rua Darci Vargas – por adultos e idosos – e suas respectivas visuais



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), em IPPUC (2012), em Lima (2015) e em levantamentos de campo (2015).

Nota: Inexistência de criança e adolescente consumidora de substâncias psicoativas durante a pesquisa *in loco*.

Figura 98: Gráfico de proporcionalidade de classes de linhas de permeabilidade visual de locais de consumo de substâncias psicoativas no espaço livre 5 – Praça da Rua Darci Vargas – segundo distâncias e grupos etários



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), em IPPUC (2012), em Lima (2015) e em levantamentos de campo (2015).

Com relação ao **espaço livre 6** – Praça São Rafael (Figuras 99 e 100) – também foram registrados apenas 4 adultos e um idoso com consumo de substâncias lícitas; para esse caso, as linhas de visibilidade de 75,0 a 100,0% foram as com maior registro (32,2%), sendo as de 28,1 a 45,0 m com 26,6%, seguidas pelas de 50,0 a 74,9%, com 27,8%. Na permeabilidade visual de 0,0 a 24,9%, foram registrados 28,9% de usuários. Além do baixo registro de usuários de substâncias psicoativas, nesta praça não houve aparente preocupação da distância relacionada à condição permeável em termos de visibilidade, não sendo essa condição, a princípio, determinante na sua ocupação. Ao considerar que, os usuários eram maiores de 18 anos e que as drogas consumidas eram lícitas, poder-se-ia afirmar que a sua aceitação pela sociedade (DANTAS, 2015), em associação com a idade desses usuários, constitui fator indutor desse comportamento.

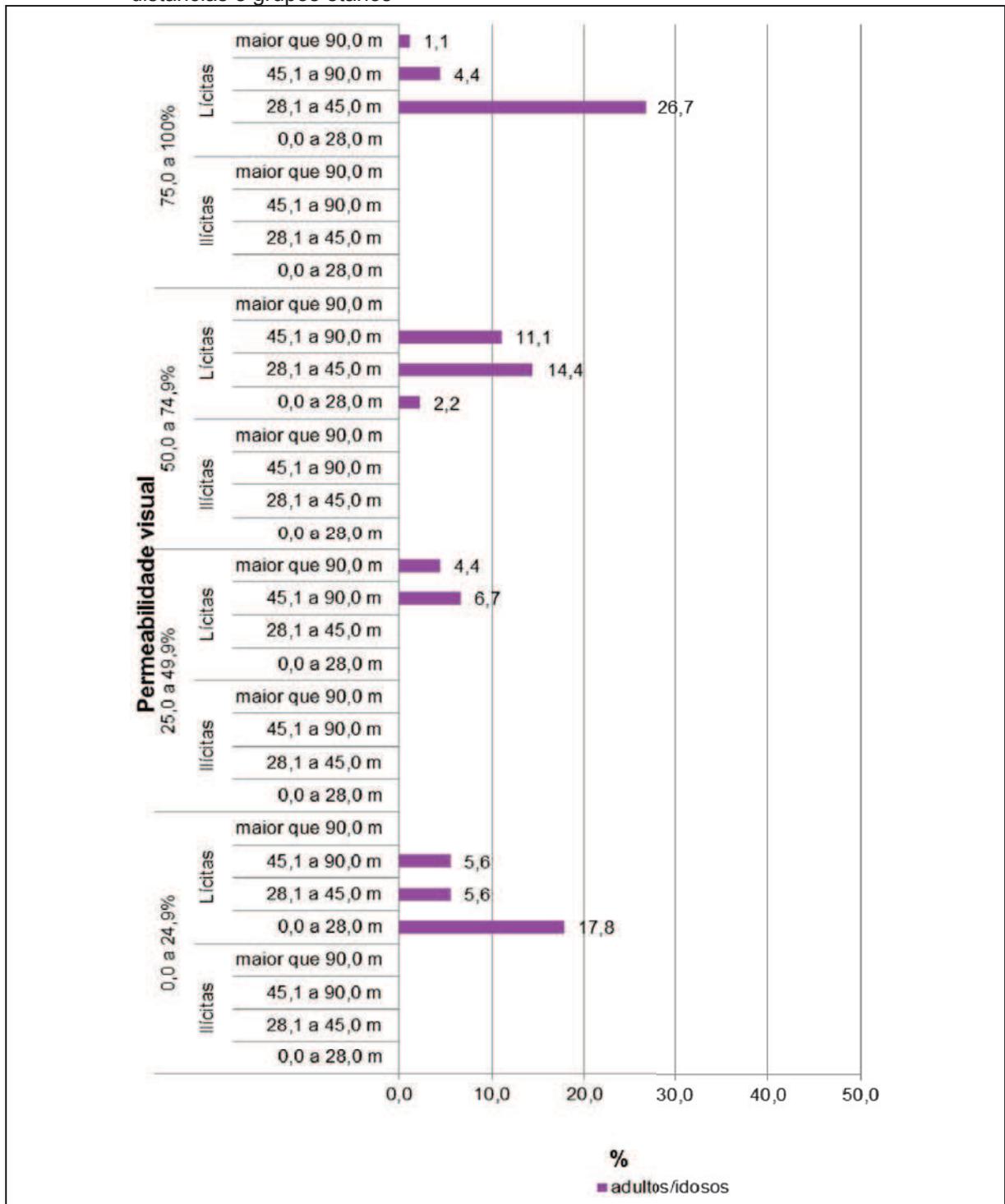
Figura 99: Imagem aérea de espacialização de locais de consumo de substâncias psicoativas no espaço livre 6 – Praça São Rafael – por adultos e idosos – e suas respectivas visuais



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), em IPPUC (2012), em Lima (2015) e em levantamentos de campo (2015).

Nota: Inexistência de criança e adolescente consumidora de substâncias psicoativas durante a pesquisa *in loco*.

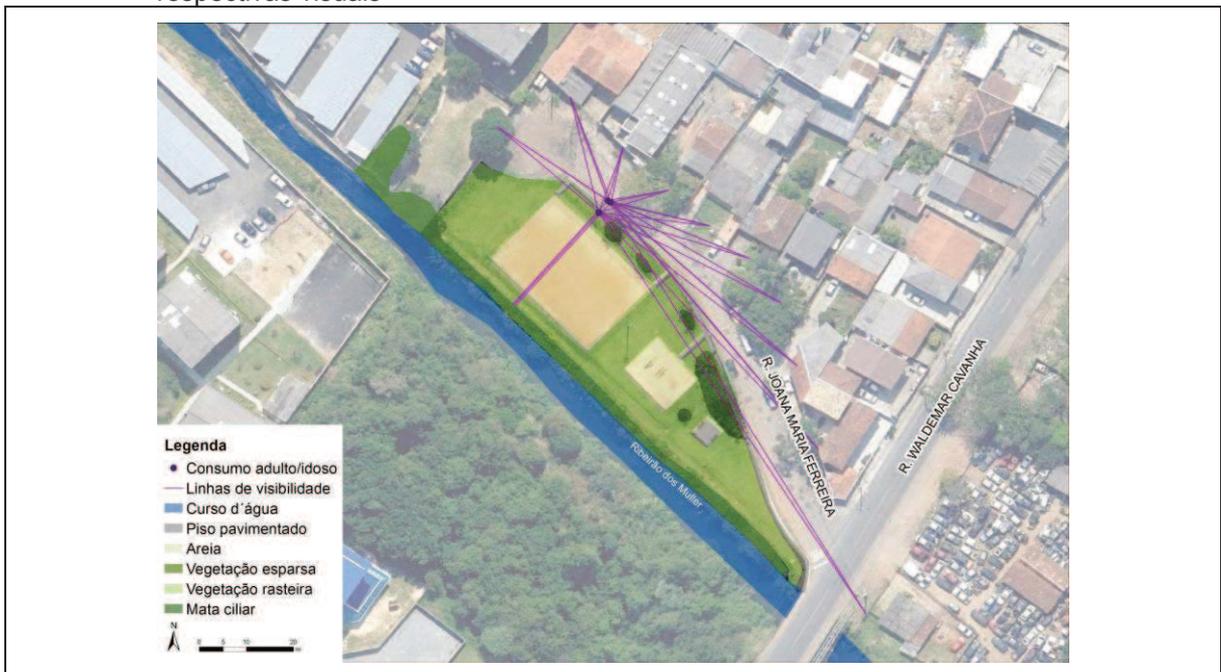
Figura 100: Gráfico de proporcionalidade de classes de linhas de permeabilidade visual de locais de consumo de substâncias psicoativas no espaço livre 6 – Praça São Rafael – segundo distâncias e grupos etários



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), em IPPUC (2012), em Lima (2015) e em levantamentos de campo (2015).

Relativamente ao **espaço livre 7** – Praça da Rua Joana Maria Ferreira - (Figuras 101 e 102), as linhas de visibilidade na permeabilidade visual de 75,0 a 100,0% corresponderam a 43,7%, sendo que foi registrado apenas o consumo de substâncias lícitas por três adultos; com 28,1% das linhas no intervalo de 0 a 28,0 m. A segunda com maior registro foi a classe de 0,0 a 24,9%, com 37,5%, com 28,1% a no máximo 45,0 m de distância das edificações. Esse espaço repete características do anterior e seus usuários não tiveram preocupação com as áreas mais permeáveis em termos visuais. Uma possível explicação para esse fato seria a associação da idade com o tipo de droga utilizada (lícita), sendo essas condições são mais aceitas pela sociedade (DANTAS, 2015).

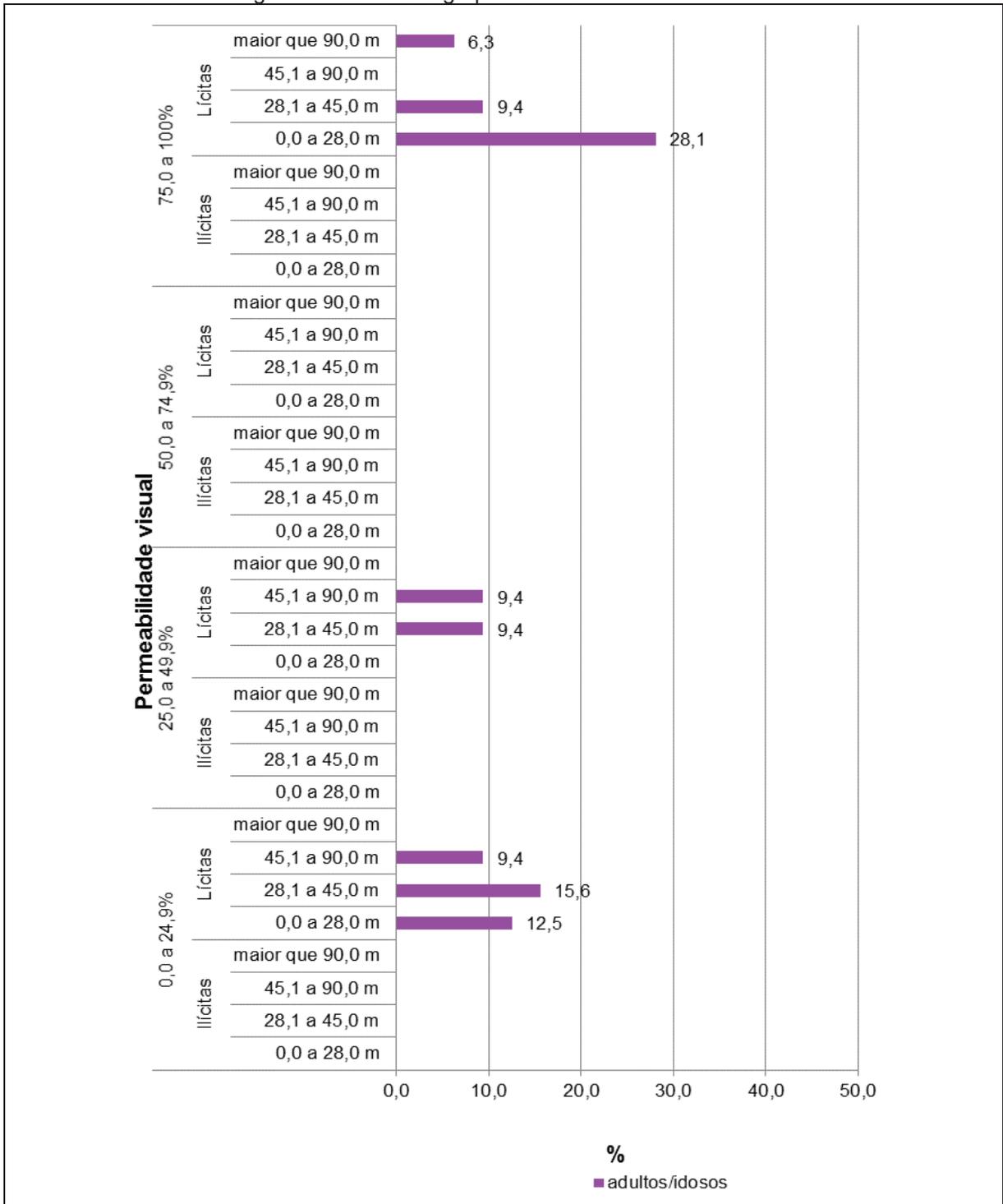
Figura 101: Imagem aérea de espacialização de locais de consumo de substâncias psicoativas no espaço livre 7 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira – por adultos e idosos – e suas respectivas visuais



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), em IPPUC (2012), em Lima (2015) e em levantamentos de campo (2015).

Nota: Inexistência de criança e adolescente consumidora de substâncias psicoativas durante a pesquisa *in loco*.

Figura 102: Gráfico de proporcionalidade de classes de linhas de permeabilidade visual de locais de consumo de substâncias psicoativas no espaço livre 7 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira – segundo distâncias e grupos etários



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), em IPPUC (2012), em Lima (2015) e em levantamentos de campo (2015).

Pela análise das figuras anteriores de **todos os espaços livres** estudados, verifica-se que, caracteristicamente, quando em grupo, os consumidores de substâncias psicoativas estavam concentrados, em sua maior parte, nas extremidades das praças. Também há usuários que permaneceram próximos a elementos opacos, como paredes, muros ou vegetação, locais que promovem a visibilidade do entorno e, ao mesmo tempo, proteção para seu ponto cego (costas). Essa situação é abordada por Gehl (2013, p.137), que a chama de “efeito de espaços de transição”, ou seja, uma maneira de se manter nos limites das áreas e uma forma de se “manter quietos e discretos”; fora da circulação de pedestres. Ainda é possível ter “o espaço à frente para ver tudo, as costas protegidas de modo que não surja nenhuma surpresa vinda por trás e bom apoio físico e psicológico”.

Para o mesmo autor, a busca por espaços de transição está intimamente relacionada com os sentidos humanos e com procedimentos de contato social (GEHL, 2013). Essa abordagem está vinculada a benefícios da existência dessas tipologias espaciais; porém, os exemplos de Gehl (2013) estão respaldados por uma realidade com boa qualidade estrutural em núcleos urbanos europeus. Todavia, a situação das cidades brasileiras, e especificamente dos espaços de interesse, é muito diferenciada, iniciando pelo tratamento das fachadas no entorno das praças, tema abordado pelo autor como relevante para a ocorrência das atividades saudáveis. Em todas elas, esses locais não convidativos, mas também não quer dizer que atraem mais consumidores de substâncias psicoativas.

Como exemplo, no espaço livre 2 – Praça Gregório Piatkowski – como já dito, o maior deles e com diversos ambientes em seu interior – há, nitidamente, uma divisão espacial interna, sendo a porção sudeste amplamente ocupada por todos os grupos, sejam consumidores de drogas ou não, restando à parcela nordeste características de abandono. Essa situação também pode ser explicada por colocações de Gehl (2013) sobre a inexistência de espaços de transição e a falta de relação com o entorno, pois as fachadas cegas do local o tornam hostil e inseguro, até mesmo para o consumo de substâncias psicoativas (registrada em baixa quantidade nesse ponto). A teoria da sintaxe espacial (HILLER; HANSON, 1997) também poderia explicar a ocorrência desse contraste de forma tão clara nesse local, pois, visualmente, não há integração de um espaço para o outro.

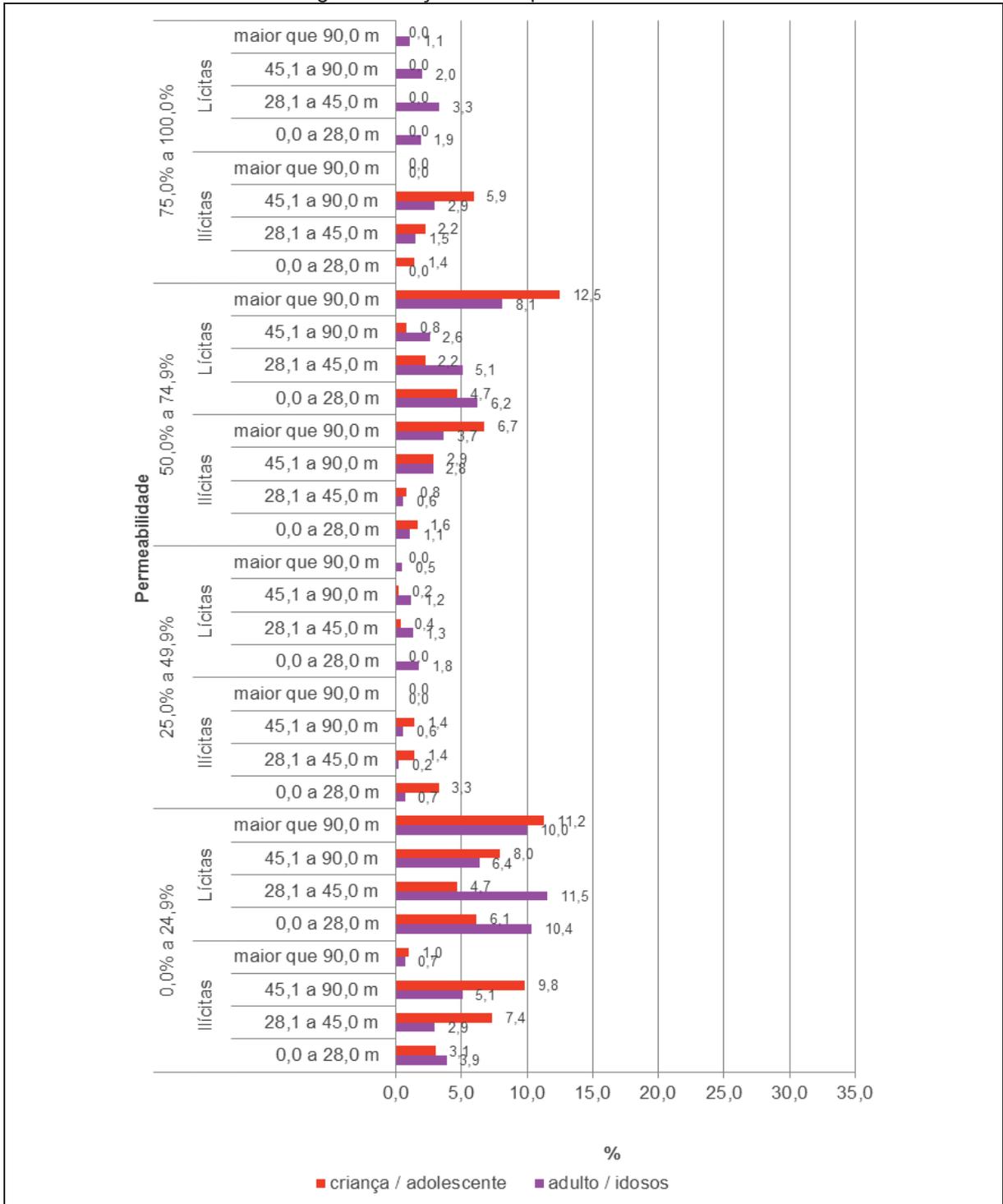
Partindo dessa condição, apesar dos consumidores de substâncias psicoativas buscarem espaços que lhes passem sensação de segurança, também compartilham da mesma percepção dos demais usuários com as finalidades de circulação, permanência ou recreação, porém tendem a ficar fora do circuito de passagem.

Em relação à topografia, tema abordado por Cullen (2008), também pode ser analisada uma tendência, mesmo que mais discreta. O espaço livre 2 – Praça Gregório Piatkowski – contém desníveis negativos nos locais de permanência dos usuários, os quais, em sua maior parte, posicionaram-se nas extremidades espaciais, havendo indicativos de que esses elementos podem ser considerados como de proteção. Os demais espaços não apresentaram essa condição e registraram usuários ou com maior distância das extremidades ou mais próximos a muros impermeáveis.

As informações contidas na Figura 103 estão relacionadas a aspectos locacionais, mas com a finalidade de identificação de relações entre permeabilidade visual e distância dos usuários. A primeira está relacionada ao percentual permeável das vedações, não considerando as visuais das residências (janelas, portas etc.), sendo esse tema abordado na subseção 5.2 – Avaliação integrada.

No contexto do público total de crianças e adolescente em todos os espaços livres públicos estudados, para o consumo de substâncias lícitas, os padrões de consumo ocorrem pela preferência por locais com permeabilidade visual inferior a 25,0%, totalizando 30,1% dentro deste intervalo. Outro valor relevante foi encontrado no interstício de 50,0 a 74,9%, com 12,5% desses jovens permanecendo a uma distância maior que 90,0 m. Quanto ao contexto ilícito, ocorreu a mesma tendência, com a proporção de 21,3% de crianças e adolescentes consumindo drogas nos espaços com permeabilidade visual inferior a 25,0%. No intervalo de 50,0 a 74,9%, 6,7% desses consumidores estavam a uma distância maior que 90,0 m.

Figura 103: Gráfico de proporcionalidade de consumidores de substâncias psicoativas nos espaços livres estudados segundo relações entre permeabilidade visual e distância



Fonte: Elaborada com base em Lima (2015).

Para adultos e idosos, os padrões de consumo de substâncias lícitas demonstram a preferência pela permeabilidade visual de 0,0 a 24,9%, com concentração de 38,3% de todos esses consumidores de drogas. O segundo intervalo em intensidade de ocupação foi o de 50 a 74,9%, com 8,1%, porém com distância maior que 90,0 m. Para as drogas ilícitas, ocorreu o mesmo padrão do grupo anterior, com os dados confirmando o arquétipo esperado, ou seja, nas áreas menos permeáveis houve maior concentração de consumidores (12,6%). O maior valor fora deste intervalo de 0,0 a 24,9% está no de 50 a 74,9%, com 3,7% a uma distância maior que 90,0 m e com 2,8% na de 45,0 a 90,0 m.

Gehl (2013, p.35) afirma que a visão é o mais importante dentre todos os sentidos humanos. Apesar de as distâncias terem sido determinadas por quartil, para sua distribuição igualitária, uma das apontadas pelo autor como essencial é até 25 m, afirmando que, nela, é possível “começar a decodificar emoções e expressões faciais”. Assim, muito provavelmente, passa a ser fundamental para a escolha de locais com menor permeabilidade visual. A necessidade inconsciente de encontrar um lugar aonde não seja identificada sua emoção pode ser um importante motivo para essa decisão.

Como a motivação dessas pessoas é o consumo de substâncias psicoativas, organizam e geram imagens mentais que permitem, segundo preceitos de Del Rio (1990), que sua avaliação seja favorável ou não para essa atividade nesses locais, para, então, tornar realidade esse comportamento. As sensações provocadas pelo consumo de drogas nessas áreas irão motivá-las a retornar e a fazer da frequência a esses lugares um hábito contínuo.

Não obstante os resultados já interpretados, torna-se imprescindível a sua avaliação integrada, sintetizada na próxima subseção.

5.2 AVALIAÇÃO INTEGRADA

Nesta etapa, são reagrupados os resultados relacionados aos locais de consumo de substâncias psicoativas e à permeabilidade visual, sendo o agrupamento subdividido em três públicos: crianças e adolescentes; adultos e idosos; e todos os usuários.

A integração é resultante da junção dos dados das praças visando ao reconhecimento de padrões de uso de drogas e sua relação com condições espaciais, possibilitando o estabelecimento de subsídios ao processo de planejamento e gestão de espaços livres públicos e de cidades.

5.2.1 Posicionamento espacial

Conforme mencionado, de todas as praças estudadas, a que teve maior frequência de consumidores de substâncias psicoativas foi o espaço livre 2 – Praça Gregório Piatkowski (Tabela 16), com 102 pessoas nessa situação (71,8% do total); outra peculiaridade desse espaço é que foi o único que teve o número de crianças frequentadoras inferior aos das outras faixas etárias (17,9%). Por esses motivos, tem um contexto diferenciado em relação a todos os outros.

Outro dado relevante é que, apesar dos moradores do entorno imediato pontuarem que existem fatores que inibem a utilização das praças, os quais são “totalmente” (16,4%) ou “muito” (40,7%) responsáveis pela não permanência de pessoas nos espaços (SEHLI, 2015), os riscos percebidos não reduziram o número de crianças usufruindo desses locais (32,2% do total de usuários). Nesse sentido, pode-se afirmar que a percepção oriunda das respostas dos questionários pode não ser determinante na ocupação espacial pelo público infantil, podendo a existência de riscos ser o principal fator que influencia essa dinâmica, o que, como já citado por Romich (2009), pode restringir o convívio nos espaços livres públicos.

Tabela 16: Número de consumidores de substâncias psicoativas nos espaços livres estudados segundo classes etárias e riscos

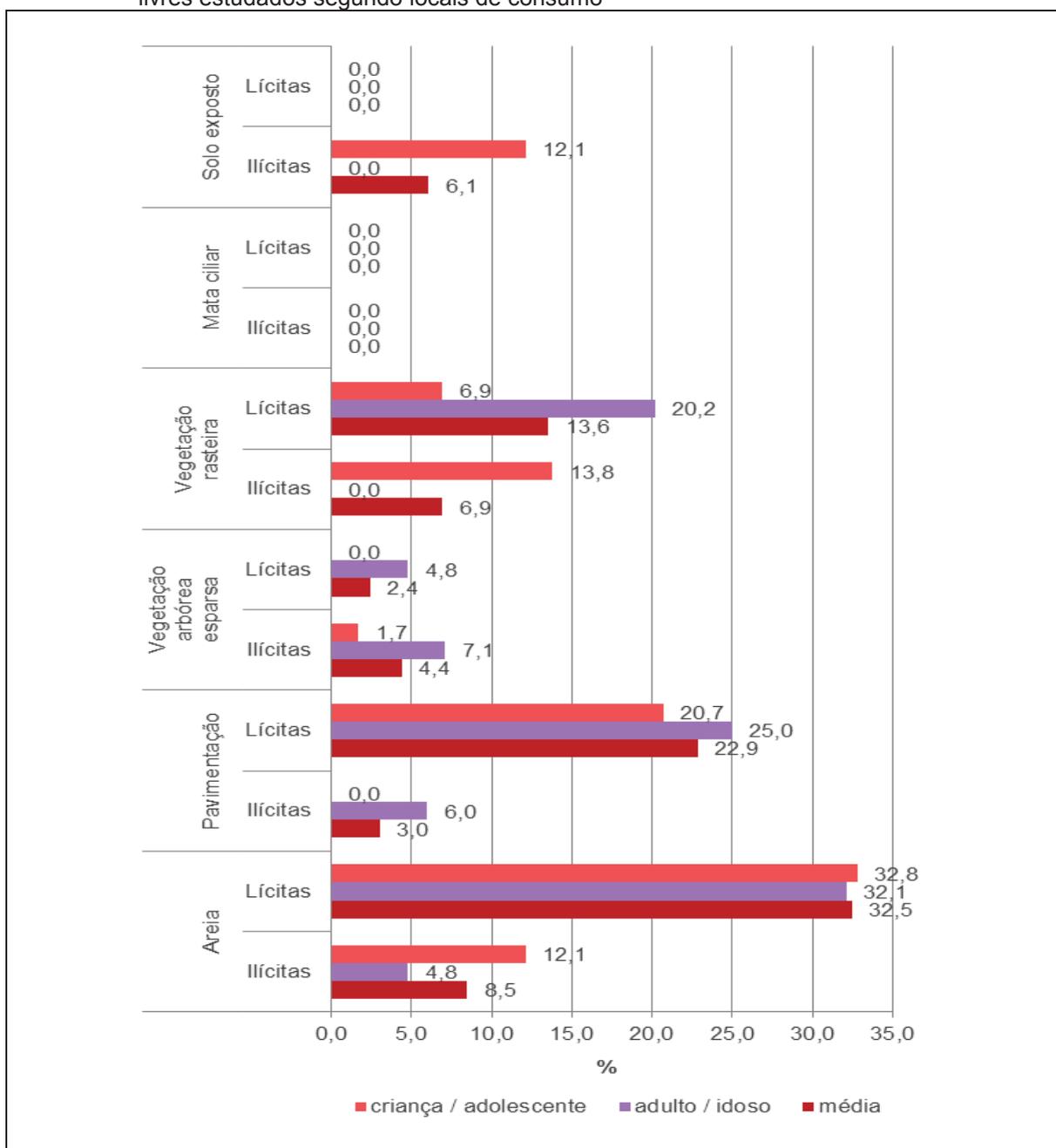
RISCOS	Criança	Adolescente	Adulto	Idoso	Total
Espaço livre 1	0	1	11	0	12
Álcool	0	1	7	0	8
Tabaco	0	0	4	0	4
Outras drogas	0	0	0	0	0
Álcool/Tabaco	0	0	0	0	0
Espaço livre 2	5	44	53	0	102
Álcool	4	10	33	0	47
Tabaco	1	19	9	0	29
Outras drogas	0	15	9	0	24
Álcool/Tabaco	0	0	2	0	2
Espaço livre 3	0	2	8	0	10
Álcool	0	0	4	0	4
Tabaco	0	0	0	0	0
Outras drogas	0	2	4	0	6
Álcool/Tabaco	0	0	0	0	0
Espaço livre 4	0	6	0	1	7
Álcool	0	0	0	0	0
Tabaco	0	0	0	1	1
Outras drogas	0	6	0	0	6
Álcool/Tabaco	0	0	0	0	0
Espaço livre 5	0	0	2	1	3
Álcool	0	0	0	1	1
Tabaco	0	0	0	0	0
Outras drogas/Abandono	0	0	2	0	2
Álcool/Tabaco	0	0	0	0	0
Espaço livre 6	0	0	4	1	5
Álcool	0	0	0	0	0
Tabaco	0	0	4	1	5
Outras drogas	0	0	0	0	0
Álcool/Tabaco	0	0	0	0	0
Espaço livre 7	0	0	3	0	3
Álcool	0	0	0	0	0
Tabaco	0	0	3	0	3
Outras drogas	0	0	0	0	0
Álcool/Tabaco	0	0	0	0	0
Total	5	53	81	3	142

Fonte: Elaborada com base em Lima (2015).

Notas: Espaço livre 1 = Praça Vale Verde
 Espaço livre 2 = Praça Gregório Piatkowski
 Espaço livre 3 = Praça Jocelina Dias de Melo
 Espaço livre 4 = Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos
 Espaço livre 5 = Praça da Rua Darci Vargas
 Espaço livre 6 = Praça São Rafael
 Espaço livre 7 = Praça da Rua Joana Maria Ferreira

Como citado na subseção 5.1.2 – Condições comportamentais, 32,5% dos que consumiam substâncias lícitas nos espaços livres de interesse (Figura 104) estavam localizados na areia (em geral, em *playgrounds* e canchas esportivas), seguida de 22,9% no piso pavimentado. Para as ilícitas, a área mais usada (6,9%) foi a vegetação rasteira, seguida pela areia (6,5%) e pelo solo exposto (6,1%). Diagnostica-se, portanto, a preferência, no primeiro caso, por espaços antropizados e, no segundo, por locais caracteristicamente com aspecto mais natural.

Figura 104: Gráfico de proporcionalidade de consumidores de substâncias psicoativas nos espaços livres estudados segundo locais de consumo



Fonte: Elaborada com base em Lima (2015).

Essa pode ser considerada uma importante característica de cada um dos tipos de consumo de substâncias lícitas e ilícitas, pois, segundo Lynch (2011), a paisagem percebida compreende o resultado da interação do observador com o ambiente, com reflexos sobre o sentimento de segurança emocional. Esse pensamento pode ajudar o entendimento dos motivos que levam os consumidores de drogas à ocupação de determinados ambientes. A ideia de que esses indivíduos buscam locais onde permaneçam efetivamente escondidos (MALHEIRO, 2013), normalmente de senso comum, não é atestada para o grupo estudado, pois inexistiu a busca pela mata ciliar e a procura pela vegetação arbórea esparsa não foi expressiva para o consumo de substâncias lícitas (2,4%) e foi pouco representativa para as ilícitas (4,4%).

Apesar de Lynch (2011) afirmar que, a percepção da paisagem é diferente para cada indivíduo e que cada um tem a capacidade de selecionar, organizar e dar significado ao que está vendo, um padrão de comportamento pode ser percebido como comum a todos os grupos de estudo, o que induz a que sejam aprofundados estudos que visem à compreensão de formas de ocupação dos espaços, com o objetivo de avaliar eventuais diferenças entre aqueles que têm a finalidade de consumir ou não substâncias psicoativas.

5.2.2 Intervisibilidade social

Nesta subseção, são adotadas três abordagens principais. Na primeira, são reagrupados dados relativos à **permeabilidade visual interna** e respectivas distâncias dos diversos grupos de usuários dos espaços livres estudados, com o objetivo de analisar os padrões de consumo de substâncias psicoativas como um todo.

As informações da Figura 105 confirmam os resultados da subseção 5.1.3 – Comportamentos de risco e permeabilidade visual, que apontam a preferência por locais permeáveis em termos de visibilidade no intervalo de 0,0% a 24,9% (51,2%). Outro dado relevante reside na condição de 50,0% a 74,9%, com 10,3% de usuários de drogas a uma distância maior que 90,0 m.

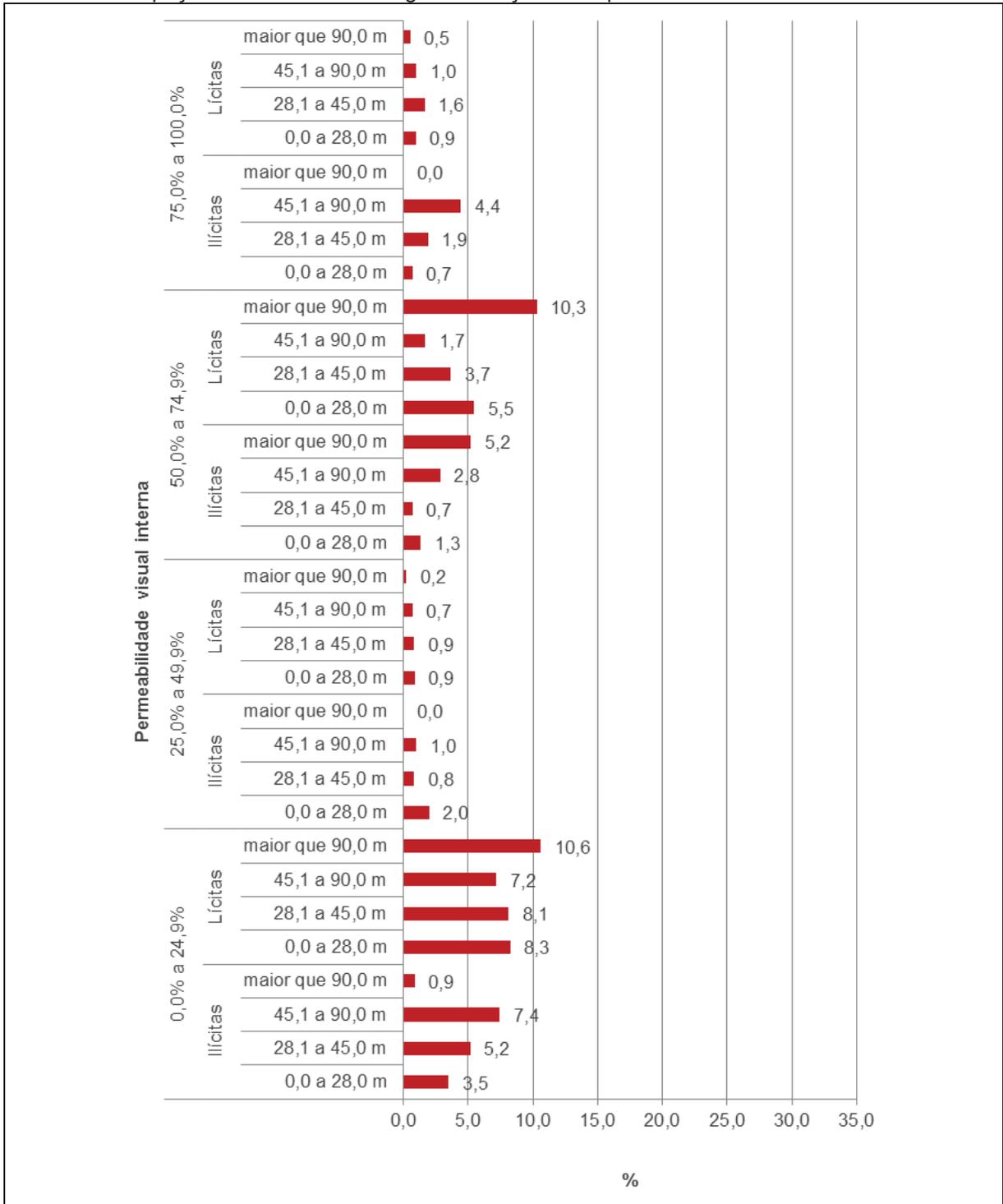
Vale lembrar que, nesta pesquisa, o aspecto sensorial considerado foi o relacionado às visuais na transmissão das mensagens; nesse caso, a vulnerabilidade de outros grupos que não fazem parte desse circuito de consumo de substâncias psicoativas é agravada pela falta de permeabilidade visual das vedações. Assim, o estudo de Newman (1996) corrobora com as condições encontradas, podendo ser agravantes nas atividades ilícitas as frágeis relações dos frequentadores das praças com o seu entorno e fachadas. Em sua análise, aquele autor comenta que a falta de sentido de pertencimento agravou os problemas em um conjunto residencial nos Estados Unidos, com o seu trabalho desenvolvido para melhoria da qualidade ambiental e da vigilância natural demonstrando as suas influências na apropriação espacial.

A segunda abordagem é voltada a **condições visuais das aberturas externas** às áreas das praças. A importância das visibilidades urbanas e as consequências da falta dessa relação do domínio privado para o público são temas de diversos trabalhos, cabendo destaque, já em meados do século passado, as obras de Jacobs (2000), de Newnam (1996) e de Hiller e Hanson (1997), e atualmente, no Brasil, de Holanda (2002), dentre outros autores de referência.

Com base nesses postulados, para esta subseção, foi sintetizado o levantamento das aberturas (portas e janelas) existentes nas edificações do entorno das praças (Figura 106), visando à análise da visibilidade desses vãos para os espaços livres estudados.

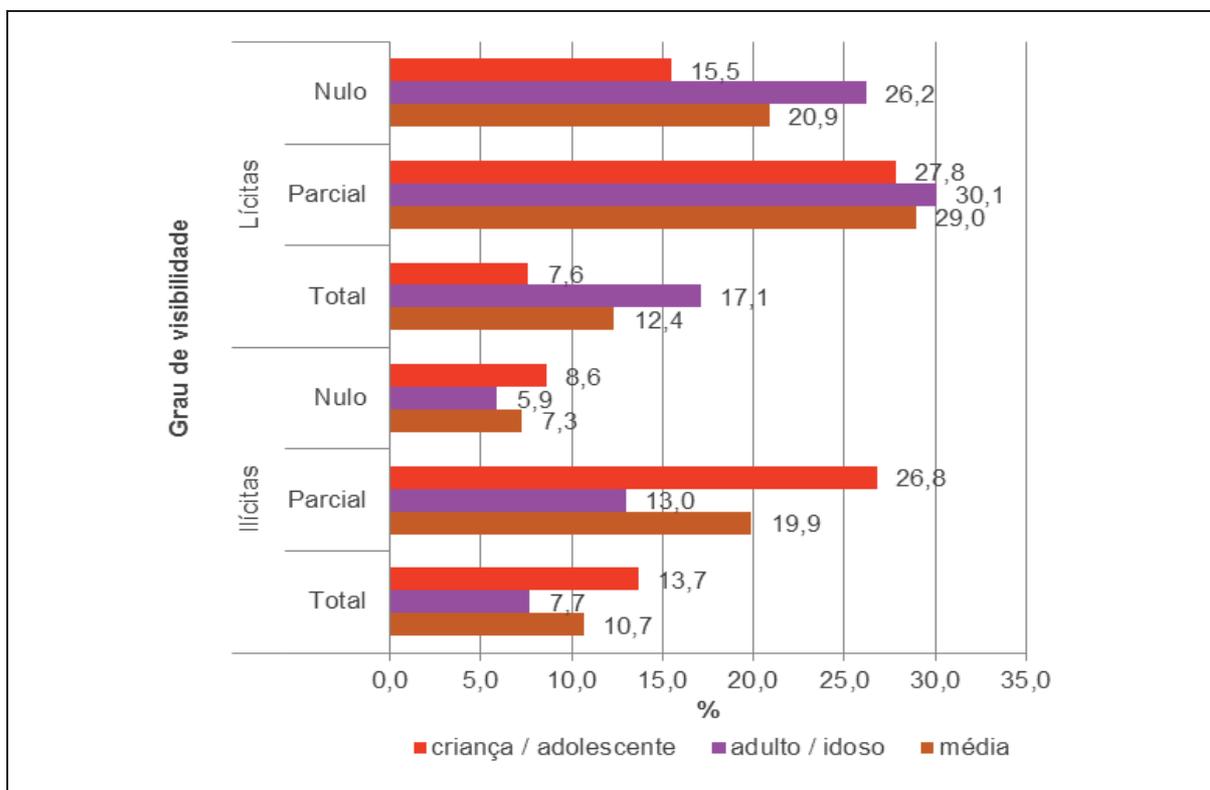
No contexto do uso de substâncias lícitas, a maior parte das aberturas tinham visibilidade parcial (29,0% em média), sendo que a total teve os menores percentuais (média de 12,4%) para essa tipologia de consumo. Para as ilícitas, a visibilidade nula teve os menores resultados (média de 7,3%) e a parcial continuou prevalecendo (19,9%). Portanto, para a presente análise, esses dados não apresentam um padrão que permita a formulação de conclusões assertivas, mas podem fundamentar novos desdobramentos de investigação da temática.

Figura 105: Gráfico de proporcionalidade média de consumidores de substâncias psicoativas nos espaços livres estudados segundo relação entre permeabilidade visual e distância



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), em IPPUC (2012), em Lima (2015) e em levantamentos de campo (2015).

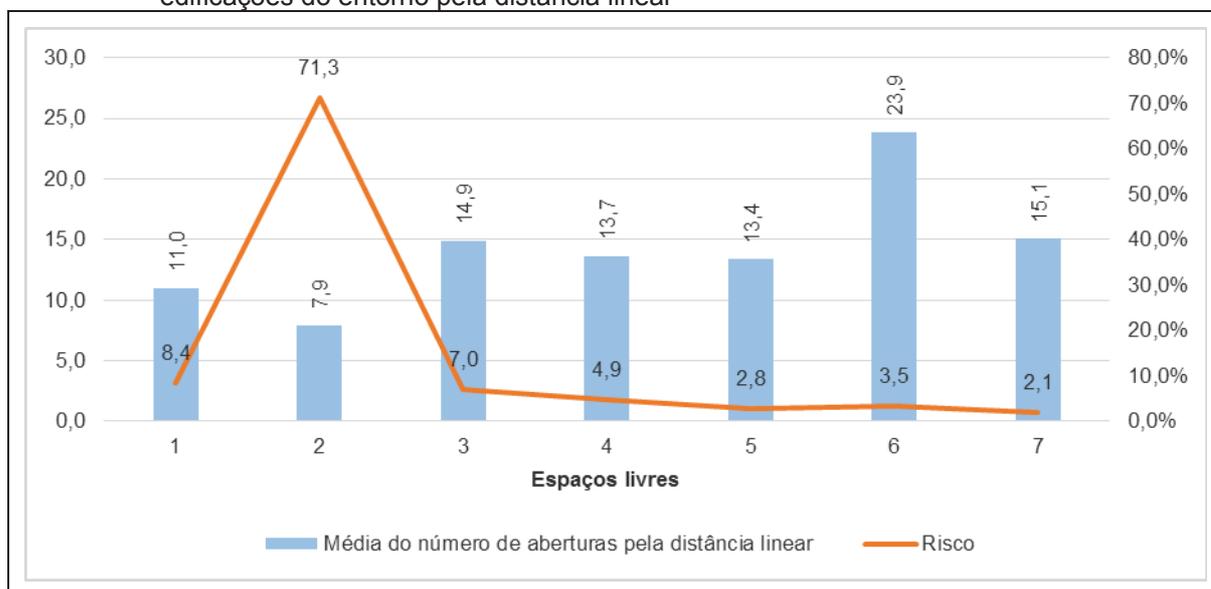
Figura 106: Gráfico de proporcionalidade de consumidores de substâncias psicoativas nos espaços livres estudados segundo classes etárias e grau de visibilidade de aberturas externas



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), em IPPUC (2012), em Lima (2015) e em levantamentos de campo (2015).

Por fim, a terceira abordagem consiste na interpretação da **relação entre consumo de substâncias psicoativas e o número de aberturas** (portas e janelas) das edificações do entorno que tinham relação direta com os espaços livres estudados (Figura 107), verificando-se forte elo entre essas variáveis. O espaço livre 2 – Praça Gregório Piatkowski – foi o de maior quantidade de consumidores e também o de menor quantidade de aberturas no seu entorno.

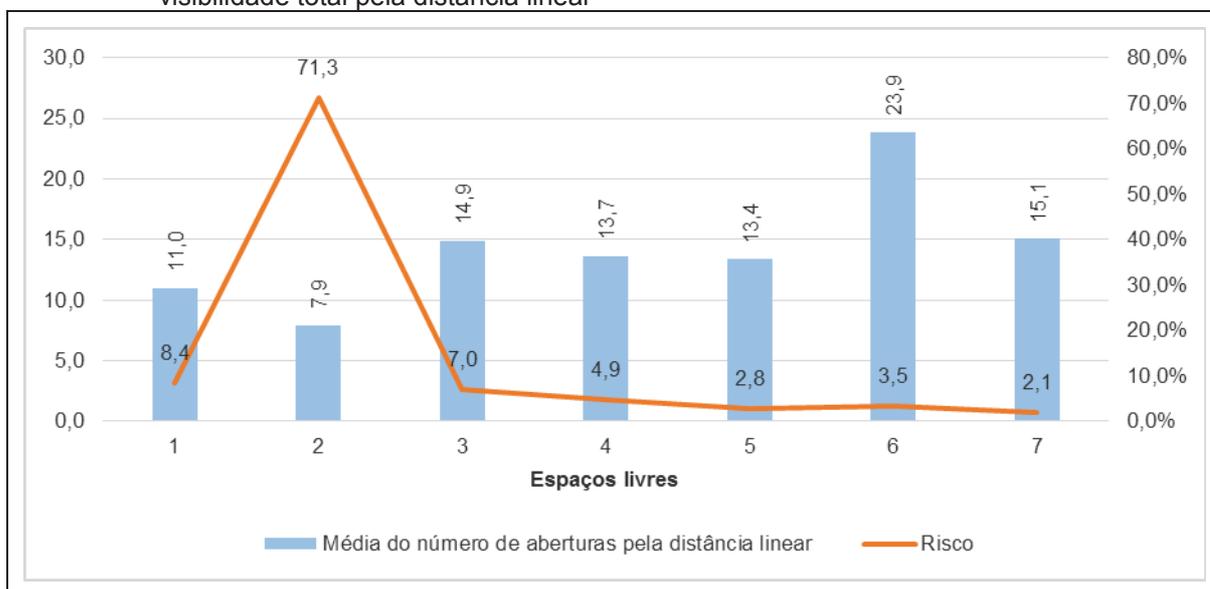
Figura 107: Gráfico de proporcionalidades relacionais entre número de consumidores de substâncias psicoativas (risco) nos espaços livres estudados e a média do número de aberturas nas edificações do entorno pela distância linear



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), em IPPUC (2012), em Lima (2015) e em
 Notas: Espaço livre 1 = Praça Vale Verde
 Espaço livre 2 = Praça Gregório Piatkowski
 Espaço livre 3 = Praça Jocelina Dias de Melo
 Espaço livre 4 = Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos
 Espaço livre 5 = Praça da Rua Darci Vargas
 Espaço livre 6 = Praça São Rafael
 Espaço livre 7 = Praça da Rua Joana Maria Ferreira

Por outro lado, a Figura 108 apresenta uma relação muito aproximada à anterior, sendo consideradas, nesse caso, apenas aberturas com visibilidade total. Constata-se, assim, que o menor percentual de janelas e a maior proporção de risco ficaram mais evidentes, demonstrando que a exacerbação dos limites físicos para controle do território privado (FIRMINO; DUARTE, 2012) não são benéficas para o domínio público. Essa condição vem ao encontro das teorias propostas, na metade do século XX, por Jacobs (2000), sobre a necessidade dos “olhos da rua”, e de Newman (1996), que defende o inter-relacionamento do espaço privado com o público; em sua acepção teórica, o cuidado das pessoas com seu entorno imediato e a sua intimidade com locais públicos tendem a afastar determinados usos impróprios.

Figura 108: Gráfico de proporcionalidades relacionais entre número de consumidores de substâncias psicoativas (risco) nos espaços livres estudados e a média do número de aberturas com visibilidade total pela distância linear



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014), em IPPUC (2012), em Lima (2015) e em levantamentos de campo (2015).

Notas: Espaço livre 1 = Praça Vale Verde
 Espaço livre 2 = Praça Gregório Piatkowski
 Espaço livre 3 = Praça Jocelina Dias de Melo
 Espaço livre 4 = Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos
 Espaço livre 5 = Praça da Rua Darci Vargas
 Espaço livre 6 = Praça São Rafael
 Espaço livre 7 = Praça da Rua Joana Maria Ferreira

Na mesma época, Hiller e Hanson (1997) propuseram o estudo de barreiras e permeabilidades visuais, essencial para estabelecimento da dependência entre esses elementos e usos. Gehl (2013) também afirma que espaços com maior relação visual por meio de aberturas afetam até mesmo a velocidade com que os transeuntes passam pelo local, eventualmente propiciando a ampliação da sua permanência.

A constatação dessa realidade confirma a hipótese aventada para a presente pesquisa; mesmo assim, o espaço livre 2 – Praça Gregório Piatkowski – apresentou uma variedade muito grande de usos, sejam recreativos ou sociais (encontros), sejam voltados ao consumo propriamente dito de substâncias psicoativas.

5.2.3 Diretrizes urbanísticas

Com base nas constatações anteriores, a elaboração de diretrizes urbanísticas para limitação da altura de muros e outras barreiras, além do incentivo ao uso de respectivos materiais de construção com maiores graus de permeabilidade visual, poderia ser considerada com o objetivo de inibir atividades prejudiciais ao entorno. Essas opções, porém, podem ser julgadas muito invasivas; dessa maneira, os seguintes postulados para a gestão urbana visam à participação dinâmica da sociedade para:

- a) fomentar o convívio público dos moradores do entorno imediato com vistas à vigilância natural;
- b) incentivar o cuidado com o espaço e a sensação de pertencimento;
- c) melhorar a percepção da população com relação à segurança e ao consumo de substâncias psicoativas;
- d) educar a comunidade com base na demonstração da sua importância e das relações recíprocas entre o domínio público e o privado;
- e) promover a permeabilidade visual e os espaços de transição entre áreas comuns e privativas.

Em relação ao primeiro, Newman (1996), como já citado, defende a necessidade da vigilância; nesse sentido, os gestores urbanos devem oferecer meios de reaproximação dos moradores para tornar a comunidade zelosa pelo seu entorno.

Com referência ao segundo, os agentes governamentais podem desenvolver as mesmas medidas descritas anteriormente, mas evidenciando que, além da posse do bem privado, o espaço de domínio público também é de sua responsabilidade, como continuação da sua residência.

Para o terceiro, como mencionado, a percepção de riscos relacionados à insegurança e ao consumo de substâncias psicoativas é um problema para a comunidade, pois, apesar de serem registradas essas condições, em alguns espaços essa última prática não estava presente durante os levantamentos realizados. Dessa maneira, com vistas à melhor atratividade dessas praças, a meta dos gestores públicos deve ser a de prover adequados níveis de segurança para a

tranquilidade dos moradores do entorno enquanto usuários dessas áreas de domínio público. Bondaruk (2007) comenta que mais eficaz que a vigilância gerada pelo policiamento é aquela feita pelos próprios residentes; porém, essa inversão de valores deve ser progressivamente trabalhada para o alcance de resultados efetivos. O autor ainda afirma que “combater o medo do crime é tão importante como combater o próprio crime, sendo este um dos grandes objetivos de qualquer sistema eficiente e efetivo de segurança pública” (BONDARUK, 2007, p.62).

O sucesso do quinto e último item depende de todas as soluções anteriores, pois a relação positiva gerada pela confiança transmitida pelo espaço pode reduzir o número de aparatos de segurança (como muros, grades etc.) para passar a ter um espaço de transição mais suave do domínio público para o privado (GEHL, 2013)

À medida que são feitos esforços para dosar e amenizar as transições entre a área privada e a pública, com a construção de zonas de transição semiprivadas e semipúblicas, aumenta a probabilidade de contato entre as zonas, e os moradores ganham a oportunidade de controlar os contatos e proteger a vida privada (GEHL, 2013, p.103)

Essas ações teriam a finalidade de trazer os “olhos da rua” (JACOBS, 2000) para a realidade local. A necessidade de se ter uma comunidade com força para mudar a situação atual pode prevenir problemas futuros, garantindo melhores condições de vida. Além disso, o sentido de pertencimento também poderia estimular a melhoria da qualidade dos espaços livres públicos.

Nesse quadro, ressaltam-se os apontamentos de Tibbalds (1992) sobre três princípios considerados estratégicos para um adequado processo de planejamento urbano:

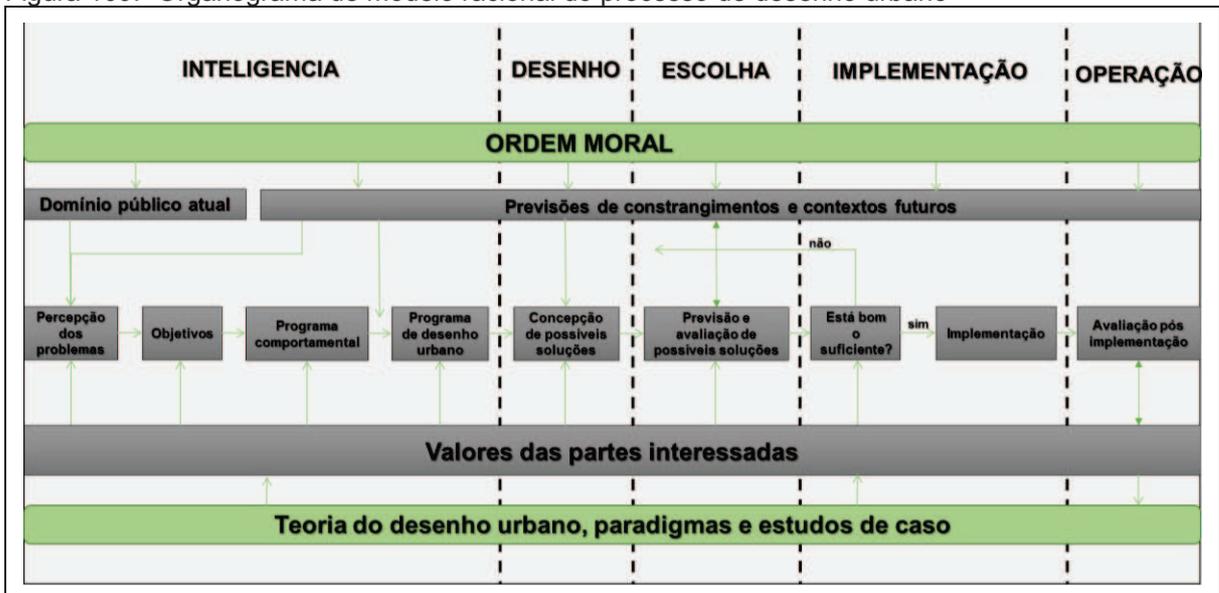
- a) conservar o melhor do passado;
- b) priorizar as necessidades do presente;
- c) prever um futuro apropriado.

O mesmo autor afirma que esses pressupostos devem estar integrados e balanceados, sendo imprescindível que todos os atores entendam que cada intervenção no todo torna o ambiente único. Comenta, ainda, que subestimar a complexidade do fenômeno urbano pode causar falhas irreparáveis (TIBBALS, 1992).

No âmbito do planejamento de espaços abertos públicos, para que sejam efetivamente ocupados por grupos sociais heterogêneos ou até mesmo por um conjunto específico de cidadãos, faz-se necessária a tomada de “decisões urbanísticas arquitetônicas diante das demandas contemporâneas de novas espacialidades públicas” (QUEIROGA, 2006, p.135).

Ainda há o imperativo da compreensão das peculiaridades de cada ambiente e seus respectivos problemas; nessa conjuntura, alguns procedimentos poderiam ser considerados para a obtenção de melhores resultados, sendo o entendimento objetivo das intervenções espaciais e dos comportamentos sociais, bem como a avaliação das soluções e das suas condições após a implementação, imperativos para que um espaço cumpra a sua função precípua (Figura 109).

Figura 109: Organograma de modelo racional do processo de desenho urbano



Fonte: Elaborada com base em Lang (2005).

A compreensão de que cada espaço é singular instiga o estudo mais aprofundado de cada realidade, aplicando, para cada caso específico, um embasamento teórico que atenda às necessidades reais da população estudada, estimulando a comunidade a encontrar soluções comuns, com a decorrente ampliação do sentido de pertencimento. Esse é um processo contínuo, em que, de tempos em tempos, torna-se fundamental uma avaliação das consequências das decisões, auxiliando na construção de teorias mais eficazes de desenho urbano.

Como o desenvolvimento sustentável passou a ser tema central de diversas discussões e sendo o desenho urbano parte dessa conjuntura, as áreas urbanizadas precisam ser socialmente mais inclusivas, prosperas economicamente e amigáveis ambientalmente (MFE, 2002).

Informações da mesma fonte anterior elucidam que espaços considerados como bons exemplos têm as características de serem:

- a) usados por todos os membros da sociedade;
- b) integrados ao seu ambiente natural;
- c) promotores de resultados economicamente bem sucedidos e adaptáveis a necessidades de mudanças;
- d) fáceis de serem entendidos em sua estrutura espacial e em seus acessos ao entorno;
- e) receptáculos de usos e densidades variáveis;
- f) combinadores dos fluxos de pedestres, acessíveis e bem articulados com o entorno;
- g) conectados com edificações que correspondam positivamente como integrantes do conjunto;
- h) atrativos, com suas áreas internas e externas ativamente utilizadas.

Essas premissas, apesar de estarem em outro contexto, podem ser interpretadas como básicas para que um espaço livre público seja ocupado de forma saudável, respondendo às necessidades da população.

Em pesquisa que relaciona características ambientais de espaços livres públicos comerciais com sua respectiva ocupação, Mehta (2009) conclui que existem fatores que influenciam os indivíduos para a apropriação espacial, diagnosticando que devem ser respeitadas três variáveis básicas de qualidade: física, social e de usos. Ainda em suas conclusões, apesar de direcionadas a ruas comerciais, o autor comenta que quanto maior for a permeabilidade – física e visual – e a liberdade das pessoas alterarem o espaço, personalizando e colocando sua identidade nos seus elementos, maiores as chances de sua melhor utilização, confirmando a teoria de Newman (1996), que afirma que quanto mais as pessoas cuidam do espaço e seu entorno mais saudável é o convívio social, sendo reforçada a importância da diversidade de opções para preservação do sentido de comunidade, configurando, assim, paisagens socializadas (HARDT; HARDT, 2015).

6 CONCLUSÃO

As principais vantagens dos **procedimentos metodológicos** adotados são referentes à constatação de teorias abordadas no referencial teórico, especialmente aquelas relacionadas à percepção e apropriação espacial, bem como aos riscos comportamentais associados a substâncias psicoativas em espaços livres públicos. Recomenda-se, porém, o aprofundamento do tema para adequado entendimento da relação do indivíduo com o local, mais especificamente do usuário de drogas.

A principal qualidade do estudo de aspectos morfológicos gerais e internos é a apresentação de parâmetros numéricos para subsidiar futuras análises, inclusive as decorrentes da própria dissertação, sendo responsável pela espacialização dos elementos de interesse. Entretanto, a maior desvantagem dessa técnica é a desconsideração do entorno e dos indivíduos integrantes do meio. Por esse motivo, a investigação foi estendida à interpretação da população usuária dos espaços.

Assim, o cruzamento dos dados de comportamentos de risco com os aspectos morfológicos estruturais – gerais e internos – cumpre o objetivo de apresentar numérica e proporcionalmente as relações dos grupos etários com os espaços livres públicos. Nessa integração de resultados, os adultos representaram, ao todo, 57,0% dos consumidores de substâncias psicoativas, seguidos pelos adolescentes (37,3%). Do total de usuários de drogas registrados, 71,8% se localizavam no espaço livre 2 – Praça Gregório Piatkowski (37,3% de adultos e 31,0% de adolescentes), demonstrando expressiva proximidade entre as duas classes de idade nesse caso. Entretanto, houve limitação metodológica nessa tipologia de análise em termos da determinação da motivação do consumo nas áreas de estudo.

Por outro lado, houve importante associação das características visuais internas dos espaços com comportamentos de risco referentes a consumo de substâncias psicoativas, residindo a principal vantagem dessa técnica justamente na possibilidade de dimensionamento, para cada observador, das relações entre distâncias e respectivas permeabilidades. Como antes explicitado, a coleta de dados foi efetivada por meio de observação sem contato direto com o usuário, não

havendo, também nessa situação, o entendimento dos motivos de consumo nos locais identificados. Testes iniciais para a realização de entrevistas revelaram um conjunto de respostas com significativas inconsistências, conduzindo à decisão de sua não aplicação, inclusive visando à mínima interferência no momento dos levantamentos dos pontos e das atividades exercidas espontaneamente pelos frequentadores das praças.

Por sua vez, a integração dos resultados evidencia que das 946 pessoas registrados nos espaços, 15,0% faziam uso de substâncias psicoativas, propiciando o entendimento global dos comportamentos de risco diagnosticados. Também é constatada a interferência do entorno imediato nas práticas espaciais lícitas e ilícitas; entretanto, verifica-se que espaços com características estruturais semelhantes não agregaram o mesmo número de pessoas; nessa perspectiva, nenhuma alternativa metodológica aplicada foi capaz de responder essas diferenças.

As variáveis complementares para determinação dos graus de visibilidade das aberturas externas às praças também não foram suficientes para o estabelecimento das suas relações com os usuários. Como esse diagnóstico contraria as respostas encontradas para a permeabilidade interna, outra análise foi desenvolvida para averiguação de relacionamento daqueles graus com situações de risco, concluindo-se pelos resultados anteriores sobre a busca por locais com menor interação entre o público e o privado, demonstrando que há associação direta entre o número de aberturas e o consumo de substâncias psicoativas.

Uma alternativa de melhoria em pesquisas futuras pode ser a adoção da metodologia de sintaxe espacial, com aprofundamento das respectivas técnicas. Outra opção é o estabelecimento da interdependência das variáveis relacionadas à visibilidade tanto interna quanto externa.

Os temas desenvolvidos na **fundamentação teórica** – cidade e espaços livres; paisagem e percepção espacial; e vulnerabilidade e riscos sociais – são amplamente debatidos no meio acadêmico, mas, apesar das fontes utilizadas explicarem e exemplificarem as relações dos indivíduos com as áreas livres públicas, são reduzidas as publicações que as tratam especificamente sob a ótica das substâncias psicoativas e dos atributos espaciais que induzem ao seu consumo. Sugere-se, portanto, a ampliação de estudos teóricos e empíricos nessas vertentes.

A dificuldade inicial encontrada para a **área de estudo** relativa ao reduzido número de usuários de drogas em algumas das praças analisadas logo se transformou em importante questionamento sobre as razões pelas quais poucos se apropriavam desses locais, com os contrastes entre os objetos de estudo sendo essenciais para o alcance dos resultados. Apesar disso, ainda é necessário o conhecimento mais aprofundado acerca do entorno ampliado e da inserção desses espaços na malha urbana, com vistas à adequada compreensão da realidade. Ainda é evidente a conveniência do desenvolvimento de investigações semelhantes em outros recortes geográficos, tanto em nível municipal quanto em outras abrangências de maior amplitude.

Mesmo assim, cabe ressaltar o alcance do primeiro objetivo específico proposto, voltado à descrição da área de estudo, considerando os contextos do município, do bairro e dos espaços livres públicos selecionados. Nessa conjuntura, o entendimento da vulnerabilidade da cidade e do bairro, em função dos altos níveis de criminalidade e das baixas classes renda, foi essencial para a interpretação das condições dos seus moradores.

Como principais **resultados** da pesquisa, preliminarmente as praças apresentaram características semelhantes de elementos morfológicos estruturais, evidenciando certa similaridade no tratamento espacial.

Contudo, quando esses elementos foram integrados aos comportamentos de consumidores de substâncias psicoativas, não é possível o estabelecimento de um padrão específico, mas apenas o indicativo de tendência da sua localização em áreas menos antropizadas.

Por outro lado, diagnostica-se que a permeabilidade interfere na escolha dos locais para uso de drogas, principalmente quando está vinculada ao afastamento do ponto de observação e ao número de aberturas externas pela distância linear.

Com isso, também foi alcançado o segundo objetivo específico, focado na análise da paisagem das praças a partir de aspectos morfológicos estruturais e da sua relação com comportamentos de risco, bem como destes com a permeabilidade visual interna dos objetos de estudo.

Frente às considerações anteriores, foi confirmada parte da **hipótese** aventada, pois, no caso estudado, as condições de permeabilidade visual do entorno imediato dos espaços livres públicos constituem fatores de atração para o consumo de substâncias psicoativas; todavia, essa atratividade não foi comprovada para os aspectos morfológicos estruturais intrínsecos.

A avaliação integrada demonstra que o meio urbano, em função da complexidade dos próprios cidadãos, é diversificado, mas, ao mesmo tempo, possui peculiaridades inerentes a cada grupo social e suas condições socioculturais, bem como a cada espaço.

As praças estudadas possuem homogeneidade de ambientes e as reduzidas diferenças são decorrentes da configuração espacial de cada uma delas. A responsabilidade para a conformação de ambientes saudáveis – ou menos propícios a atividades adversas – é de todos os atores envolvidos; assim, o sentimento de não pertencimento pode agravar problemas constatados na região estudada.

Vale mencionar, ainda, que o espaço livre 2 – Praça Gregório Piatkowski –, apresentou locais tanto com maior quanto com menor integração visual com o entorno, sendo que os primeiros foram os de maior procura para ambos os grupos (usuários e não usuários de substâncias psicoativas), e os segundos também não foram atraentes para esses mesmos usuários. Apesar dessa constatação, esse espaço é o que contém o menor grau de permeabilidade visual nas áreas de maior integração visual, podendo-se concluir que há busca por áreas com baixo nível de visualização entre as edificações do entorno e o local de consumo.

Portanto, também é falho o princípio de que o consumo dessas substâncias lícitas e ilícitas afastam os demais frequentadores das praças, pois aquelas com reduzida ocupação registraram menor quantidade de usuários de drogas. Porém, a afirmação contrária não pode ser considerada, pois alguns espaços com volume elevado de pessoas não tinham expressiva presença desses consumidores.

Verifica-se, assim, o atingimento do terceiro e último objetivo específico, pela avaliação, de forma integrada, dos resultados da análise dos espaços livres públicos selecionados, subsidiando o processo de gestão urbana.

Nesse sentido, a compreensão de determinados fatores que influenciam diretamente a dinâmica espacial está entre as principais contribuições da pesquisa para o processo de planejamento urbano.

Da mesma maneira, a avaliação das influências das relações entre edificações do entorno e espaços livres públicos pode ampliar a consciência dos gestores acerca das suas responsabilidades na construção de cidades mais saudáveis.

A própria conclusão de que os dois espaços livres compartimentados (2 – Praça Gregório Piatkowski – e 4 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos) tiveram problemas nas suas formas de ocupação, com alguns dos seus locais bem apropriados e outros subutilizados, é interessante para a gestão urbana no sentido da formulação de alternativas para ampliação e equiparação da atratividade espacial de áreas públicas.

Pelo anteriormente exposto, também fica evidente a concretização do objetivo geral da pesquisa, pelo relacionamento analítico dos atributos internos e externos de espaços livres públicos com a escolha de locais para consumo de substâncias psicoativas.

Por fim, o tema se mostra relevante frente à possibilidade de fornecimento de subsídios para gestores para a tomada de decisões mais assertivas na construção dos espaços livres públicos, especialmente a partir da assimilação da permeabilidade visual como indutora de formas de apropriação espacial, influenciando na dinâmica local e sendo essencial para o sucesso ou fracasso de determinado projeto. Portanto, a réplica de estudos como esses promoveria o aprofundamento do conhecimento sobre padrões comportamentais relacionados a condições morfológicas para o adequado processo de planejamento urbano e de gestão de cidades.

Não obstante, também é imperativa a apreensão das formas pelas quais a malha urbanizada influencia a ocupação de espaços livres urbanos, como resposta das causas de maior atratividade de frequentadores com finalidades diversas, com vistas à viabilização de paisagens socializadas.

REFERÊNCIAS

ABADE, Victor Augusto Bosquilia. 2015. 20f. **Paisagem Socializada**: diagnóstico ampliado de espaços esquecidos na área específica de análise para resgate de grupos sociais de risco na Grande Curitiba, Paraná 2015. Monografia (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC) – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2015.

ACD – Agência Curitiba de Desenvolvimento. **Cidade Industrial de Curitiba**.

Disponível em:

<<http://www.agenciacuritiba.com.br/publico/conteudo.aspx?codigo=13>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

ALAVARSE, Glória Maria Assis; CARVALHO, Maria Dalva de Barros. Álcool e adolescência: o perfil de consumidores de um município do norte do Paraná. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, v.10, n.3, p.408-416, dez. 2006.

ALVES, Rudinalva; KOSSOBUDZKY, Luís André. Caracterização dos adolescentes internados por álcool e outras drogas na cidade de Curitiba. **Interação em Psicologia**, Curitiba: Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná – UFPR, v.6, n.1, p.65-79, jan.-jun. 2002.

ASCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo**. Tradução de Nadia Somekh. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. Ordem e organização: algumas questões sobre a razão e silenciamento na cidade. **Revista Rua**, Campinas: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, n.18, v.1 p.5-19, jul. 2012.

BARROS, Sabrina Helena Ponciano de. 2014. 20f. **Paisagem Socializada**: análise processual da gestão. Monografia (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2014.

BENÉVOLO, Leonardo. **A história da cidade**. 4.ed. Tradução de Silvia Mazza. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BONDARUK, Roberson Luiz. **A prevenção do crime através do desenho urbano**. Curitiba: Capital, 2007.

BOTELHO, Rebeca Alves. 2015. 20f. **Paisagem Socializada**: casos nacionais de tecnologias socioambientais de controle de acidentes naturais e de resgate social. Monografia (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e em Inovação – PIBITI) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 out. 1988.

BRASIL. Lei Federal N° 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 jul. 1990.

BRASIL. Lei Federal N 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estatuto da Cidade. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jul. 2001.

BRASIL. Lei Federal N° 10.741, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 02 out. 2003.

CABRAL, Aline Calliari. 2015. 20f. **Paisagem Socializada**: casos nacionais de gestão como fundamento ao resgate de grupos sociais de risco em espaços esquecidos na Grande Curitiba, Paraná. Monografia (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC) –Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2015.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. Tradução de Heloísa Buarque de Almeida. **Novos Estudos**, São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP, n.47, p.155-176, mar. 1997.

CARLINI, Elisaldo Araujo; SOLANGE, Aparecida Nappo; GALDURÓZ, José Carlos Fernandes; NOTO, Ana Regina. Drogas psicotrópicas: o que são e como agem. **Revista IMESC**, São Paulo: Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo – IMESC, v.3, p.9-35, 2001.

CARMONA, Mathew; TIESDELL, Steven; HEATH, Tim; OC, Tanner. **Public places, urban spaces: the dimensions of urban design**. 2 ed. Kindlington, Burlington: Elsevier, 2010

CASTONGUAY, Genevève; JUTRAS, Sylvie. *Children's appreciation of outdoor places in a poor neighborhood*. **Journal of Environmental Psychology**. Division of Environmental Psychology of the International Association of Applied Psychology – IAAPSY, v.29, n.1, p.101-109, 2009.

CHIAPETTI, Rita Jaqueline Nogueira. **Evolução da ocupação urbana da Cidade Industrial de Curitiba – CIC**. 1994. 100f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p.15-47.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2002.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. Tradução de Isabel Correia e de Carlos de Macedo. Reimp. Lisboa: Edições 70, 2008.

CURITIBA. Lei Municipal N° 9.800, de 03 de janeiro de 2000. Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo no município de Curitiba, Revoga as Leis N°s 4.199/72, 5.234/75, 5.263/75, 5.490/76, 6.204/81, 6.769/85, 7.068/87 e 7.622/91, e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Município de Curitiba**, Poder Executivo, Curitiba, PR, 04 jan. 2000.

CUTHBERT, Alexander R. *Urban design: requiem for an era – Review and critique of the last 50 years*. **Urban Design International**, Basingstoke: Palgrave Macmillan, v.12, p.177-223, 2007.

DANCEY, Christine P.; REIDY, John. **Estatística sem matemática para psicologia**. Tradução de Lori Víali. 5.ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

DANTAS, Tiago. **Drogas lícitas e ilícitas**. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/drogas/drogas-licitas-ilicitas.htm>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

DAYRELL, Juarez. O rap e o funk na socialização da juventude. **Educação e Pesquisa**, São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP, v.28, n.1, p.117-136, jan./jun. 2002.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

DEL RIO, Vicente. Cidade da mente, cidade real: percepção ambiental e revitalização da área portuária do RJ. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de. (Org.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. 2.ed.. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos, SP: Editora da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, 1999. p.3-22.

DIGIÁCOMO, Murillo José; DIGIÁCOMO, Ildeara de Amorim. **Estatuto da Criança e do Adolescente anotado e interpretado**. 2.ed. São Paulo: FTD, 2011.

DOMINGUES, Álvaro. (Sub)úrbios e (sub)urbanos- o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos? **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**, Porto: Universidade do Porto – UP, v.X/XI, p.5-18, 1994/5.

FEIJÓ, Maria Cristina; ASSIS, Simone Gonçalves de Assis. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. **Estudos de Psicologia**, Natal: Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGP – da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, v.9, n.1, s.p., jan./abr. 2004.

FERNANDES, Susana; PINTO, Mónica. **Afinal o que são e como se calculam os quartis?** Disponível em: <https://sapiencia.ualg.pt/bitstream/10400.1/2963/1/SFernandes_MMPinto_quartis_no_ensino.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2015

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. As cidades ilegíveis: percepção ambiental e cidadania. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de. (Org.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos, SP: Editora da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, 1996. p.61-80.

FERRARA, Lucrécia D'Alésio. **Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 1999.

FERRARA, Lucrécia D'Alésio. **Leitura sem palavras**. 4.ed. São Paulo, Ática, 2002.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; SILVA JÚNIOR, José Alexandre da. Desvendando os mistérios do coeficiente de correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje**, Recife: Universidade Federal do Pernambuco – UFPE, v.18, n.1, p.115-146, 2009.

FILGUEIRA, Carlos H. *Estructura de oportunidades y vulnerabilidad social: aproximaciones conceptuales recientes*. In: Seminario Internacional Las diferentes Expresiones de la Vulnerabilidad Social en América Latina y el Caribe, Santiago de Chile, 2001. **Anales...** Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL; Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía – CELADE, 2001. p.1-36.

FIRMINO, Rodrigo; DUARTE, Fábio. Do mundo codificado ao espaço ampliado. In: RHEINGANTZ, Paulo Afonso; PEDRO, Rosa Maria Leite Ribeiro. (Org.). **Qualidade do lugar e cultura contemporânea: controvérsias e ressonâncias em ambientes urbanos**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2012. p.69-80.

FORTUNATO, Ivan; BASTIDAS, Jairo; BARBOSA, José Eduardo do Couto; GUIMARÃES, Solange Terezinha de Lima. Multifuncionalidade e consumismo na paisagem do centro de São Paulo. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUCMinas, v.21, n.35, p.31-55, 2011.

GAINES, Larry K.; KREMLING, Janine. **Drug, crime & justice: contemporary perspectives**. 3.ed. Long Grove: Waveland, 2014.

GALBIERI, Thalita Ariane. Os planos para a cidade no tempo. **Vitruvius**, Resenhas [online], n.079.01, ano 07, s.p., jul. 2008. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/07.079/3069>>. Acesso em: 30 out. 2015.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. Tradução de Anita Di Marco. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Tradução de Sandra Regina Netz. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Cláudio Menna Barreto; CHIESA, Paulo. Sistema de espaços livres em Curitiba: tradição, posturas e práticas locais. In: KAKTOUNI, Saide; MAGNOLI, Miranda Martinelli; TOMINAGA, Yasuko. (Org.). **Discutindo a Paisagem**. São Carlos: RiMa, 2006. p.143-170.

GOOGLE EARTH. **Imagem aérea parcial da Cidade Industrial de Curitiba (CIC)**. 2014.

HARDT, Letícia Peret Antunes. **Subsídios à avaliação da qualidade da paisagem urbana**: aplicação a Curitiba, Paraná. 2000. 323f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2000.

HARDT, Letícia Peret Antunes. Ecologia da paisagem: fundamentos à gestão do espaço urbano. **Olam Ciência e Tecnologia**, Rio Claro, SP, v.4, n.1, p.597-612, 2004.

HARDT, Letícia Peret Antunes. Paisagismo: fundamentos para projeto. In: Semana de Estudos Florestais, X, Irati, 2008. **Anais...** Irati: Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, 2008. p.1-8.

HARDT, Letícia Peret Antunes; HARDT, Carlos. Contexto histórico de intervenção na paisagem e espaços urbanos. **Paisagem e Ambiente**: Ensaios. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU-USP, n.23, p.101-107, 2007.

HARDT, Letícia Peret Antunes; HARDT, Carlos. **Paisagem Socializada**: grupos sociais resgatados em espaços esquecidos. 2015. 536f. Relatório de pesquisa (Edital Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI / Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq / Ministério da Educação – MEC / Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES Nº 18/2012 / Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR, Curitiba, 2015.

HILLER, Bill; HANSON, Julienne. **The social logic of space**. Repr. New York: Cambridge University Press, 1997.

HOLANDA, Frederico de. A determinação negativa do movimento moderno. In: HOLANDA, Frederico de (Org.) **Arquitetura & Urbanidade**. São Paulo: ProEditores. 2003. p.19-39.

HOLANDA, Frederico de. **O espaço da exceção**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília – UNB, 2002.

HUTZ, Claudio Simon; KOLLER, Sílvia Helena. Questões sobre o desenvolvimento de crianças em situação de rua. **Estudos de Psicologia**, Natal: Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGP – da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, v.2, n.1, p.175-197, 1997.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde Escolar** – PENSE 2012. Rio de Janeiro; 2013.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Curitiba em dados**. 2001. Disponível em: <http://curitibaemdados.ippuc.org.br/anexos/2001_Caracter%C3%ADsticas%20do%20Relevo%20de%20Curitiba.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2015.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Curitiba em dados**. Conjuntos Habitacionais de Curitiba – 1967 a 2003. 2003. Disponível em: <http://curitibaemdados.ippuc.org.br/anexos/2003%20desde%201967_Mapa%20de%20Conjuntos%20Habitacionais%20de%20Curitiba.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2015.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Curitiba em dados**. Áreas verdes por habitante e por bairro em Curitiba. 2010. Disponível em: <http://curitibaemdados.ippuc.org.br/Curitiba_em_dados_Pesquisa.htm>. Acesso em: 05 dez. 2015

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Downloads**. Shape, 2012. Disponível em: <<http://ippuc.org.br/geodownloads/geo.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Curitiba em dados**. Área verde e lazer por tipo e extensão por bairro em Curitiba. 2013. Disponível em: <http://curitibaemdados.ippuc.org.br/Curitiba_em_dados_Pesquisa.htm>. Acesso em: 05 dez. 2015.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Curitiba em dados**. *Shape files*. 2015. Disponível em: <<http://ippuc.org.br/geodownloads/geo.htm>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3.ed. Tradução de Carlos Silveira Mendes Rosa. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

KAIMOTI, Naiara Luchini de Assis. **Paisagens vivenciadas**: apropriações públicas dos fundos de vale e sistemas de espaços livres. Estudo de caso no Município de Bauru – SP. 2009. 170f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2009.

KALINA, Eduardo. **Drogadição hoje**: indivíduo, família e sociedade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília – UNB, 1996.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 4.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 2007.

LANG, Jon. **Urban design: a typology of procedures and products**. Burlington: Elsevier, 2005.

LAPCHENSK, Aline de Fátima. 2014. 20f. **Paisagem Socializada**: tecnologias ambientais para resgate socioespacial. Monografia (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e em Inovação – PIBITI) – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2014.

LE CORBUSIER (Charles Edouard Jeanneret). **A Carta de Atenas**. Tradução de Rebeca Scherer. São Paulo: Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia – HUCITEC; Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 1993.

LEFEBVRE, Henry. **O direito a cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 4.ed. São Paulo: Centauro, 2006.

LEVY, Albert. *Urban morphology and the problem of the modern urban fabric: some questions for research*. **Urban morphology [online]**: International Seminar on Urban Form, v.3, n.2, p.79-85, 1999. Disponível em: <http://www.urbanform.org/online_public/1999_2.shtml>. Acesso em: 30 jun. 2015.

LIMA, Gessé Ferreira. 2014. 32f. **Paisagem Socializada**: análise perceptual de espaços esquecidos para resgate de grupos sociais de risco na Grande Curitiba. Monografia (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC) – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2014.

LIMA, Gessé Ferreira. 2015. 45f. **Paisagem Socializada**: análise ampliada da população alvo para resgate de grupos sociais de risco em espaços esquecidos na Grande Curitiba, Paraná. Monografia (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2015.

LIMA, Willian Carlos Siqueira. **Paisagem Socializada**: relações entre qualidade de espaços livres públicos e sua apropriação por crianças e adolescentes em áreas periféricas da grande Curitiba, Paraná. 2015. 235f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2015.

LIMA, Willian Carlos Siqueira. 2016. 15f. **Paisagem Socializada**: relações entre áreas urbanas periféricas e instrumentos de planejamento municipal. Projeto de tese (Doutorado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2016.

LYNCH, Kevin Andrew. **A boa forma da cidade**. Lisboa: Editora 70, 2007.

LYNCH, Kevin Andrew. **A imagem da cidade**. 3.ed. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: WMF Martin Fontes, 2011.

MACEDO, Sílvio Soares. **Quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU-USP, 1999.

MALHEIRO, Luana Silva Bastos. Entre sacizeiro, usuário e patrão: um estudo etnográfico de consumidores de crack no Centro Histórico de Salvador. In: McRAE, Edward; TAVARES, Luiz Alberto; NUÑEZ, Maria Eugênia. **Crack: contextos, padrões e propósitos de uso**. Salvador: Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas – CETAD – da Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2013. p.223-314.

MARTINS, Mayra Costa; PILLON, Sandra Cristina. A relação entre a iniciação do uso de drogas e o primeiro ato infracional entre os adolescentes em conflito com a lei. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, v.24, n.5, p.1.112-1.120, 2008.

MARX, Murilo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos; Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 1980.

McKENZIE, Thomas L.; COHEN, Debora A. **SOPARC (System for Observing Play and Recreation in Communities) – descriptions and procedure manual**. 2006. *Active living research*. Disponível em: <<http://activelivingresearch.org/soparc-system-observing-play-and-recreation-communities>>. Acesso em: 15 out. 2014.

MEHTA, Vikas. *Look closely and you will see, listen carefully and you will hear: urban design and social interaction on streets*. **Journal of Urban Design**, London: Urban Design Group, v.14,n.1, p.24-64, fev. 2009

MENDES, Luís. Cidade pós-moderna: gentrificação e a produção social do espaço fragmentado. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, v.13, n.26, p.473-495, jul.-dez. 2011.

MESTRES, Alessandra Fernandes. 2014. 20f. **Paisagem Socializada: caracterização de regiões críticas para resgate de grupos sociais de risco em espaços esquecidos na Grande Curitiba** Monografia (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC) – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2014.

MFE – Ministry for the Environment. **People, places, spaces: a design guide for urban** New Zeland. Disponível em: <<https://www.boprc.govt.nz/media/90678/peopleplacesspacesurbandesinguideentireport.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

MORAIS, Normanda Araújo de; RAFFAELLI, Marcela; KOLLER, Sílvia Helena. Adolescentes em situação de vulnerabilidade social e o *continuum* risco-proteção. **Avances en Psicologia Latinoamericana**, Bogotá: Universidad del Rosario, v.30, p.118-136, 2012.

MOSER, Caroline O. N. *The asset vulnerability framework: reassesseing urban povert reduction strategies*. **World Development**, [online]: Elsevier, v.26, n.1, p.1-19, jan. 1998. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X97100158>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

MOURA, Yone de Gonçalves; SANCHEZ, Zila van der Meer; OPALEYE, Emérita Sátiro; NEIVA-SILVA, Lucas; NOTO, Ana Regina. *Drug use among street children and adolescents: what helps?* **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, v.28, n.7, p.1371-1380, 2012.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. Tradução de Neil Ribeiro da Silva. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

NEWNAM, Oscar. **Defensible space: crime prevention through urban design**. New York: Macmillan. 1972.

NEWMAN, Oscar. **Creating defensible space**. 1996. Disponível em : <<http://www.huduser.gov/publications/pdf/def.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

NOGUEIRA, Letícia Barreto Maciel. **Registro fotográfico de rede de praças na Cidade Industrial de Curitiba, Paraná**. Curitiba, 2015.

OKAMOTO, Jun. **Percepção ambiental e comportamento**: visão holística na arquitetura e na comunicação. 2.ed. São Paulo: Mackenzie, 2014.

OLIVEIRA, Cláudia. **O ambiente urbano e a formação da criança**. São Paulo: Aleph, 2004.

OLIVEIRA, Paulo Ritter de. 2015. 75f. **Paisagem Socializada**: análise processual da gestão para resgate de grupos sociais de risco em espaços esquecidos na Grande Curitiba, Paraná. Documento de qualificação de dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2015.

OLIVEIRA, Ricardo Biaobock Peres de. 2014. 19f. **Paisagem Socializada**: modelos de referência para resgate de grupos sociais de risco em espaços esquecidos Monografia (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2014.

OLIVEIRA, Sérgio. **Os adolescentes e o espaço público**: um estudo na Amora (Seixal – Portugal). 2006. 156f. Dissertação (Mestrado em Desenho Urbano) – Universitat de Barcelona – UB, Barcelona, 2006

OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: <<http://www.bvce.org/LivrosBrasileirosDetalhes.asp?IdRegistro=69>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Neurociências**: consumo e dependência de substâncias psicoativas (Resumo). Genebra, 2004. Disponível em: <http://www.who.int/substance_abuse/publications/en/Neuroscience_P.pdf> acesso em: 13 out 2015.

PADILHA, Flávia Tosta. **Percepção de espaços abertos públicos na paisagem urbana**: aplicação à área central de Curitiba, Paraná . 2008. 216f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2008.

PAPALIA, Daine; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN Ruth Duskin. **O mundo da criança**: da infância a adolescência. 11.ed. Tradução de Rita de Cássia Albuquerque Caetano e Jacira dos Santos Cardoso. Porto Alegre: Mc Graw Hill , 2010.

PECHMAN, Sérgio; FRITSCH, Lilian. A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: Associação Nacional de História – ANPUH, v.5, n.8-9, p.139-195, abr.1985

PINHO, Paulo; OLIVEIRA, Vitor. *Cartographic analysis in urban morphology*. **Environment and Planning**, [online]: Sage, v.36, p.107-127, 2009. Disponível em: <<http://epb.sagepub.com/content/36/1/107>>. Acesso em: 30 out. 2015.

PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, Manoel Antônio dos. Levantamento dos motivos e dos responsáveis pelo primeiro contato de adolescentes do ensino médio com substâncias psicoativas. **Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas – SMAD**, v..2, n.2, p.17, 2006a.

PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, Manoel Antônio dos. Reflexões sobre as relações entre drogadição, adolescência e família: um estudo bibliográfico. **Estudos de Psicologia**, Natal: Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGP – da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, v.11, n.3, 2006b, p.315-322.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. Espacialidades da esfera pública na urbanização contemporânea: o caso da megalópole do sudeste. In: KAKTOUNI, Saide; MAGNOLI, Miranda Martinelli; TOMINAGA, Yasuko. (Org.). **Discutindo a Paisagem**. São Carlos: RiMa, 2006. p.121-142.

RABELLO, Carolina Toppan. 2015. 20f. **Paisagem Socializada**: casos nacionais de gestão como fundamento ao resgate de grupos sociais de risco em espaços esquecidos na Grande Curitiba, Paraná. Monografia (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC) –Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2015.

RAMOS, Aline Peixer. 2014. 20f. **Paisagem Socializada**: diagnóstico de espaços esquecidos na área específica de análise para resgate de grupos sociais de risco na Grande Curitiba. Monografia (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2014.

RIBEIRO, José Octacílio de Saboya. **Evolução urbana**. v.1. Rio de Janeiro: [s.e.], 1993.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Aduto Lúcio. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert (Org.) **Cidade, povo e nação**: gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1996. p.53-78.

RMS – Rede Marista de Solidariedade. **Sobre a rede**. Disponível em <<http://www.solmarista.org.br/>>. Acesso em: 15 out. 2015.

ROBBA, Fábio; MACEDO, Sílvio Soares. **Praças brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

ROMICH, Jennifer. *Trying to keep children out of trouble: child characteristics, neighborhood quality, and within-household resource allocation*. **Children and Youth Services Review**, [online]: Elsevier, v.31, n.3, p.338-345, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2792942/>>. Acesso em: 30 out. 2015.

SABOYA, Renato. Condições para a vitalidade urbana – características da relação edificação x espaço público. **Urbanidades**, Florianópolis [online], s.n., s.p., 2013a. Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br/2013/03/condicoes-para-a-vitalidade-urbana-3-caracteristicas-da-relacao-edificacao-x-espaco-publico/>>. Acesso em: 20 out. 2015.

SABOYA, Renato. Condições para a vitalidade urbana – permeabilidade visual. **Urbanidades**, Florianópolis [online], s.n., s.p., 2013b. Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br/2013/06/condicoes-para-a-vitalidade-urbana-4-permeabilidade-visual/>>. Acesso em: 20 out. 2015.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Ainda em torno da fragmentação do espaço urbano. **Inforgo**, Lisboa: Edições Colibri, v.14, p.65-76, 1999.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. **Revista Território**, Rio de Janeiro: Laboratório de Gestão do Território da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, v.4, p 39-53, jan./jun. 1998.

SANTOS, Kamila Alves dos. 2014. 16f. **Paisagem Socializada**: grupos sociais resgatados em espaços esquecidos. Monografia (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Ensino Médio – PIBIC-EM) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2014.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 10.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Pollyanna de Carvalho. 2014. 20f. **Paisagem Socializada**: tecnologias sociais para resgate socioespacial. Monografia (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2014.

SCHENKER, Miriam; MINAYO, Maria Cecília de Souza. A importância da família no tratamento do uso abusivo de drogas: uma revisão da literatura. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca; Fundação Oswaldo Cruz, v.20, n.3, p.649-659, maio-jun. 2004.

SCHENKER, Miriam; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Fatores de risco e de proteção para uso de drogas na adolescência. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO, v.15, n.3, p.707-717, jul.-set. 2010.

SEHLI, Dyala Assef. 2014. 15f. **Paisagem Socializada: efetividade de planos diretores municipais na melhoria da qualidade da paisagem urbana**. Projeto de tese (Doutorado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2014.

SEHLI, Dyala Assef. **Paisagem Socializada: avaliação perceptual de espaços esquecidos para resgate de grupos de riscos na grande Curitiba**. 2015. 288f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2015.

SESP-PR – Secretaria de Estado da Segurança Pública – Paraná. **Relatório estatístico criminal: quantitativo de vítimas de crimes relativos à morte – janeiro a dezembro de 2014**. 2014. Disponível em: <http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/File/Relatorio_Mortes_PR_4trimestre2014.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2015.

SILVA, Aline Martins. **Atratividade e dinâmica de apropriação de espaços públicos para lazer e turismo**. 2009. 249f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2009.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2005.

SILVA, Erica Merlim Perentel. 2015. 20f. **Paisagem Socializada: casos internacionais de tecnologias socioambientais de controle de acidentes naturais e de resgate social**. Monografia (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e em Inovação – PIBITI) – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2015.

SITTE, Camillo. **A construção da cidade segundo seus princípios artísticos**. Tradução de Ricardo Ferreira Henrique. 4.ed. São Paulo: Ática. 1992.

TIBBALDS, Francis. **Making people friendly towns: Improving the public environment in towns and cities**. London: Longman Group, 1992.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina – UEL, 2012.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. Tradução de Lívia de Oliveira. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina – EDUEL, 2013.

VEYRET, Yvette. O risco, os riscos. In: VEYRET, Yvette. (Org.) **Os riscos:** o homem como agressor e vítima do meio ambiente. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2013. p.23-24.

VIGNOLI, Jorge. Rodríguez. **Vulnerabilidad y grupos vulnerables:** un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL, 2001. (Serie Población y Desarrollo, n.17)

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** 2.ed. São Paulo: Studio Nobel; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

VIVAN, Mariana. **Arquitetura espaço urbano e criminalidade:** relações entre o espaço construído e a segurança sob ótica da intervisibilidade. 2012. 191f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, Florianópolis, 2012.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.